

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO - PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NÍVEL DE
MESTRADO**

ANDERSON DE SOUSA

**MÍDIA COMO ELEMENTO DA SUPERESTRUTURA CAPITALISTA: UM
DIÁLOGO COM AS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL E SUAS
DIVERGENTES ABORDAGENS**

Francisco Beltrão – PR

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO - PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NÍVEL DE
MESTRADO

ANDERSON DE SOUSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia – nível Mestrado – Área de concentração: Geografia, Linha de Pesquisa em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Fabricio Pedroso Bauab.

Francisco Beltrão – PR

2019

Sousa, Anderson de

Mídia como elemento da superestrutura capitalista: um diálogo com as revistas veja e carta capital e suas divergentes abordagens / Anderson de Sousa; orientador: Fabricio Pedroso Bauab, 2019.

267 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

1. Mídia. 2. Alienação. 3. Capitalismo. 4. Infraestrutura. 5. Superestrutura

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOUTORADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

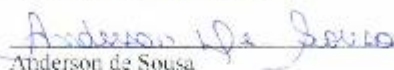
**MÍDIA COMO ELEMENTO DA SUPERESTRUTURA CAPITALISTA:
UM DIÁLOGO COM AS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL E SUAS
DIVERGENTES ABORDAGENS**

Autor: Anderson Sousa


Orientador: Prof. Dr. Fabrício Pedrosa Bauab


Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação
defendida por **Anderson de Sousa** e aprovada pela comissão
julgadora.

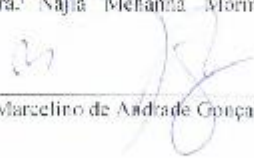
Data: 15/04/2019


Anderson de Sousa

Comissão Julgadora:


Prof. Dr. Fabrício Pedrosa Bauab (UNIOESTE/ Francisco Beltrão)


Prof. Dra. Najla Melanna Morinul (UNIOESTE/ Francisco
Beltrão)


Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves- UFMS

Francisco Beltrão - PR
2019

Dedico este trabalho aos que amo, de maneira incondicional, minha querida esposa Mariane Bertonceli, inspiração. Aos meus pais, Maria Santos Sousa e Osvaldino de Souza (em memória), meus alicerces. Aos meus irmãos e demais familiares, base sólida e essencial. Dedico também ao meu filho Pedro Ernesto, que ainda no ventre de sua mãe, já se tornou a pessoa mais importante de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa, momento de grande importância na vida acadêmica, de crescimento intelectual e pessoal, para que pudesse ser realizada, necessitou da colaboração de diversas pessoas, segmentos, entidades.

Agradeço primeiramente ao Deus/Cosmos, que tem movido o Universo no sentido de propiciar este importante momento formativo em minha vida. Acreditamos que fizemos parte deste Cosmos, de uma maneira amalgamada, não conseguindo, pois, subsistir para além das leis universais que regem nossa existência e, por isso mesmo, temos, de alguma maneira, de encontrar meios de colaborar com ela, minimamente compreendendo seu funcionamento, e preservando-a.

Agradeço, de igual maneira, meus pais, pelo dom da vida. Agradeço ao meu primeiro herói, seu Osvaldino de Souza, que desde muito cedo me ensinou que o estudo é o que mais me poderia fazer crescer, pessoal e profissionalmente. Agradeço minha mãe, Maria Santos Souza, que há três décadas me acompanhava da porta de casa à escola, para que eu entendesse que de lá não poderia escapar, e que este seria meu segundo lar.

Agradeço minha querida esposa, por ter se tornado um anjo protetor, por ter me influenciado grandemente para que eu pudesse realizar o sonho do Ensino Superior. Foi ela quem mais contribuiu para meu amadurecimento profissional.

Agradeço aos meus oito irmãos e irmãs que sempre me instigaram a progredir na carreira acadêmica, tendo sido o primeiro a se graduar e, dessa forma, encorajado alguns deles a fazerem o mesmo.

Agradeço à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, aos mestres formadores que, via de regra, nunca mediram esforços para que pudessem nos capacitar da melhor maneira possível.

Agradeço, sobretudo ao meu orientador, Fabricio Pedroso Bauab, por acreditar no projeto de pesquisa e ter contribuído enormemente para que ele pudesse concretizado.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela contribuição financeira (bolsa de estudos), para que eu pudesse realizar essa pesquisa de maneira integral, possibilitando maior aprendizado e melhor proveito enquanto pesquisador.

Por fim agradeço aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelo carinho, pelos diálogos e trocas de conhecimento. Momentos proveitosos, assim como, pelas vezes em que nos juntamos para descontração, de igual importância.

EPÍGRAFE

“Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata, é de *transformá-lo*”.

(A ideologia Alemã – XI Tese sobre Feuerbach. MARX e ENGELS, 1993, p. 103).

MÍDIA COMO ELEMENTO DA SUPERESTRUTURA CAPITALISTA: UM DIÁLOGO COM AS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL E SUAS DIVERGENTES ABORDAGENS

RESUMO

O presente trabalho se propôs a analisar alguns dos conteúdos repassados pela mídia nacional, especialmente das Revistas *Veja* e *Carta Capital*, que, em nossa visão, possuem posições políticas divergentes. Partiremos do pressuposto de que as mídias como um todo causam na sociedade, considerada influência em sua compreensão do mundo, especialmente daqueles que não se preocupam em buscar compreendê-lo também em outras fontes. Temos por interesse analisar em que medida acontece essa influência e como podemos percebê-la, à luz do *Materialismo Histórico-dialético*, que por sinal, utilizamos muito mais do que apenas como um método investigativo, e sim como aporte para nossa vida e compreensão de todo universo. Assim, visualizamos as mídias como um dos elementos da *Superestrutura* descrita e analisada pelo filósofo/sociólogo Karl Marx no século XIX, que dedicou sua vida intelectual à busca pelo entendimento do complexo Modo de Produção Capitalista. Para isso, buscamos inicialmente discorrer sobre este modo enquanto sistema abstruso e com múltiplas facetas para, num segundo momento, buscar entender o papel das mídias dentro desse sistema, ao qual estamos todos submetidos. Por conseguinte, buscamos apresentar como se constituíram os diversos canais midiáticos que nos informam/deformam/transformam diuturnamente. Por último, e após apresentarmos elementos de discussão importantes na atualidade, que possuem correlação com a temática geral (a questão do *neoliberalismo* e do *petróleo*), fizemos levantamento documental das Revistas *Veja* e *Carta Capital* num intuito de encontrar elementos desses periódicos semanais, buscando identificar de que maneira eles tratam os temas para averiguar seu conteúdo ideológico. Cabe salientar que as Revistas supracitadas são dois dos periódicos de grande circulação nacional, transitando inclusive nas instituições de ensino do país. De uma maneira geral, buscamos perceber se há distinções em suas abordagens para que pudéssemos analisar sua influência social.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia, Alienação, Capitalismo, Infraestrutura, Superestrutura

MEDIA AS NA ELEMENT OF CAPITALIST SUPERSTRUCTURE: A DIALOGUE WHIT THE MAGAZINES VEJA NA CARTA CAPITAL AND ITS DIVERGENT APPROACHES

ABSTRACT

The present paper has proposed to analyze some of the contents passed on by the national media, especially the *Veja* and *Carta Capital* magazines, which, in our view, have divergent political positions. We will leave the assumption that the media as a whole cause in society, considered an influence in their understanding of the world, especially those who do not bother to seek to understand it also in other sources. We are interested in analyzing the extent to which this influence occurs and how we can perceive it, in the light of Historical-Dialectical Materialism, which, by the way, we use much more than just as an investigative method, but as a contribution to our lives and understanding of the whole universe. Thus, we visualized the media as one of the elements of the Superstructure described and analyzed by the philosopher/sociologist Karl Marx in the nineteenth century, who devoted his intellectual life to the search for understanding the complex Capitalist Mode of Production. To do this, we initially seek to discuss this mode as an abstruse system with multiple facets to, in a second moment, seek to understand the role of the media within this system, to which we are all submitted. Therefore, we seek to present how the various media channels were constituted that inform us/deform/transform us daily. Lastly, and after presenting important elements of discussion today, which have a correlation with the general theme (the issue of neoliberalism and oil), we made documentary surveys of *Veja* and *Carta Capital* magazines in order to find elements of these weekly newspaper, seeking to identify how they deal the themes to ascertain their ideological content. It is worth noting that the aforementioned journals are two of the journals of great national circulation, transiting even in the educational institutions of the country. In general, we seek to perceive whether there are distinctions in their approaches so that we can analyze their social influence.

KEY WORDS: Media, Alienation, Capitalism, Infrastructure, Superstructure.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – A ascensão das mídias	87
---	----

LISTA DE TABELAS

QUADRO 01 – Reportagens analisadas <i>Veja</i>	152
QUADRO 02 – Reportagens analisadas <i>Carta Capital</i>	165

LISTA DE SIGLAS

ABC – American Broadcasting Company (Grupo midiático comercial estadunidense)

ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial

AC – Antes de Cristo

ACIE - Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Brasil

AIE – Aparelho Ideológico do Estado

BB – Big Brother (Programa televisivo)

BBC – British Broadcasting Corporation

BC – Banco Central

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

BR Distribuidora – Distribuidora de Combustíveis

BRICS - Bloco econômico envolvendo Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul

CBS – Columbia Broadcasting System (Rede de TV aberta – Estados Unidos)

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNP – Conselho Nacional do Petróleo

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CVC – Agência de Viagens e Turismo

FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Informação

FPÖ – Partido da Liberdade

GGN – Jornal/Revista brasileira

IBM – International Business Machines

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Indbrads – Empresa do ramo de confecções e comércio de artigos do vestuário

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IP – Internet Protocol

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITV – Rede de TV britânica

IVC – Instituto Verificador de Circulação

NBC – National Broadcasting Company (Grupo internacional midiático)

OCDE – Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

OPEP – Organização dos países produtores de petróleo

PEC – Proposta de Emenda Complementar

PIB – Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

RBS – Rede Brasil Sul

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

Selic – Taxa básica de juros brasileira

TV – Televisão

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Capítulo um: A PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL DO CAPITALISMO COMO FATOR PREPONDERANTE E CONDICIONANTE DA VIDA SOCIAL	31
INTRODUÇÃO.....	31
1.1 O CAPITALISMO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA: BREVE HISTÓRICO.....	31
1.1.1. Modos de produção da vida material antecedentes.....	33
1.1.2 O mercantilismo.....	39
1.2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS ESPECIFICIDADES DIALÉTICAS.....	41
1.2.2 As revoluções burguesas	47
Capítulo dois: A PRODUÇÃO DA VIDA IMATERIAL E A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO BURGUEÊS: ANTECEDENTES PARA A RELAÇÃO ENTRE MÍDIA E IDEOLOGIA	56
INTRODUÇÃO.....	56
2.1 INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA CAPITALISTA	57
2.2 IDEOLOGIA E IDEOLOGIA DOMINANTE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	71
Capítulo três: MÍDIAS AO LONGO DO TEMPO HISTÓRICO	84
INTRODUÇÃO.....	84
3.1 O QUE SÃO MÍDIAS.....	
3.1.1 Tipos de Mídia	89
3.2 CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES DAS MÍDIAS NO TEMPO HISTÓRICO E ALGUNS DE SEUS PRINCIPAIS INTÉRPRETES	99
Capítulo quatro: MÍDIAS, IDEOLOGIA CAPITALISTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IMPRENSA BRASILEIRA OLIGÁRQUICA	108

INTRODUÇÃO.....	108
4.1 CAPITALISMO, IDEOLOGIA E MÍDIA.....	109
4.2 IMPRENSA BRASILEIRA: UMA HISTÓRIA OLIGÁRQUICA	123
Capítulo cinco: A INFORMAÇÃO MUDIÁTICA E AS VISÕES DICOTÔMICAS DE MUNDO: UM DIÁLOGO COM AS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL	142
INTRODUÇÃO.....	142
5.1 VEJA – BREVE RELATO HISTÓRICO	144
5.2 CARTA CAPITAL – BREVE RELATO HISTÓRICO.....	147
5.3 ABORDAGENS DOS PRINCIPAIS CONTEÚDOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS EM <i>VEJA</i>	150
5.4 ABORDAGENS DOS PRINCIPAIS CONTEÚDOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS EM <i>CARTA CAPITAL</i>	164
Capítulo seis: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS SOBRE AS ABORDAGENS DAS REVISTAS	181
INTRODUÇÃO.....	181
6.1 ALGUMAS CONSTATAÇÕES.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197
APÊNDICES	204

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por intenção tratar de uma temática um tanto debatida nos espaços acadêmicos, mas nem por isso desgastada, haja vista sua importância e a necessidade de uma discussão dialética. Trata-se de uma análise dos conteúdos da mídia nacional, especialmente abordagens das revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*, numa tentativa de compreensão em relação à visão predominante na sociedade capitalista, liberal e conservadora. Buscaremos entender em que medida os meios de comunicação a reproduzem.

A partir da problemática envolvendo as mídias brasileiras, e sua aparente parcialidade (obviamente que não todas), mas, enxergando-as dentro de uma ótica maior, de uma complexa organização social, propomos analisá-las como aparelho ideológico do capital. Quer dizer, assim como as escolas, as igrejas, ou qualquer outra instituição pública, as mídias fazem parte de uma sociedade que, se não foi pensada para ser assim, foi, ao menos, articulada dentro de um viés complexo e contraditório que, em suma, serve a uma ideologia não tão aparente, que nos domina, nos interpela e nos forma para sua contemplação.

Na verdade, essa problemática tem nos instigado há muito tempo, especialmente por visualizarmos, nas mídias em geral, uma espécie de “padronização” de uma leitura de mundo na maioria dos canais existentes, especialmente os de grande circulação e influência. Percebemos que os canais de comunicação possuem certa tendência a noticiar os fatos por um viés ideológico calcado em ideais capitalistas, corporativistas e não sociais.

Nesse sentido buscamos elaborar uma discussão que visasse entender as mídias dentro da ótica capitalista, uma vez que compreendemo-las como parte de uma grande *Superestrutura*, a qual, aliada à *Infraestrutura* - determinante, mas, que em grande medida, também é determinada pela primeira - por vezes, busca nos moldar de modo que não percebamos outros vieses ideológicos, apenas aceitamos, entre outros condicionantes, que alguns dos problemas sociais, por exemplo, são obras naturais e não construções sociais e históricas.

É contra essa visão de naturalização dos problemas sociais (para exemplificar, afirmações do tipo “é pobre porque Deus quis assim”, ou, “o rico não entra no reino dos céus”), de priorização por determinada tendência ideológica, de valorização do mercado

e do liberalismo econômico em detrimento do social e da equidade social, que buscamos discorrer, neste trabalho, como as mídias, sobretudo as analisadas por nós, revistas *Veja* e *Carta Capital*, interferem na visão de mundo das pessoas.

Entendemos que a relevância do tema esteja diretamente relacionada ao fato de que as mídias fazem parte do nosso cotidiano, pois, não é raro acontecer de, logo pela manhã, ao acordarmos, que busquemos nos manter informados, desde cedo, para só depois, enfrentarmos o dia de trabalho. Assim, ligarmos a televisão, ou abriremos um jornal ou uma revista, para, aí sim, sair de casa, sabendo o que pode nos esperar lá fora.

Menos raro ainda, nos dias atuais, é nos depararmos com uma pessoa, ou com nós mesmos, ligando a tela do celular - que hoje conseguiu convergir num único aparelho o jornal, as revistas, a televisão, o rádio e tantos outros elementos de informação. Todavia, salientamos que estar informado não significa possuir o conhecimento verdadeiro, tampouco que saibamos enfrentar as situações do dia a dia, consumindo a leitura que os meios de informação nos repassam.

Assim, é salutar ressaltar que precisamos compreender a lógica omitida pelos diversos meios que nos informam/formam/deformam hodiernamente. Aliás, é tão fácil estarmos conectados diuturnamente, sabendo, por vezes, em tempo real o que acontece lá do outro lado do mundo, mas, ao mesmo tempo, possuindo a interpretação daquele que nos passa a informação. Difícil, quase sempre, é desvelarmos o que há por detrás dessas interpretações.

Ademais, devemos estabelecer que a escolha por essas duas revistas (*Veja* e *Carta Capital*) se deu justamente pelo fato de entendermos que elas possuem visões dicotômicas, pois cada uma trabalha dentro de uma perspectiva ideológica divergente. Contudo, conforme já afirmamos, percebemos que a visão dominante, no cenário nacional, calcada em princípios liberais, de valorização do mercado e do capital privado acaba sendo a mesma adotada pela revista *Veja*, haja vista o fato de estar, implicitamente, e, constantemente, defendendo tais ideais.

Por outro lado, a revista *Carta Capital* deixa explícito, em suas publicações, sua posição em defesa das ideologias de *centro-esquerda*, quer dizer, deixa evidente seu posicionamento político. Aliás, entendemos que posicionar-se deveria ser o papel de todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas, pois, assim como Saviani (1999), acreditamos não existir neutralidade, pelo contrário, todos nós agimos de acordo com a formação discursivo-ideológica que possuímos.

Contudo, talvez este não seja o maior problema (não deixar transparecer suas escolhas políticas) numa tentativa aparente de demonstrar neutralidade, e sim o fato de retratar informações, nitidamente parciais e com caráter elitista, defendendo interesses que não são comuns a todos. Ao contrário até de se dizer neutro, apartidário, ou, “sem lado”, é perceptível, para nós, que a revista *Veja* possui sim um lado, o lado do capital. Entretanto, não queremos com isso afirmar que apenas a revista *Carta Capital* faz leituras e interpretações do mundo de maneira correta, ou que tudo que a revista *Veja* descreve seja parcial ou inverdade. Queremos sim, deixar claro que necessitamos, sempre, usar o filtro ideológico para que saibamos, por nós mesmos, identificar os fatos de uma maneira mais coerente.

Destarte, buscamos desenvolver este trabalho na tentativa de esmiuçar o sistema capitalista em sua complexidade, abordando também suas contradições e sua especificidade principal, a de estar calcado em interesses burgueses, defendendo a teoria liberalista que, na verdade, é a que o justifica.

Vale destacar que nossa interpretação, além da perspectiva marxista, que destacaremos a seguir, possui, talvez, uma leitura ocidentalizada da história humana, e, por esse motivo, podemos, em dado momento, não considerar a contribuição oriental de formação social e ideológica ao restante do mundo, justamente por entendermos que o seio da sociedade capitalista se desenvolveu, como epicentro, na Europa, e, assim, foi instaurando-se, pouco a pouco, como ideologia/modo de viver predominante.

Poderíamos também dar destaque a cultura latino-americana, e suas singularidades no contexto de formação social de nosso povo. Para isso poderíamos citar autores como Eduardo Galeano e *As veias abertas da América Latina*, Celso Furtado e *A formação econômica do Brasil*, Jessé de Souza e *A elite do atraso*, entre vários outros autores, para compreendermos algumas das especificidades dialéticas que ajudaram a construir o Brasil e a América. Todavia, buscamos nos ater a uma leitura mais generalizada para tentarmos compreender do geral para o local, no intuito também, de priorizar a categoria da totalidade, central na visão marxista.

Buscamos, pois, desenvolver este trabalho dentro da perspectiva *Materialista Histórico-Dialética*, não apenas como método de pesquisa, mas especialmente por considerarmos tal método o mais condizente e eficaz para a compreensão deste modelo societal, e mais ainda, para desenvolver uma investigação eminentemente crítica, de apelo historicista, entendendo a sociedade como um produto das sucessões de fatos históricos que nos conduziram até o contexto atual.

Portanto, como entendemos que os meios de comunicação como um todo fazem parte de um complexo emaranhado, uma grande teia que nos envolve, dentro de uma sociedade regida pelo capital, buscamos perceber estas questões a partir da visão marxista de sociedade e sua interpretação do *Modo Capitalista de Produção*.

Compreendemos que o ponto de partida da história não são as ideias, ou conceitos, e sim, o próprio homem vivente. Afinal, a essência humana, para Marx e Engels (1993), seria o conjunto das relações sociais, o que distinguiria os indivíduos humanos dos demais. Somos, portanto, dependentes das condições materiais do que produzimos.

Tudo isso está diretamente relacionado com nossas necessidades primeiras, que são adquiridas dentro de uma lógica produtiva, dentro de uma *Infraestrutura* toda preparada para que aconteçam as relações sociais. Assim, os autores aludidos afirmam que para que os homens consigam fazer história é absolutamente necessário que estes tenham assegurado as condições para poder viver, comer, beber, vestir, alojar-se etc., dentro desta estrutura.

Logo, é na *Infraestrutura* capitalista que as relações sociais se sucedem. É nela que a política e a economia influenciam-se mutuamente, transformando, moldando o mundo de uma forma a favorecer o capital (essência fundante do modo de produção vigente). Assim, compreendemos que temos que entender como o *Modo de Produção Capitalista* tem se constituído, pois as mídias, nosso principal elemento de discussão, estão atreladas, também, a interesses mercadológicos, políticos etc., e, por isso, nem sempre traduzem a realidade com neutralidade.

Nesse sentido, buscaremos, no primeiro capítulo, “*A produção da vida material do capitalismo como fator preponderante e condicionante da vida social*”, tratar de esmiuçar de uma maneira didática, e não por completo, importantes movimentos históricos que moldaram o mundo moderno que nos é apresentado. Para nós, há uma visão predominante destes fatos históricos, que por sinal, não é a que mais condiz com a realidade. Pelo menos, podemos afirmar que não se buscam contemplar aspectos de maior importância por ela, dando ênfase para construções imaginárias e de pouca, ou nenhuma relação com a vida real.

A nossa é uma visão particular dentro de um universo de possibilidades. Diríamos, uma visão que se diz crítica, ou, pelo menos, não satisfeita com a interpretação preponderante que naturaliza problemas sociais complexos, os quais se explicam historicamente a partir de múltiplas determinações e não em quimeras.

Ora, ao analisarmos a história da vida humana, devemos considerar as várias sucessões de fatos históricos e sociais que antecederam a realidade atual, pois, de uma maneira ou de outra, esses fatos prepararam o terreno para aquilo que contemplamos nos dias atuais.

Se vivenciamos uma sociedade que se deixou ser regida por princípios econômicos, sobretudo o de afirmação do capital como nosso “guia” ou o princípio de que a sociedade deixou o relógio governar o tempo, as prioridades, e os afazeres em geral, devemos entender que estas características fazem parte de um contexto social mais moderno, o qual, não por isso, possa ser visto como um modelo de racionalidade ou que estas especificidades nos trouxeram somente o progresso.

É admissível, na ciência, sobretudo no marxismo (embora existam outras interpretações tão bem difundidas), que a humanidade já vivenciou quatro grandes “modos de produção” da vida social/econômico/política: *O Comunismo primitivo, o Escravismo, o Feudalismo e o Capitalismo* (atual).

Mas é no modelo atual que, apesar de termos alcançado imensuráveis avanços, principalmente nas áreas econômicas, da medicina e mesmo na social, que a desigualdade de condições e de renda se tornaram tão evidentes. Afinal, possuímos a cura de várias doenças, mas não a possibilitamos a todos. Mais do isso, possuímos condições de existência, especialmente no que diz respeito à alimentação de qualidade, mas não erradicamos a fome em todas as partes do mundo.

É desta forma que se sustenta o capitalismo hodierno. Possuindo raízes fincadas em princípios liberais, na exploração do trabalho assalariado (que tem nos tornado reféns do relógio e do dinheiro) e da produção de excedentes, cada vez com mais complexidades e maior dinamismo.

Aliás, ao contrário do que apregoa a ideologia liberalista, isto é, a existência de indivíduos livres, iguais e fraternos, percebemos que este sistema tem criado, ao longo dos séculos, não a igualdade, mas, números alarmantes de desigualdade, de concentração de renda, além de sujeitos “livres”, que não conseguem sequer se locomoverem de um lugar a outro, caso não possuam poder aquisitivo que lhes garanta esse direito. Tampouco possuímos a liberdade de escolhermos o emprego, o local de nossa residência ou, numa divagação maior, talvez, o tipo de sociedade que se quer. Desta forma, a “humanidade” atual nada tem de fraterna, pelo contrário, vemos cada vez mais, especificidades confrontativas.

Nesse contexto, lembramos novamente Marx e Engels (1993) e sua afirmação de que o homem possui singularidades diferentes dos outros animais, sobretudo a racionalidade e a possibilidade de prover sua existência, através dos meios de produção. Contudo, percebemos que isto, ao invés de nos aproximar, tem nos afastado de nossas maiores singularidades.

Outro aspecto importante a se destacar é que o capitalismo tem gerado algo que não se percebe em citações de grandes autores, ou seja, a característica de se dizer perpétuo, um sistema “pronto e acabado”, ou, o “fim da história”. Para seus precursores, a burguesia, e sua teoria liberalista, a acumulação de riquezas e os novos investimentos criam um ciclo produtivo do capital, que o faz ser autossustentável.

No entanto, devemos afirmar, de acordo com a teoria marxiana, que apesar de existirem, também, diferentes alternativas de produção e de reprodução da vida material e imaterial em todo o mundo - que não eminentemente capitalistas -, para que pudéssemos chegar, ulteriormente, ao máximo do desenvolvimento humano e material, o mundo haveria de esgarçar todas as possibilidades deste sistema produtivo (MARX, 2008).

Nesta colocação de Marx (2008), percebemos, porém, que existem outras possibilidades, na qual a exploração dos homens possa ser ultrapassada, mas devemos, para isso, desvelar, compreender e superar o atual modo de produção.

No segundo capítulo, “*A produção da vida imaterial e a construção do pensamento burguês: antecedentes para a relação entre mídia e ideologia*”, tentaremos problematizar alguns importantes conceitos marxistas que dizem respeito à organização social na qual convivemos, ajudando-nos a compreendê-la. Esses conceitos, *Infraestrutura, Superestrutura e Ideologia*, estarão presentes ao longo do capítulo dois, na intenção de demonstrar as múltiplas determinações que formam o caos aparente, mas, na verdade, se enxergadas como partes de uma rica totalidade, complexa, nos ajudarão a perceber os meandros do Cosmos existente.

Esse capítulo se faz fundamental dentro de nosso trabalho, especialmente porque julgamos nosso universo sendo regido a partir de algumas imposições, sobretudo, no modo de produção vigente, orientado pela *Infraestrutura* política/econômica, e complementado pela *Superestrutura*, jurídica e política. Quer, dizer, para nós, é impossível tentarmos observar nosso universo existente se não considerarmos essas especificidades.

Acreditamos que a ideologia dominante, de caráter burguês e de naturalização dos problemas sociais, seja a vertente mais usual atualmente, e, sobretudo, nos mais diversos meios comunicativos, e por isso, buscaremos investigá-los.

Entrementes, abordaremos no capítulo dois esses importantes conceitos da teoria marxiana, por considerá-los relevantes na contextualização e entendimento da sociedade capitalista. Ora, afinal, a *Infraestrutura* compreende o alicerce do capitalismo, e a *Superestrutura*, as “instâncias superiores”, que o justificam.

Marx (2008), por sinal, explicita que as relações jurídicas e as formas todas do Estado não podem ser explicadas por si mesmas, tampouco pela chamada “evolução do espírito humano” (teoria Idealista). Pelo contrário, elas possuem raízes nas condições materiais de existência humana.

Ainda, levamos em consideração o apontamento de Louis Althusser, que nos afirma que “não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção” (ALTHUSSER, 1970, p. 13).

Naturalmente, Marx, Engels, o próprio Althusser, além de outros, concebem-se como materialistas por considerarem que tudo provém da matéria, inclusive nosso próprio pensamento, que faz uso das conexões neurais para acontecer. Eles não acreditam que a exploração humana, o trabalho alienado, as desigualdades de condições sejam explicadas por uma concepção idealista, que não considere o mundo real existente.

Destarte, a teoria marxista compreende e explicita a maneira como se apresentava a organização social capitalista, principalmente nos países centrais europeus, e também na porção norte-americana de nosso continente. A partir dessa compreensão inicial, podemos desenvolver um complexo estudo no sentido de desvelar a *Infraestrutura* social condicionada, sobretudo, pela classe burguesa.

Logo, *Infraestrutura* e *Superestrutura*, na teoria marxista, ou, *Materialismo Histórico-Dialético*, leva-nos ao entendimento da história das sociedades humanas, através dos fatos materiais, essencialmente econômicos e técnicos. A sociedade, na comparação com um edifício, teria, nas suas fundações, a *Infraestrutura* (representada pelas forças econômicas e políticas), enquanto o edifício em si, a construção, seria a *Superestrutura* (representada pelas ideias) (MARX, 2009; ALTHUSSER, 1970).

Entendemos, assim, que ela defende rigorosamente que a *Infraestrutura* é quem determina, pelo viés econômico, todas as sociedades humanas. Contudo, compreende

haver também uma constante interação e interdependência entre os dois níveis que compõem a estrutura social, apesar da prevalência da primeira sobre a segunda.

Quer dizer, são os fatores político/econômicos que interferem mais diretamente nos sociais, mas isso não significa que o segundo também não interfira, por vezes, diretamente, no primeiro, caso das mídias comunicativas, interferindo sobremaneira em nossa visão de mundo.

Dada a fundamental importância, portanto, das relações político/econômicas, bem como das relações de classe, devemos buscar entendê-las profundamente, compreendendo seus desígnios, buscando abstrair suas contradições, que são muitas. Mas, acima de tudo, devemos, assim como afirmam Marx e Engels (1993), encontrar meios de ir além, pois importa mesmo é transformar nossa realidade existente.

Dos dois primeiros capítulos destacamos alguns importantes autores marxistas, entre eles, *Lênin, Althusser, Gramsci, Chauí, Harvey*, etc., que compreendem que há uma explicação mais condizente dessa organização social que perpassa as relações de produção. Essa explicação diz respeito à compreensão da *Infraestrutura*, condicionando uma *Superestrutura*, que nos “modela” de acordo com os princípios capitalistas.

Já no terceiro capítulo, “*Mídias ao longo do tempo histórico*”, iremos abordar as mídias propriamente ditas, compreendendo o que são e o que significam, fazendo um levantamento histórico, desde seu surgimento até os dias atuais, para que entendamos que por fazerem parte da sociedade capitalista, essa ferramenta teve sempre que postular, em sua maioria, pela visão predominante, e “jogar o jogo do capital”.

Nesse capítulo buscamos desvelar as mídias como parte desta *Superestrutura* capitalista que busca nos fazer crer em ilusões tal qual a ideia de que vivemos num mundo de “igualdade, liberdade e fraternidade” para todos, afinal, essa é a visão que ainda predomina, mesmo que consigamos perceber isso como uma falácia, afinal, o progresso e as comodidades, como já citamos, não são para todos.

Apreendemos em Marx, e sua vasta obra, além de uma imensidade de autores que o sucedem, mas corroboram com sua interpretação de mundo de que o capitalismo não tem sido construído assim, de maneira tão igualitária.

Destarte, buscaremos demonstrar o significado das mídias, seu decorrer histórico, como elemento contraditório, que tem nos possibilitado algumas coisas positivas, e outras nem tanto, nesta sociedade de classes, dinâmica, dialética. Veremos, dessa forma como essa mídia tem encerrado importância na percepção do mundo em que vivemos, e, mais ainda, como ela o apresenta, calcada no ideário de uma elite

dominante, sobretudo a mídia convencional, ligada aos interesses burgueses e a ideologia liberal.

Cabe estabelecer que a *mídia*, objeto relevante em nossa pesquisa, pressupõe algo que está presente em nossas mentes como algo já estabelecido, amplamente conhecido, consolidado. Entretanto, podemos afirmar que ela indica ser um termo mais abrangente do que se possa supor.

Outrossim, ela tem sido discutida e tem importância desde a Grécia antiga, como “elemento mediador de mensagens”. E, já no século XVIII fala-se e dá-se importância à “opinião pública” (BRIGGS, 2006). Para os primeiros seres humanos, a comunicação se dava sem intermediários. Uma vez desenvolvida a escrita, e os documentos, seu conteúdo passa a ser mediado.

Posteriormente, “com o desenvolvimento da comunicação elétrica, iniciada com o telégrafo, no século XIX, surgiu uma percepção de mudança iminente e imediata” (BRIGGS 2006, p. 21). Mas é com o advento das “mídias de massa”, o rádio, e, posteriormente a televisão, que os debates sobre suas respectivas influências nas sociedades se acentuam. Esse autor argumenta que são controversas a natureza e o escopo dessas consequências, e questiona se elas são primordialmente políticas ou psicológicas.

Conforme discutimos nesse capítulo, para a maioria dos autores abordados, a mídia se constitui como o *meio* pelo qual se estabelecem mensagens, e com o qual a comunicação humana se torna amplificada. Para McLuhan (1969) esse *meio* seria, pois, a própria mensagem. Mais do que isso, ela teria se tornado, com o tempo, uma espécie de extensão humana, como se fossem uma “prótese técnica”.

Já no capítulo quatro, “*Mídias, ideologia capitalista e a construção de uma imprensa brasileira oligárquica*” discorreremos brevemente sobre elementos que transformam as mídias em ferramenta do capital, dissuadindo a ideologia predominante, moldando a cabeça dos cidadãos, aliciando-os. Também apresentamos com brevidade alguns elementos que fizeram da imprensa nacional uma ferramenta política, ideologizada e oligárquica.

Nesse capítulo trataremos de discutir essa imbricação do capitalismo com a ideologia e os elementos de mídia, que diuturnamente nos propõem aderir ao paradigma único imposto pelos “de cima”. Também iremos abordar a imprensa nacional dentro deste contexto que segue, via de regra, os ditames impostos pelo capital.

Conforme viemos discutindo nos capítulos anteriores, percebemos que somos impelidos a crer que vivemos em um mundo pronto e acabado, com características que podem torná-lo ideal. Ainda, nos fazem crer em algumas ideias que não condizem com nossa realidade social, sobretudo, quando afirmam que basta vontade para sairmos de uma condição de pobreza, ou miserabilidade, desconsiderando aspectos históricos e sociais importantes, além da falta de políticas públicas nesse sentido.

Corroborando, nos vemos, assim, como um verdadeiro “rebanho” que “necessita” ser orientado (CHOMSKY, 2013) segundo estes princípios morais, e algumas ideologias que, na prática, ao realizarmos análise criteriosa, despidos do senso comum, prática vilipendiada, no entanto, pela visão dominante, de acordo com Gramsci (1999), podemos perceber mais facilmente como ele verdadeiramente se constitui.

“Nesse sentido, postula-se que os meios de informação organizam e veiculam uma representação mistificada da realidade, apresentando como universais as ideias e os valores de um grupo social particular” (COUTINHO *et al*, 2008, p. 08).

Temos relato, inclusive, de alguns defensores da teoria liberalista admitindo quão estratégicos são os meios que se buscam para dominar a população civil como um todo, que como vimos ainda acima, são compreendidos como um “rebanho” que “necessita” de orientação.

Ora, faz-se conveniente, nesse ponto, destacarmos Santos (2001), e sua abordagem em relação à globalização, por exemplo, que nos fazem crer ser existente. Ele destaca que tudo o que querem nos passar, envolvendo essa temática, é fabulação. A globalização como nos mostram, essa “aldeia global” conectada, em tese, não apresentaria problemas, mas, na prática, possui muitos entraves, dentre os quais, a falsa ilusão da democracia.

A democracia plena, por sinal, para Santos (2001) seria substituída pela construção de uma democracia de mercado, visando o triunfo das novas virtudes pragmáticas. E isso seria a razão do porquê vivemos, constantemente, sendo impelidos a aceitar essa lógica, ou sofrer com a repressão do Estado, se nos posicionamos contra. Certamente, a democracia plena nunca foi atingida em nenhuma sociedade, ele pontua.

Assim, deveríamos nos colocar como atores diante dessa situação, compreendendo a lógica por detrás do capital, e de seus difusores, da *Superestrutura Capitalista* que nos envolve, na qual se incluem as mídias, lendo-as por nós próprios. De que maneira? Não acreditando, ou não tomando como verdade suas interpretações.

Neste mesmo direcionamento, Couldry (2008) destaca que um sistema tão bárbaro, como é o neoliberal, em sua visão, requer seu próprio teatro. Ele busca omitir do público em geral aquilo que mais condiz com seu estilo de organização social, salientando que o regime de produção econômica vigente, e seus discursos, constituem-se como um sistema de crueldade.

Debord (1997) realiza também uma reflexão sobre a forma espetacular como são tratados os problemas no modelo social moderno, dentre eles, a maneira fabulosa com que determinados assuntos são trazidos à tona pelas mídias. Para esse autor, a sociedade é regida e definida a partir de imagens e acontecimentos que acabam por iludir e alienar os indivíduos, maquiando a realidade.

E da conjuntura nacional, não pode interpretá-la de maneira diferente. A imprensa brasileira, para Bahia (1990), possui raízes que remontam a instalação da Coroa Portuguesa no país. Além disso, é constituída (especialmente pelos principais grupos), de uma rede hierarquizada e oligopolizada, na qual persistem heranças familiares e oligárquicas (BAHIA, 1990).

Bahia (1990) divide a história da imprensa brasileira em quatro fases: 1) Fase Inicial – 1808/1880; 2) Fase de Consolidação – 1880/1930; 3) Fase Moderna – 1930/2000; 4) Jornalismo Contemporâneo – atual, sobre os quais discorreremos brevemente no capítulo quatro.

Importante destacar, segundo o site da Associação Nacional de Jornais - ANJ (2018), que o desenvolvimento da imprensa nacional foi tardio, tal qual nosso ensino superior, as manufaturas, a independência política e financeira, a abolição da escravidão, etc. Isso tudo, para o autor, teria contribuído para o legado da enorme concentração de renda e analfabetismos, sentidos ainda atualmente. O mesmo afirma ainda que os vários regimes de exceção, sobretudo no primeiro período Vargas e o Regime Militar iniciado no ano de 1964 afetaram grandemente o desenvolvimento da atividade jornalística brasileira, sobretudo pela censura.

Ademais, a grande imprensa, configurando a indústria da comunicação brasileira, é dependente totalmente do poder, e, sua estabilidade, dependente da saúde econômica do país. Mas esse poder não pode a contrariar, tampouco ameaçar lhe calar. “Para a indústria jornalística, anos bons da economia são os do crescimento regular do bolo publicitário, que provê custos e estimula investimentos” (BAHIA, 1990, p. 244).

Atualmente, “quatro dos dez principais jornais da América Latina circulam em São Paulo e no Rio de Janeiro – *O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e*

Folha de S. Paulo.” (BAHIA, 1990, p. 369). Além disso, a revista “de maior qualidade brasileira”, *Veja*, se equipararia às melhores revistas internacionais.

Convém também salientar, de acordo com artigo publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, por Bandeira e Pasti (2018), negócios desenvolvidos pelos principais grupos de mídia no país, como a campanha “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo”, do Grupo Globo, revelam seus potenciais interesses por trás das agendas desses meios.

Revelam ainda esses autores que os veículos de grande circulação, a despeito de costumarem declarar que buscam informar de modo isento, apartidário, plural, boa parte têm ligações com grupos econômicos, políticos, religiosos, com interesses específicos. Seus principais acionistas possuem atividades em outros setores econômicos, como educacional, financeiro, imobiliário, agropecuário, energético, de transportes, infraestrutura e saúde.

No quinto capítulo, “*A informação midiática e as visões dicotômicas do mundo: Um diálogo com as revistas Veja e Carta Capital*”, realizaremos análise mais aprofundada em duas revistas nacionais de grande circulação, escolhidas pelo critério da dicotomia, pois julgamos que elas são incongruentes, apesar de ambas terem nascido de um idealizador comum. Buscaremos desvelar, com isso, algumas importantes contradições que nos fizeram escolher pela comparação entre as duas revistas e suas visões dicotômicas, que apresentam fatos históricos de maneiras opostas.

Nossa intenção, nesse quinto capítulo, usando como balizadoras algumas temáticas do conhecimento geográfico (*a questão do NEOLIBERALISMO e do PETRÓLEO*), é travar um diálogo tentando perceber a maneira como esses assuntos são abordados pela mídia nacional, sobretudo por *Veja* e *Carta Capital*.

Cabe ressaltarmos aqui nossa preocupação com a ciência geográfica, que, embora possa parecer “escondida” dentro dos assuntos aqui debatidos, são tratados de igual maneira em todos os capítulos do trabalho, haja vista a importância de percebermos, nas entrelinhas, nosso posicionamento crítico, especialmente nossa visão particular, e nosso verdadeiro “olhar geográfico” aos problemas que apontamos neste trabalho.

Por isso mesmo consideramos salutar argumentar que a ciência geográfica se faz extremamente abrangente, especialmente porque entendemos que assim como não se pode falar de tipos de solo, rochas ou climas sem se dar respaldo às ações humanas que transformam esses elementos na paisagem, também não podemos deixar de ter esse

olhar eminentemente geográfico a tudo o que nos propomos discutir de nossa realidade social. Além disso, cabe salientar a proximidade dos temas escolhidos – Neoliberalismo e Petróleo – com temas eminentemente geográficos, como a Geografia Econômica, a Geopolítica, isso sem mencionar a importância da pesquisa interdisciplinar que é transversal à pesquisa.

Isso posto, queremos salientar que a discussão do capítulo cinco levará em consideração as temáticas por nós apresentadas (*neoliberalismo e petróleo*) como balizadores geográficos para a investigação nas revistas. Acreditamos que discutir essas questões implica obrigatoriamente que façamos uma análise geográfica, mas, acima de tudo, científica, da maneira como as duas revistas problematizam esses assuntos em suas abordagens.

Realizamos corte temporal no ano de 2016 por considerarmos como um ano de grande dinamismo social em nosso país (manifestações nas ruas, processo de impeachment, discussões amplificadas pela polarização política existente, etc.), para buscarmos compreender, dentro desse cenário, o papel de duas das principais revistas que circulam em território nacional.

Empreendemos análises pormenorizadas nas revistas após uma pré-seleção das abordagens dessas no ano de 2016, procurando extrair aquilo que mais identifica as principais características das mesmas, além da relação que essas abordagens possuem com as temáticas geográficas que escolhemos e com o que debatemos nos capítulos anteriores, e também porque consideramos os mais relevantes assuntos presentes nos dois periódicos.

Da pré-seleção deixamos alguns assuntos afastados da discussão principal, mas podem também corroborar com nossa interpretação das duas revistas, que serão encontradas em apêndice.

Já no sexto e último capítulo, “*Algumas considerações necessárias sobre as abordagens das revistas*” pudemos realizar algumas constatações importantes, além de tentarmos amarrá-las com o que viemos discutindo nos capítulos iniciais.

Destarte, percebemos algumas características que aproximam *Veja* e *Carta Capital*, mas também algumas que as diferenciam, principalmente a forma de abordagem dos assuntos que discutem. Podemos destacar que, por se postularem no campo político-ideológico de maneira visível, as duas revistas demonstram grande preocupação com o desenrolar histórico, político e social do país, tendo como principais manchetes as ações dos governos, órgãos públicos e agentes políticos.

Realizadas as análises, pudemos perceber facilmente as contradições existentes nas maneiras de abordagem das revistas, explicitadas nesse capítulo final. Também pudemos perceber evidências de como as duas revistas, e as mídias como um todo, agem de maneira a nos inculcar sua visão e interpretação do mundo.

De uma maneira geral, entretanto, cabe estabelecer que o universo de interpretação das duas revistas e demais periódicos, além dos outros tipos de mídia, apresentam-se com maior complexidade e com várias outras nuances. Entre elas e, via de regra, devemos dizer que as mídias são sustentadas também pelo capital (não estando fora desse contexto) e, por isso, percebe-se que há subordinação de ambas a ele, o que não se pode passar despercebido.

Contudo, mesmo que isto seja evidenciado, é possível perceber o que torna as revistas parecidas, mas, sobretudo, o que as distancia. Sendo, portanto, crucial em nossa análise, nos posicionarmos mais abertamente à visão estabelecida por *Carta Capital*, embora salientamos que esta não pode explicar tudo, tampouco servir de fonte única, pois, é na diversidade, e mesmo na contraditoriedades que as coisas se revelam em sua totalidade.

À vista disto, frisamos novamente que somente uma visão crítica, emancipatória, coerente e completa, como a visão marxista de interpretação da sociedade, pode servir-nos de método investigativo eficaz para o entendimento social.

Aliás, ainda como parte da justificativa de escolha pelo *Materialismo Histórico-Dialético*, ou, marxismo, apontamos, de acordo com o próprio Marx, além de Engels, que ele não seja soma, ou uma síntese de elementos anteriores. Não surgiu do nada, num vazio cultural, trazendo, contudo, uma visão totalmente nova do desenvolvimento da sociedade humana e um novo projeto de lutas sociais, percebendo as contradições e a luta de classes existentes nesse processo (MARX; ENGELS, 1993).

Ademais, “[...] o que conta não é tão-somente identificar a procedência dos ladrilhos, mas ressaltar o autor do plano do edifício” (MARX; ENGELS, 1993, p. 11).

Assim como Karl Marx se prostrou a compreender, e acabou desvelando a todos as múltiplas facetas do *Modo Capitalista de Produção* (na verdade foi muito além disso), tentaremos minimamente demonstrar que as mídias e as informações presentes na contemporaneidade estão atreladas, intrincadas, dentro de uma *Superestrutura* complexa, que busca nos amoldar.

Destarte, cremos que há variadas ideologias, mas, assim como no *Modo Capitalista de Produção* e a ideologia que predomina e que preconiza maior valorização

ao capital, ao acúmulo de riquezas, em detrimento de uma sociedade que prime por aspectos de maior equidade social, primamos, nós, pela visão progressista, na qual as riquezas possam ser redistribuídas entre todos, e por um mundo Socialista, na qual os meios privados de produção também possam ser redistribuídos para que talvez, ulteriormente, possamos romper com as classes sociais que causam os maiores conflitos.

Por isso mesmo buscamos compreender os processos que moldaram, e continuam moldando o mundo existente, tentando propor uma nova realidade, um novo meio de produção, sem a exploração de homens sobre homens e, acima de tudo, propondo que as ideologias se equivalham, sendo tratadas com igualdade de condições pelos meios de comunicação, e para a sociedade em geral.

Capítulo um

A PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL DO CAPITALISMO COMO FATOR PREPONDERANTE E CONDICIONANTE DA VIDA SOCIAL

INTRODUÇÃO

Nesse primeiro capítulo temos a intenção de demonstrar que todos os processos que norteiam nossas vidas, enquanto integrantes de uma ampla sociedade, estão atreladas a um modo de viver específico, que nos amolda, nos cerceia e nos oblitera de alguns interesses, buscando nossa preparação para a contemplação de algumas de suas principais nuances, numa tentativa de nos fazer crer que vivemos num mundo “pronto, acabado”.

Assim designamos o Modo Capitalista de Produção, surgido, precipuamente, há mais de três séculos (Revoluções burguesas). De lá para cá muito se tem alterado em relação ao modo como vivemos e que produzimos materialmente nossas vidas. Mas é necessário compreender como esse modo tem se dinamizado e criado condições de se perpetuar no tempo histórico.

Nesse sentido, buscaremos, nesse primeiro capítulo, tratar de esmiuçar de uma maneira didática, e não por completo, alguns importantes acontecimentos, notadamente importantes, que moldaram o mundo moderno que nos é apresentado, especialmente através de uma visão não muito condizente com a realidade, maquiada.

Aqui temos por incumbência demonstrar que os processos gerais que nos conduziram a realidade atual são tão somente processos extremamente articulados e não frutos do acaso. De mais a mais, é fato que as revoluções burguesas que se iniciaram no século XVIII nos possibilitaram grandes avanços sociais e tecnológicos, mas, contudo, não possibilitaram um mundo mais igualitário, de condições de desenvolvimento integral a todos.

1.1 O CAPITALISMO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA: BREVE HISTÓRICO

Ao se analisar a história da vida humana, devemos considerar as várias sucessões de fatos históricos e sociais que foram moldando nossas vidas ao longo dos anos, pois, de uma maneira ou de outra, esses fatos prepararam o terreno para o que contemplamos nos dias atuais.

Se hoje vivenciamos uma organização social pautada pelas relações comerciais em detrimento de uma sociedade que prima pelo social, pensada para o desenvolvimento humano integral, foi o desenrolar de fatos históricos que nos conduziu a essa realidade e que explica as relações hodiernas.

Relações essas que possuem ligação com a doutrina liberalista, de defesa do privado, de relações entre desiguais, numa falaciosa ideia, para nós, de que, ao amplificarmos tal doutrina, primando pelo livre mercado, pela iniciativa privada, seremos todos livres, iguais e avançaremos de acordo com nossa determinação. Quer dizer, nos basta o arbítrio, não são necessárias leis que garantam, aos historicamente menos favorecidos, equidade.

Assim se sustenta o capitalismo, nesse ideário. Além disso, na exploração do trabalho assalariado e na produção do excedente, suas essências fundantes. O aumento constante das riquezas produzidas é o combustível dessa forma de ordenamento social e produtivo. Isso se concretiza em um número cada vez maior de produção de mercadorias e o capital se expande a todas as esferas produtivas, tudo isso adquirido pela *mais-valia*, que compreende a parte não paga do trabalho do operário, isto é, a partir da superexploração humana em função da acumulação (LIMA, 2010).

Sendo essas as características fundantes desse ordenamento social, percebemos as mesmas especificidades, ainda, atualmente. Entretanto, em dias atuais, percebe-se maior complexidade e um dinamismo constante. Como exemplo, podemos citar a fusão de grandes empresas que gera uma maior concentração de capital e faz com que se alterem alguns resultados, mas a *mais-valia* e a exploração em si continuam sendo parte responsável, em grande medida, pela desigualdade social, que torna os grandes investidores cada vez mais abastados e a classe operária cada vez mais explorada, oprimida.

Destarte, desde a antiguidade pouco se percebe, para nós, no que tange ao aprimoramento da igualdade social, a despeito das engenhosidades industriais, tecnológico-científicas que vemos tão facilmente em qualquer centro urbano moderno. Pelo contrário, a tônica nessa sociedade é a estratificação, o abismo social e a constante prevalência à concentração de renda, dadas as características já mencionadas.

Aliás, apontamos que esse modo de organização social só persiste por estar assentado nos ideários supracitados, que acabaram por constituí-lo como um sistema que lutaria por “igualdade de condições” e “liberdade” para todos. Esse é um primado que sobrevive há alguns séculos e tem grande influência nos países alinhados ao sistema econômico preponderante.

Nesse ínterim, os termos “*igualdade, liberdade e fraternidade*” apareceriam como lema defendido pelos precursores do liberalismo econômico, especialmente a partir do século XVIII (em que há uma verdadeira revolução ideológica nos principais países europeus). Segundo esse ideário, tais valores seriam possíveis de se estabelecer com uma maior valorização do mercado e suas leis gerais, nas quais, os homens, “livres e iguais”, poderiam competir e buscar sua ascensão social de maneira mais facilitada (MARX; ENGELS, 1993; MELLO, 2011).

Apesar de essa formação social ser decorrente das trocas comerciais já existentes em séculos anteriores (alguns autores consideram-no a partir do século XI – entre eles, SWEEZY *et al*, 1977), é a partir do nascimento e da difusão desse lema, no século XVIII, que ganhará força e sustentação ideológica para se instituir como sistema econômico e social de maior complexidade e robustez, conforme nos aponta Marx (1996).

Mas, nem sempre foi assim. Esta forma social, que prioriza as relações comerciais e o mercado, se constituiu historicamente a partir de outras formas que deixaram seus “germes”, embora o sistema capitalista de produção e sua lógica permaneçam produzindo meios de deixar para trás os antigos regimes e sistemas (ENGELS, 1875).

Destarte, compreendemos que só podemos entender as relações e a sistematização do modo de viver atual se entendermos o desenrolar histórico que nos conduziu a isso. Verificaremos, assim, brevemente, os “germes” deixados pelos modelos anteriores ao sistema capitalista de produção.

1.1.1. Modos de produção da vida material antecedentes

Propusemo-nos, neste trabalho, principalmente, a discorrer sobre o *Modo Capitalista de Produção*. Todavia, para que possamos compreender determinado

período histórico, faz-se necessário um levantamento dos acontecimentos anteriores àquele para que não caiamos na superficialidade.

Ademais, a história é, para Marx e Engels (1993), em primeiro lugar, a história da sociedade civil, e,

[...] As formas de intercâmbio a princípio se apresentam como condições da produção material. Mais tarde, convertem-se em travas desta produção. A forma de intercâmbio existente é substituída por outra nova, de acordo com as forças produtivas desenvolvidas. Em cada fase, as condições de intercâmbio correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas. A história se apresenta, assim, como sucessão de formas de intercâmbio e de modos de produção (MARX; ENGELS, 1993, p. 15).

Ainda de acordo com esses autores, a primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos e, podemos nos distinguir dos demais animais, mormente pelo fato de que nós somos os únicos que produzimos nossos meios de existência. Dessa forma, ao produzirmos os meios necessários a própria existência, produzimos, indiretamente, nossa própria vida material. A forma dos intercâmbios todos é condicionada, portanto, pela forma de produção dessa vida material.

Assim, é admissível, na ciência, sobretudo ao marxismo (embora existam outras interpretações tão bem difundidas), que a humanidade já vivenciou quatro grandes “modos de produção” da vida social/econômico/política: *O Comunismo primitivo, o Escravismo, o Feudalismo e o Capitalismo* (atual).

O primeiro, *Comunismo primitivo* por ser um período de menor complexidade e que, segundo os principais autores, os seres humanos pouco, ou nada se desenvolveram enquanto organização social, não levaremos muito em consideração, visto que, até aí, o homem praticamente não convivia enquanto comunidade, ao menos, não no estilo moderno. Não obstante, acredita-se que esta comunidade primitiva tenha durado milhares de anos, tendo surgido, de acordo com Marx e Engels (1997), nas sociedades Pré-Históricas, antes da formação do Estado e das classes sociais.

Via de regra, podemos comparar este modo de viver com as aldeias indígenas mais inóspitas existentes ainda atualmente, as quais possuem uma divisão sexual do trabalho. Nessas aldeias, como primeira forma de propriedade teria surgido, pois, a propriedade tribal, que corresponde a um estágio rudimentar da produção, em que o povo se alimentaria apenas da caça e da pesca principalmente, mas também, do pastoreio, ou, eventualmente, da agricultura (MARX; ENGELS, 1993).

Obviamente falamos isso de uma maneira a esclarecer didaticamente tal momento histórico. Contudo, devemos sempre ressaltar que não cremos que haja um caminho, de maneira teleológica, um movimento evolutivo das sociedades, tampouco que estamos predestinados a vivenciar certos acontecimentos específicos. Para nós está claro que a dinâmica é outra, acreditamos em um movimento espiralado da humanidade, num vai e vem constante, e não num *ad continuum*.

Sobre o *Escravidão* e o *Feudalismo*, embora desenvolvamos algumas ideias, também rapidamente, convém esclarecermos, sobretudo, que eles deram maior base ao Sistema Capitalista de Produção, cujo sistema, ainda se convive.

Caracterizando rapidamente, podemos afirmar que no *Modo Escravista de Produção*, dos quais se destacaram as sociedades gregas e romanas, haviam duas classes antagônicas: os *Senhores e os Escravos*, das quais, a primeira, por possuir a propriedade privada (muitas vezes ilegalmente) detinha o “direito” de escravizar os segundos, que trabalhavam em suas terras e recebiam em troca o mínimo possível para seu sustento e sobrevivência (LESSA; TONET, 2011).

Este modo teria surgido na Grécia Clássica e, posteriormente teria sido praticado por todo o Império Romano, séculos V e IV, antes de Cristo. Nesse período nascem as grandes *Cidades-Estado* que praticavam a mesma cultura, religião e língua (MARX; ENGELS, 1997).

Apareceram aí, também, as segundas formas de propriedade, a propriedade comunal e a propriedade de Estado, proveniente da reunião de várias tribos em uma única cidade, por contrato, ou por conquista, de onde se inicia a escravidão, aos que são derrotados. Ao lado dessas propriedades surgiriam, mais tarde, a propriedade privada mobiliária, e a imobiliária (MARX; ENGELS, 1993).

A existência da conquista, para os autores, parece entrar em contradição com toda essa concepção da história. Aqui há a destruição de uma velha civilização por um povo bárbaro e a conseqüente formação de uma nova estrutura social, começada do zero.

Conforme destacam também Lessa e Tonet (2011), nesse período histórico não se obteve considerável evolução técnica, pois aos senhores, a única forma de adquirir riquezas era expandindo suas terras e adquirindo novos escravos. E estes, por sua vez, não conseguiam desenvolver inovações, entre outros motivos, por que elas acabariam por significar ainda mais trabalho.

Essas foram as principais justificativas que contribuíram para a derrocada do modo escravista. Ademais, segundo os mesmos autores, a própria expansão acabaria causando um colapso aos senhores, um descontrole. Assim, esse sistema econômico sofreria sua queda, especialmente por conta dessa característica de “auto-insustentabilidade”.

Já o *Modo de Produção Feudal*, com algumas características do anterior, foi lentamente substituindo o Escravismo, embora devamos considerar que na história humana, as coisas não acontecem assim, de uma maneira tão linear. Por isso, para que entendamos o movimento histórico devemos, pouco a pouco, buscar fugir do caos, e tentar desvendar aquilo que seria a “síntese de muitas determinações” (NETTO, 2011).

Esse Modo de Produção, contudo, apesar de possuir também duas classes antagônicas: os *Senhores de terra e os Servos*, de certa forma pode ser considerado como progresso (especialmente pelo caráter técnico, mas um pouco, também, pelo social), pois, apesar de os servos terem que trabalhar para os senhores de terra nos feudos, para eles era reservado uma pequena parte do que produziam (LESSA; TONET, 2011).

Este sistema econômico/social foi típico da Idade Média, tendo perdurado por vários anos e, de certa forma, adentrado as sociedades modernas ainda nos séculos XIX e XX, embora não de maneira predominante. Origina-se, também, do Império Romano, a partir da crise do Escravismo, e as invasões bárbaras nas grandes *Cidades-Estado*, mais ou menos no século V (MARX; ENGELS, 1997).

Surge a terceira forma de propriedade, a dos estamentos. E, enquanto a *Antiguidade* partia das cidades, com grandes territórios, a *Idade Média* partiu do campo. Moradores dessas cidades, com as invasões bárbaras, sentiram-se obrigados a migrar para o campo, em busca de proteção e de sustento. O desenvolvimento feudal surge, então, em um território muito maior, preparado pelas conquistas romanas e pela expansão da agricultura (MARX; ENGELS, 1993).

Os autores relatam que, enquanto as zonas rurais se expandiam, o comércio nas cidades se reduzia, ou se interrompia pela violência bárbara e a população, tanto rural quanto urbana, diminuía. A estrutura hierárquica das propriedades fundiárias, além da suserania militar, conferindo à nobreza poder absoluto, garantia o desenvolvimento das grandes fazendas.

Destarte, a relação nessa sociedade era, portanto, hierárquica e estamentária. Ainda, nesse mundo extremamente rural, era na relação senhor/servo que se

organizavam a economia e a política. Havia uma desigualdade explícita e uma enorme subordinação dos servos em relação aos seus senhores (PRONI, 1997).

Aqui convém citarmos Huberman (2008) que faz boa explanação sobre a organização social designada por *Feudalismo*, que antecede o “*Capitalismo Primitivo*”. Para ele, o período compreendido como “medieval” propiciou sociedades bastante estratificadas, que ajudam a compreender o momento imediatamente posterior, cujas estratificações compreendiam os sacerdotes, ou, “os que rezavam”, os nobres, os “que guerreavam” e os camponeses “que trabalhavam”. Organização na qual iria se assentar o sistema Feudal, mas que deixaria raízes também à sociedade moderna.

Nesse período, a produção das ideias, assim como as relações sociais e políticas que se davam eram determinadas segundo a atividade produtiva. Estavam, portanto, ligadas diretamente a esta produção. “[...] As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanção direta do seu comportamento material” (MARX; ENGELS, 1993, p. 18).

“[...] No apogeu do feudalismo, a divisão do trabalho pouco se desenvolveu. Cada país continha em si mesmo a oposição cidade-campo” (MARX; ENGELS, 1993, p. 17). Havia pouca complexidade naquela sociedade, no que tange às relações comerciais, e essas especificidades perdurariam por longos anos, alguns autores consideram até meados dos XI e XII, tal como Huberman (2008), período que surge o *Renascimento* comercial, marcando o fim da *Idade Média*, após as *Cruzadas* religiosas.

Huberman (2008), por sinal, também procura explicitar a história da produção econômica em cada período. Afirma, sobre a *Idade Média*, que, em um primeiro momento, ou, na chamada *Alta Idade Média*, (século V ao X), o capital acumulado pela minoria privilegiada (padres e guerreiros) era estático, imóvel, improdutivo, pois era apenas acumulado, não servindo para financiar investimentos ou gerar mais capital, não havia interesse em investir em excedentes produtivos, entre outros motivos, porque o comércio estava enfraquecido.

Assim, todas as condições não favoreciam a atividade comercial (estradas ruins, permeadas de ladrões e saqueadores, variedade imensa de moedas, tornando trabalhoso o esparso e fraco comércio), cenário que mudaria a partir do século XI, com as *Cruzadas* (excursões organizadas pela Igreja para “reconquistar as terras sagradas dos infiéis islâmicos”).

Já sua debacle, segundo o mesmo autor, se deu também pelo fato de o capital estar acumulado nas mãos de uma minoria que não estava interessada em reinvesti-lo, a

nobreza e o clero (que compunham os sacerdotes e nobres). Assim, o Estado Feudal era composto em si, consumindo tudo o que produzia e fabricando apenas o que necessitava. Isso denota que havia um aparente “contentamento” com aquela ordem social, sem imaginar que ela poderia se tornar insustentável em dado momento.

Nada obstante, tal qual o sistema escravista, como predominante naquele momento, o que mais propiciava riqueza aos senhores era a expansão de seus feudos e de seus servos. Isso, segundo Lessa e Tonet (2011), Proni (1997), aliado, claro, com vários outros condicionantes (como o fato de os reis terem adquirido muito poder, e, em grande medida ter sido gerado disso um forte sentimento em alguns países por buscar outras vias que não a aristocrática) em pouco tempo acabaria, também, por colapsar tal sistema.

Sobre as *Cruzadas*, Huberman (2008) sustenta um escopo econômico enviesado pela finalidade “espiritual”, que na verdade possuía verdadeiramente a motivação de conquistar mais terras, riquezas e retomar o controle de importantes rotas comerciais, como as do Mediterrâneo. Ao reabrir tais rotas, a importância do dinheiro enquanto instrumento de troca é reacendida. Antes disso, as trocas baseavam-se essencialmente no escambo (trocas de produtos por produtos). Percebe-se, a partir disso, no entanto, um renascimento do comércio dentro do continente europeu como um todo. A economia se torna mais complexa, com trocas comerciais mais numerosas e rápidas, e o feudo, antes autossuficiente, aos poucos se converte em economia de mercado.

A partir desse momento tem-se o que o Marx (1996) designa como “acumulação primitiva do capital”, especialmente na Inglaterra, que consiste no embrião do Modo Capitalista de Produção: a dissociação entre os produtores e seus meios de produção e uma progressiva expropriação dos produtos de modo independente e não mais por meio dos pequenos artesãos e oficinas (de maneira mais rudimentar e de pouca produtividade) (PRONI, 1997).

O colapso do Sistema Feudal de Produção, como os anteriores, tem suas complexidades, mas a que gostaríamos de frisar, até esse momento é que, dessa forma, tem-se a percepção de que à medida que os variados modos de produção econômico/social se sucediam, adquiriam, com o passar dos anos, certa “auto-insustentabilidade” que aos poucos, acabava por contribuir para seu derrocamento, mas que, ao mesmo tempo, abria possibilidades para uma nova sociedade, um novo mundo.

Isso (ideia de auto-insustentabilidade), de certa forma, alterar-se-ia com o desenvolvimento da burguesia (sobretudo, os mercadores) e sua teoria liberalista, na

qual se assenta o sistema capitalista de produção, que se fundamenta pela acumulação de riquezas e novos investimentos, criando um ciclo produtivo do capital, embora essas ideias ainda fossem incipientes até os séculos XV e XVI.

Todavia, é a partir da visão de grandes líderes, das maiores potências aristocráticas da época (nesse período que surge a figura dos reis), e o desejo constante em expandir seus territórios, sua riqueza e poder, e, de certo modo, um olhar futurístico, que, investindo nesses desejos, foram “descobertos” novos territórios, dando início a exploração de suas riquezas, especialmente , no além-mar (HUBERMAN, 2008).

Inicialmente, as grandes navegações dos séculos XV e XVI, em que se expandiram as fronteiras desse capital, mas, acima de tudo , quando se pode, pelos países europeus, obter matéria-prima, ouro e prata nas colônias latino-americanas, caso do Brasil, foi facilitada ainda mais a ideia de um sistema econômico voltado para o mercado e o consumo. Assim, se favoreceu o enriquecimento de algumas nações e, aliado a outros fatores, foi possibilitado um novo modo de produção em escala internacional com o enriquecimento de alguns países centrais europeus e possibilitando também, mais tarde, o desenvolvimento da indústria pela classe burguesa (HUBERMAN, 2008).

1.1.2 O mercantilismo

O mercantilismo, do qual surgem as primeiras bases para o capitalismo moderno, inicia-se na chamada “Baixa Idade Média” (séculos X a XV), época em que há um processo de formação de grandes monarquias, que se firmariam após esse período, séculos XV a XVIII, no ápice desse regime. Enquanto essas monarquias se firmavam como Estados Modernos, os reis, com o apoio da classe burguesa, buscavam a expansão de seus limites comerciais (HUBERMAN, 2008).

Nunes (2005) destaca que, via de regra, os especialistas consideram mesmo esse período como o precursor das bases para o *Modo Capitalista de Produção*, ou, o momento em que surgem os primeiros passos do pensamento econômico com o arranque e desenvolvimento de tal sistema.

Esse autor ainda menciona que esse período tem destaque especialmente no fato de que foi aí que se iniciou a debacle do pensamento religioso em alguns de seus principais dogmas e, sobretudo, na seara econômica, a ideia do preço justo (*justum*

pretium) – a qual era defendida pelas igrejas na tentativa de que não se cobrassem juros exorbitantes quando da realização de empréstimos e créditos em geral (prática que se tornaria usual mais adiante, no capitalismo avançado pela facilidade de se acrescer o capital), pelo fato disto não ser um pensamento “cristão”.

“Com efeito, a partir do Renascimento foi abandonada a tentativa de conciliação entre o conhecimento racional e a fé, passando a filosofia econômica a desenvolver-se à margem do cristianismo e por vezes contra os seus valores tradicionais” (NUNES, 2005, p. 04).

Podemos destacar, também, desse período, algumas características que marcam o sistema econômico das principais potências europeias (controle estatal da economia, balança comercial favorável – sobretudo com as explorações de metais preciosos nas colônias -, monopólio e protecionismo) (HUBERMAN, 2008).

O autor menciona que podemos depreender, ainda desse período, a necessidade, sentida pelos monarcas, de expandir seus territórios, riqueza e poder. Neste escopo, formula-se uma série de preceitos. O principal seria a ideia de que nação rica é nação com grandes reservas de moeda (metalismo). Destarte, há a valorização das balanças comerciais favoráveis como preocupação central.

Realizam as principais economias do período, Espanha, Holanda, Portugal, Inglaterra, entre outras, um chamado “pacto colonial”, no qual se forçava suas colônias a comprarem manufaturas metropolitanas e a venderem suas matérias-primas apenas a seu colonizador. Incentiva-se também o desenvolvimento industrial nesse período.

Ainda, graças ao movimentado comércio marítimo, os Estados buscavam manter uma marinha mercante, protegendo seus navios, e até saqueando navios alheios. Neste ínterim, há a ascensão da Holanda como potência náutica, que será, porém, mitigada pelo protecionismo inglês. Todas essas disputas pela hegemonia comercial ensejaram algumas guerras neste período (HUBERMAN, 2008).

Todavia, há de se esclarecer que o comércio internacional começa a se acentuar. As Cruzadas (que aparentemente eram um movimento de expansão do pensamento cristão pela Europa) acabam contribuindo com essa especificidade, na abertura de novas rotas comerciais e proporcionando aos empreendedores somas consideráveis do saque das cidades e regiões novas “conquistadas”. No final desse processo houve grande acumulação de riqueza por parte de comerciantes e banqueiros, formando uma classe burguesa extremamente forte (HUBERMAN, 2008; NUNES, 2005).

1.2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS ESPECIFICIDADES DIALÉTICAS

Ora, o sistema capitalista de produção, como vimos, evidentemente se constitui maior e mais complexo. É constituído, assim, a partir de alguns ideários que buscam sua perpetuação enquanto ordem social que visa “liberdade” e “igualdade” entre todos, de acordo com Lessa e Tonet (2011).

Como dissemos, as grandes navegações dos séculos XV e XVI contribuíram grandemente para que alguns países europeus pudessem adquirir matérias-primas baratas, muito ouro e outras riquezas naturais (HUBERMAN, 2008). Mas, isso pode ser encarado apenas como um dos diversos condicionantes que propiciariam o aparecimento de um regime econômico diverso, multifacetado, e abstruso como é o Modo Capitalista de Produção. São estas imbricações que buscaremos elencar adiante.

Não podemos, é claro, traçar uma linha cronológica no mundo como um todo, comparando e caracterizando os sistemas de uma maneira linear, pois, não se pode esquecer que inexitem linearidades na história. O desenvolvimento é desigual entre todas as regiões do globo (ENGELS, 1875).

Não obstante, como já mencionado, o ser humano, em meados do século XV, já havia conhecido pelo menos três modos de produção da vida material, o *Comunismo Primitivo*, o *Escravidismo* e o *Feudalismo*, de acordo com as teorias marxistas. Em muitos países, no entanto, esses “modos de produzir” mesclavam-se até que o capital, e o sistema industrial, aos poucos, acabaram por prevalecer (MARX, 1997).

No Brasil, estávamos ainda em processo de “descobrimento” pelos europeus e as grandes navegações. Nossas terras eram ocupadas por variadas tribos indígenas, assim como boa parte da América Latina. Podemos afirmar, dessa forma, que nosso país nasceu em um contexto em que o mundo se encontrava em fase incipiente do capitalismo, ou, no mercantilismo (GALEANO, 1971).

De maneira predominante, contudo, entendemos que, especialmente na Europa, alguns importantes acontecimentos históricos de ordem econômica e política, e que carecem de boa elucidação, contribuíram grandemente para a mudança estrutural do que se conhecia por modo “capitalista primitivo”, para a moderna forma de organização social. Destacamos algumas revoluções burguesas, sobretudo a *Revolução Industrial* (iniciada na Inglaterra do século XVIII) e a *Revolução Francesa*, de mesmo período histórico e que abordaremos também, brevemente.

Não obstante, não podemos deixar de destacar a influência do pensamento alemão, principalmente da vertente *Idealista* que, em uma espécie de contraposição ao empirismo inglês, também se notabilizou como um dos mais notáveis florescimentos da especulação metafísica da filosofia ocidental, capaz de fascinar o mundo, segundo Santos (2006).

É com Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) que tal ideologia iria se concretizar e se tornar “absoluta” (para usar um termo hegeliano). Ela iria influenciar muitos pensadores a partir de sua formulação, inclusive o próprio filósofo materialista, Karl Marx (especialmente a parte de sua metodologia, a dialética – usada como parcela do desvelamento do mundo). Ao desenvolver a dialética (movimento contraditório, e constante) que segundo Hegel serviria para demonstrar o dinamismo da história humana, sendo, pois, a própria contradição (SANTOS, 2006).

No entanto, talvez o aspecto que mais caracterize mesmo a corrente *Idealista* seja o fato desta estar atrelada ao *Espírito Absoluto* (consciência de cada um – que se desenvolve primeiramente em cada um, e depois, no todo, para se tornar absoluta). Para Hegel, portanto, tudo seria racional, por ser formulado, antes, em nossa consciência. É a essência precedendo a materialidade (SANTOS, 2006). Marx iria contrapor-se a ele, nesse aspecto.

Assim, deve-se salientar que colocamos o movimento *Idealista* como uma revolução por entendermos que ela influenciou, tal qual a *Revolução Francesa*, e a *Inglesa*, o modo de pensar, a consciência daquela época (início do século XIX). Primeiramente na ciência, mas também, na percepção do mundo de então, embora discordemos, em boa parte, desta teoria, ao assumirmos postura marxista.

Mundo em que o capital passou a reinar e organizar nossas ações, ditando as regras da produção internacional, e, também, novas regras para o viver. Alteramos, com o passar dos anos, nosso modo de pensar, de agir, como se postar e como se vestir, mas, especialmente, alterou-se de maneira drástica o modo como passamos a produzir e a maneira como passamos a consumir o excedente produtivo, que foi tornado possível graças a indústria.

Contudo, devemos afirmar, de acordo com a teoria marxiana, que apesar de haver, também, diferentes alternativas de produção e de reprodução da vida material e imaterial em todo o mundo - que não eminentemente capitalistas -, para que pudessemos chegar, ulteriormente, ao máximo do desenvolvimento humano e material,

o mundo haveria de esgarçar todas as possibilidades deste sistema produtivo (MARX, 2008).

Não obstante, também é sabido que a maneira como tal sistema se impõe às pessoas, especialmente a partir das chamadas revoluções burguesas, com a alta concentração de riquezas, estratificação social, com o ritmo alucinante do trabalho fabril, as condições precárias de trabalho, etc., haveria de ser necessário pensar em outras possibilidades.

Aliadas a isso e, ao fato de terem surgido algumas teorias de desvelamento deste ordenamento social, como a própria teoria marxiana, que visivelmente tem influenciado no “espírito absoluto” social, tendo, inclusive, levado alguns países a realizarem grandes revoluções (caso da extinta URSS), cremos que seja possível vislumbrarmos outras formas de conceber a vida social.

Em tempo, acreditamos que os casos da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (que perdurara em boa parte do século XX – competindo com o Ocidente) e até mesmo, no caso da China, em tempos atuais, têm lançado sementes de outras possibilidades, talvez não ideais, mas, pelo menos, com mais equidade.

No entanto, também não poderíamos deixar de salientar que surgiram, com o passar dos anos, mesmo neste paradigma, outras formas de se conceber o capitalismo, numa tentativa de “reinventá-lo”. Marx (1996), aliás, compreende que essa é uma das especificidades do sistema em questão.

Nesta seara, convém destacar o que consideramos como uma ideia de “abrandamento do capitalismo”, surgida com o advento da Primeira Guerra Mundial, já no século XX, e, mais especialmente com o sucesso inicial da Revolução Russa de 1917, o chamado *Keynesianismo*. Tal ideário, que consideramos uma espécie de “meio termo” entre especificidades capitalistas e socialistas, numa escala internacional (com auge no período entre guerras) foi sendo refutada, pouco a pouco, até mesmo porque o modelo societal soviético foi entrando em decadência, e a ideia socialista também.

Bertonceli (2016) destaca o momento em que a teoria de John Maynard Keynes, e o chamado *Estado de Bem-Estar Social* tiveram influência. Segundo ela esse período foi o do início do século XX. Afirma também que Keynes defendia a importância da intervenção estatal sobre a economia e na política fiscal (especificidades socialistas) com o intuito de garantir o pleno emprego.

Ressalta ainda a autora que Keynes pregava que o Estado deveria ser responsável por garantias sociais mínimas com educação e saúde e que ele era contra

concepções liberais e políticas de privatização (outras características socialistas), apesar do mesmo entender ser possível convivermos no mesmo sistema econômico, apenas reformulando-o.

O que vale enfatizar é que o século XX foi um século de grandes acontecimentos e de transformações importantes, sobretudo de um avanço tecnológico nunca visto na história da humanidade, mas teve, ao mesmo tempo, grandes mudanças estruturais e crises do capital que ocasionaram duas grandes guerras. Além disso, as ameaças socialistas que surgiam, com força, especialmente na Europa, mesmo assim, não colapsaram o sistema, que sobrevive e se renova, a partir de então, com ainda mais facilidade.

Marx (1996), além de outras obras, inclusive, já afirmava que o capital tendia a se renovar com o tempo. Também afirmava que este sistema econômico, diferentemente dos anteriores, possuía enorme poder de renovação e dinamismo, o que poderia favorecer sua aparente infinitude.

Desse período também podemos destacar que os sistemas fabris, e as práticas inovadoras de produção, impuseram uma forma de viver ao mundo, muito peculiar e extremamente racional, técnica, em que a lógica trabalhista e mercadológica interferiu diretamente no convívio social das pessoas, transformando-nos em reféns do trabalho, do relógio, e, principalmente, do capital e do mercado.

No entanto, no aspecto de desenvolvimento social, a despeito do aparecimento da teoria keynesiana, de um capitalismo mais “humanizador”, em que se concebem algumas políticas sociais antes não concebidas pelos liberais clássicos, pouco tem se assegurado dessa vertente em dias atuais, especialmente a partir da derrocada do socialismo soviético.

Outra coisa importante que devemos destacar deste sistema de produção, é que ele tem gerado, historicamente, uma enorme divisão social, uma sociedade estratificada, que se divide, segundo Marx e Engels (1993) em burgueses e proletariados. Os primeiros, detendo os meios necessários à produção, e os segundos, apenas a força de trabalho, e isso advém de tempos remotos, desde seu surgimento, a partir das revoluções burguesas que o constituíram.

Segundo os autores, enquanto os detentores dos meios de produção enriquecem, à classe operária apenas resta se contentar com o mínimo necessário à sobrevivência, além de ser obrigada, literalmente, a trabalhar várias horas por dia, gerando cada vez mais lucratividade aos patrões.

Aqui cabe considerar aquilo que Marx e Engels (1993) compreendem por “coisificação do homem”, que, sob a ótica do desenvolvimento econômico e da acumulação de capital pela classe burguesa, o ser humano fora reduzido, pelas relações produtivas, a uma mera mercadoria. É tratado como tal pelo fato de ter como remuneração do seu trabalho prestado o salário (mínimo necessário para sua sobrevivência e de seus familiares) e também porque desconhece, na maioria dos casos, o processo total do trabalho nas fábricas e indústrias, característica fundamental para sua completa alienação (MARX, 1993).

Marx, desde o início seus estudos, buscou compreender o modo capitalista de produção enquanto um sistema extremamente articulado para e pela comunidade burguesa, que havia se fortalecido, especialmente em alguns países centrais europeus (Inglaterra, França, Alemanha) a partir da expansão do comércio. Sua compreensão, no entanto, passava por entender seu surgimento na Inglaterra (NETTO, 2011).

Dessa forma, reiteramos que, segundo Marx e Engels (1993) e Marx (2008), as bases materiais, e a sistematização dessa sociedade são oriundas de uma abstrusa *Infraestrutura* - assunto que abordaremos detalhadamente mais adiante por ser central em nossa pesquisa. Por ora, podemos afirmar que nela as relações sociais estabelecidas buscam inculcar em nossas mentes que vivemos mesmo em um mundo de “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*”¹ para todos (MARX; ENGELS, 1993).

Para esses autores, há, por detrás das aparências, do caos visível, uma organização pautada nas relações materiais de produção, uma verdadeira *Infraestrutura* complexa, interconectada com uma *Superestrutura* que busca a perpetuação do sistema e dos ideais burgueses, tentando constantemente nos apreender (MARX, 1993; 2008).

Vale ressaltar, no entanto, do pensamento de Karl Marx, em suas obras, assim como seus sucessores, Engels, Lenin, e outros, que as relações sociais, no decorrer dos tempos históricos, propiciaram o desenvolvimento humano. Por isso, nenhum desses autores, a nosso ver, desconsidera algumas questões centrais positivas do capitalismo, sobretudo o desenvolvimento das técnicas e os aparatos tecnológicos, que esses mesmos compreendem como base para a Revolução Socialista, caso ela venha a suceder o atual estágio de desenvolvimento alhures, algum dia.

¹ Ideais difundidos da atual organização econômica e social capitalista, oriundos dos ideais Iluministas do século XVIII na Revolução Francesa (e que permanecem intactos nos dias atuais) (MELLO; DONATO, 2011).

Não obstante, o que se busca estabelecer, e que se apregoa constantemente, é que nos inserimos num mundo que, de acordo com Smith (1988), se não é perfeito é porque não o deixamos ainda atingir seu ápice, por meio das engrenagens correspondentes à “mão invisível do mercado”. Isso, para nós, se mostra como um grande equívoco.

Adam Smith (1723-1790), por sinal, considerado o pai da economia política moderna, se prostrou como defensor do protagonismo da elite, dos detentores dos meios produtivos, sobre a classe trabalhadora. Para ele, a hierarquia social é natural, e até benéfica. Suas obras são enviesadas pela ideologia da meritocracia, a qual consiste no fato de bastar termos vontade própria e determinação para alcançarmos o sucesso pessoal (SMITH, 1988).

Marx, e os autores que lhe sucedem, compreendem tais questões de maneira diferente. Marx critica, inclusive, a ideia smithiana de ensinar um ensino à classe trabalhadora, repassado em “doses prudentemente homeopáticas” (MARX, 1996, p. 476), já que a essa classe não seria preciso fornecer muito conhecimento, pois ela estaria predestinada ao trabalho braçal, a servir os patrões. Vemos, aliás, atualmente, esse pensamento ainda influenciar grandemente as formações sociais.

Quer dizer, mesmo Smith se considerando um humanista, era claro que sua visão de mundo e de sociedade buscava nos fazer crer que à classe operária caberia se conformar com sua posição de inferioridade, trabalhar e se contentar com um ensino fragmentado e também inferior ao ensino recebido pelas elites. Uma naturalização de problemas complexos e que possuem explicação no decorrer de processos históricos.

São com estas bases que a sociedade hodierna foi pensada para se transformar naquilo que conhecemos. Ou seja, fora montada uma grande estrutura para dar suporte ao modo de vida atual, visando a exploração do trabalho do proletariado, para que esse propicie aos mais abastados uma vida mais facilitada. Isso que Smith (1988) compreende de uma maneira a naturalizar foi, segundo Marx (2008), construído socialmente.

Adiante, para que possamos, mais detalhadamente, discutir o avanço do capitalismo pelo mundo, esboçamos, em sequência, os vários momentos em que o capital se redesenha, as variadas fases desse modelo de produção social.

Frisando mais no aspecto econômico e histórico, para compreendermos mais como se deram as bases da sociedade atual, quando da consolidação do sistema

econômico vigente, buscaremos caracterizar rapidamente alguns momentos importantes do desenvolvimento do capital.

1.2.2 As revoluções burguesas

Conforme supracitado, alguns momentos históricos do mundo moderno foram responsáveis por reestruturá-lo de maneira a favorecer o nascimento de um modo de produção voltado para o mercado, para o capital. O Velho Mundo, em que a principal fonte de energia estava concentrada na força humana e na tração de animais, logo se alteraria de uma maneira extremamente revolucionária.

Vários acontecimentos importantes mereceriam destaque, mas discutiremos rapidamente aqueles que consideramos primordiais, sobretudo a *Revolução Industrial*, na Inglaterra, e a *Revolução Francesa*, que, via de regra, deixaram, maiormente, um legado e transformaram o modo de produção existente de maneira mais drástica, em fins do século XVIII.

Proni (1997) ressalta que esse momento histórico, que teve a Inglaterra como predecessora, inicia-se, precocemente, nesse país, por conta de uma enorme desestabilização do Feudalismo nessa nação, ainda no século XVI.

Dos motivos podemos elencar o crescente estímulo às relações comerciais, aliado à coesão de interesses mercantis e produtivos, que passou a influenciar diretamente a condução da política britânica após a *Revolução Gloriosa de 1640*, em relação aos *cercamentos* (aquisição pela Coroa de grandes extensões de terras – com a expulsão de parte dos camponeses às cidades) e também as enormes transformações do campo nessa altura.

Existem, no entanto, outros motivos para tal acontecimento, mas, de modo geral, essa revolução alterou drasticamente a configuração territorial inglesa, propiciando um novo formato e novos métodos de produção para aquele país, e para o mundo.

Entretanto, com esse amplo abandono do campo, e a formação de enormes massas de indigentes e desocupados como uma volumosa reserva de força de trabalho livre e disponível para ser comprada, na destituição dos modos primitivos de fabricação para o trabalho fabril e assalariado nos pequenos burgos, estes espaços se transformariam em cidades modernas. Aos camponeses, expulsos do campo, restará

apenas a força de trabalho para que sobrevivam nas cidades, e isso facilitará o processo de surgimento do capitalismo industrial (MARX, 1996).

Conforme aponta Hobsbawm (1995), a Inglaterra, e sua *Revolução Industrial*, com início em 1760, propiciou sua investidura econômica no mundo inteiro e, por volta de 1830, com seu arcabouço industrial todo estruturado, esse país se prostrou como “a oficina mecânica do mundo”, possuindo as bases para a expansão do sistema de indústrias em todo o planeta. Por isso a importância de compreender este contexto, pois, o que possuímos hoje, no mundo inteiro, em relação a moderna produção industrial, têm, como berço, esta nação.

Já a *Revolução Francesa*, outro grande momento responsável pelo surgimento do capitalismo moderno, e que aconteceu praticamente em sequência à inglesa, 1789, teve conotação ideológica e criou as bases do liberalismo econômico. Ela foi uma revolução burguesa contra a aristocracia e as regalias da nobreza, que eram muitas, na época. Como característica peculiar, podemos afirmar que ela se diferencia de outras revoluções por considerar reivindicações e movimentos sociais diversos, também das classes mais oprimidas na época (MELLO; DONATO, 2011).

Huberman (2008), debruça-se sobre a França do século XVIII para buscar compreender as especificidades políticas e econômicas que ensejaram a revolução de 1789, alterando extremadamente as estruturas da cultura e da sociedade europeia, inaugurando uma nova ordem. Afirma que na França desse período, como em outros países, persistia uma estratificação rígida dentro daquela sociedade, dividindo-se em “Primeiro” e “Segundo Estados” (nobreza e clero), demasiadamente privilegiados. Havia também o chamado “Terceiro Estado”, (restante da população – mais de 95%), que sofria com uma pesada carga tributária imposta pela minoria dominante.

Partindo do pressuposto de necessidade de substituir a velha ordem, grandes pensadores de renome, tais como *Adam Smith, Voltaire, Diderot*, entre outros, fisiocratas e enciclopedistas, engrossaram o coro da burguesia de obter poder no campo político, tal qual o grande prestígio de que já gozavam no campo econômico. O terceiro estado se transformaria então no sustentáculo daquela sociedade e, o que garantiu a revolução (HUBERMAN, 2008).

Nesse ínterim, havendo facilidades para o repasse da nova ordem econômica que se desenhava às diversas nações tais como a industrialização e o modelo liberalista defendido nesse período pelas principais economias europeias, pode-se indicar que obviamente tiveram importância fundamental para o processo de desenvolvimento

dessas nações, sobretudo na prosperidade econômica alcançada (por alguns países centrais), e, hoje até, em escala global. Contudo, gerou uma enorme desvalorização das condições necessárias ao desenvolvimento humano, com situações de extrema degradação dos trabalhadores nos sistemas fabris (PRONI, 1977).

Além do desenvolvimento por teóricos de ideologias que sustentavam as revoluções naquela parte do mundo, havia a elevação da economia inglesa, industrial, que, apoiada pela exploração nas suas colônias, aliada ainda ao processo de dissuasão do liberalismo econômico pela *Revolução Francesa*, favoreciam a ideologia burguesa que, segundo Huberman (2008), não possuiria outro momento mais oportuno para se acabar com os privilégios da velha nobreza, por estar essa classe, sendo esmagada, tal qual a classe ainda menos favorecida, a camponesa, que os apoiaria, sobretudo na França.

A Inglaterra ainda contava com uma consequente posição de superioridade frente aos demais países. No entanto, dada a velocidade com que a teoria liberalista e a industrialização se expandiam, desenvolveram-se, num segundo momento, com grande potencial, França e Alemanha na Europa e os Estados Unidos no continente americano. Este período dará sustentação para o que Proni (1977) designa como a “primeira onda de desenvolvimento” no primeiro quartel do século XIX.

Convém destacar que embora esses países tivessem sofrido um desenvolvimento do capitalismo quase num mesmo momento, eles tiveram, na realidade, um desenvolvimento de suas indústrias e do ramo produtivo como um todo, de modo desigual, e cada um, com sua peculiaridade, ofereceu ao mundo, especificidades diferentes. Na realidade, é típico do capitalismo o desenvolvimento desigual e combinado (ENGELS, 1875; SANTOS, 1977).

Cabe deixar claro que foram sobre os já citados países, em que o capitalismo se desenvolveu primeiramente, especialmente Inglaterra, França e Alemanha, que autores como Marx e Engels (fundamentais em nossa pesquisa), além de outros, se debruçaram no intuito de entender o funcionamento e enraizamento do modo de vida preponderante ainda em dias atuais.

Todavia, para que possamos compreender os processos fundantes do capitalismo, faz-se necessário citar alguns apontamentos importantes que possibilitaram às revoluções burguesas citadas a criação de alguns importantes sustentáculos que deram base para o surgimento e fortalecimento do capitalismo, que era incipiente .

Meios de produção

Como sabemos, o *Modo Capitalista de Produção* só é possível graças a um conjunto de regras e situações que propiciaram a esta formação econômico/social se constituir e permanecer assim. Por isso, queremos elencar as principais.

Desde quando o homem foi expulso do campo, como vimos, na Inglaterra, pelos *cercamentos*, mas também em outros países com contextos e situações um tanto parecidas, e, com a necessidade desse em trabalhar para adquirir seu sustento e o da família, apenas restou a esse homem o trabalho braçal nas indústrias que surgiam, inicialmente, nos burgos (pequenas cidades).

Quer dizer, esses homens, aliados àqueles que já viviam nas cidades, pequenos artesãos e donos de oficinas, aos poucos foram sendo obrigados a venderem sua força de trabalho, pois, os que viviam no campo, não tinham mais de onde tirar seu sustento. Aos que viviam nas cidades e produziam em pequena escala, logo, pela incapacidade de competir com as grandes indústrias (que produziam em muito maior velocidade e com muito mais qualidade dada a eficiência das novas máquinas) restaria tirar seu sustento nas fábricas, haja vista o fato de não já conseguirem mais garantir suas necessidades básicas, tampouco, aos seus (MARX; ENGELS, 1993).

Desta maneira, há a expropriação dos meios de produção, pelos capitalistas, donos das fábricas, que, possuindo tais meios, produzindo com alta competitividade, com maior qualidade e padronização dos produtos, foram, aos poucos, tomando o mercado consumidor para si (MARX; ENGELS, 1993).

O homem, que antes produzia praticamente tudo o que consumia, ou adquiria por escambo, passa a ser possuidor tão somente da única coisa que o capital necessitava “[...] Expropriados, passam a ser possuidores de uma única mercadoria – sua força de trabalho. Proletarizados, são convertidos em trabalhadores assalariados” (TEIXEIRA; SOUZA, 1985, p. 66).

Nesse sentido, na ida do homem comum até o mercado para negociar sua mercadoria única, ele nada mais se torna do que um escravo, para os autores, ou, uma mercadoria. Isso significa que o comprador, o detentor dos meios de produção, adquire o direito de usufruir de tal mercadoria, o trabalho do proletário, caracterizando a dicotomia entre possuidores e não possuidores (proprietários dos meios de produção/proletários).

Logicamente, as principais necessidades humanas, que antes eram garantidas de maneira mais rústica, sendo que todos eram “proprietários” do meio natural, de onde

retiravam sustento próprio, com o desenvolvimento do capital, e com o abarcamento, pelos capitalistas, dos meios de produção, restou somente se submeterem ao dono da indústria.

Sobre as necessidades básicas de todos nós, trabalho, além da educação, especifica Konder (2000) que todas as sociedades vivem porque consomem, mas para consumir necessitamos de produção, portanto, do trabalho. Não podemos fugir disso, ainda mais quando a ordem estabelecida não deixe outras possibilidades.

Ademais, Mazzarella (2009) afirma que o processo de afastamento das pessoas das áreas rurais, juntamente com a crescente expansão industrial, aliadas ao estilo moderno de vida nas cidades foram responsáveis, em grande parte, pelas diversas mudanças estruturais que ocorreram e fizeram com que as necessidades das pessoas sofressem também alterações.

Aqui queremos reafirmar que entender a realidade e o mundo que nos cerca é tarefa difícil. As análises e descrições realizadas até este momento tem pretensão de demonstrar, didaticamente, o quanto o Modo Capitalista de Produção foi se desenhando por movimentos revolucionários e o quanto tal modo tem transformado nosso mundo do trabalho. Todavia, devemos frisar que a realidade possui maior complexidade e é preciso muito mais para apreendê-la.

O trabalho e a mais-valia

O trabalho, para Marx (1996) é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza. Nesse processo, mediado pelo homem, ele controla seu metabolismo com a natureza, ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural pondo em movimento as forças naturais pertencentes a sua naturalidade. Nesse processo, o homem, ao modificar a natureza, modifica a si mesmo. Com o advento do capitalismo, da maquinaria, contudo, esse processo é alterado.

Conceito fundamental em Marx e em toda sua teoria, a *Mais-valia* é, para ele, explicação lógica e a maneira que os burgueses encontraram para aumentar o acúmulo de capitais e para se perpetuarem enquanto classe dominante (MARX, 1996; 1998).

A *mais-valia* seria o trabalho não pago pelo capitalista, ao trabalhador. Bottomore (2013) afirma que a extração da *mais-valia* é a forma mais específica da exploração do trabalhador pelo capitalismo, pois, o excedente do trabalho do operário tomará a forma de lucro ao patrão.

Assim, explicita:

A produção capitalista é uma forma (na verdade, a forma mais generalizada) de produção de MERCADORIAS. Os produtos são produzidos para a venda como valores que são medidos e realizados na forma de preço, isto é, enquanto quantidades de dinheiro. O produto pertence ao capitalista, que obtém mais-valia da diferença entre o VALOR do produto e o valor do capital envolvido no processo de produção. O último é constituído por duas partes: o capital constante, correspondente ao valor despendido em meios de produção, que é simplesmente transferido para o produto durante o processo de produção; e o capital variável, que é utilizado para empregar trabalhadores, pagos pelo valor daquilo que vendem, sua FORÇA DE TRABALHO. O capital variável é assim chamado porque sua quantidade varia do começo ao fim do processo de produção; o que no início é VALOR DA FORÇA DE TRABALHO ao término é valor produzido por esta força de trabalho em ação. A mais-valia é a diferença entre esses dois valores: é o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca. Não há, aqui, uma troca injusta, mas o capitalista se apropria dos resultados do trabalho excedente não pago (BOTTOMORE, 2013).

Essa exploração resultará do fato da classe trabalhadora produzir um produto que, líquido, poderá ser vendido por mais do que ela recebe como salário. O lucro será adquirido da diferença do valor do produto final e o valor gasto para produzi-lo (e neste valor gasto está inserido o gasto com o trabalhador).

Dessa forma o trabalho adquire outra significação no processo capitalista. Ele já não pode mais ser considerado da mesma maneira que era quando o homem mediava o processo como um todo. Na sociedade capitalista, o trabalho humano adquire outro viés, de estranhamento, um caráter fetichizado, que transforma homens em coisas e coisas em homens. Por isso, essa especificidade humana adquire uma conotação diversa, de marginalidade, de obrigação. Tais características empobrecem o trabalho (CHAUÍ, 2006).

A riqueza, por sua vez, é acumulada através desse processo que, ontologicamente, explica a essência humana, a especificidade que nos diferencia dos demais animais, pois, somente nós, humanos, temos capacidade de nos materializar pelo trabalho, de nos realizar por meio dele, criando aquilo que imaginamos e que necessitamos, com a ajuda das riquezas naturais (MARX, 1985).

Assim, através do trabalho social, da materialidade das relações de produção, podemos explicar e chegar à compreensão do momento que vivemos hoje, produzindo homens alienados, em seu trabalho, e pelo consumo de mercadorias e ideologias adversas e supérfluas que na realidade só contribuem para manter o *status quo* de alguns poucos abastados e para a permanência de uma abismal hierarquização social, aliás, condizente com o que afirmara Marx (1996).

Hierarquização essa, característica fundamental da sociedade atual. A sociedade enviesada pela ideologia burguesa, na realidade, necessita da estratificação para que possa se sustentar, pois há a necessidade de mão de obra livre para movimentar a indústria e criar a *mais-valia*, que a sustenta (MARX, 1996).

Assim, queremos afirmar que o trabalho tem adquirido, com o passar dos anos, outra característica, que não aquela que Marx (1996) considera como de afirmação da essência humana, que dá sentido à vida do homem, mas sim, uma conotação negativa, de desumanidade.

Ademais, consideramos que a vida humana, na realidade, consiste em muito mais do que a reprodução biológica de fato. Os anseios de toda uma população mundial vão além. “A luta de classes, os sentimentos humanos, ou mesmo uma obra de arte, são alguns exemplos que demonstram que a vida social é determinada por outros fatores que não são biológicos, mas sociais” (LESSA;TONET, 2011, p. 17).

Ora, possuímos sim variadas necessidades, que perpassam a mera sobrevivência ou preservação de nossa espécie atualmente; contudo, o sistema capitalista de produção acabou por exacerbar em nós, sentimentos diversos de obtenção de mercadorias, as quais, muitas vezes, não atribuem muito significado em nossas vidas, mas servem para “movimentar as economias”, favorecendo um mundo multifacetado pelos mercados.

Por conseguinte, acreditamos que a despeito do que se repassa ideologicamente, não há possibilidades, dentro da lógica capitalista, de haver pleno emprego a todos os indivíduos, pois, faz-se necessário um “exército de reservas” sempre disponível para que as relações sociais, de trabalho e exploração se perpetuem .

Por todas essas questões é que, para nós, a teoria marxista de compreensão social, ainda possui extrema relevância e nos ajuda no entendimento desse contraditório meio que nos aliena e nos oblitera dos sentimentos revolucionários.

Entendemos que a mídia em geral, elemento central em nossa pesquisa, tem responsabilidade nesse campo, pois, assim como a escola, as igrejas, e outras instituições, constitui-se como um verdadeiro aparelho ideológico, voltado a moldar nossas ações. Só que ela, atualmente, além de se constituir como principal aparelho ideológico, estando presente na vida de todos, busca se apresentar, via de regra, de uma maneira neutra, desvinculada de qualquer formação discursivo-ideológica, quando, na verdade, não o faz.

Voltando na discussão, destacamos ainda Antunes (1953), que na busca por entender as metamorfoses do mundo do trabalho no capitalismo, discorre que há, na

atualidade, uma espécie de desemprego estrutural como uma de suas diversas processualidades contraditórias.

Destarte, há uma consistente e permanente estratégia no sentido de enfrentar as barreiras e os limites para o capital. Dessa forma, o sistema alcança um caráter de longevidade menos presente nos diferentes modos de produção historicamente conhecidos (HARVEY, 2013; PRONI, 1997).

As desigualdades sociais

Todas essas questões têm gerado, historicamente, desigualdades sociais consideráveis. Não que em outros modelos de organização social/econômica isso não existisse, como no caso do *Escravidismo* ou do *Feudalismo*, mas, no *Modo de Produção Capitalista* essas desigualdades só aumentam e tendem, com seu desenvolvimento, a continuarem aumentando, pois, como vimos, a desigualdade, a classe subempregada se faz necessária para que a exploração possa permanecer.

O que se pode afirmar, inicialmente, é que, mesmo na *Antiguidade*, a história humana já demonstrava ser, para Marx e Engels (1993), história da luta de classes, remontando às lutas entre homens livres e escravos e das lutas entre as categorias estamentais da própria sociedade feudal.

É sabido que tais autores consideram que haja apenas duas classes sociais, por sinal, antagônicas: a do burguês e a do proletário. A primeira, detentora dos meios de produção e a segunda, detentora somente de sua força de trabalho.

Todavia, essa divisão social tem gerado, com o passar dos anos, muitos conflitos e contradições, haja vista a condição desigual de desenvolvimento humano e social entre as pessoas devido à essa especificidade.

Pode não parecer tão visível essa luta das classes antagônicas, mas os contrastes deixados pelo modo de viver atualmente também se fazem notáveis, afinal, com o desenvolvimento das grandes cidades, e mesmo as de menor porte, é possível de se perceber que elas se desenharam, no desenrolar histórico, de maneira a segregarem as pessoas conforme sua condição social.

Enquanto aos mais abastados reservam-se os melhores locais nos grandes centros urbanos, com luxuosas construções, condomínios e amplos espaços, à classe menos abastada, resta se amontoarem nas periferias e favelas e se sujeitarem a trabalhos mal remunerados, em condições de precariedade, quando não comporão o exército de reserva, sedentos por uma oportunidade, qualquer que seja.

Assim, cabe salientar que devemos nos aperceber destes importantes condicionamentos para tornar possível a compreensão da sociedade em que vivemos atualmente, do modo de produção da vida material, e imaterial, a qual todos somos impelidos.

Já afirmamos anteriormente que se faz fundamental compreendermos a sociedade e entendê-la enquanto um emaranhado de complexidades e contradições, regido pela materialidade das relações sociais e econômicas. Nossa discussão se propõe a considerar essa lógica, percebendo as características do sistema econômico vigente para atingirmos a compreensão do que alimenta a percepção e a crença das pessoas de que tal sistema econômico seja encarado a partir desses vieses, ou seja, como afirma Marx (1996), como “o fim da história”.

Como sabemos, Karl Marx dedicou sua vida intelectual à captação daquilo que pudesse desvelar o capitalismo. Entre toda a formulação de sua teoria, criou, para a explicação da organização social, aliado ao conceito da *Infraestrutura*, o da *Superestrutura*, que juntos formam a base de sua tese e que visualiza nosso mundo dentro de um sistema contraditório e exploratório, e que, por isso mesmo, deverá ser superado (MARX; ENGELS, 1993).

É no conceito de *Superestrutura* que nos debruçaremos no capítulo seguinte para entender quais os meios engendrados, e de qual maneira os utilizam para nos apreender à visão dominante, e como se institui a *Ideologia* que busca nos moldar enquanto cidadãos de uma sociedade regida pelo capital.

Também temos por intenção, nas páginas seguintes, interpretar a *Infraestrutura*, que compreende a organização social, formada pela matéria-prima, pelos meios de produção e, inclusive, pelos trabalhadores, em que se dão as relações gerais de produção (MARX, 2008), intimamente ligadas ao conceito anterior.

Infraestrutura que se desenvolve a partir do capital em circulação. Isto é, sem o capital e as relações econômicas que se sucedem e que transformam o *valor de uso* das mercadorias em *valor de troca* - atribuindo um valor econômico a elas (que possibilitará sua equiparabilidade às outras mercadorias – e o que possibilitará a troca comercial) o capitalismo não se sustentaria. Ele é responsável por criar um mais-valor ilimitado às mercadorias e aos capitalistas. Conforme Marx (2011) ele é “movimento contínuo de criar mais-valor”.

Capítulo dois

A PRODUÇÃO DA VIDA IMATERIAL E A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO BURGUEÊS: ANTECEDENTES PARA A RELAÇÃO ENTRE MÍDIA E IDEOLOGIA

INTRODUÇÃO

No capítulo um pudemos compreender as nuances do Modo Capitalista de Produção, que transformaram o mundo naquilo que conhecemos atualmente e perceber que foram as grandes revoluções materiais e ideológicas que nos trouxeram até esta realidade. Neste segundo capítulo, buscaremos demonstrar a importância de instrumentos imateriais que também possuem relevância na formação da sociedade moderna.

Para Marx, o Estado, por exemplo, está sempre a serviço da classe dominante, buscando manter o *status quo* (MARX, 1993). Percebemos essa característica em vários segmentos, dos meios de comunicação em geral aos assuntos do dia a dia, abordados por todos os lugares.

No entanto, questionamos o que nos leva a pensar de tal forma? Por que a ideologia dominante é a que permanece como verdade, ou, pelo menos, com poucos questionamentos? Em nossa visão, é o sistema econômico e social vigente, da maneira como foi estruturado, que possibilita uma espécie de “contentamento social” e uma “naturalização das coisas como são”. É o que tentaremos problematizar nas próximas páginas.

Este capítulo se faz fundamental dentro de nosso trabalho, especialmente porque julgamos nosso universo sendo regido a partir de algumas imposições, sobretudo, no modo de produção vigente, regido pela *Infraestrutura* política/econômica, e complementado pela *Superestrutura*, jurídica e política. Quer dizer, para nós, é impossível tentarmos observar o universo existente se não considerarmos essas especificidades.

Assim, buscaremos abordar estes dois importantes conceitos marxistas - *Infraestrutura* e *Superestrutura* - para a sociedade que preza pelo capital, além de

discutirmos, por último, um pouco sobre a ideologia, como conceito, relacionando à ideologia dominante. Isso é necessário para que possamos, nos próximos capítulos, compreender como os elementos midiáticos trabalham dentro dessa perspectiva, nos moldando, repassando a ideologia liberal/conservadora prioritariamente, mesmo que em alguns casos essa especificidade não se dê de maneira explícita, e, até mesmo, em outros, de maneira inconsciente por aqueles que são responsáveis por nos transmitir mensagens.

2.1 INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA CAPITALISTA

Como já afirmamos, até aqui, procuramos, em nosso trabalho, estabelecer as bases do sistema capitalista de produção como um modo de organização social que traz, em seu bojo, explicações que podem ser buscadas mesmo antes de sua constituição, ou seja, em modos de produção que o antecederam. Isso tudo, no sentido de compreendermos as bases para o que consideramos central em nossa discussão, o fato de sermos tão grandemente influenciados pelas mídias atualmente, sendo estas, parte da *Superestrutura* que nos cerceia, como veremos.

Acreditamos que a ideologia dominante, de caráter burguês e de naturalização dos problemas sociais seja a vertente mais usual nesses meios, mas isso é o que buscaremos investigar nos próximos capítulos.

Entrementes, começaremos agora a abordar mais profundamente esses importantes conceitos da teoria marxiana, por considerá-los relevantes na contextualização e entendimento da sociedade capitalista. Ora, afinal, a *Infraestrutura* compreende o alicerce do capitalismo, e a *Superestrutura*, as “instâncias superiores”, que o justificam.

Assim, Marx explicita, no Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*:

[...] As relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil" (MARX, 2008, p. 47).

Ainda, podemos considerar o que nos aponta Althusser (1970, p. 13). Ele afirma que “não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção”. Não há, portanto,

produção sem pensarmos os meios de assegurar que ela possa se reproduzir, não há produção, nem reprodução se não possuímos uma base sólida para isso.

E, para este autor, [...] “ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo Aparelho Ideológico material de que relevam as ideias desse sujeito” (ALTHUSSER, 1970, p. 88-89). Mais à frente discutiremos um pouco sobre os Aparelhos Ideológicos de Althusser, que também ajudarão na compreensão de como a sociedade capitalista é regida, interpretação com a qual comungamos.

Naturalmente, Marx concebe-se um materialista por considerar que tudo provém da matéria, inclusive nosso próprio pensamento, que necessita das conexões neurais para acontecer, e compreende que as instituições, as relações de trabalho, de hierarquia, etc., “são como são” por serem frutos das relações humanas no decorrer da história.

Marx (2008) não acredita que a exploração humana, o trabalho alienado, as desigualdades de condições sociais expliquem-se por uma interpretação idealista, que não considere o mundo real e as relações existentes nele.

Nesse ínterim, salienta:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Assim, o autor estabelece como se organiza a vida dos indivíduos subordinados ao *Modo de Produção Capitalista*, que já demonstrava sinais de complexidade, mas que ainda não havia passado por importantes processos desveladores. Isto, para nós, denota ainda mais a grandeza de sua construção teórica.

Destarte, Marx compreende e explicita com certa facilidade a maneira como se apresentava a organização social que ainda estava eclodindo, sobretudo nos países centrais europeus, e também na porção norte-americana de nosso continente. A partir dessa compreensão inicial, desenvolve todo um complexo estudo no sentido de desvelar a *Infraestrutura* social condicionada, sobretudo, pela classe burguesa, então crescente no contexto daquele período histórico.

Vários autores, de Althusser (1970) a Chauí (1981), buscaram desenvolver, a partir da extensa obra marxiana, a compreensão dessa grande estrutura que organiza e “dá as cartas” na dinâmica pautada pelo mercado e pela acumulação do capital.

Para Althusser (1970) é característico do Estado buscar, por meios repressivos, e utilizando-se também dos “Aparelhos Ideológicos”, que dizem respeito à *Superestrutura*, comandar e repassar para todos a ideologia burguesa. Mas afirma que a *Infraestrutura* está na base da sociedade compreendida por Marx, contemplando as relações econômico/sociais.

Logo, *Infraestrutura* e *Superestrutura*, na teoria marxista, ou, *Materialismo Histórico-Dialético*, leva-nos ao entendimento da história das sociedades humanas, através dos fatos materiais, essencialmente econômicos e técnicos. A sociedade, na comparação com um edifício, teria, nas suas fundações, a *Infraestrutura* (representada pelas forças econômicas e políticas), enquanto o edifício em si, a construção, seria a *Superestrutura* (representada pelas ideias) (MARX, 2009; ALTHUSSER, 1970).

A propósito, em *A Miséria da filosofia* (2009) na qual Marx estabelece algumas polêmicas com Proudhon, seu contemporâneo, ele afirma que as relações sociais são completamente interligadas às forças produtivas, adquirindo, assim, novas forças produtivas. Com os homens modificando seu modo de produção, a maneira de garantirem seu sustento, modificam-se todas as relações sociais. O moinho a braço, por exemplo, ajuda a explicar a sociedade com o suserano, já o moinho movido a vapor, explica a sociedade do capitalismo industrial.

Nessa afirmação, entendemos que Marx defende rigorosamente que a *Infraestrutura* é quem determina, pelo viés econômico, todas as sociedades humanas. Contudo, busca também estabelecer uma constante interação e interdependência entre os dois níveis que compõem a estrutura social, com prevalência da primeira sobre a segunda. Ou seja, são os fatores político/econômicos que interferem mais diretamente nos sociais, mas isso não quer dizer que o segundo também não interfira, por vezes, diretamente, no primeiro.

A *Infraestrutura*, em evolução constante, é determinante em nossas vidas, mas há, no entanto, uma relação de mão dupla com a *Superestrutura* que, em certo grau, também poderá influenciar, em dado momento, na constituição da primeira no devenir histórico. É justamente essa situação que abordamos neste trabalho, a de que, por vezes, os elementos da *Superestrutura* capitalista interferem, diretamente, nas estruturas

sociais, especialmente no que tange à valorização das condições atuais de existência, da primazia pelo capital.

Ademais, “[...] As ideologias se desenvolvem com algum grau de autonomia, de acordo com a matéria tradicional específica acumulada, exercem influência retroativa sobre a base econômica e condicionam as forças do desenvolvimento histórico” (MARX; ENGELS, 1993, p. 14).

Salienta Marx (2008), já no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, que em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung* (Gazeta Renana), encontrou-se na obrigação de opinar sobre os chamados “interesses materiais” das pessoas, já naquela época. Alguns debates calorosos a esse respeito o fizeram aprofundar seus estudos nessa área, por considerá-la de extrema relevância.

Nesse ínterim, negando veementemente as acepções idealistas de entendimento social, chega à compreensão de que a anatomia desta sociedade burguesa deveria ser desvelada pela Economia Política e que as forças produtivas, desenvolvidas no seu seio, criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver os antagonismos existentes, até que se criem condições de uma nova possibilidade de organização social (MARX, 2008).

Sendo assim, compreendemos que para haver entendimento da disposição social em geral do capitalismo, deve-se levar em consideração o desenvolvimento de sua *Infraestrutura* e de seu constante movimento, espiralado. Marx (2008) considera ainda que a economia política tem capacidade de responder os questionamentos existentes sobre as relações sociais diversas, pois, praticamente tudo depende da política e da economia.

Dada a fundamental importância, portanto, das relações político/econômicas, bem como das relações de classe, devemos buscar entendê-las profundamente, compreendendo seus desígnios, buscando abstrair suas contradições, que são muitas. Quer dizer, tudo está inter-relacionado e as diversas especificidades se completam num todo, numa rica totalidade de determinações que formam, aparentemente, um caos, sendo, não obstante, complexas e intrincadas (MARX, 2008).

Como as relações de produção determinam, em certa medida, a organização social nos variados momentos históricos, Marx (1996) afirma, inclusive, no prefácio d’*O Capital*, que se você quer entender como se dava a organização de um determinado momento, deve, antes de buscar os teóricos daquele período, buscar como era a

produção, o que e como se produzia, devido à influência direta que esta produção (e as relações classistas) tiveram, em relação ao modo como viviam aquelas pessoas.

Concordamos com Gomes (2005, p. 129) quando afirma que “ao projetar para o centro da análise o problema da produção e da reprodução da vida humana, a visão marxista da sociedade torna possível uma descrição ontológica do ser social sobre bases eminentemente materialistas”.

Quer dizer, Marx busca compreender a sociedade em geral a partir da necessidade que temos de produzir, desde nosso alimento e moradia a mais supérflua mercadoria. Partimos dessa finalidade para nos desenvolvermos, mas tudo isso está subordinado à materialidade, ao concreto, às relações que se dão dentro dessa lógica produtiva, atrelada diretamente às nossas reais necessidades. Essa base produtiva compreende a *Infraestrutura*, base totalizante.

A esfera econômica então se mostra essencial, constitui-se como principal domínio dos problemas vitais de nossa época. Não podemos desconsiderar jamais sua importância e renegá-la. A esfera econômica é, pois, nosso concreto visível, nossa base (GOMES, 2005). Aqui, porém, devemos destacar que os sujeitos e as classes sociais têm papel de destaque, até porque, são eles que compõem essa esfera.

Na interpretação de Williams (1979, p. 78), “a proposição da infra-estrutura determinante e da superestrutura determinada foi considerada, comumente, como sendo a chave da análise cultural marxista”. Para esse autor, dessa forma, não se pode compreender o pensamento marxista sem considerar tais conceitos.

Williams (1979) chega a dizer que os termos *Infraestrutura* e *Superestrutura* em Marx, tiveram, em dados momentos, conotações diferentes conforme a caminhada do mesmo. No entanto, sempre buscavam se referir à organização social a que ele se dedicava interpretar, e sempre se relacionavam. Afirma ainda que analistas ortodoxos tentaram pensar os dois conceitos em separado, perdendo, assim, alguns processos importantes em tentar compreendê-los separadamente.

Considerando a magnitude da compreensão da “base” estrutural capitalista no processo de formação intelectual e social humano, percebemos que, ao adquiri-la, temos facilitado a percepção do mundo que nos rodeia. Ao atingirmos tal maturidade, achamos que é possível agir como verdadeiros atores dentro dessa base.

Ora, como marxistas que somos, entendemos que é possível a transformação social, a busca por uma sociedade, senão ideal, com menores índices de exploração humana e melhores acessos aos que, historicamente foram desfavorecidos. Para tanto,

faz-se fundamental compreendermos os processos que criam sujeitos desiguais e entendermos que este processo perpassa a ideia da *Infraestrutura*.

Neste procedimento em que aparece a exploração, as forças produtivas em geral são determinadas por uma lógica que priorize, antes de qualquer coisa, o acúmulo de riquezas aos investidores. Para isso, tende-se a estabelecer estratégias específicas para garantir essas ações, e a *mais-valia* se faz, portanto, extremamente necessária.

Vale ressaltar aqui que no processo de trabalho, o trabalhador age sob o controle total do patrão/dono dos meios de produção, que cuidará para que o primeiro utilize apenas o material necessário à fabricação dos produtos a que se propuseram, evitando desperdícios. Assim, utiliza-se também o máximo possível da força de trabalho do operário (MARX, 1996).

Logo, considerar que apenas a falta de vontade, ou o fato de o trabalhador não poupar dinheiro, como se vê alguns, normalmente de pensamento liberal afirmarem, para que possam ascender socialmente, trata-se de uma visão equivocada. Ademais, conforme já destacamos, o salário que é pago ao trabalhador consiste no mínimo necessário ao seu sustento e de seus familiares (MARX, 1993; 1996).

Portanto, o trabalhador que quiser buscar melhores condições de vida, nesta estrutura, terá que se sacrificar muito mais do que o empresário capitalista, que tem seu lucro garantido, unicamente por possuir os meios produtivos, e, ainda mais pela exploração do operário, ao qual se designa o mínimo necessário. Aí está uma equação que não se explica pela “não vontade do trabalhador”, mas, pela falta de possibilidades.

Nessas condições, ao se analisar a *Infraestrutura* que sustenta a sociedade capitalista, em que os meios produtivos e as relações econômicas são a base do edifício, dentro de uma construção histórico-dialética, podemos perceber mais facilmente, e mais justamente, os verdadeiros meandros que fazem essa sociedade, extremamente dividida em classes e calcada na exploração de “homens sobre homens”.

Dando continuidade nessa análise, aos processos históricos e sua organização pela interpretação marxiana, também trataremos do segundo conceito, não menos importante, o da *Superestrutura*, abordando aspectos desse modelo social que corroboram com a visão de que ela foi sendo construída de modo a privilegiar o que entendemos como “ideologia dominante”.

Conforme salienta Althusser (1970), nossa sociedade é regida por alguns aparelhos, extremamente ideológicos, os quais têm a incumbência de nos “preparar” para sua contemplação. Para ele, ao nos questionarmos sobre o que é a sociedade,

teremos como resposta a metáfora do edifício, de Marx, citada anteriormente, e sustentado pela *Infraestrutura* (base sólida), possuindo ainda outro nível, que compreende a *Superestrutura* (composta pelos níveis Jurídico-político - que são preenchidos pelo Direito, pelo Estado e pela Ideologia), que se encontra nos “andares de cima”.

Aquilo que Marx chamou de *Infraestrutura*, ligada a fatores econômicos, explica-se e busca se estabelecer pelos instrumentos designados para isso: o Estado, as próprias ciências físicas e naturais, as formas políticas, jurídicas, religiosas, filosóficas, etc. Vários são os instrumentos que procuram, ideologicamente, repassar as concepções burguesas de sociedade, de homem, de organização social, buscando se consolidar como a ideologia de todos e, assim, naturalizando a história (MARX, 1993; 1997).

Reiterando, esses “andares de cima”, porém, não são determinantes, e sim, influenciados pela sua base, mas há uma ação de retorno a esta (ALTHUSSER, 1970). Assim, destacamos que nossa organização social, e a cultura predominante, usam de alguns artifícios para que possam nos prender ao que lhes interessa.

Desta forma, deixamos de lado algumas das ações que são necessárias a um desenvolvimento integral, de uma formação que priorize o que Marx (2004) entendia por sujeito omnilateral², ou seja, um sujeito completo, de potencialidades diversas.

Segundo Althusser (1970), Marx concebe qualquer estrutura de sociedade como constituída por esses “níveis” ou “instâncias”, articulados por essa determinação específica: da *Infraestrutura* condicionante e da *Superestrutura* condicionada, tendo, todavia, uma retroalimentação entre as partes.

Antonio Gramsci (1891-1937), importante intelectual do século XX, com teoria mais completa e mais comumente utilizada que o primeiro no que se refere a...?, ao nosso ver, também foi “beber” na vertente marxista, e foi além. Este compreende a sociedade regida dessa mesma forma, mas nos aponta que na *Superestrutura*, já em sua época, existiam meios de se adquirir possibilidades de uma mudança radical, por entender que os intelectuais orgânicos³ dos partidos opositores aos interesses hegemônicos poderiam iniciar essa mudança (GRAMSCI, 1999).

² Em Marx, o conceito de omnilateralidade é de grande importância para a reflexão em torno do problema da educação. Ele se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação, pelas relações burguesas estranhadas (MARX, 2004).

³ Dentro da teoria crítica, esta é uma das principais contribuições gramscianas, a de estabelecer que, assim como há, na classe dominante, de acordo com a teoria marxista, um seleto grupo de intelectuais que dão respaldo e justificam as relações sociais existentes, como o técnico, o administrador, o economista, etc.,

A esse respeito, Mochcovitch (2004) salienta que os estudos de Gramsci e suas formulações teóricas, conceituais, vão no sentido de buscar a transformação social, e compreende, ao mesmo tempo, que Althusser possui uma visão mais reprodutivista, embora sua produção tenha adquirido também notória relevância.

Para nós, está clara essa diferenciação entre os dois autores, e concordamos que Gramsci possui uma contribuição mais global. Todavia, compreendemos que a teoria althusseriana, a despeito de ser taxada como mecanicista, reprodutivista, etc., corrobora com Marx, e com o próprio Gramsci, sobretudo em sua formulação da teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Estado este, que permeia a relação da *infra* com a *superestrutura*, dando respaldo às teorias dominantes, e, mais do que isso, dando suporte.

Ademais, não estando distante do pensamento marxiano, e do gramsciano, Althusser (1970), imaginando que seja justamente a partir da reprodução da força produtiva que se justifica a *Superestrutura*, propõe-se a analisar uma a uma de suas instâncias, o *Direito*, o *Estado* e a *Ideologia*.

O *Estado*, para ele, aí, aproximando-se de Marx e Engels, seria como um aparelho “repressivo” a serviço da classe dominante, surgida não muito antes de a classe burguesa assumir sua hegemonia:

O Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à classe dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista) (ALTHUSSER, 1970, p. 31).

A polícia, o exército, os tribunais e as prisões auxiliam e dão suporte ao *Estado*, como forças repressivas. No entanto, da teoria descritiva à teoria verdadeira, à realidade, o autor diz que é importante que esclareçamos, antes de fazer uma análise mais detalhada, retirar o essencial, como de fato funciona o sistema, e seus aparelhos ideológicos.

Gramsci (2002) apontava que a supremacia de determinado grupo social se dá de dois modos: pelo “domínio” e pela “direção intelectual e moral”. O grupo “dominante” busca liquidar, ou submeter os “dominados” de vários modos, até mesmo com a força armada. Condição essa, aliás, fundamental para a conquista e a permanência no poder.

haveria, também, em dado momento, analogamente, à classe operária, figuras intelectuais de novo tipo, “funcionários” de uma nova e complexa superestrutura, mais democrática, racional, expurgada, não afastado da ótica produtiva, capaz de ser, simultaneamente, especialista e político, e de exercer uma função de dirigente entre esta classe (GRAMSCI, 2001).

Mochcovitch (2004, p. 16), atenta-nos para o fato de que o “bom senso”, como “um núcleo sadio do senso comum” é a parte em que se deve trabalhar para que esse senso comum se desenvolva e se transforme em consciência de classe. Afinal, para Gramsci (1999) “todos são filósofos”, e todos podem desenvolver seus níveis de conhecimento, mas para isso é necessário que uma camada bem articulada de intelectuais orgânicos, possa, a partir da Filosofia da Práxis (pelo Materialismo Histórico-Dialético), propiciar a todos esse desenvolvimento.

Toda a luta de classes políticas, na verdade, giraria em torno do *Estado*, da tomada à conservação do poder deste, por certa classe. Por isso mesmo, quando de uma possível tomada do poder de *Estado* pelo proletariado, deveria se buscar formá-lo de uma maneira completamente diferente, numa primeira fase, para, em fases ulteriores iniciar um processo mais radical, o da destruição do mesmo (GRAMSCI, 2002).

Atenta-nos novamente Althusser (1970) que é necessário ter em mente que há distinção entre “poder de estado” e os “aparelhos de estado” (aparelhos ideológicos) que vão além dos aparelhos ideológicos de Marx (Governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões, etc.).

“Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1970, p. 43). Esses aparelhos apareceriam de variadas formas, em todas as esferas sociais, estando alguns deles, presentes em nosso dia a dia e uns predominando sobre outros.

Se supomos que existam Aparelhos Repressivos de *Estado*, por Marx (1996), como o Governo, a Administração, a Polícia, etc., temos que estabelecer que existe, também, numa unidade menos visível, o que seriam os demais aparelhos citados por Althusser (1970): o próprio *Aparelho Ideológico de Estado (AIE) Religioso*; o *AIE familiar*; o *AIE jurídico*; o *AIE político*; o *AIE sindical*; o *AIE da informação* (sobre o qual buscaremos discorrer nos próximos capítulos), além do *AIE cultural*.

Cabe estabelecer que para Althusser (1970) o aparelho que mais influenciaria a sociedade em épocas mais atuais, sendo o mais imperativo, seria o *Aparelho Ideológico Escolar*, pois ele consegue, diariamente, formatar a cabeça dos sujeitos que lá estão. Diz ainda que, por maior boa vontade que tenha um professor, ele está sujeito a reproduzir essa sociedade, de maneira direta, ou indireta por ter que seguir uma cartilha “imposta”.

Esta cartilha, na verdade, está atrelada à visão dominante (liberal-conservadora, de naturalização dos problemas), que, verdadeiramente, nos é imposta implicitamente, em praticamente todos os aparelhos ideológicos.

Dito isso, devemos salientar que, atualmente, as escolas ainda possuem, em parte, essa capacidade. No entanto, partimos do pressuposto, em nosso trabalho, de que as mídias diversas, e, sobretudo, a informação, extremamente acessível, hodiernamente, têm formatado nossas consciências tanto quanto, ou até com mais propriedade, que o *Aparelho Ideológico Escolar*, haja vista, passarmos mais tempo nos informando por estas vias, e devido ao fato de percebermos, como tendência, certa desvalorização do ensino, especialmente, o de viés crítico.

Cabe estabelecer que nas sociedades antigas, o número de aparelhos ideológicos era menos elevado, e possuíam individualidades diferentes. A Igreja, por exemplo, na Idade Média (*AIE religioso*) acumulava muitas das funções hoje atribuídas a outros aparelhos. Ao lado dela, havia o *AIE familiar*, que desempenhava um papel considerável em relação ao que desempenha hoje nas formações sociais capitalistas (ALTHUSSER, 1970).

Mas era mesmo a primeira que desempenhava papel preponderante, se constituindo como Aparelho Ideológico dominante, desempenhando também, funções escolares, e de cultura. Não por acaso a luta anticlerical e antirreligiosa do século XVI teve tanta repercussão e tamanha complexidade (ALTHUSSER, 1970).

A longa luta de classes que ocorreu entre a aristocracia fundiária e a burguesia industrial, ao longo do século XIX, foram resquícios deste tempo na busca da hegemonia burguesa, pelo estabelecimento das funções, antes da Igreja, a essa classe, sobretudo, a da educação, peça ideológica chave (ALTHUSSER, 1970).

Para Gramsci (1999) em seu tempo, a Igreja Católica, mesmo após a Reforma, e com o advento da modernidade, continuava sendo a mesma. Dos jesuítas aos padres atuais, nas modernas igrejas, nada se altera, os dogmatismos e os princípios são os mesmos, não são de contestação, e sim, de respeito e de reprodução à ideologia dominante. Hoje, contudo, vemos algum dinamismo, com inclinação ao campo progressista, sobretudo na Teologia da Libertação, corrente teológica cristã, nascida na América Latina por volta de década de 1970.

O papel da não contestação, e da reprodução social, contudo, é hoje, muito mais do aparelho escolar. Convém destacar, novamente, Althusser (1970) e sua afirmação de que a escola, que toma todas as crianças, de todas as classes sociais como suas, para

ensinar, desde os primeiros anos (idade em que elas se apresentam mais vulneráveis) os “saberes práticos” envolvidos na ideologia dominante.

Nenhum outro aparelho ou lugar disporia de meios tão eficientes e menos ainda, a atenção das crianças como a escola possui. E melhor, ela é rotulada como “laica” e livre de ideologias.

Projetamos, contudo, em dias mais atuais, que a escola acaba por disputar esse espaço (que até a construção da teoria althusseriana era inteiramente seu), com outros meios, especialmente as mídias, e, entre elas, as mídias sociais, que atualmente estão extremamente dispersas. Nesse sentido, cremos que elas acabam por “formar” muito mais do que as escolas, ou, pelo menos, tanto quanto.

Logo, a massa que passa pelo período escolar (no Brasil, em média, pelo menos os estudos obrigatórios, duram quatorze anos⁴), ao sair da escola:

Cada massa que fica pelo caminho está praticamente recheada da ideologia que convém ao papel que ela deve desempenhar na sociedade de classes: papel de explorado (com consciência profissional, moral cívica, nacional e apolítica altamente desenvolvida); papel de agente da exploração (saber mandar e falar aos operários: as relações humanas); de agentes da repressão (saber mandar e ser obedecido, sem discussão, ou saber manejar a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou profissionais da ideologia (que saibam tratar as consciências com o respeito, isto é, com o desprezo, a chantagem, a demagogia que convém acomodados às subtilezas da Moral, da Virtude, da Transcendência, da Nação, do papel da França no mundo, etc.) (ALTHUSSER, 1970, p. 65-66).

Dessa forma, não se pode negar que, ao sairmos da escola, e adentrarmos no mercado de trabalho, num contexto em que, tendencialmente, grande parte das famílias não consegue acompanhar o desenvolvimento intelectual de seus filhos (não como deveria ou gostaria), provavelmente sairemos dali “aptos” a desenvolvermos nossas atividades, dando continuidade àquilo que as cartilhas escolares nos ensinaram.

Dadas essas pautas educativas, entendemos ser conveniente citar Frigotto (2009), que compreende ser necessário haver um projeto que busque institucionalizar outra escola, que não essa do modelo pautado nas relações capitalistas. Em um artigo intitulado *Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações*

⁴ O Artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que é dever do Estado oferecer a educação escolar pública, efetivada mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); c) ensino médio.

sociais capitalistas, bem sugestivo, por sinal, o autor discute algumas perspectivas de se formar uma educação que nos ensine a pensar, antes de nos formar para o trabalho.

Queremos salientar, portanto, que as revoluções, as mudanças estruturais e econômicas que aconteceram em diferentes períodos históricos estão recheadas de questões políticas e ideológicas que, muitas vezes fogem da alçada de uma interpretação minimalista. Mas, entendemos que as grandes mudanças só acontecem quando há grandes alterações ideológicas antecedendo-as. Dessa forma, observamos que todos os lados possuem conotações ideológicas, cabe a nós interpretá-las e discernir entre a que mais nos é coerente.

Nesse ínterim, em que alterações ideológicas têm capacidade de mudar nossas vidas, destacamos que as transformações da base econômica também acabam por influenciar drasticamente a *Superestrutura*, sendo uma via de mão dupla:

[...] A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer” (MARX, 2008, p. 25).

Assim, podemos afirmar que o *Aparelho Ideológico Escolar*, nesse modo de produção da vida material e imaterial, está compreendido na *Superestrutura* capitalista, primeiramente por não estar fora desse contexto e, em segundo lugar, porque, visivelmente contribui para o repasse da ideologia burguesa. Ainda mais, não se preocupa em formar sujeitos omnilaterais, tampouco se preocupa em organizar um sistema de ensino politécnico, conforme nos orienta Frigotto (2009).

Destarte, Marx (2008) deixa claro que a *Infraestrutura* - base da sociedade capitalista - está, para a *Superestrutura*, assim como a segunda também está para a primeira, numa relação amálgama intensa, em que não podemos explicar os fatos

históricos quaisquer se não relacionarmos uma a outra e esmiuçá-las, isto é, compreendendo que as bases materiais influenciam grandemente o nosso dia a dia, nas nossas principais ações, assim como essas ações se dão no sentido de justificar a estrutura material que nos condiciona.

Ora, não fosse assim, nossas escolas não estariam preocupadas em formar cidadãos para o trabalho, antes de formar cidadãos críticos, conhecedores da dialeticidade histórica, das contradições que nos formaram, e continuam nos formando. Todavia, nessa sociedade, como apontamos já no início deste trabalho, não está mesmo preocupada com isso. Está, antes de tudo, interessada no capital, no mercado, na formação do excedente, em detrimento de todas essas especificidades.

Dias (2000) corrobora com a visão marxista de que os movimentos históricos não são feitos de acontecimentos fatalísticos, ao acaso. Ele salienta que “a história nada tem de fatal e é composta tanto pelas determinações econômicas quanto pelas ideológicas (intelectuais, morais, etc.)” (DIAS, 2000, p. 112).

Quer dizer, embora não seja a consciência que preceda a existência (MARX, 1993), temos, minimamente, de ter ciência de que somos seres políticos, e que se não lutarmos para adquirirmos uma formação que nos liberte e nos prepare para a realidade, a omnilateralidade, deixaremos aos *Aparelhos Ideológicos* do capital a incumbência de nos “educar”.

A filosofia predominante se tornou, historicamente, em movimento cultural, uma “religião”, ou “fé”, com produções de atividades práticas, nas quais estão contidas algumas ideologias que aparecem em todas as manifestações, quer sejam individuais ou coletivas (na arte, no direito, na atividade econômica, etc.) (GRAMSCI, 1999).

Mais do que uma teoria gerencial, dominadora e preponderante, podemos nos remeter a essa filosofia como uma ideologia gerencial, na qual, os intelectuais orgânicos do capital são quem ditam as regras e estabelecem as prioridades em nossas vidas.

Em colaboração com esta visão, Williams (2005) valoriza tal entendimento e análise da ideologia dominante. Enfatizando o conceito da *Hegemonia* gramsciana, compreendendo-a como uma das maiores contribuições desse autor à teoria crítica e a compreensão da *Superestrutura* capitalista, ele afirma que se a nossa visão de mundo é tão somente resultado de manipulação específica, podemos também, igualmente, transformá-la.

Ainda, afirma que essa noção de hegemonia, na qual a consciência das pessoas parece estar profundamente imersa, pode ser fundamental, primeiro para sua

compreensão, mas também, para sua superação. A hegemonia, levando vantagens sobre noções genéricas de totalidade, enfatiza o fato da dominação (WILLIAMS, 2005).

Para Williams (2005), no entanto, há uma vulgarização em algumas concepções do termo “*Superestrutura*” em Marx, assim como há com o conceito de “*Infraestrutura*”, e da “*Hegemonia*” gramsciana, apesar de ele considerar que tais conceitos não são unívocos e isso dificultaria uma superação. De fato, há variadas interpretações dessas terminações que ajudam a explicar a organização social em que vivemos, e há ainda os que não as consideram, sobretudo os idealistas e liberais.

Na verdade, “as diferentes leituras e interpretações das relações entre as assim chamadas estruturas econômicas e superestruturas ideológicas influenciaram e influenciam diretamente a noção de movimento da história” (GALASTRI, 2014, p. 08). Notadamente, o materialismo histórico tem influenciado o pensamento e o entendimento humano sobre seu movimento.

Talvez um dos autores que melhor tenha corroborado com a visão marxiana da organização social capitalista tenha sido mesmo o italiano Antonio Gramsci. Para Alves (2010), ao discutir o conceito de hegemonia, Gramsci apresenta uma elaboração mais adequada para pensar as relações sociais. Segundo o autor, o filósofo italiano propõe uma nova relação entre *estrutura* e *superestrutura*, negando a determinação da primeira sobre a segunda, dando à sociedade civil, um papel mais importante.

Gramsci teria sofrido influência de Lênin ao criar seu conceito de “hegemonia”, existindo, no entanto, diferenças fundamentais em relação a este, justamente pelo fato de considerar a sociedade civil de mesma importância que a sociedade política nos processos políticos que regem a sociedade capitalista (ALVES, 2010).

O ponto em que ambos concordam, talvez, se dá no fato de eles acreditarem que a classe operária não chegaria a uma consciência crítica de forma espontânea, dependendo, portanto, de interferências externas a ela. Nesse sentido, Gramsci ressaltaria a importância de partidos políticos contemporâneos, surgindo no seio de intelectuais responsáveis por levá-los à compreensão da realidade que os cerca (ALVES, 2010).

Portelli (1977), concordando com Gramsci (2002), afirma que se faz necessário um bom desenvolvimento intelectual das classes operárias para que se organizem e lutem pelo poder. Por esse motivo, compreende que não havia possibilidades de uma revolução, tal qual acontecera na extinta URSS, na porção ocidental do planeta, haja vista não haver uma organização política bem estruturada para esse fim.

Gramsci (1999) destaca que é preciso que haja o desenrolamento de uma elite intelectual que discuta essas questões, e as façam chegar aos “de baixo” de uma maneira clara e efetiva, pois este é o papel que lhes cabe.

Destarte, a *Superestrutura*, através dos seus vários *Aparelhos Ideológicos*, tem como incumbência, segundo os autores analisados, nos impregnar uma única leitura de mundo, a da classe dominante. Para nós, essa leitura do mundo passa pelos ideais liberais e desconsidera as teorias sociais que visam equidade.

Nesse ínterim, destacamos Engels (1875) que afirma que o modo capitalista de produção, apesar de ocasionar muitos antagonismos, foi o que mais fez a humanidade avançar no quesito produção/base produtiva. Por este motivo, não se trata de querer desconsiderar totalmente os avanços, mas sim, de perceber que realmente não podemos enxergar no capitalismo, o “fim da história”.

Negar, portanto, essas questões é, no mínimo, incoerência ou intransigência, pois, não podemos nos esquecer da primazia das relações sociais estabelecidas na base capitalista, afinal, são elas que acabam por nortear nossas vidas e é nesta base social, política que nos encontramos. Devido a isso, temos que buscar, mesmo neste sustentáculo, pensar numa forma de desenvolvimento que não contrarie essa história.

Ademais, “a história é negócio de política, não de predições” (BENSAÏD, 1999, p. 80), e por isso, como seres políticos que somos, antes de prevermos somente o que pode ocorrer diante do mundo que nos é oferecido, antes de nos colocarmos na condição de plateia ante a *Superestrutura* que nos cerceia, podemos nós, também, nos tornarmos atores nesta história, agindo como verdadeiros intelectuais orgânicos, mas não do capital, e sim, de valorização do conhecimento, da cultura, da história, e, sobretudo, da solidariedade humana.

2.2 IDEOLOGIA E IDEOLOGIA DOMINANTE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesta parte queremos dar prosseguimento à compreensão do sistema capitalista de produção, discorrendo mais especificamente sobre *ideologia*, enquanto responsável pela reprodução, em nós, de pensamentos que não são nossos, daquilo que tomamos como verdade, sem realizarmos uma análise detalhada, histórica e crítica.

Cabe aqui ressaltarmos, apoiados em Saviani (2008) que não acreditamos em neutralidade, pois, praticamente tudo que se discute, de uma maneira mais evidente, ou não, diz respeito a uma visão de mundo, ou a um posicionamento. Esse autor, aliás,

propõe compreendermos por falsa a afirmativa positivista que preza pela objetividade e pela neutralidade. Para ele, isso é, por esse mesmo motivo, ideológico.

Nesse sentido, propomo-nos a investigar com mais cautela o significado desse termo, na teoria materialista. Destut de Tracy (1754-1836), segundo Marx (1993), Chauí (1981), Althusser (1970), entre outros, teria sido o primeiro a utilizar desta terminologia, designando-a apenas como a “ciência das ideias” e ela remontaria à corrente sensualista do pensamento francês.

Notadamente, o termo se tornou mais complexo e de maior investigação por essa corrente, e por outras, no decorrer histórico. E, seria sob o prisma da ideologia que a história se desenvolveria como realização da Consciência Crítica. As ideias não possuiriam, pois, existência própria, pelo contrário, seriam derivadas do substrato material da história, demonstrando, portanto, clara oposição ao Espírito Absoluto, de Hegel e do Idealismo.

Para Marx e Engels, a questão das ideias se colocava no quadro do sistema de Hegel. Aí, a ideia é o sujeito, cujo predicado consistia nas suas objetivações (a natureza e as formas históricas da realidade social). Em *A Essência do Cristianismo*, Feuerbach inverteu a relação, ao fazer do homem natural o sujeito. As ideias religiosas, a começar pela de Deus, seriam objetivações dos predicados do sujeito humano. Por conseguinte, objetivações de sua essência. (MARX; ENGELS, 1993, p. 13).

Assim, diferente de Feuerbach, os autores acabaram por ultrapassar as fronteiras da religião para o terreno da história universal. Dessa forma, as ideias de toda a ordem (religiosas, filosóficas, morais, jurídicas, etc.) não se desenvolviam por si mesmas, condensadas pela Ideia Absoluta idealista.

Tão importante foi, para Marx e Engels (1993) a discussão sobre *Ideologia*, que eles consideram que, apesar de os filósofos anteriores (jovens hegelianos) apenas considerarem essa discussão uma “batalha de frases contra frases”, para eles, no entanto, teria sido, no pós-Hegel, quando estes percebem a fragilidade da ideologia idealista, e a disputa com o materialismo histórico, que essa disputa tornara-se tão necessária e abalroada que, em comparação com a Revolução Francesa, esta segunda poderia ser considerada uma brincadeira de criança.

Para esses autores, “[...] as ideias se sistematizavam na ideologia – compêndio das ilusões através das quais os homens pensavam sua própria realidade de maneira enviesada, deformada, fantasmagórica” (MARX; ENGELS, 1993, p. 13-14), ou seja, vendo sua realidade muito mais pela construção de ideias fantasmagóricas, enviesadas do que pela própria realidade.

Para Codato (2016), de Napoleão Bonaparte à Marx e Engels, várias foram as interpretações dadas a esta terminologia, tendo, no entanto, sido mais comumente utilizada, especialmente na corrente marxista, nos textos de polêmica política do que em discussões mais filosóficas. Cita o autor, inclusive, um trecho d' *A Ideologia Alemã*, em que Marx/Engels afirmam que é como se o mundo real social pudesse ser reduzido, às vezes, ideologicamente, graças às suas fabulações, a uma batalha de “frases contra frases”.

Conforme destaca Codato (2016, p. 315), ainda no século XX a palavra *ideologia* conservou uma acepção “dicionarizada e neutra de conjunto de convicções filosóficas, sociais e políticas, etc”. Todavia, [...] “também o termo ainda segue designando qualquer pensamento doutrinário, sectário, parcial, absoluto, dogmático – e, portanto, defeituoso sobre o mundo”.

Por conseguinte, a *ideologia* seria tratada por Marx e Engels como pertencente ao âmbito da *Superestrutura*. No entanto, “[...] conquanto fizessem numerosas análises extremamente ricas de formas e manifestações da ideologia, o sentido fundamental não mudou. Ou seja, o da ideologia enquanto consciência falsa, equivocada da realidade” (MARX; ENGELS, 1993, p. 13).

Mesmo que Marx não considerasse, contudo, o materialismo histórico, como *ideologia* e sim como “reconstrução científica da realidade social”, Lenin, mais tarde, a chamaria de “ideologia do socialismo”, mas não a via, é claro, como consciência falseada da realidade. “[...] No caso da classe operária, a ideologia socialista é uma consciência verdadeira da sociedade” (MARX; ENGELS, 1993, p. 14).

Também por isso, segundo Konder (2002), Marx estava convencido de que a revolução proletária e a instauração do Comunismo eliminariam a distorção da ideologia. Na realidade, para o autor, trata-se de um conceito polissêmico, e teria um significado *fraco* (sistemas de crenças políticas relativos à ordem pública), além de um significado *forte* (o termo se referindo a uma distorção do conhecimento).

Por conta de ser um assunto de bastante complexidade, percebemos, mesmo dentro do marxismo, diferentes interpretações para a *ideologia*, bem como, identificamos que seu significado continua ainda “em disputa”. Nesse sentido, temos por obrigação afirmar que é obvio que não temos por pretensão apontar o pensamento mais condizente em relação à terminologia, mas pretende-se, pelo menos, demonstrar, no bojo dos precursores do método, sua imbricação e importância para uma análise totalizante sobre a sociedade.

Nesse sentido, novamente, convém apontar Konder (2002), que afirma que na verdade a reflexão de Marx com a terminologia em questão passou a ser desenvolvida criticamente a partir do ajuste de contas deste com Hegel e sua interpretação da relação sociedade civil e Estado.

A ideia de uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorção, é, no pensamento de Marx, desde o primeiro momento da sua articulação original, uma ideia que vincula a ideologia à alienação (ou ao estranhamento, se preferirem) (KONDER, 2002, p. 31).

Marilena Chauí, importante estudiosa marxista, possui também grande contribuição sobre essa temática, buscando esmiuçar as investigações a seu respeito. Em uma intensa discussão para compreender o “movimento” das coisas, Chauí (1981) salienta que desde as sociedades antigas, os filósofos buscavam explicações para esses movimentos/transformações do mundo.

Para ela, os teóricos na antiguidade, mesmo que não fosse sua primeira intenção, ao criarem as teorias, entendiam que essas, mais tarde, transporiam para a convivência social, pois, os autores acreditavam poder explicar a sociedade em que viviam dessa forma, através das ideias:

Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas (CHAUÍ, 1981, p. 10-11).

Ora, Marx e Engels (1993) já nos apontavam para esse direcionamento, por compreenderem que a base de tudo está mesmo nas ações e relações materiais. Ademais, essa visão, da precedência das ideias, está muito atrelada ao que esses autores consideram como atraso de interpretação dos filósofos clássicos, que só se importaram em “ler” a sociedade e não com a transformação dessa, cuja transformação, ambos julgavam prioritária.

Cabe mais uma vez reiterarmos que a visão (*ideologia*) predominante, mesmo nas sociedades modernas, está amplamente amarrada a esta concepção idealista, na qual as ideias precedem o homem real, as coisas concretas e suas relações (ALTHUSSER, 1970). Ou seja, é a ideologia do “Idealismo”, que se impõe, mesmo em dias atuais.

Voltando à interpretação de Chauí (1981), deve-se ressaltar que ela visualiza que a sociedade moderna segue os passos dessa civilização antiga. No entanto, reduziu um

pouco as causas de sua alienação. Para ela, a vontade (divina e humana), sendo livre, age de acordo com fins, objetivos, a serem alcançados.

O homem então seria, segundo Chauí (1981), interpretando alguns pensadores da ciência moderna, um “animal máquina”, que, agindo por conta própria, obedece à causalidade eficiente. O corpo, atuando mecanicamente, serve às suas vontades livres.

Essas “vontades livres” estariam, a nosso ver, muito impregnadas com a visão liberal clássica, e preponderante em nosso meio, de que somos seres “livres” e possuímos liberdade para buscarmos nossos desejos e realidades, afinal, desde o fim da *Idade Média*, da derrocada do clero e da nobreza (classes ligadas à religião) a *Ideologia Liberalista* é que progride, fazendo-nos crer que somos sujeitos “iguais” e independentes, deixando novamente o precedente idealista, despregado da realidade social, e das relações de classe, predizer a configuração social por essa visão.

O homem dessa sociedade moderna, ainda na perspectiva liberal clássica, teria, contudo, conseguido progredir em relação às civilizações antigas. É uma sociedade que eliminou a escravidão e a servidão, e, pelas leis econômicas, começou a adquirir poder econômico e político, um prestígio social. Tudo isso, graças à sua capacidade de trabalho e de poupança, caracterizando o nascimento da burguesia (CHAUÍ, 1981). Assim nasce a teoria do liberalismo clássico, que voltou à tona, na atualidade, com a adesão em massa ao neoliberalismo, especialmente a partir do término da *Segunda Guerra Mundial*.

Entretanto, segundo a autora, esta sociedade, por ser livre, também apresenta outro ser que divide espaço com o burguês, trata-se do “moderno” trabalhador livre, despossuído dos meios de produção. O regime social separa então, estes dois seres, o possuidor e o não possuidor dos meios de produção.

Assim, convém-nos afirmar que se faz nítida a hierarquia social, logo, também, faz-se nítido que não nos constituímos como seres “iguais”, não possuímos as mesmas raízes, muito menos as mesmas condições, e o acesso ao que desejamos obviamente não é igual a todos.

Althusser (1970), utilizando-se da teoria freudiana, de Sigmund Schlomo Freud (1856-1939), afirma que a *ideologia* transcende toda a história, é atemporal, omnipresente e eterna como o inconsciente. Afirma ainda que ela é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência. Mas faz, ao mesmo tempo, uma alusão e uma ilusão do mundo.

Enfatiza também que, historicamente, existe um pequeno grupo de “homens cínicos” que, assentando sua dominação e exploração do povo, apresentam uma representação falseada do mundo, mundo que inventaram para “subjugar os espíritos”, dominando a imaginação das pessoas, pela religião, pela política, pela falsa ciência idealista (ALTHUSSER, 1970).

Nesse sentido, destacamos que a *ideologia* dominante, liberal/conservadora, e de naturalização das coisas – pois, seria “natural” a existência de pobres e ricos - segundo Smith (1988), persiste atualmente como o ideário das massas, predominantemente.

Destarte, salientamos que as religiões e seus dogmas, como afirma Althusser (1970), além de Marx, em boa parte de suas obras, contribuem grandemente para que se institucionalize essa visão, a nosso ver, reducionista, a-histórica, acrítica.

Essas questões fazem parte de toda uma trama para que se crie um “senso comum” a todas as pessoas em tais crenças. E, assim como afirma Gramsci (1999), a religião se tornaria uma “norma de fé” entre uma concepção de mundo (idealista) e uma norma de conduta adequada a ela.

Já Althusser afirma que o problema da *ideologia* é que não são as condições de existência real, do mundo real que os homens representam nela, são as condições imaginárias, de um homem imaginário. Para Feuerbach, por exemplo, esse homem (ideal) seria Deus, uma espécie de espelho (ALTHUSSER, 1970).

Nesse ínterim, destaca:

Toda a ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e outras relações que delas derivam), mas antes de mais nada a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam. Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem (ALTHUSSER, 1970, p. 82).

Dessa maneira, se desconsiderarmos fatores relevantes na compreensão e na geração de melhores políticas às sociedades, em geral, ficaremos a mercê de uma falsa ideia, que busca nos subjugar e impor situações que não se explicam no mundo real, naquele em que as relações sociais acontecem, e há os mais fortes e os mais fracos, num intenso jogo de disputas e de interesses.

É para entender toda essa situação e toda essa passividade que buscamos compreender e mensurar o quanto os aparelhos ideológicos, e a ideologia dominante, interferem na compreensão de mundo pela sociedade como um todo. Também, por

entendermos que essas ideologias estão postas à sociedade, por esses diversos aparelhos, e, mais do que isso, estão impregnadas já pela ideologia que nos domina.

Ademais, Althusser (1970) destaca que a partir da crença, da aceitação de determinada ideia, o indivíduo toma algumas atitudes, no mundo real, que o farão dar vida a esta crença, a esta ou aquela ideologia. Se não as faz, muito provavelmente estará dando vida a outro tipo de ideia, ou ideologia, mas, todos agimos de acordo com nossas crenças (ou as que nos impelem a acreditar).

Ainda, (...) “suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideias desse sujeito” (ALTHUSSER, 1970, p. 88-89).

Sendo assim, assimilamos que os sujeitos agem de acordo com o seguinte sistema: a partir da ideologia, que se apresenta num aparelho ideológico material, com práticas materiais, reguladas por um sistema material, existentes nos atos materiais de um sujeito que age segundo suas crenças, determinando, inclusive, os rumos econômicos, políticos, sociais e culturais de uma nação.

No campo da ciência, por exemplo, Konder (2009) aponta-nos que seria ingênuo acreditar numa separação entre ciência e ideologia, isto seria uma deficiência da compreensão do pensamento ideológico. (...) “Isso não ocorre. O ideológico não exclui o científico” (KONDER, 2009, p. 101).

As práticas, aliás, em todos os locais, só existem através das ideologias. E só existem ideologias através dos sujeitos e para os sujeitos, reais. Tanto o escritor dessas linhas, quanto o leitor, são sujeitos e, espontaneamente, são sujeitos ideológicos. O homem, por natureza, é um animal ideológico (ALTHUSSER, 1970).

Por fim, o mesmo Althusser, como exemplo de ideologia, fala rapidamente do *AIE religioso*, cristão. Sua ideologia teria sido difundida pelas Escrituras, recolhidas “das palavras de Deus”, sendo transmitida depois pela tradição e fixado seus pontos mais delicados pela infalibilidade pontifical. Assim, ela perdura há milhares de anos, fazendo milhares de sujeitos agirem de acordo com seus princípios.

Inseridos tais sujeitos na lógica da ideologia que seguem:

Reconhecem o estado de coisas existente (*das Bestehende*), que é verdade que é assim e não de outra maneira, que é preciso obedecer a Deus, à voz da consciência, ao padre, a de Gaulle, ao patrão, ao engenheiro, que é preciso amar o próximo como a si mesmo, etc. A conduta concreta, material desta maioria não é mais que a inscrição na vida das admiráveis palavras da sua oração: *Assim seja!* (ALTHUSSER, 1970, p. 112-113).

Evidenciamos nesta época uma verdadeira banalização de “sentos comuns”, que na teoria gramsciana dizem respeito às crendices populares, ao conhecimento empírico, mas também, ao que é repassado, ideologicamente, através de repetições. Esse é o pensamento da elite, da classe mais abastada, que detém o poder, ou, da burguesia (GRAMSCI, 1999).

Nesse sentido, reiteramos que não cabe buscar em análises simplórias e frases prontas a solução de problemas que carecem de uma leitura mais abrangente, que considere todos os condicionantes históricos para interpretar determinada situação, afinal, é assim que se busca entender a rica totalidade de determinações que existe em nosso seio social, complexo, caótico (NETTO, 2011).

Portanto, para nós, é a ideologia liberal clássica, mas também o neoliberalismo (mais recente), como ideologia, que predomina em escala internacional (como a ideologia dominante). Esta interfere em nosso dia a dia, no nosso modo de ser, de agir, buscando nos apresentar o mundo pelo seu prisma ideológico. Por isso, faz-se fundamental desvendá-la.

Marx e Engels (1993) se preocuparam em demonstrar, com base nos pressupostos teóricos do *Materialismo-Histórico*, que a ideologia não surge do nada, sendo produzida a partir das relações socioeconômicas, da luta de classes, das contradições que existem na sociedade em que vivemos, mas com um objetivo maior, de tentar justificar, ou omitir seus conflitos, tornando-os naturais. A própria existência da propriedade privada e as diferenças entre “possuidores e não possuidores” aparecem, por exemplo, nas apresentações sociais dos indivíduos como algo que sempre foi assim, fazendo parte da “ordem natural” das coisas.

Os mesmos autores, porém, atentam-nos para o fato de que essas representações sociais servem aos interesses da burguesia (classe social que controla os meios de produção na sociedade capitalista). Controlando os meios de produção, logo, eles controlam todo o processo de reprodução dessa sociedade, por meio dos aparelhos ideológicos, citados por Althusser (1970).

Mesmo assim, numa determinada sociedade, coexistem diversas ideologias. No entanto, são as ideias da classe dominante que recebem suporte para se cristalizarem, pois, possuindo os meios de produção, essa classe possuiria também os mecanismos necessários à sua reprodução (tais como as representações, os discursos, signos e símbolos diversos, as condutas e as atitudes). Todos esses justificariam o *status quo* e

legitimariam os interesses da classe que detém os meios de produção, o poder e os aparelhos ideológicos (MARX; ENGELS, 1993). Assim,

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX, 1993, p. 48).

Como aparelhos mais comuns e eficientes para a transmissão e universalização das ideias da classe dominante, além da escola e da Igreja, e até do próprio Estado, aparecem, mais recentemente, os elementos de mídia em geral (rádio, televisão, cinema, teatro, imprensa, etc.), complementando a teoria althusseriana, por atingirem, cada vez mais, um grande número de pessoas.

Esses aparelhos utilizariam de uma linguagem simples, de fácil entendimento, e com muito entretenimento, inclusive, para atrair a atenção de um bom número de pessoas e inculcar em suas cabeças a sua ideologia. Claro que muitas vezes, seus interlocutores nem sabem disso, mas, como fazem parte de uma teia maior, envolvidos pela visão que os dominou, acabam por reproduzi-la, tal qual a escola, a igreja, etc. Importa ressaltar que poucos de nós questionarão o sistema, buscarão ir além do que as aparências apontam.

Chauí (2000, p. 09), entretanto, aponta-nos que quando as pessoas passam a questionar o que vivenciam elas começam a tomar distância de si mesmas. “Ao tomar essa distância, estaria interrogando a si mesmo, desejando conhecer por que cremos no que cremos, por que sentimos o que sentimos e o que são nossas crenças e nossos sentimentos”. Saindo do pensamento comum, do modo padronizado de viver, essa pessoa estaria tendo uma “atitude filosófica”.

De acordo com Marx e Engels (1993), como vimos, a ideologia dominante é, notadamente, a ideologia da classe dominante e, seus pensamentos são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, e o poder espiritual dominante. Diante disso, imaginamos que ela possui características peculiares que as colocam em confronto com ideais revolucionários, e, por isso mesmo, se procura dar mais ênfase às ideias e aos ideólogos que naturalizam as relações sociais e as contradições existentes

nelas: a exploração trabalhista, as diferenças entre as classes, as diferenças entre nações, etc.

Por sinal, Bachur (2006) compreende que há uma articulação conceitual entre *Liberalismo*, *individualismo* e *Iluminismo* e, esses três conceitos seriam fundamentais para entender nosso momento histórico. Na verdade, eles somente são plenamente compreensíveis se considerarmos suas relações recíprocas. Nesse sentido, há uma correlação clara entre os conceitos de liberalismo e de mercado numa peculiaridade que põem em confronto impulsos egoístas e impulsos sociais, de onde se emerge o mercado liberal e a desigualdade de classes.

“A razão natural do Iluminismo naturalizou, por assim dizer, a ordem social que se constituía a imagem e semelhança do burguês” (BACHUR, 2006, p. 177). A constituição da sociedade capitalista, então emergente, se dava em termos naturais e espontâneos. Essa concepção eximia o burguês de justificar o problema da desigualdade e da exploração dos homens que tanto incomodavam Marx.

De acordo com Reale e Antiseri (1999), para os liberais, é justamente por meio da combinação de esforços mesquinhos e individualistas que se garante a harmonia da sociedade. Assim, pouco importa se as relações sociais, produtivas, materiais, são injustas, importa que se alguns poucos conseguem progredir, por conta dessas características, toda a sociedade sairia ganhando, direta ou indiretamente.

Smith (1988) também tem importância fundamental nessa compreensão, por ter tido o pensamento de que a busca pelo auto-interesse individual conduziria a sociedade ao progresso, por si. Tanto que a “mão invisível do mercado” criou, em nossa interpretação, entre os intelectuais que o seguem, uma verdade absoluta, tendo ele uma força incontrolável, a qual todos deveriam se submeter.

Por essas razões, pela interpretação tradicional do marxismo, uma vez socializados os meios de produção, e transformadas as infraestruturas técnico-econômicas, logo, também se transformariam as relações de produção pela mediação do Estado socialista, transformando por consequência as forças da *Superestrutura*, por isso se caracterizando como uma força reacionária e utópica (MARX, 1981).

Dessa maneira, se possibilitaria a emergência do "homem novo", ou, do sujeito “omnilateral”, o que não se percebeu de fato até hoje nas diversas experiências pré-socialistas pelo mundo. Por isso, se a transformação ideológica das sociedades implica numa crítica constante às ideologias dominantes da sociedade burguesa e uma mudança

nas condições materiais de (re) produção, além da transformação do senso comum existente (que passa pelo crivo da ideologia dominante e dos aparelhos ideológicos), entendemos que essa mudança dependeria, sobretudo, das ações daquele que Gramsci (1999) considera por “intelectual orgânico”.

Para Coelho (2006), as teorias liberais neoclássicas divergem das suas raízes, pois, apesar de se pautarem no racionalismo liberal smithiano, dão maior ênfase ao conceito de “utilidade marginal” (o quão bem ou mal determinado produto fará ao consumidor), mas persiste no utilitarismo e na crença no equilíbrio do mercado, o que na realidade, nos faz entender que seja “mais do mesmo”.

Todavia, entendemos que mesmo assim, é a visão neoliberal, e mesmo o liberalismo clássico que permanecem como verdade e como caminho a ser seguido. Especialmente aos países emergentes ainda se busca, sobretudo pelas economias centrais, “empurrar” essa ideologia, fazendo-nos crer que o mercado vá se regular por conta própria e que o Estado pouco, ou nada, interfira nesse processo, muito embora não seja essa a prática adotada por esses países (BATISTA, 1995).

Dessa forma, possuindo uma elite empresarial amplamente manipulada pela burguesia, atraída pelos interesses do capital internacional, o país vive destroçado por ela (SOUZA, 2015). Segundo o autor, existem ideias dominantes compartilhadas e repetidas por todos que selecionam, distorcem e escondem o que não querem que vejamos.

Realizando ampla análise dos privilégios adquiridos pela classe que domina nosso país, os detentores do capital, Souza (2015) salienta que os privilégios da classe dominante eram garantidos, antigamente, pelo seu “sangue azul” (entenda-se, no início do surgimento de nosso país, com grande interferência da Coroa Portuguesa, bem como dos seus costumes), ou seja, quem pertencia ao sangue nobre, ao clero, aos que nasceram em uma família mais abastada por “natureza”.

Já na atualidade esses discursos não cabem, foram superados, mas a elite continua a exigir, agora de outra forma, tais privilégios. E, “é por conta disso que os privilegiados são os donos dos jornais, das editoras, das universidades, das TVs e do que se decide nos tribunais e nos partidos políticos” (SOUZA, 2015, p. 06). Isso tudo, é o que procuraremos evidenciar nos próximos capítulos.

Entretanto, acreditamos que essa especificidade não seja peculiaridade de nossa formação social. Acreditamos ainda que existe, assim como internamente nos países tidos como “emergentes” (alcançado pela visão liberal predominante), caso do Brasil,

também, uma força preponderante entre todas as nações, que faz com que alguns países tenham que se submeter às vontades das economias centrais tal qual o empregado deve fazer diante do seu patrão para que possa manter seu emprego ante ao imenso “exército de reserva” que aguarda, ansiosamente, pela vacância em seu emprego, sobretudo, a partir das últimas alterações na legislação trabalhista em nosso país que buscaram suprimir as forças sindicais intermediárias.

De um modo geral, a ideologia dominante atinge, certamente, toda a esfera social, pelos mais diversos aparelhos. Dessa forma, acreditamos que uma transformação dessa sociedade, arquitetada e bem estruturada, só deverá acontecer após essa ideologia ser, pelo menos, completamente compreendida, e quando a sociedade como um todo, passar a ter como “senso comum” outro tipo de ideologia, que não essa. Todavia, neste momento, tal acontecimento deve mesmo ser considerado utópico por imaginarmos que não possuímos indícios reais dessas possibilidades.

A título de exemplo, salientamos, inclusive, que algumas terminologias usadas em épocas contemporâneas foram criadas para nos fazer crer que vivamos tempos de total harmonia e tranquilidade. A chamada “globalização” por sinal, de que tanto se fala, é passível de variadas análises, a despeito do que se convém auferir de que esta seja uma etapa em que a sociedade mundial se encontra interconectada e de que inexistam fronteiras (SANTOS, 2001).

Ademais, pensamos que vivemos hoje um momento de muitos questionamentos. Para alguns, eles podem estar diretamente relacionados ao prisma de qual sociedade, quais princípios filosóficos e morais devemos seguir. Estes questionamentos se explicam pelos diversos problemas enfrentados na hodiernidade (alguns apontados) nesta sociedade calcada pelos interesses dominantes, que nos são repassados como sendo de todos nós.

No entanto, para chegarmos ao que Marx compreende por “início da história”, já que ele considera que, enquanto persistir o modelo vigente estaríamos vivendo ainda a “pré-história humana”, precisamos enfrentar, por um bom espaço de tempo, as contradições geradas por ele (MARX, 2008; 2011).

Harvey (2013), por sinal, afirma que o capital é a própria contradição em processo, na medida em que ele vai desenvolvendo as forças produtivas. Ou seja, precisamos do desenvolvimento das forças produtivas (cujo desenvolvimento nunca houvera acontecido na história como atualmente) para que possamos, com o desenvolver histórico, criar a possibilidade de uma revolução socialista.

À vista disso, concordamos com Lessa e Tonet quando afirmam que “estamos convencidos de que o resgate da teoria marxiana é condição fundamental para compreendermos a crise e os rumos do mundo moderno, bem como para orientar revolucionariamente a luta social” (LESSA; TONET, 2011 p. 08).

Já numa sociedade comunista, ou, no “fim da história” humana, Marx e Engels (1993, p. 10) afirmam que “[...] o homem da sociedade comunista será o homem total, livre das alienações e mutilações impostas pela divisão do trabalho reinante na sociedade burguesa e apto a realizar suas múltiplas potencialidades”.

No próximo capítulo, iremos discutir mais precisamente sobre os meios de comunicação existentes atualmente e a maneira como eles interferem em nosso dia a dia, em nossas ações e na compreensão do mundo que possuímos, para que possamos analisar, mais adiante, as revistas que escolhemos para buscar enxergar se há, ou não, implícita ali, a visão dominante.

Desta forma, há de se estabelecer, diante do exposto neste capítulo, que a mídia, como elemento moderno da *superestrutura* capitalista, contribui em grande medida, como ferramenta ideológica da classe dominante, até porque, historicamente, e conforme veremos no próximo capítulo, ela foi constituída também por estes agentes.

No decorrer histórico, vários foram os personagens que perceberam o poder da mídia, alguns destes atribuíram-na um poder equiparado aos outros principais poderes da sociedade capitalista (executivo, legislativo e judiciário), como se ela permeasse os outros três, se consolidando como um quarto membro, novo, mas não menos revolucionário.

Veremos, no capítulo três, que a imprensa como um todo foi utilizada por várias nações que a compreenderam verdadeiramente como um “quarto poder”. Por isso mesmo que desde Hitler (ditador sanguinário alemão), passando por importantes agências norte-americanas, e, chegando ao Brasil, desde o primeiro império, que o governo sempre esteve preocupado com este segmento, por vezes, censurando-a, mas também, usando-a como instrumento de defesa e de controle.

Capítulo três

MÍDIAS AO LONGO DO TEMPO HISTÓRICO

INTRODUÇÃO

No capítulo um destacamos o capitalismo ao longo do tempo, enquanto organização social e econômica complexa, a qual todos estamos submetidos. Essa organização que nos cerceia e nos oblitera de uma vida mais justa, igualitária e solidária, arquitetada de tal modo que, na atualidade, independentemente do lugar do mundo que vivemos, e independentemente de nossa vontade, esse peculiar modo de viver e de compreender a vida nos é impelido.

Já no segundo capítulo, discorremos um pouco sobre as bases imateriais que ajudam a compreender que tudo está à mercê de uma base estritamente produtora de bens materiais e de relações entre homens considerados “iguais”, mas, que na verdade, não o são, pois, para nós, as relações que se apregoam de igualdade não passam de falácias.

Pelo contrário, compreendemos que essas relações se dão entre sujeitos em condições opostas dentro do organismo social produtivo, pois, como vimos, de um lado está o capitalista, detentor dos meios de produção, e do outro o proletário, aquele que possui somente sua força de trabalho para negociar com o primeiro. Isso, na verdade, foi percebido por Marx (1996) há dois séculos, embora haja autores contemporâneos que não compreendam a sociedade nesta polaridade.

Destes dois primeiros capítulos destacamos alguns importantes autores marxistas como *Lênin*, *Althusser*, *Gramsci*, *Chauí*, *Harvey*, etc., que compreendem que há uma explicação mais condizente desta organização social que perpassa as relações de produção. E, essa explicação diz respeito à compreensão da *Infraestrutura*, condicionando uma *Superestrutura*, que nos “modela” de acordo com os princípios capitalistas.

Neste capítulo buscaremos desvelar as mídias como parte desta *Superestrutura* capitalista que quer nos fazer crer em ilusões tal qual a ideia de que vivemos num mundo de “igualdade, liberdade e fraternidade” a todos, afinal, essa é a visão que ainda predomina.

Apreendemos em Marx, e sua vasta obra, além de uma imensidade de autores posteriores, que corroboraram com sua interpretação de mundo, que o capitalismo não tem sido construído de maneira assim tão igualitária.

Destarte, buscaremos demonstrar o significado das mídias, e seu decorrer histórico, como elemento contraditório, que nos possibilitou coisas positivas, e outras que nem tanto, nesta sociedade de classes, dinâmica, dialética. Veremos agora como esta mídia tem tido importância na percepção do mundo em que vivemos, e, mais ainda, como ela o apresenta, calcada no ideário de uma elite dominante, sobretudo, a mídia convencional, ligada aos interesses burgueses e à ideologia liberal.

3.1 O QUE SÃO MÍDIAS

A *mídia*, objeto relevante em nossa pesquisa, conforme viemos discutindo desde o início do primeiro capítulo, pressupõe algo que está presente em nossas mentes como já estabelecido, amplamente conhecido, mas indica, contudo, um termo, talvez mais abrangente do que se possa supor.

O termo *mídia*, propriamente dito, começou a ser cunhado na década de 1920, mas é por volta de 1950 que há uma grande revolução na comunicação, principalmente pelo surgimento da comunicação “em telas”, e, por isso, o momento em que o termo assume maior relevância, de acordo com Briggs (2006).

Contudo ela, a mídia, tem sido discutida e tem importância desde a Grécia antiga, como elemento mediador de mensagens. E, já no século XVIII, fala-se e dá-se importância à “opinião pública” (BRIGGS, 2006). Para os primeiros seres humanos, a comunicação se dava sem intermediários. Uma vez desenvolvida a escrita, e os documentos, seu conteúdo passa a ser mediado.

Além da escrita, as imagens, especialmente as pictóricas, que vieram antes, assim como as estátuas, constituíram-se como importantes formas de comunicação, e mesmo de propaganda nas sociedades antigas, sobretudo em Roma, influenciando a iconografia dos primórdios da Igreja Católica. “Para os cristãos, as imagens eram tanto um meio de transmitir informação como de persuasão” (BRIGGS, 2006, p. 17).

Ainda conforme aponta Briggs, “[...] o papa Gregório, o Grande (c. 540-604), dizia que as imagens serviam para aqueles que não sabiam ler – a grande maioria – da mesma maneira como a escrita servia para aqueles que liam” (BRIGGS, 2006, p. 18).

Mesmo com a importância das imagens, a Grécia antiga sempre teve destaque por sua cultura essencialmente oral. Os sermões, por exemplo, sempre foram um meio primaz de disseminar a informação.

Todavia, foi somente a partir do século XI que a escrita começou a ser usada como um meio prático pelos reis e papas. Assim, [...] “a penetração gradual da escrita na vida cotidiana do fim da Idade Média teve consequências importantes. Inclusive na mudança de costumes tradicionais por leis escritas” (BRIGGS, 2006, p. 20).

Conforme relata Briggs (2006), *Innis* afirmava que o clero medieval também se valeu do “monopólio” do conhecimento, atrasando o surgimento da cultura da escrita em alguns lugares para os séculos XII e XIII. Nesses períodos que antecedem a impressão gráfica (que viria a se desenvolver no século XVI) a arte visual também teve destaque.

Posteriormente, “com o desenvolvimento da comunicação elétrica, iniciada com o telégrafo, no século XIX, surgiu uma percepção de mudança iminente e imediata” (BRIGGS, 2006, p. 21). Mas é com o advento das “mídias de massa”, o rádio, e, posteriormente a televisão, que os debates sobre suas respectivas influências nas sociedades se acentuam. Briggs argumenta que controversas são a natureza e o escopo dessas consequências, e questiona se elas são primordialmente políticas ou psicológicas.

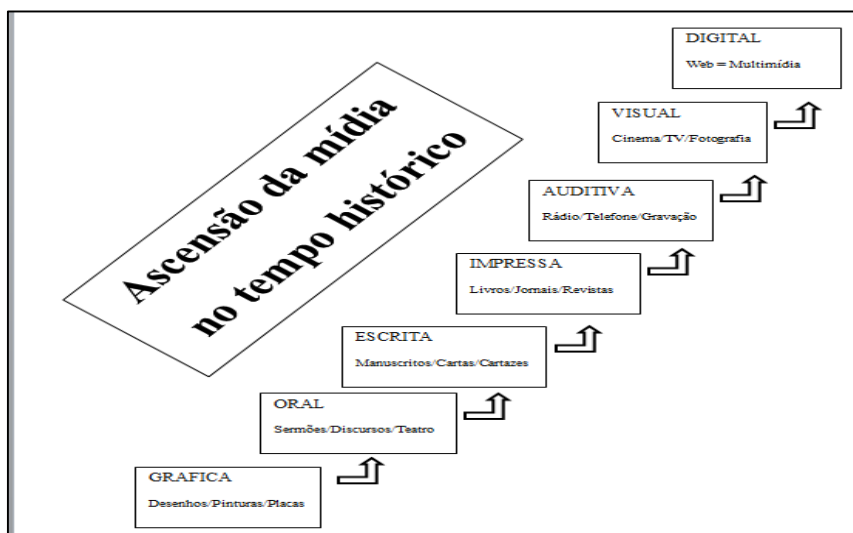
“Os canais da comunicação foram desenvolvidos para levar o conteúdo do emissor ao receptor, do criador ao consumidor. Os elementos básicos desse conteúdo são o discurso, a música, a imagem e a escrita” (PARRY, 2012, p. 01). Para os primeiros seres humanos, a comunicação se dava sem intermediários. Uma vez desenvolvida a escrita, e os documentos, no entanto, seu conteúdo passa a ser mediado.

Conforme discutiremos em sequência, para a maioria dos autores abordados, a mídia é o *meio* pelo qual se estabelecem mensagens, e com o qual a comunicação humana se torna amplificada. Para McLuhan (1969) esse *meio* seria, pois, a própria mensagem. Todavia, se hoje podemos nos utilizar de vários desses elementos, da *Pré-História humana à Idade Média*, pouco havia se desenvolvido no quesito *mídia*, ou, *meio* de se enviar mensagens.

Ainda sobre a definição da palavra *mídia*, salienta Parry (2012), que se buscarmos seu significado no *google* (em inglês, *media*), teremos milhares. Apesar da palavra *médium* (também em inglês) ser, ao mesmo tempo, adjetivo e substantivo, é como substantivo que compreendemos seu significado no idioma brasileiro.

Como substantivo ela pode ser definida por “meio”, “veículo”, “canal”, “modo” – pelo qual, ideias, imagens, informações, são distribuídas. Mas, além da definição do termo, este mesmo autor considera relevante destacarmos, no tempo histórico, a evolução dos elementos comunicativos.

Na figura 1, “A Ascensão da mídia”, Parry (2012) destaca esta ascensão, com o passar dos tempos. Se desenvolvendo numa escala temporal, saímos do grafismo para a oralidade, à escrita, a impressão, a auditiva, a visual e, por último, a digital.



Org.: Sousa, 2018

Parry (2012), enfatiza que a ascensão da mídia não se deu de maneira ordenada, ou uniforme, com datas de início, meio e fim. Além disso, cada nova mídia não vem para substituir as anteriores, pelo contrário, ela absorve suas técnicas, e, às vezes, modifica-as.

“As antigas formas de mídia não desaparecem, evoluem. As novas formas adotam e adaptam as convenções passadas. Cada era disponibiliza meios mais ricos e amplos de comunicação que suas predecessoras” (PARRY, 2012, p. 02).

Assim, podemos perceber que, embora vivamos em uma era digital, na qual as “telas” reinam por absoluto (na televisão, no computador, no tablet, celular, etc.), mesmo assim, elementos de mídia, como o próprio livro, ou a revista, dos primeiros a serem assim identificados, persistem, são absorvidos por essas modernas ferramentas, e são inovadas.

Na atualidade, a internet possibilitou uma grande revolução, conferindo uma aparente (pois não depende somente disso) autonomia às pessoas, em uma crescente comunicação global interativa. “A mídia vai se afastando da publicação ou radiodifusão

por uns poucos privilegiados e caminha rumo à troca de ideias entre os muitos autônomos” (PARRY, 2012, p. 02).

Nesse sentido, Briggs (2006) nos atenta para uma convergência das mídias, e diz que é recorrente, na história cultural, que ao surgirem novos gêneros, ou, meios de comunicação, os antigos não necessariamente desaparecem.

Destarte, estaríamos nós, assistindo ao início de uma nova e dinâmica era, a da convergência do texto, do áudio e do vídeo numa enorme “aldeia global”. “Agora, todas as formas de conteúdo – sons, imagens, texto e vídeo – são criadas, editadas, armazenadas, distribuídas e consumidas sob a forma de conteúdo digital [juntas]” (PARRY, 2012, p. 04).

Este autor dá grande ênfase aos códigos de *Samuel Morse* que, aproveitando os símbolos da escrita (o alfabeto), criado anteriormente, desenvolveu outro código, a partir deles, usando pontos e traços ao desenvolver o telégrafo. Diz ele que esse aparelho arcaico (de 1850) causou revolução naquele momento, mas que o mais importante é que ele iria inspirar o telefone, e até mesmo a internet.

Também Parry (2012) salienta que hoje qualquer adolescente, caso queira, pode pensar ter se tornado, e se dizer “especialista” em qualquer assunto, por possuir, em seu quarto, a tecnologia necessária para isso, o que deveria nos causar intriga.

No entanto, compreendemos que essa ideia só reforça nossa tese de que somos “formatados” pelas mídias em geral. E, por termos facilitada a informação em dias atuais, achamo-nos mesmo especialistas em quase tudo, quando, na verdade, conhecemos pouco sobre os condicionantes que nos trouxeram a realidade atual. Vemos nisso, uma espécie de dispersão de informações superficiais, de pessoas “julgando livros pelas suas capas”, isto é, pegamos o caos visível e achamos que já podemos opinar sobre a realidade que está por detrás dele, quando na verdade, muitas vezes, apenas achamos a “ponta de icebergs”.

Já a nossa formação social sistematizada (pela escola) não tem nos capacitado para o que realmente importa. Assim, o mundo moderno, e seus aparelhos ideológicos, nos capacitam, cada vez mais para que compremos, literalmente, a ideia do mercado, de consumirmos em excesso coisas que não nos acrescentem como seres humanos, ou, como sujeitos políticos, sociais, pensantes, meramente, alimentando nossos egos. A mídia e a exacerbação da publicidade têm muito a ver com isso.

Ademais, “não há como escapar à onipresente influência da mídia. Onde quer que desejemos notícias, informações ou entretenimento, metade de nosso tempo de vigília é ocupada pelo consumo de conteúdo mediado” (PARRY, 2012, p. 04).

Então, esse conteúdo mediado está mais presente em nossas vidas do que possa parecer, através de vários instrumentos, sendo a maior parte das mídias, constituídas, portanto, como “meio” que conduz determinada mensagem, padronizada. Nesse sentido, destacamos outra fala, do mesmo autor, de que até mesmo as músicas, e outras manifestações culturais, são criadas num intuito de se transmitir, via de regra, esta mesma determinada mensagem.

Ele ainda salienta que quando sentamos à mesa para conversar com alguém o meio usado para que se transmita a mensagem que queremos passar é o ar, sendo o mecanismo que transporta as palavras ditas. Num livro, esse mecanismo é o discurso, e, a palavra usada, é a mídia que conduz nossos pensamentos. Completando, o autor argumenta que o discurso, historicamente, se constituiu no melhor mecanismo de comunicação.

É justamente esse discurso, não somente o falado, mas também o escrito, o principal elemento de análise em nossa pesquisa. Propomo-nos a investigar em que medida esses discursos contribuem para a criação de visões de mundo nas pessoas atualmente, já que consideramos que a educação sistematizada pouco tem contribuído nesse sentido.

3.1.1 Tipos de Mídia

Já estabelecemos a importância das mídias em nossa pesquisa, assim como para a compreensão da sociedade historicamente. Pudemos perceber, com os autores aludidos, o desenrolar histórico destes “meios” de transmissão de mensagens. É fato que cada um dos elementos que compõem este segmento teve seu momento de apogeu, mas, na atualidade, percebemos uma tendência à convergência.

Assim são as mídias atualmente, pois possuímos, em um único aparato tecnológico (o celular), diversas formas de interação, na palma de nossa mão. No entanto, mesmo as mais modernas ainda não causaram a obsolescência das antigas. Prova disso é a convivência, em dias atuais, da internet com a televisão, com o cinema, o rádio, os livros, etc.

Na sequência, destacaremos os tipos de mídia existentes, atendo-nos ao nosso objeto de estudo, as revistas, amparados nas considerações dos principais autores estudados a respeito desse conteúdo.

São considerados mídia, seguindo uma linha cronológica, desde a história antiga, **o teatro, os livros, as imagens, cartazes, sistemas postais, jornais, revistas, quadrinhos, o telégrafo, o telefone (que hoje foi praticamente absorvido pelo celular), as gravações, o rádio, o cinema, a televisão, os videogames e a web** (BRIGGS, 2006; PARRY, 2012).

Poderíamos abordar um a um desses elementos, mas daremos destaque aos que visivelmente ainda se mantêm, a nosso ver, com grande influência na chamada “opinião pública” e que tiveram alguma importância para o “nascimento” das revistas, como os jornais. Ainda, destacaremos brevemente o rádio, a televisão e a web por entendermos que essas são também ferramentas de grande contribuição para a criação de visões de mundo na contemporaneidade, além do fato destas mídias, atualmente, terem se convergido.

JORNAIS

Este elemento de mídia claramente necessitaria de uma discussão mais ampla em relação à sua influência histórica em nossa sociedade. No entanto, apenas destacaremos alguns condicionantes históricos que demonstram tal observação.

Parry (2012) salienta:

É o jornal, mais que qualquer outra mídia, que evoca imagens de poder político, furos jornalísticos e implacáveis barões da mídia. Os jornais criaram e quebraram políticos, transformaram a sociedade e amealharam imensa riqueza e influência para seus proprietários. Seria apropriado iniciar este capítulo com algumas citações, que são as ferramentas básicas do repórter – uma profissão inventada no século XVIII para atender a emergente indústria dos jornais (PARRY, 2012, p. 133).

Analisando algumas passagens dessa obra podemos ensejar o quanto este elemento de mídia, de fato, teve influência, historicamente, assim como nos apontou o próprio autor. Parry, concordando com *Edmund Burke* (1727-97), grande estadista britânico, que vivera numa época em que três grandes “Estados” comandavam o país: o *Clero*, a *Nobreza* e a *Câmara dos Comuns*, apontava que o jornal, pela sua imposição, teria se tornado o “quarto” desses poderes.

Outra importante frase destacada por Parry (2012), diz respeito a uma fala de *Napoleão Bonaparte* (1769-1821), líder político e militar francês (da Revolução

Francesa), que afirmava que “quatro jornais hostis são mais temíveis que mil baionetas”. Destaca ainda que Napoleão sabia que era preciso manter a “opinião pública” a seu lado para manter-se no poder.

Outro importante personagem, *Mark Twain* (1835-1910), que viveu no auge da guerra da “imprensa marrom”, nos Estados Unidos, e era conhecedor do atroz poder político e econômico exercido pelos barões do jornal da época, afirmava que “nunca podia se comprar uma briga com quem compra tinta aos barris”.

Assim, somente por essas afirmações já poderíamos sugerir o peso da ingerência histórica que os jornais tiveram, e ainda têm, em todas as sociedades. Ressalta ainda Parry (2012, p. 134): “historicamente, os jornais sempre foram a mais partidária das mídias, não raro pertencendo às pessoas que pretendiam impor seus pontos de vista políticos”. Veremos adiante que por aqui, em nosso país, isso não seria diferente.

Na verdade, desde a Roma antiga, em que as *acta diurnas* (acontecimentos diários) eram expostos em locais proeminentes, como praças e lugares centrais, com informações importantes do dia a dia político daquela sociedade, até os dias de hoje, são os jornais que, quase sempre em primeira mão, dão as notícias dos últimos acontecimentos, em escala internacional (PARRY, 2012).

Convém também estabelecer, sobretudo atualmente, que a veracidade dos fatos nunca foi prioridade para aqueles que querem passar as notícias, pois, “[...] no fim das contas, foram demandas comerciais que levaram o jornal ao formato, tal como hoje o reconhecemos” (PARRY, 2012, p. 135).

Teria sido também com esse elemento midiático que se buscou cunhar o termo “barões da imprensa”, segundo Parry. “Uma vez alcançada a circulação em massa, os jornais tornaram-se as empresas valiosas, que proporcionavam aos donos considerável influência política e riqueza significativa” (PARRY, 2012, p. 144). Com um gigantesco mercado, distribuição subsidiada e publicidade abundante, os Estados Unidos foram os primeiros em que se despontaram a classe dos “barões da imprensa”.

Este título, “barão da imprensa”, é ainda usado para designar àqueles, donos de grandes redes de jornal e mídia, que possuem grande influência nas questões políticas nacionais em vários países. No Brasil, com uma realidade altamente concentradora deste segmento, existem alguns exemplos importantes desses barões.

Segundo Florence Poznanski, secretária geral do Comitê Mineiro do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Informação) “assim como nos Estados

Unidos, o Brasil concedeu quase 100% de seus canais de rádio e TV à iniciativa privada” (FNDC, 2017).

Só que lá, nos EUA, há algumas regras que impedem que um único grupo seja detentor de emissoras de rádio, TV e jornais no mesmo mercado, diferente do Brasil, onde a liberdade é total para os empresários da comunicação.

Ainda segundo Poznanski, outros países apresentam sistemas mais bem distribuídos, tais como Alemanha, França e Inglaterra, nos quais o percentual de emissoras públicas chega a cerca de 40% do total.

Mas, por aqui a concentração midiática é absoluta, como veremos mais adiante. Por ora, podemos estabelecer, segundo o site FNDC (2017), que apenas 11 (onze) famílias controlam os principais meios de comunicação brasileiros. Isso, para um país com mais de 200 milhões de habitantes, soa, no mínimo, controverso. Além disso, 25% dos senadores e 10% dos deputados são donos de concessões de rádio e televisão. Todo esse quadro estaria impondo restrições ao conteúdo que se é transmitido, expressando somente as vontades dos detentores das concessões.

Mas é ainda mais antiga a consideração de que os jornais seriam um “quarto poder”. Essa visão vinha dos próprios donos da mídia, desde há muito tempo. “Na Europa, o jornal *The Times*, órgão dominante de imprensa em Londres, se considerava, durante as décadas de 1830, 1840 e 1850, um ‘quarto poder’” (BRIGGS, 2006, p. 192). De lá para cá essa visão tem se consolidado, internacionalmente.

Briggs (2006) ainda destaca que, desde o início, os jornais impressos e, depois o rádio e a televisão, em sua maioria, se propunham a repassar notícias de cunho imparcial, sem pender para esta ou aquela ideologia. Contudo, especialmente nos jornais, com colunistas colocando sua opinião frente aos fatos, acabou por fazer com que alguns desses jornais ficassem conhecidos por sua parcialidade, e, demonstrando, mesmo que não explicitamente, possuir um lado, normalmente o da elite dominante.

Isso nos remete à primeira metade do século XIX, na qual Marx e Engels tinham bastantes escritos difundidos nos jornais por onde passaram, como exemplo, a *Gazeta Renana*, da qual Marx cita em boa parte de suas obras. Todavia, esses sujeitos sempre deixavam claro, em suas escritas, seu posicionamento político.

Logo, queremos estabelecer que o problema, para nós, não está em demonstrar-se a favor ou contra determinados fatos, mas sim, em opinar constantemente, sem esclarecer abertamente a ideologia que se segue, especialmente, se quiser parecer “imparcial”.

Dito isto, destacamos que o jornalismo, propriamente dito, como profissão, remonta ao início do século XVII, quando foi cunhada a palavra “jornalista” pela primeira vez para aqueles que escreviam um jornal. O termo “editor” começou a ser usado no início do século XVIII. Antes disso, os primeiros jornais eram um misto de impressores, editores e polemistas. Comentários e opiniões somente eram adquiridos do ponto de vista de seu dono (PARRY, 2012). De lá para cá o jornalismo cresceu em quantidade e importância.

REVISTA

Em suma, num primeiro momento, “as revistas desenvolveram-se para fomentar a comunicação entre grupos de pessoas com base em características geográficas, interesses ou qualificações profissionais comuns” (PARRY, 2012, p. 159). Hoje, todavia, vemos revistas que intercalam entre vários assuntos e segmentos, sendo a política e a economia comumente mais debatidas.

Em nossa visão, as revistas, na atualidade, se assemelham muito aos jornais. Esse segundo, com mais regularidade, tendo, em sua maioria, tiragens diárias e possuindo, na maior parte dos casos, mais assuntos em discussão. Mesmo assim, existem revistas hoje que discutem os mais variados temas, tendo grande influência na opinião pública e na visão de mundo das pessoas. É este elemento, a revista, que buscaremos discorrer no quinto capítulo, abordando duas das principais neste segmento, no país.

As revistas são um passatempo que proporciona relaxamento, entretenimento e informações especiais. São um presente para si mesmo – o equivalente midiático a uma caixa de bombons. Esse meio abrange um vasto leque de produtos, com uma ampla gama de objetivos, e possui uma considerável área de interseção com jornais, por um lado, e quadrinhos, por outro. As primeiras revistas foram, com efeito, livros baratos sem capas duras. A categoria foi inaugurada no século XVIII, como um formato para a disseminação de opinião política, e se converteu no principal veículo da publicidade de marcas de bens de consumo quando estas foram desenvolvidas, no século seguinte. Foi a pioneira no uso da fotografia e gráficos, e reinventou-se com o advento da televisão (PARRY, 2012, p. 154).

A palavra *magazine*, inglesa, mas derivada do árabe, foi adotada inicialmente para descrever um depósito de projéteis e munição. Foi transferida para identificar as revistas como um “depósito de informações úteis”, segundo o autor. Recheadas de imagens, mais “completas” que um jornal e mais breves que um livro, as revistas, que

começaram como um pequeno passo adiante do panfleto, ou folheto, é, para ele, “a prima pobre de um livro” (PARRY, 2012).

A ideia de criar periódicos, que circulassem de tempos em tempos, surgiu também dos britânicos, que pensaram ser mais interessante debater assuntos, periodicamente, em poucas páginas. A ideia era juntar conteúdos insuficientes para a publicação de um livro, e em contrapartida, que fossem muito específicos para se debater em um jornal (PARRY, 2012).

Briggs (2006) destaca que desde o início do século XVII a imprensa europeia possuía muitos assuntos a debater, se desdobrando, muitas vezes, a aumentar consideravelmente o número de publicações de jornais e revistas devido à quantidade de acontecimentos relevantes nesse período.

“Em meados da década de 1920, as revistas haviam se estabelecido como uma das melhores formas de atingir os consumidores. A segmentação do público reduzia a margem de desperdício da publicidade” (PARRY, 2012, p. 167).

Assim, desde o início, as revistas têm tido lugar de destaque, se colocando como uma atração paralela ao jornal impresso e outros elementos de mídia. Mas, entendemos que atualmente, especialmente no Brasil, as revistas que mais possuem destaque tratam de elementos políticos e econômicos, elementos que compreendem a *Superestrutura* capitalista e que, a nosso ver, possuem grande complexidade e, também por isso, é praticamente impossível não se posicionar diante dos fatos.

Destarte, analisaremos no quinto capítulo duas revistas brasileiras que possuem grande circulação, e que possuem visões dicotômicas deste mundo, defendendo interesses divergentes. Buscaremos analisá-las em separado para percebermos suas incongruências e tentaremos, se possível, mensurar o quanto elas podem interferir nas visões de mundo das pessoas, enquanto elementos da *Superestrutura* capitalista.

RÁDIO

Inicialmente os rádios vieram para aprimorar o telégrafo. *Guglielmo Marconi* (1874-1937), físico italiano, reuniu diversos estudos técnicos e fez da tecnologia do rádio um grande sucesso, em fins do século XIX. Esse invento possibilitou a comunicação sem cabos, através das ondas eletromagnéticas que se dissipam pelo ar (PARRY, 2012).

“Seu objetivo era possibilitar a comunicação entre embarcações em alto-mar ou entre tropas em rápida movimentação em terra. A primeira operadora comercial de rádio foi sua empresa [...] [no Reino Unido]” (PARRY, 2012, p. 237).

Assim como o telefone, o rádio não era visto inicialmente como um meio de grande difusão. Seu potencial só se tornou evidente, especialmente para especialistas no assunto, quando o rádio entrou nas casas de países como os Estados Unidos, depois na Grã-Bretanha e na Holanda, partindo depois para vários lugares do mundo (BRIGGS, 2006).

Vale destacar que na Primeira Guerra Mundial, o rádio foi usado com propósitos militares. Hitler, inclusive, no entre guerras, fazia dele seu meio mais eficaz de persuasão. Após a guerra houve bastante pressão, sobretudo nos EUA e na Grã-Bretanha no sentido de os governos permitirem o uso do rádio também para a população civil (BRIGGS, 2006).

Convém estabelecer que este elemento de mídia, desde seu surgimento, tem contribuído grandemente para manter as pessoas informadas, em praticamente todos os lugares em que se encontram, por ser um dos mais difundidos. Também levou a diversão e entretenimento, além da dissipação de músicas clássicas e a segmentação de estilos em tempos mais atuais, segundo Parry (2012).

O rádio leva a magia das histórias contadas em volta da fogueira, a mensagem do orador na praça pública e a emoção sentida pela plateia diante de uma apresentação ao vivo para dentro dos lares. Criou personalidades globais que se tornaram nomes familiares, mas, ao contrário dos astros e estrelas, pareciam reais e acessíveis. Produziu grandes instituições da mídia, como NBC, CBS e BBC, e foi uma febre semelhante à dos pontos com na época de seu surgimento. Foi o primeiro campo de batalha pelos direitos autorais eletrônicos e redefiniu as práticas da política e da publicidade. Da década de 1920 à de 1950, o rádio dominou o cenário da mídia (PARRY, 2012, p. 235).

Sobre seus áureos tempos, Parry (2012, p. 236) explicita que “quem foi adulto entre as duas guerras mundiais lembra-se do rádio como o meio que levava para dentro de sua casa drama, variedades, comédia, notícias e política”.

Ainda salienta que para os nativos da geração da internet, e do digital, é difícil entender a importância deste elemento midiático, e seu alcance na atualidade, em que o entretenimento por áudio (também com outras mídias digitais – Disco Compacto, Ipod, Ipad, o próprio celular) é abundante. Hoje o áudio é proveniente de um sem número de canais.

TELEVISÃO

A televisão, envolvendo a varredura de imagem por um feixe de luz, e que havia tido experimentos no século anterior (XIX), com o desenvolvimento da fotografia, tinha uma base técnica diferente daquela que transmitia imagens estáticas. Mas ela se desenvolveu mesmo quando um professor russo, *Boris Rosing* (1869-1963) na década de 1930, propôs um sistema de televisão que empregava o uso de um tubo catódico como receptor das imagens (BRIGGS, 2006).

Parry (2012) resume a caminhada de quase um século da televisão, desde sua invenção:

Para muitos ocidentais nascidos a partir da década de 1940, o tempo de lazer tem sido dominado por aquela caixa no canto da sala. Escritores como George Orwell, de uma geração anterior à televisão, ficaram chocados com o impacto que viram o novo meio exercer sobre a sociedade. A televisão existe há cerca de 70 anos e atravessou mudanças extraordinárias em termos de tecnologia, organização e conteúdo. Apresentou um crescimento mais rápido do que qualquer outra mídia, até a Web. O editor de um jornal ou revista, hoje, comanda um negócio que seria, em linhas gerais, familiar a Benjamin Franklin e seus contemporâneos; mas, para um pioneiro da televisão, o que agora experimentamos seria irreconhecível (PARRY, 2012, p. 278).

Assim como fala este autor, se estivéssemos analisando as mídias na década de 1990, poderíamos afirmar que a televisão era (...) “a mais poderosa mídia de todos os tempos” (PARRY, 2012, p. 279), pois, naquela época as redes de televisão aberta ainda eram “rainhas incontestes”. Todavia, desde a disseminação da tecnologia digital, a televisão vem perdendo espaço para mídias mais modernas, e, assim como suas “primas mais velhas” – a impressão, o cinema e o rádio – deve se reinventar.

É fato que a origem da televisão, em todo o mundo, está no rádio, pois, seus países centrais de dissipação, os primeiros a realizarem grandes investimentos neste segmento, importam, inclusive, a maneira de controlá-las. “Certo ou errado, tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido os governos entregaram às instituições estabelecidas que dominavam o rádio as chaves da televisão” (PARRY, 2012, p. 279).

Por esse motivo, as grandes *BBC*, *ITV*, *ABC*, *CBS* e *NBC* definiram a indústria televisiva. No Brasil, como dissemos, percebemos a mesma tendência centralizadora. Por isso mesmo, deixamos para discutir nosso caso especificamente, mais adiante.

Diferente do surgimento do rádio, porém, a televisão teve início complexo e protelado, por ser resultante de esforços de vários países e engenheiros em praticamente todo o mundo, por longos anos. Sobre seu funcionamento, Parry (2012, p. 280) destaca

que “a televisão funciona porque engana o olho humano. As imagens na tela, compostas de centenas de linhas de pontos luminosos, mudam tão rápido que o olho e o cérebro as ‘veem’ representando um movimento contínuo”.

“No começo dos anos 1960 tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido a televisão estava para quase 80% da população, e havia receptores instalados em mais de 50% das casas” (PARRY, 2012, p. 282). Visível então, que a televisão, nessa altura, já era o principal meio de comunicação em massa. Em meados de 1980, a evolução das TVs a cabo, que já existiam desde a década de 1940, fizeram com que se fossem atendidos públicos de nicho, assim como fazem as revistas. Isso foi possibilitado pela implementação dos satélites, na década de 1970.

Este elemento de mídia, por estar há um bom tempo presente nos lares de praticamente todas as famílias, no mundo inteiro, tem acompanhado importantes mudanças das sociedades. Destaca o autor que na década de 1950, os programas de televisão eram baseados em valores seguros, conservadores e confortáveis, refletindo a família nuclear tranquila e amorosa de classe média. Mas, ao final dessa mesma era, a televisão passou a levar para as salas das famílias à sua frente, cenas de sexo, violência, pobreza e conflitos, tentando se estabelecer como uma janela do mundo, complexo e perturbador (PARRY, 2012).

Nesse ínterim, destaca Briggs (2006), que é com o advento das “mídias de massa”, o rádio, e, posteriormente a televisão, que os debates sobre suas influências nas sociedades se acentuam. O autor argumenta que controversas são a natureza e o escopo dessas consequências, e questiona se elas são primordialmente políticas ou psicológicas.

Outro segmento importante para a televisão são as coberturas dos eventos esportivos. Tão importante que, nos primórdios, as câmeras de televisão eram banidas de muitos desses eventos, com a justificativa de diminuir o público pagante nos locais de realização dos mesmos. Hoje, semanalmente as televisões acompanham os jogos de futebol americano e basquetebol nos Estados Unidos, assim como o futebol para a maioria dos países, com grandes audiências (PARRY, 2012).

Os *reality shows* (conceito de documentários com “câmeras ocultas” acompanhando pessoas “reais”) é antigo. “*The American Family*, feita em 1971 pela PBS, levou câmeras para uma casa real na Califórnia. *The Family* fez o mesmo no Reino Unido em 1974” (PARRY, 2012, p. 305). Ambas, sucesso de público. Salienta Parry que o *Big Brother* costuma ser citado como arquétipo do *reality show*, embora

existam outros. No Brasil, porém, costuma ser o de maior sucesso, exibido anualmente pela maior rede de televisão, a *Globo*.

Convém ainda ressaltar, sobre isso que:

Os produtores do BB empenham-se ao máximo em promover conflitos e picuinhas [entre os participantes – pessoas comuns, em geral bem mais baratas do que artistas renomados], povoando a casa com participantes atraentes, sexualmente ativos, e, às vezes, disfuncionais, além de impor-lhes tarefas que envolvam o uso de poucas roupas e muito álcool. Desenvolvido na Holanda em 1999, em 2010 o programa já era exibido em mais de 100 países (PARRY, 2012, p. 305).

Poderíamos aqui discutir vários outros condicionantes e estratégias desse elemento midiático, que visivelmente teve grande impacto, e continua tendo, em nossas vidas cotidianas. Entretanto, temos por interesse, nesse momento, apenas apresentar as características mais fundamentais de cada mídia, discutindo posteriormente outras questões relacionadas à mídia em geral.

WEB

Como último dos elementos de mídia que aqui abordaremos e, dada a sua importância na vida contemporânea, a Web se constitui como uma ferramenta de ampla complexidade e abrangência, que assim como os outros, pode servir como instrumento de grande influência ao pensamento humano atualmente.

A Web é a mais poderosa mídia da história. Em termos de tamanho do público, número de horas dedicadas a ela e receita gerada com publicidade, vem apresentando crescimento mais rápido que qualquer outra forma tradicional. Isso se deve em parte à grande amplitude do que ela oferece, bem como à facilidade e baixo custo de acesso. A Web está disponível em uma grande variedade de telas, de um telefone de 5 cm a uma televisão de plasma de 60 polegadas. É onipresente. Está mudando a forma como a sociedade funciona – e está só começando (PARRY, 2012, p. 330).

Alguns fatores a tornam “a mídia das mídias”:

O que torna a Web particularmente potente é o fato de ter se tornado um canal para a maioria das mídias tradicionais. Quase todas as marcas de comunicação existente possuem seus próprios sites, mas além disso existem na Web televisão (YouTube), rádio (Last.fm), texto (Huffington Post), jogos (Farmville) e telefonia (Skype). É a verdadeira supermídia, por ser o meio que permite o compartilhamento de arquivos. Ademais, a Web é uma mídia em si, com novos serviços como Facebook, Twitter e Wikipédia, que não poderiam existir antes do advento da internet (PARRY, 2012, p. 331).

Para o autor, ela crescerá absurdamente ainda. Ele afirma que ela está ainda na adolescência, e já se tornou a mídia mais democrática e acessível, abalando a economia dos prestadores de serviço tradicionais. Sua origem remonta ao período pós Segunda Guerra Mundial, quando um consultor científico da presidência americana, *Vannevar Bush* (1890-1974), fez uma reflexão acerca dos aparatos que poderiam servir para a humanidade, findando-se o momento turbulento (PARRY, 2012).

Destaca ainda que houve críticas à difusão da internet, mas elas praticamente passaram despercebidas, pois, a maioria a via como um instrumento que dava “mais liberdade aos indivíduos” oferecendo vantagens nunca antes oferecidas à sociedade, especialmente os provedores. O maior problema apontado pelos críticos seria o fato de a internet ser terra farta para a união de estranhos, pois, você “nunca sabia quem poderia encontrar” nela. O e-mail seria o primeiro a “unir” as pessoas em várias partes do mundo (BRIGGS, 2006).

O primeiro e-mail enviado, em 1971, surgiu de uma intenção de facilitar a comunicação entre universidades norte-americanas. A Web foi criada a partir da ideia de que as pessoas, cada especialista em sua área, pudessem compartilhar informações e ideias novas sobre suas funções. Na verdade, nascia aí um antecessor do site *Wikipédia*. Em 1974, *Vint Cerf* (1943), a quem, muitos atribuem o título de “pai da internet”, desenvolveu o IP (Internet Protocol – Protocolo de Internet), permitindo a qualquer computador, em qualquer lugar do mundo, ter uma identificação na internet (PARRY, 2012).

“O grande avanço aconteceu entre setembro de 1993 e março de 1994, quando uma rede até então dedicada à pesquisa acadêmica se tornou a rede das redes, aberta a todos” (BRIGGS, 2006, p. 300). Era o início da “era virtual”, mesmo com uma rede limitada, a *World Wide Web*, que se tornaria na principal rede mundial com bilhões de usuários em todo o mundo no século XXI.

3.2 CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES DAS MÍDIAS NO TEMPO HISTÓRICO E ALGUNS DE SEUS PRINCIPAIS INTÉRPRETES

Percebemos que a mídia é um assunto de destaque em vários campos da ciência, e também fora dela, recentemente. Muito se fala em relação aos aparatos tecnológicos que fazem este segmento ser um dos mais dinâmicos e inovadores ao longo dos séculos, desde seu surgimento.

Na realidade, as mídias, especialmente a partir do início do século passado, têm assumido certa preponderância em relação a outros setores no que diz respeito ao progresso tecnológico. Fala-se inclusive em uma nova era, de acordo com McLuhan (1969) ou, talvez, numa Nova Revolução Industrial sancionada pelo advento dos eletrônicos, a partir do século passado.

É fato entre os historiadores que a invenção da escrita, por si só, já aparecia, há cerca de quatro mil anos A.C., como algo que possibilitaria a existência humana, adquirir outro lugar na evolução de todas as espécies (BRIGGS, 2006).

De lá para cá muito se tem mudado, e, cada vez mais, a velocidade das mudanças se intensifica. Como vimos, possuímos, hoje, mais de uma dezena de elementos “mediadores” de mensagens. O livro, como um dos primeiros instrumentos, aproximou sobremaneira os fatos históricos às civilizações. O teatro passou a encenar tais fatos, o telefone possibilitou a comunicação em tempo real a longas distâncias.

McLuhan (1969), que compreende os meios de comunicação como a *mensagem* em si, afirma que cada *mensagem* seria precursora de outra. Assim, um veículo estaria “chamando” outros: o cinema “chamou” a literatura e esta, a linguagem. A foto atraiu a pintura, mas esta hoje inclui a fotografia. A televisão é um objetivo-veículo específico que transmite mensagens que podem enunciar outros objetos, etc.

Assim, cada elemento possibilitou algum avanço a humanidade. Todavia, mais recentemente, questiona Briggs (2006), se a televisão, ou mesmo a internet, aniquilam, ou criam novos tipos de comunidades, em que a proximidade espacial se faz menos importante e se as consequências do letramento ou da televisão são iguais em qualquer sociedade, ou se variam de acordo com o contexto social e cultural de cada uma.

Para nós, essas questões são de suma importância, pois são as que norteiam nossa pesquisa. Entendemos que as sociedades mais avançadas são aquelas que possuem educação emancipatória, que capacite os indivíduos para perceberem todos os meandros que os cercam, cotidianamente.

Dentre esses meandros, as mídias em geral se constituíram, sem dúvida, num aparelho ideológico que busca moldar nossos caminhos e interpretação para que olhemos a realidade através de um determinado prisma. Aliás, é a partir da invenção da mídia moderna que se cunhou a expressão “opinião pública”, como vimos anteriormente. E essa “opinião”, em geral, cremos que tem sido extremamente formatada por esses aparelhos para servir aos interesses do capital.

Comprovando isso, destacamos que, especialmente no século XX, pela eclosão das duas grandes guerras, iniciou-se um grande interesse pela propaganda, conforme nos apontam Briggs (2006) e Chomsky (2013).

Convém destacar, sobre essa questão, um breve comentário de Chomsky (2013) sobre um caso, amplamente conhecido, segundo ele, que foi o da “Comissão Creel”⁵, ou, uma espécie de “lavagem cerebral” pela propaganda norte-americana que o autor considera como “a primeira operação de propaganda governamental de nossa era” (CHOMSKY, 2013, p. 11).

Nela, o autor comenta que, dentro de seis meses, foi possível transformar uma população pacifista em histérica e belicosa, tamanha a manipulação, pelos elementos midiáticos, que se obteve nessa passagem.

O autor é enfático em afirmar que, desde essa época, este fato nos deixou uma grande lição:

[...] A propaganda política patrocinada pelo Estado, quando apoiada pelas classes instruídas e quando não existe espaço para contestá-la, pode ter consequências importantes. Foi uma lição aprendida por Hitler e por muitos outros e que tem sido adotada até os dias de hoje (CHOMSKY, 2013, p. 13).

Ao que nos parece essa estratégia tem sido apreendida por vários líderes internacionais. No caso de Hitler, na Alemanha pré Segunda Guerra, tal estratégia foi seguida a risco, segundo o autor.

Chomsky (2013), por sinal, apresenta-nos uma obra que faz uma contundente crítica ao que é exposto pela mídia como um todo. Para o autor, este elemento importante e influente na sociedade é, na verdade, um instrumento que os maiores influentes, políticos, grandes empresários, a classe “especializada”, acabam por usar para manipular as massas dos “ignorantes”, aqueles que são “estúpidos demais para compreenderem” sozinhos a imbricação dessa sociedade e que, por isso, precisam ser guiados.

Esse autor discute que a sociedade atual é estreitamente hierarquizada e, dessa hierarquização nascem as determinações da vida social na contemporaneidade. No livro, o autor cita vários exemplos de casos (Segunda Guerra Mundial, Guerra do Golfo, entre outras) em que o governo dos Estados Unidos, mas também outros, antes de guerrear

⁵ A Comissão Creel foi criada para cuidar da propaganda governamental norte-americana, do então presidente Woodrow Wilson, em 1916. Esta se utilizava de técnicas desenvolvidas para vendas e promoção de produtos, e conseguiu transformar o pensamento de uma população pacifista e levá-la à participar de um confronto direto com os alemães naquele período.

com outras nações, faziam uma guerra ideológica em seus próprios países para convencer sua população da sua “necessidade”.

Parafraçando um grande autor da Geografia, Yves Lacoste, e sua grande obra *Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer guerra*, afirmamos que também as mídias, ao longo do tempo, têm contribuído de igual modo para essa finalidade, conforme nos demonstra Chomsky (2013).

Dada a visível importância adquirida pela mídia no tempo histórico, vários autores se dedicaram a investigá-la. Briggs (2006) destaca que, sobretudo no segundo quartel do século XX, surgem grandes estudiosos desse segmento. Entre eles, cita *Harold Innis (1894-1952)*, *Jack Goody (1919-2015)*, *Jürgen Habermas (1929)*, *Marshall McLuhan (1911-1980)* (o primeiro a usar o termo “aldeia global”, muito utilizado por Milton Santos), além de outros autores.

Ao citar o historiador *Carlo Cipolla*, Briggs (2006) destaca que esse estudioso enfatiza a contribuição que a capacidade de ler e escrever possibilitou para a industrialização, o progresso e a civilização. Também afirma que é importante observar que a descoberta das novas mídias não significou, em nenhum momento, a obsolescência das antigas.

Para Parry (2012) todas as novas mídias modificam o modo de funcionamento da sociedade, nisso, corrobora com a tese de Mc Luhan de que “o meio é a mensagem”. Mas o telefone teria sido para ele, um dos mais influentes, em todas as épocas.

Diz isso por acreditar que o discurso é a ferramenta básica de todo ser humano e, por ser este instrumento o possibilitador de tornar verdade uma conversa à distância, inimaginável antes de sua invenção, por volta de 1870. Salienta ainda que foi o telefone que levou ao desenvolvimento da internet e da Web.

Ainda argumentando sobre autores importantes, citando *Harold Lasswell*, Briggs (2006) observa sua declaração de que as mídias possuem um “o quê” e um “para quem” bem definidos, e que as reações dos diferentes grupos de pessoas sobre o que ouvem, veem ou leem, exige estudo permanente.

Destacando *Innis*, o autor argumenta que esse importante historiador e economista sempre destacou a ideia de que cada meio de comunicação tendia a criar um perigoso monopólio de conhecimento, e isto, desde os Monges da Idade Média, que, com seus pergaminhos, escreviam o que consideravam por “verdade”.

Ressalta, contudo, que há teóricos que enxergam somente o impacto positivo das novas mídias, mas há aqueles que consideram também os negativos, como *Marshall Mc*

Luhan. “Para McLuhan, que tinha formação de crítico literário, o importante não era o conteúdo da informação, e sim a forma que ela assumia” (BRIGGS, 2006, p. 21).

Mc Luhan trouxe, na verdade, grande contribuição crítica, especialmente ao escrever sua obra “Os meios de comunicação como extensão do homem” que, devido sua importância para a compreensão destes elementos, buscaremos discutir em sequência.

Marshal Mc Luhan, canadense, foi um dos grandes estudiosos da mídia. Lançou, em 1969, elucidativa obra, na qual afirma que os meios de comunicação se transformaram, com o tempo, em uma extensão humana, como se fossem uma “prótese técnica”. Nessa metáfora, tal como a roda seria a extensão de nossos pés, e o telefone, a ampliação de nossa fala, os meios de comunicação seriam também, parte de nós, do nosso sistema nervoso central. Seriam literalmente, nossa extensão.

Ingressando na época eletrônica, a qual estaria por suceder a literatura tipográfica, essa era significaria o fim da cultura visual, da divisão técnica, do individualismo e do nacionalismo (MCLUHAN, 1969). Nessa seara, tentaremos esclarecer seu pensamento.

Por sinal, já houve quem o apontasse como uma espécie de “vidente” do mundo moderno, como afirmam Chagas e Encarnação (2011), numa reportagem da revista online “Globo Ciência”. Suas obras tiveram de fato grande impacto na visualização desse mundo moderno, até por isso, consideramos de fundamental importância compreendê-lo.

Talvez o que mais se pode afirmar, de McLuhan, é que ele possui uma visão bem peculiar, a nosso ver, do mundo moderno. Apesar de demonstrar preocupação com problemas de ordem econômica, de hierarquização social, da luta de classes, ele conseguia enxergar um panorama mais ameno e tranquilo num futuro não muito distante, possibilitado pelas mídias.

A partir das técnicas de produção, ordenadas tipologicamente, e não dos “modos de produção” (e toda sua complexidade de relações sociais) como fizeram Karl Marx, e outros pensadores, McLuhan descreve a civilização humana. Ele separa os homens em três fases históricas: os *cool* (culturas tribais), os *hot* (cultura literária), e os *média* (época eletrônica) (MCLUHAN, 1969).

Nessa ideia, a fase literária humana seria a fase iniciada pelos caracteres de Gutemberg, a tipografia fundada sobre o alfabeto e a visualização. Racionalizando todas

as técnicas de comunicação conforme os princípios de continuidade, uniformidade e repetição, ela teria revolucionado a organização tribal e as estruturas orais da comunicação, anteriores (MCLUHAN, 1969).

Todas as culturas tribais, pré-literárias, existiam numa época de comunicações *cool*, expressas por culturas orais, ritos, danças e gestos simbólicos. Toda literatura, o livro, a ciência, são *hot* porque se fundamentariam na distância, na não participação, ou, na não interação, mas possibilitariam isso posteriormente (MCLUHAN, 1969).

Os Estados Unidos seriam como um *meio* fundamental, e onde apareceria a verdadeira *mensagem* do Ocidente. Tal modelo teria influência na produção, no mercado, na ciência, educação, organização urbana e cultura. Através da leitura, mediatizada tecnicamente, essa revolução social seria dissuadida ao resto do mundo, iniciando um processo de standardização que levaria à organização visual do tempo e do espaço (MCLUHAN, 1969).

Na verdade, a sociedade norte-americana seria, nessa separação, uma espécie de “exemplo a ser seguido”, e sua “socioculturologia” seria a predecessora de grandes esquemas explicativos às outras partes do mundo, fornecendo a estes os delineamentos necessários ao desenvolvimento tecnológico. Seria, pois, um “modelo” que deu certo (MCLUHAN, 1969).

Assim, nossa civilização se acharia, necessariamente, em fins da época literária, atualmente. A televisão, assim como o telégrafo e a automação seriam o signo de uma unificação do planeta, deixando para trás a divisão, sucessão e exclusão. Os satélites e a eletrônica ligam, também, todo este planeta. Essa forma típica de estabilidade estaria nos levando a um mundo um tanto autístico, mas, de mosaico, de implosão e de equilíbrio. Os habitantes de países de terceiro mundo deixariam características orais e táteis para penetrarem no universo digital (MCLUHAN, 1969).

Entretanto, de sua obra, talvez o que mais tenha ganhado destaque em análises posteriores, tenha sido sua conceituação dos veículos comunicativos, pois, para ele, o “veículo é a mensagem”. E, esses meios, dos livros à internet, transformaram nossa civilização, não pelo seu conteúdo, mas pela sua coerção, exercida pela sistematização na sua essência, eminentemente técnica.

Parry (2012) concorda com McLuhan, e destaca que a mídia, e os meios de comunicação em geral, são, de fato, extensões do homem, apesar de pouco ter sido escrito sobre sua história. Por isso, existem muitas coisas desse segmento por se

descobrir, sendo necessário àqueles que se destinam a pesquisarem sobre a mídia, engalfinharem-se nessa busca.

O autor aponta que, ao longo dos mais de 3 mil anos de existência, os meios de comunicação, foram, continuamente, ganhando importância no mecanismo de funcionamento da sociedade, ocupando parcela cada vez maior de nosso tempo. O rádio, a televisão, e, mais à frente, a internet, sem dúvidas, marcariam uma nova era da história humana. A necessidade de nos comunicarmos com outros que não aqueles que estavam do nosso lado, nos fez desenvolver novos elementos midiáticos.

Cada uma das revoluções midiáticas, do desenvolvimento da eletricidade ao surgimento da internet, produziu um frenesi na especulação financeira, e isso, historicamente, faz as revoluções técnicas se sucederem. Nesse sentido, Parry (2012) observa que as mídias estão atravessando ainda mudanças profundas e adentrando numa época de grandes oportunidades, cabendo a nós, identificá-las.

Convém, contudo, destacarmos Borges (2016), que nos faz um sobreaviso no sentido de que devemos nos atentar para os conteúdos e as estratégias das mídias na sociedade moderna, pois somos, talvez, o primeiro povo da história da humanidade a ter sido capaz de fazer ilusões tão vívidas a partir dela.

Ele comprova que, ao lermos, ou, ao nos depararmos com algum fato, história ou notícia, na televisão ou em outro aparelho de mídia, isto nos propicia alterações psicológicas e até, fisiológicas, tamanha a influência destas histórias em nossa mente (BORGES, 2016).

Concluindo, pois, esse destaque à obra de McLuhan, devemos ressaltar que a compreendemos como de fundamental importância para que entendamos as mídias como parte de um mesmo processo e que surgiram (e continuam a surgir) para facilitar a comunicação humana, é claro.

No entanto, cremos que, ao mesmo tempo em que ela torna a comunicação mais facilitada, traz, em seu bojo, a possibilidade de transmissão de mensagens falsas, e/ou maquiadas para que se crie, no ouvinte, uma visão de mundo que seja a visão que mais importa a alguns, mas não a todos.

Reiteramos que em uma sociedade de classes, na qual coexistem “possuidores” e “não possuidores”, é conveniente à primeira que a segunda se sinta contemplada de tal forma que não sinta a vontade de argumentar, de protestar, ou de pensar em alterar drasticamente esta configuração.

Desta forma, não se pode analisar as mídias em separado, a nosso ver, porque possuem intrínseca relação ao que acontece no mundo, sendo, portanto, produtos das relações humanas, e não a causa de nossa evolução, a despeito das grandes transformações, e progresso, que elas ocasionaram, sobretudo, no que tange à comunicação humana.

Nesse ínterim, Briggs (2006), sobre a contribuição do antropólogo *Jack Goody*, afirma que ele se preocupou com a tendência da cultura oral adquirindo o que ele chamava de “amnésia estrutural”, ou seja, o esquecimento do passado, que muitas vezes é igual ao presente. Para *Goody*, a sociedade se esquece muito fácil dos acontecimentos recentes, e isso implica diretamente na nossa interpretação desse mundo.

Quer dizer, por não conhecermos, muitas vezes a história, somos passíveis de cometer os mesmos erros do passado. Quando não conseguimos entender, em pleno século XXI, por exemplo, que as mídias nem sempre estarão transmitindo fatos verdadeiros ou que elas possam nos repassar alguma informação, ou propaganda, com outras intenções, como os casos já citados por Chomsky (2013), certamente estaremos sendo manipulados para aceitar determinados fatos, sem que possamos nos aperceber.

Diante disso, esse autor propõe a todos que estudam a mídia que consideremos sobremaneira a história, pois, é ela que explica como as séries, as novelas, o teatro, o jornalismo, os programas de rádio, etc., atuam contemporaneamente, sendo, assim, interpeladas pela ideia antiga de capacidade de dispersão de costumes e ideias.

Na verdade, para nós, marxistas, a história sempre deve se fazer presente nas buscas pela compreensão de qualquer que seja o relato ou interpretação que queiramos realizar. Ela é, afinal, a ciência “mãe”, conforme nos aponta Marx (2008), da qual se delineiam todas as demais. No entanto, vemos, especialmente na sociedade brasileira atual, uma tendência de desvalorização desse ramo do conhecimento, algo extremamente preocupante.

Nesse ínterim, outra importante observação do autor é o fato que ele nos alerta sobre como, mais atualmente, especialmente a partir da década de 1990, as análises de mídia foram abandonadas por antropólogos e historiadores, assim como tendencialmente acontece para outras áreas relevantes.

Enquanto isso, no mundo totalmente entregue as práticas econômicas, e, com a importância da rubrica “globalização” são os economistas que ganham destaque, concentrando-se em analisar aquilo que seria “mensurável” dentro das sociedades, em

detrimento da conservação de análises que levem também em consideração as análises sociológicas e históricas.

Por isso, concebemos que seria necessário que valorizássemos mais a historiografia em nossas compreensões da realidade, e, mais do que isso, aprendêssemos a valorizar mais as afirmações e diagnósticos que a considerassem do que enaltecer ideais imaginários, que até possam ter dado certo em outras civilizações e contextos, como a primazia pelo livre mercado, em detrimento de políticas sociais e inclusivas, mas que não explicam, tampouco resolvem, as peripécias em todas as realidades.

Destarte, analisaremos, no próximo capítulo, a imbricação do capitalismo com as mídias, e a ideologia dominante, no sentido de tentarmos compreender as consequências dessa imbricação e as possibilidades de superarmos o modelo tradicional da comunicação humana.

Também iremos discorrer brevemente sobre a constituição e consolidação da imprensa nacional, com características oligárquicas, passadas de geração a geração seguindo um padrão ideológico e ficando, cada vez mais, assim como a maioria dos segmentos no capitalismo, extremamente concentrada.

Capítulo quatro

MÍDIAS, IDEOLOGIA CAPITALISTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IMPrensa BRASILEIRA OLIGÁRQUICA

INTRODUÇÃO

Vimos construindo, ao longo deste trabalho, uma apresentação da realidade que nos cerca num desenrolar histórico abrangente, mas que obviamente não dá conta de tudo que deveríamos abordar para que compreendamos totalmente os meandros que nos ocasionaram vivermos o contexto atual.

Para que pudéssemos analisar mais assertivamente, no entanto, daqui para a frente, o poder que possuem as mídias dentro do abstruso modelo societal predominante, tivemos que compreender o processo histórico gerador do capitalismo, e até mesmo das condições materiais e humanas que propiciaram-nos o advento da modernidade, das tecnologias, e da comodidade com a qual nos habituamos a viver em dias atuais.

Também tivemos que demonstrar o quanto são injustas as relações sociais por detrás deste sistema, e o quanto nossa sociedade se fez refém do capital, que gera riqueza a uma minoria, enquanto que à maioria, resta se contentar com as migalhas que sobram. Assim, vivem mendigando um emprego, um lugar para se abrigar, condições mais dignas de vida e garantia de sobrevivência e sustento para sua prole.

Desta maneira evidenciamos que as ideologias estão justapostas na sociedade, mas a que predomina é aquela que naturaliza esses e outros problemas sociais, fazendo com que as classes menos favorecidas acreditem na falsa ideia de que o mercado, e sua “mão invisível” resolverão todas as mazelas sociais e nos tornarão “livres e iguais”.

Contudo, percebemos que isso não acontece dessa maneira. Mais do que isso, percebemos que existem ferramentas, criadas dentro da lógica capitalista, que trabalham para manter viva a lógica atual, de exploração humana, de desigualdade social e de aclamação da ideologia liberal enviesada pelo burguês, mas, também pelas outras classes, impelidas a crer em tal ideologia.

Neste capítulo trataremos de discutir essa imbricação do capitalismo com a ideologia e os elementos de mídia, que diuturnamente nos propõem aderir ao paradigma único imposto pelos “de cima”. Também iremos abordar a imprensa nacional dentro deste contexto que segue, via de regra, os ditames impostos pelo capital.

4.1 CAPITALISMO, IDEOLOGIA E MÍDIA

Vimos que ao longo do tempo o capitalismo tem se constituído como um modo de produção da vida material/imaterial aparentemente perpétuo, especialmente pela sua capacidade de reinvenção a cada crise do capital. Por isso mesmo que na atualidade ele tem se estabelecido como o modo predominante.

Neste ínterim, é a democracia o regime de governo que mais possui aceitação, por se tratar de um regime que respeite as pluralidades de pensamento, e propicie o surgimento de novas compreensões do mundo. Isto em tese, pois, como veremos, na prática, nem sempre é o que acontece.

Já que falamos da contemporaneidade, cabe destacarmos mais uma vez Chomsky (2013), que faz uma análise do conceito difundido, na hodiernidade, de democracia. Esta, para as sociedades atuais, é vista como um modelo de organização social na qual todos os indivíduos participam de maneira significativa na condução de seus assuntos mais importantes. Também se tem por consenso que os canais de informação são acessíveis e livres. Todavia, segundo ele, isso é somente uma ilusão.

Na realidade, a “democracia”, tal qual nos apresentam, assim como a “globalização” seriam elementos criados meramente com o intuito de nos fazer crer em algo que só existe em nossa imaginação, na idealização. Na prática, é o seu avesso que prevalece.

Nesse campo, assim como em todos os outros, a mídia tem tido importante contribuição, fazendo com que, com o passar dos anos, fôssemos, todos, sendo moldados de maneira a compreender o capitalismo como o “fim da história”, pronto, acabado, e, para alguns, em perfeita harmonia com todos os seres humanos.

Discutimos no capítulo anterior, um subtítulo voltado inteiramente à questão da ideologia dominante e como ela nos afeta, cotidianamente. Segundo os autores estudados, a mídia, como parte de uma *Superestrutura* arquitetada, tenta reproduzir o que é conveniente à classe burguesa em nós.

Essa *Superestrutura*, lembramos, de acordo com Marx (2008), Marx e Engels (1997), Gramsci (1999), Althusser (1970), entre outros autores, diz respeito à organização social, determinada pelas relações de produção (*Infraestrutura*) que buscam moldar nossa visão de mundo de acordo com os interesses da classe que nos domina (a burguesia) através dos vários aparelhos ideológicos (entre eles o próprio Estado e as relações jurídicas).

Destarte, percebemos que somos impelidos a crer que vivemos em um mundo pronto e acabado, com características que podem torná-lo ideal. Ainda, fazem-nos crer em algumas ideias que não condizem com nossa realidade social, sobretudo, quando afirmam que basta vontade para sairmos de uma condição de pobreza, ou miserabilidade, desconsiderando aspectos históricos e sociais importantes, além da falta de políticas públicas nesse sentido.

Mesmo assim, nos vemos como verdadeiro “rebanho” a ser orientado (CHOMSKY, 2013) segundo estes princípios morais e algumas ideologias que, na prática, ao realizarmos análise criteriosa, despidos do senso comum criado pela própria visão dominante, de acordo com Gramsci (1999), podemos perceber mais facilmente como ele verdadeiramente se constitui.

Grande parte dos autores selecionados ainda acima, do legado marxista, e, portanto, fundamentais em nossa pesquisa, compreendem o poder (midiático, no caso) relacionado à dominação de classe, à hierarquização social. Na visão marxista clássica, a mídia se apresenta como um meio de opressão espiritual a serviço dos grupos dominantes.

“Nesse sentido, postula-se que os meios de informação organizam e veiculam uma representação mistificada da realidade, apresentando como universais as ideias e os valores de um grupo social particular” (COUTINHO *et al*, 2008, p. 08).

O pior de tudo, talvez, seja o fato de que nos querem passar uma visão de que vivemos numa “democracia”, e, que, por isso, não há necessidade de temermos nada, pois essa democracia, da maneira como se apresenta, seria plena e nos possibilitaria convivermos em harmonia, com respeito às pluralidades de convicções filosóficas e crenças e que a participação popular é significativa.

Sobre isso, Chomsky (2013), lembra a teoria de *Walter Lippmann*, importante teórico da democracia liberal norte americana, que ajudou a construir a visão política democrática dessa corrente no país:

Ele afirmava que numa democracia que funciona adequadamente existem classes de cidadãos. Em primeiro lugar, existe a classe de cidadãos que têm de assumir um papel ativo na gestão dos assuntos de interesse público. Essa é a classe especializada. São as pessoas que analisam, executam, tomam decisões e administram as coisas no sistema político, econômico e ideológico. Trata-se de um percentual pequeno da população. Naturalmente, qualquer um que avance essas ideias é sempre parte desse pequeno grupo, e eles estão discutindo sobre o que fazer com *aqueles outros*. Aqueles outros, que estão fora do pequeno grupo, a grande maioria da população, são o que Lippmann chamava de “rebanho desorientado” (CHOMSKY, 2013, p. 16).

Vemos, com esse relato, um defensor da teoria liberalista admitindo quão estratégicos são os que buscam dominar a população civil como um todo, compreendendo-a como um “rebanho” que necessita ser guiado.

Dessa forma, cabe o questionamento em relação ao tipo de democracia que vivemos atualmente, e que se tornou o “modelo” de regime político no mundo todo. Esse modelo, frequentemente é usado para justificar muitas coisas, entre elas, a própria guerra, no caso, artimanha política que os países imperialistas costumeiramente usam para invadir nações soberanas, no intuito de “restabelecê-las”, como destaca Chomsky (2013).

É conveniente destacarmos nesse ponto, Santos (2001) e sua abordagem em relação à globalização que nos fazem crer ser existente. Nela, ele destaca que tudo o que querem nos passar, envolvendo essa temática, é fabulação. A globalização como nos mostram, essa “aldeia global” conectada, em tese, não apresentaria problemas, mas, na prática possui muitos entraves, dentre os quais, a falsa ilusão da democracia.

A democracia plena, por sinal, para Santos (2001) é substituída pela construção de uma democracia de mercado, visando o triunfo das novas virtudes pragmáticas. E isso seria a razão do porquê vivemos, constantemente, sendo impelidos a aceitarmos essa lógica, ou sofreremos com a repressão do Estado, se nos posicionamos contra. Certamente, a democracia plena nunca foi atingida em nenhuma sociedade, pontua.

Reinando a democracia do mercado, o modelo econômico acaba por importar mais que o modelo cívico nas sociedades capitalistas, por isso, tudo é desculpa para se chegar à “democracia” do capital. Ao seguir essa lógica ele salienta que as próprias esquerdas, nos últimos anos, são levadas a praticar e dar mais espaços a preocupações eleitoreiras do que ao tipo de sociedade que apregoam.

Ainda nesta seara, Chomsky (2013) considera:

Outra concepção de democracia é aquela que considera que o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados. Esta pode parecer uma concepção estranha de democracia, mas é importante entender que ela é a concepção predominante (CHOMSKY, 2013, p. 10).

E, a mídia, como um todo, tem papel de destaque dentro dessa formatação. Esse autor realiza uma crítica contundente ao que é exposto nela. Para ele, este elemento importante e influente na sociedade é, na verdade, um instrumento em que os maiores influentes: políticos, grandes empresários, a classe “especializada”, acabam por usar

para manipular as massas dos “ignorantes”, que não conseguem compreender por si só a estrutura social em que vivem, precisando, por isso, de alguém que lhes guie.

Desde o advento das grandes guerras, salienta, os grandes governos aprenderam que a propaganda política, patrocinada pelo Estado, e apoiada pelas classes instruídas, “as que guiam”, podem ter importantes consequências.

É triste saber que mesmo em dias atuais, quase um século depois, vemos uma população sendo literalmente “guiada” por aqueles que possuem o poder, e o controle da opinião pública (que quase sempre são os mesmos).

Ademais, são os homens “responsáveis”, da classe especializada, os que assumem as funções executivas na sociedade. São eles que planejam e pensam-na, compreendendo os “interesses de todos”. Essa seria sua função. Mas o “rebanho desorientado” também possui função na democracia, mas uma função de mero “espectador”. Porém, por se tratar de uma democracia, esse espectador poderá transferir seu apoio a um ou outro membro da classe especializada, às vezes, com o voto (CHOMSKY, 2013).

Há, contudo, um princípio moral imperativo por detrás de tudo isso, o de que a maioria da população “seria estúpida demais para conseguir compreender as coisas”. Dessa forma, precisa-se de algo que possa orientar o “rebanho desorientado”, e esse algo seria a mídia (CHOMSKY, 2013).

Neste mesmo direcionamento, Couldry (2008) destaca que um sistema tão bárbaro, como é o neoliberal, em sua visão, requer seu próprio teatro. Quer omitir do público em geral, aquilo que mais condiz com seu estilo de organização social. Destarte, ele salienta que “o regime de produção econômica que, juntamente com os seus discursos associados, é usualmente chamado de ‘neoliberalismo’, é um sistema de crueldade” (COULDRY, 2008, p. 25).

Justificando, ele nos indica que:

As ‘verdades’ do neoliberalismo seriam inaceitáveis, caso fossem expostas abertamente, mesmo que suas consequências se revelem diariamente em frente aos nossos olhos. Essas verdades devem, portanto, ser traduzidas em rituais que dramatizem, como ‘representações’, uma versão aceitável dos valores e das compulsões dos quais a crueldade depende (COULDRY, 2008, p. 26).

O neoliberalismo, que seria uma versão moderna do antigo liberalismo clássico, apresenta-se, dessa maneira, da mesma forma que o original, como algo bom, que, se fosse seguido na íntegra, haveria progresso e desenvolvimento humano. Não é o que

apontam os autores destacados aqui, tampouco o que vemos acontecer na prática, aos países que adotam tal cartilha, caso do Brasil, nos últimos anos.

Quanto à questão da divisão social, estão submetidas, também, ao seu ajustamento, além da mídia, a escola e a cultura populares. À classe política e responsável pela tomada de decisões, há uma intencionalidade de deixá-la apta a realizar a organização da sociedade, a perpetuar os interesses e os costumes que os fazem estar nessa posição. Ao rebanho desorientado é apenas necessário, distraí-los, desviar sua atenção para outro assunto (CHOMSKY, 2013).

Aqui cabe dialogar com a teoria althusseriana que também discute essas questões, pois, para Althusser (1970), já está definido, desde os primeiros anos de vida das crianças, nos países capitalistas, quem vai ocupar qual função. Segundo ele, o filho do proletário continuará sendo proletário, pois é somente isso que a escola pública lhe oferecerá, enquanto que aos filhos da burguesia está reservado um lugar de direção, de chefia, pela própria diferença do ensino nas escolas dos pobres e nas escolas dos ricos.

Reiterando, essa coisa de desviar a atenção é, a nosso ver, extremamente visível em nosso país, nas novelas “globais”, com bons índices de audiência, além dos programas esportivos diversos, os jogos de futebol, e, sobretudo, os intermináveis programas de auditório nas tardes de domingo, em que, via de regra, se apresentam artistas de vários segmentos.

Estes, normalmente, são bajulados pelos apresentadores como fossem as pessoas mais importantes em nosso contexto social. Não há muito espaço para pessoas “comuns”, tampouco para debates com especialistas em qualquer que seja a área de atuação.

Parry (2012) discute isso e alerta que em praticamente todo o mundo, as novelas, assim como nas épocas do rádio, prendem os telespectadores naquele canal, religiosamente todo o dia, criando uma fidelidade importante para os donos dessa mídia e para a publicidade.

Os programas dominicais, como o *Domingão do Faustão*, da *Rede Globo* no Brasil, com os quadros que têm continuidade nos domingos, a exemplo do *Dança dos Famosos*, entre outros, também usam dessa prática, de tentar prender seu telespectador. Isso, para uma nação que, historicamente sempre deu pouco valor ao conhecimento científico e a cultura erudita, ao que parece, a grande maioria não vê a hora de acompanhar esse “bajulamento” semanal.

A propósito, percebe-se, entre uma fala e outra, tanto do apresentador, quanto dos participantes que ali frequentam, alguns “pitacos” em relação à situação econômica e política do país, o que parece ser algo inocente, não premeditado. O que se vê, às vezes, são declarações parciais, de sujeitos despreparados politicamente, e, até mesmo, discursos preconceituosos, extremamente conservadores e radicais. Isso, em nossa visão, forma, e muito, a concepção dos que os acompanham, até porque, muito provavelmente, o que boa parte vê de política e economia durante a semana seja somente isso mesmo.

Aliás, não é muito raro vermos, nesses programas, artistas, muitos, com contrato com aquela emissora (e por isso provavelmente não irão dizer nada com que seus padrões eventualmente não concordem) opinando sobre tais temáticas.

Não é de nossa intencionalidade querer assumir uma postura um tanto radical em relação ao que passam, ou deixam de passar na televisão aberta, ou em outros elementos de mídia, até porque, quem conhece minimamente a lógica por trás de tudo isso, sabe que o que alimenta suas programações é a audiência, pois, quanto mais as têm, mais produtos são anunciados, propiciando-lhes maior rendimento.

Todavia, queremos estabelecer que se faz necessária uma regulamentação rigorosa, com leis que garantam, minimamente, alguns parâmetros e que seja pensado num formato de televisão, de internet, e afins, que propicie a heterogeneidade, respeitando às diversidades e às convicções filosóficas, religiosas e crenças de qualquer cidadão.

Na Europa, conforme destacam Briggs (2006) e Parry (2012), e o próprio site do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), existem países que regulamentam as mídias, com maior preocupação, mas por aqui, essa não parece ser uma prática. Aí o terreno fica liberado para que as corporações decidam o que é bom, ou não, (ou o que é mais rentável) para se transmitir, em rede nacional.

Voltando a frisar a questão da democracia, e sua lógica de dispersão de um ideal de regime político e de sociedade, Chomsky (2013, p. 21) é enfático em afirmar que “[...] a lógica é cristalina. A propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para um Estado totalitário”.

Reitera ainda que é preciso constantemente “enfiar goela abaixo” programas e propagandas, nos diversos meios midiáticos para buscar o convencimento da população para as ações do governo.

Em nosso país, recentemente, vimos inclusive, o atual presidente, *Michel Temer*, indo participar de um programa dominical ao vivo, na *Rede SBT (Sistema Brasileiro de Televisão)*, no qual o apresentador, e dono da emissora, *Silvio Santos*, além de interrogá-lo a respeito da intenção do governo em alterar as leis previdenciárias no país, apontava alguns aspectos, dos quais, considerava “impossível o país prosseguir evoluindo, caso não alterasse, urgentemente a Reforma Previdenciária”.

Silvio Santos é um empresário do ramo televisivo brasileiro, dos mais antigos e bem-sucedidos do país, construiu uma sólida carreira nesse segmento. Além de sócio majoritário do canal de televisão citado, apresenta, aos domingos, vários programas em sequência, tendo uma considerável audiência, e influência em relação aos seus telespectadores. Foi inclusive, candidato a presidência da república no ano de 1989.

Chomsky (2013) ainda aponta que, as pessoas, às vezes, se acham esquisitas em pensar diferente daquilo que “acham” que a maioria esteja pensando. Ele fala especificamente do caso norte americano, no qual foram realizadas pesquisas no sentido de entender as manifestações das pessoas daquele país em relação ao investimento bélico e às investidas armadas do mesmo em outros países.

No entanto, achamos que essa é uma lógica que sirva para que compreendamos a nossa formação social também. Até porque, não é muito difícil encontrarmos pessoas dizendo que não gostam de política, que “político é tudo farinha do mesmo saco”, ou, que “política e religião não se discute”. Esse tipo de declaração se tornou, em nosso entendimento, senso comum, a partir do momento em que pessoas de elevada influência pública assumem também essa postura.

Claro que existem outros motivos que ajudam nesse esclarecimento, como uma educação não libertária, que não garanta a politização dos indivíduos, entre outros, mas essa não é uma possibilidade descartável haja vista a prática recorrente de os meios de comunicação darem espaço para pessoas descapacitadas analisarem, e, influenciarem a opinião pública, abertamente, em rede nacional, sobre assuntos da mais alta relevância.

Ora, está claro, para nós, que a ideologia capitalista opta pelo desenvolvimento do homem técnico, em detrimento do sujeito político, pensante, omnilateral (ou, homem como um todo). Este sistema, da primazia do mercado, da cultura liberalista e suas adjacências, abordadas no capítulo dois, que visam a reprodução social e econômica vigente, dentre as quais, a da contemplação e da espetacularização do mundo em que vivemos, é a lógica seguida pelos aparatos midiáticos. Também é claro que eles são responsáveis por tornar tais especificidades, “senso comum” a todos.

Há poucos indícios, ou tentativas, nessa forma de sociedade, de organizações ou encontros políticos contundentes, pois o “rebanho desorientado” aparenta estar ocupado demais vendo as novelas, ou o jogo de futebol. E, este é um problema central que Chomsky (2013) considera fundamental para que a população não consiga compreender que é guiada, deixando a “classe especializada” decidir tudo por ela.

Novamente nos direcionando ao Brasil, especificamente, Herz (1991), num livro chamado *A história secreta da Rede Globo* comenta que essa emissora, instituída ilegalmente no país, segundo uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) realizada anos após seu surgimento, que acabou “em pizza” porque seus donos apoiavam a ditadura militar (então regime governamental da época – década de 1960), já arquitetou muitas situações em que se buscava moldar a opinião pública em nosso país.

O conhecido *Jornal Nacional*, jornal de maior repercussão da emissora por ser exibido em um horário nobre, e que, omitia muitos fatos “dos porões” da ditadura, nasceu nesse período, repassando as principais notícias do país diariamente, mas com todo o cuidado necessário de não contrariar a ordem vigente naquele momento, seus aliados, segundo o autor.

Outros fatos interessantes dizem respeito à discussões no sentido de favorecer, segundo Herz (1991), alguns políticos, historicamente, em detrimento da propagação de assuntos que desmerecessem outros.

Como exemplo máximo, o caso das eleições de 1989, no segundo turno entre *Fernando Collor de Mello* (Partido da Redemocratização Nacional) e *Luís Inácio Lula da Silva* (Partido dos Trabalhadores), quando, no último debate político entre os candidatos (tradicional nesse canal ser o último debate), o candidato Collor de Mello, com ajuda da *Rede Globo*, levou ao púlpito um arquivo com, teoricamente, centenas de páginas, como se fosse um verdadeiro dossiê (falso – eram folhas em branco) que incriminavam Lula. Isso, visivelmente interferiu no resultado das eleições daquele ano.

Outro caso, foi o enfurecimento do diretor da emissora, Roberto Marinho, esculachando, aos berros, o jornalista *Luis Carlos Cabral*, responsável pelo Jornalismo local da *Globo* na época, porque ele teria desobedecido e veiculado o dia todo imagens e notícias de que *Leonel Brizola* (Partido Democrático Brasileiro – de esquerda), se elegeria ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro em 1982. *Brizola*, por sinal, ficou conhecido, entre outros motivos, pelas críticas contumazes que realizava frequentemente em relação à emissora.

Também, segundo o autor, a maior parte do que se vê e do que se ouve na *Globo* só possuirá coerência se estivermos atentos para o sentido de tudo o que ela produz. Haveria nela, um sentido oculto, e sua compreensão só se alcançaria quando se tivesse na mão a ficha completa de antecedentes da emissora (HERZ, 1991).

Analisando estes antecedentes, o papel histórico que vem sendo cumprido pela maior empresa de comunicação do hemisfério Sul, desde seu surgimento, começaremos a entender o verdadeiro conteúdo de certa entonação de voz dos âncoras do *Jornal Nacional*, e dos demais. Ainda, o sentido ideológico do comportamento de determinado personagem de uma novela, a significação, enfim, do modo como eles querem que percebamos a realidade (HERZ, 1991).

Poderíamos elencar aqui vários exemplos citados por esse e por outros autores que reforçariam nossa tese. No entanto, não temos por intenção esmiuçar os fatos, até porque não teríamos espaço suficiente, e além de que isso é algo, para nós, evidente. Prosseguiremos analisando, de uma maneira mais generalizada, as nuances midiáticas que nos forcem a ver o mundo pelo seu viés ideológico, ou, pelo viés do grande capital.

Vale aqui novamente frisar que a televisão, bem como os demais elementos de mídia trouxeram, historicamente, grandes progressos ao mundo moderno, sobretudo à comunicação humana, facilitada por esses mecanismos. Contudo, por ser parte integrante da sociedade esses mecanismos acabam por reproduzir ideias, verdadeiras e falsas da realidade.

E, em se tratando de modernidade, de assuntos palpitantes que são debatidos, cotidianamente, existe um sem número deles que são reproduzidos de maneira parcial, dando uma falsa ilusão da realidade. Algumas discussões parecem ser realizadas sem que haja o viés ideológico por trás delas, em outras, no entanto, este viés pode parecer evidente.

Já que falamos em atualidade, convém debatermos sobre a terminologia, muito debatida em meados de fim do século XX e início do XXI, que é a globalização. Para que possamos compreendê-la, deve se ter em mente o que discute Milton Santos, ou seja, a existência de três facetas básicas justapostas. Ela seria, segundo Santos (2001), *perversa*, mas se apresenta como uma *fabulação*. Ainda nesse campo, o autor busca apresentar *uma outra globalização*, que mostraria possibilidades de ser vantajosa a todos, não apenas a uma minoria, detentora do capital.

Para Rodrigues, Oliveira e Freitas (2001) a globalização se qualifica como uma consequência, ou, uma etapa histórica do capitalismo, surgindo num contexto de

mudanças estruturais, das quais se destacam as novas tecnologias da informação, que avançam mundo afora. Essa característica, no entanto, apenas demonstra parcialmente as facetas desse determinado momento histórico.

Salientam os autores que dentre as principais críticas que se fazem em relação a globalização está o fato dela ser injusta, não se realizando de maneira universal, nem homogênea, e não se expandindo aos países de maneira igualitária. Assim, a chamada globalização não seria para todos, só participando dos seus benefícios (riquezas e facilidades de acesso a bens de consumo e tecnologia em geral) um terço da população.

Debord (1997) realiza também uma reflexão sobre a forma espetacular como são tratados os problemas no modelo social moderno, dentre eles, a maneira fabulosa com que determinados assuntos são trazidos à tona pelas mídias, entre eles, a falácia da globalização. Para este autor, a sociedade é regida e definida a partir de imagens e acontecimentos que acabam por iludir e alienar os indivíduos, maquiando a realidade.

O autor, na verdade, salienta que a vida da sociedade contemporânea, nas quais reinam as condições modernas de produção, anuncia-se como uma imensa acumulação de espetáculos, tudo se esvaindo na fumaça da representação, da imagem espetacularizada.

Diz ainda, aproximando-se da visão de Santos (2001), que o dinheiro e a informação são despóticos e dominaram a sociedade em geral de uma maneira que tudo que era vivido antigamente, hoje se tornou apenas, aparência. A vida, portanto, e as relações materiais, e desiguais de produção, tampouco suas consequências, pouco importam.

Dessa maneira, o que vemos sendo discutido nas mídias em geral se trata justamente de uma fabulação. Vários são os condicionantes que poderíamos elencar para tentar desvelar ainda mais esse momento da história humana. Contudo, queremos apenas estabelecer que os meios de comunicação, frequentemente, não debatem todos esses condicionantes, dando conotação de que vivemos num mundo mais ameno, com menos mazelas do que, talvez, imaginamos.

Não somente a globalização, etapa histórica do capitalismo, como o próprio sistema econômico/social vigente traz muitas características de perversidade e contradições, tantas que chega a ser desumano, para nós, não perceber e/ou ocultar todas as especificidades existentes deste mundo globalizado, interconectado e estandarizado, mas, extremamente desigual.

Assim, dentro dessa perspectiva de Santos (2001), e dos demais autores, de que a globalização (e o capitalismo em si) representa a nós, em dias atuais, perversidade, ocultação da verdade, ou, como uma falsa “democracia”, buscamos elementos que evidenciem essa tese.

Almeida (2006) corrobora com essa visão e discute que na organização da sociedade moderna, pode-se discutir quatro tipos principais de poder: o *econômico*, o *político*, o *coercitivo* (uso real e ameaça de força física/armada) e o *simbólico* (cultivo da crença da legitimidade do poder político).

Quanto ao poder simbólico, retratado por autores renomados como Pierre Bourdieu, John Thompson, entre outros, busca-se, por ele, legitimar o poder político e a maneira como se estabelecem as relações de estrutura social nos países em praticamente todo o mundo, atualmente.

Acreditamos que ele seja amplamente utilizado pela mídia, especialmente a convencional (jornais, revistas, televisão, rádio, internet), que, de maneira geral, propagam notícias que acabam, em sua maioria, servindo ao propósito de fortalecer os laços da falsa democracia que vivemos. Há poucos questionamentos, e menos ainda, resistência contra essa hegemonia, que, factualmente, acabam por “naturalizar” a história.

Não obstante, Almeida (2006) comenta que há uma tendência da cultura atual de buscar processos de homogeneização e uniformização das mensagens. Além disso, com o tempo, foi crescendo a disponibilidade das formas simbólicas mediadas e isso ocasionou interferência no modo como as pessoas percebem o passado.

Esta autora, apoiada em Thompson, acredita que nós estamos constantemente nos modificando por meio das mensagens e conteúdos mediados a nós pela mídia, e esse é um processo que não percebemos facilmente, pois acontece lentamente, ano após ano.

Estabelece ainda Almeida (2006) que outro ponto importante a ser observado diz respeito ao modo como a organização social do poder simbólico nos conduziu a um processo de globalização que surgiu já em meados do século XIX, com a concentração da informação nas mãos de poucas grandes empresas que ficaram responsáveis pela sua dispersão. Assim, destaca as quatro maiores agências pós Segunda Guerra Mundial (Reuters, Associated Press United, United Press International e Agence France Press) que teriam padronizado o modo de informar o mundo.

Diante disso, admite que haja atualmente a ideia corrente de que o processo de comunicação seja construído pela interação de diversos atores sociais, abandonando o mito da “onipotência” da mídia convencional.

Nesta seara, Santos (2013), entende que o avanço técnico nos proporciona, ao mesmo tempo, ações hegemônicas e contra-hegemônicas. De acordo com ele, “o mundo oferece as possibilidades, e o lugar oferece as ocasiões” (SANTOS, 2013, p. 47).

Para ele, mesmo os atores hegemônicos se servindo de todas as redes e utilizando-se de todos os territórios, há a possibilidade de os sujeitos críticos, com concepções de embate, buscarem seu espaço. Para ele, o papel da informação, e do debate, seria fundamental, pois “[...] os fluxos da informação são responsáveis pelas novas hierarquias e polarizações e substituem os fluxos de matéria como organizadores dos sistemas urbanos e da dinâmica espacial” (SANTOS, 2013, p. 50).

A produtividade econômica é aumentada pela informação, mas, sobretudo, a produtividade política, os discursos e ideologias. A perversidade da informação caracteriza a globalização como fábula, e são utilizadas mais para confundir do que para esclarecer. Assim, precisamos desenvolver informações e discussões que as contestem. “Como as notícias decorrem da interpretação e não da leitura dos acontecimentos, os relatos podem ser, ao mesmo tempo, grandes e mesquinhos” (SANTOS, 2013, p. 52).

Percebemos certo otimismo nesse autor, em várias de suas obras, as quais são referenciadas neste trabalho, especialmente quando ele afirma que pode vir “dos de baixo”, daqueles que sofreram historicamente com a repressão e o descaso com as questões sociais no favorecimento ao mercado, uma espécie de revolta, optar por uma opção mais solidária, inclusiva e de respeito às diversidades.

Bodart (2015), no entanto, pondera, ao afirmar que temos presenciado um crescimento gigantesco de informações, circulando, principalmente, via redes sociais. Isso, segundo ele, por um lado, pode ser sinal de maior democratização da informação, mas por outro, deve nos deixar em alerta para o risco eminente de uma “desinformação” da sociedade, ou, diria, uma deformação.

Ainda sugere que a quantidade e velocidade do que vemos nas redes sociais, e até mesmo em sítios na internet, impossibilita uma leitura mais precisa e acurada dessas informações. Afirma que mentiras e verdades “voam” juntas num dinamismo intenso nas redes.

Nesse sentido, afirma que o risco da desinformação é grande, e acontece por três motivos, que se combinam: a) possuímos um sistema de ensino, sobretudo o público,

com qualidade duvidosa; b) há uma crescente ampliação de canais de informações, incluindo aí, as redes sociais, onde todos são receptores, transmissores e produtores, e, o pior, sem pré-requisito para tal; c) por trás há a falta de interesse e incapacidade de muitos leitores em checarem as informações recebidas antes de assimilá-las ou de repassá-las.

Analisamos nós que a universalização da internet, contudo, poderá possibilitar aquilo que Santos (2007) visualiza como a ascensão dos “de baixo”. Na verdade, ela já deu voz e espaço para aqueles que não possuíam. A internet hoje não nos deixa faltar informação.

No entanto, é preciso mais do que isso, faz-se necessário também uniformizar a cultura do conhecimento, da interpretação das informações obtidas, pois de nada adianta termos acesso a tudo que acontece no mundo se não aprendermos a relacioná-los com a realidade, com a história. Caso contrário, deixaremos as mídias, e aos outros, que interpretem o mundo por nós. Este é o principal problema.

Aqui cabe citar o renomado autor Umberto Eco, filósofo estudioso da cultura de massas que, entre uma e outra passagem, afirmara após uma cerimônia em Turim, na Itália, que “as mídias sociais deram direito à fala a uma legião de imbecis” (ÉPOCA, 2018). Para ele, a internet trouxe, sobretudo, essa característica, apesar de ser instrumento importante de socialização do conhecimento. Mas o autor também deixa claro que o livro ainda é o meio ideal para se aprender.

Da falta de discernimento à classe “dos de baixo”, e da população em geral, aos mal intencionados, que divulgam constantemente informações, para “desinformar”, e ao problema crônico da educação, que não forma para a cidadania, para o senso crítico, e para a pesquisa e a emancipação, cremos ter uma enorme fenda que necessita ser melhor discutida, repensada.

Conforme aponta Gramsci (1999), necessitamos de “intelectuais orgânicos” que trabalhem no sentido de buscar a emancipação desses cidadãos. O problema é que, em dias atuais, vemos esse trabalho um tanto impossibilitado, dadas as condições sociais, e de trabalho, estarem repletas de contradições e descontinuidades.

Existem atualmente alguns movimentos contrários à discussão das ideologias, à pluralidade de ideias e manifestações culturais e históricas, até mesmo dentro das escolas.

O Movimento *Escola Sem Partido*, por exemplo, que nasceu em 2004 no Brasil, tem se fortalecido, sobretudo nos últimos anos dessa década. Para Frigotto (2017) este

grupo, com “especificidades fascistas”, foram os principais responsáveis pelos movimentos que buscaram a destituição de *Dilma Roussef* do governo brasileiro, em 2013

Neste contexto, o autor argumenta que,

A “esfinge”, da mitologia grega, o “ovo da serpente”, do filme com o mesmo título de Ingmar Bergman, e as crônicas “O alarme” e “O ódio”, de Luis Fernando Veríssimo, podem ser invocados como interpelação para entender aquilo que está subjacente ao ideário da Escola sem Partido e seu sentido de ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmando nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade (FRIGOTTO, 2017, p. 17).

Frigotto (2017) afirma essas palavras com veemência por acreditar que há uma necessidade de compreendermos os reais interesses de um movimento como este, e, sobretudo, seu enraizamento. Ou seja, em uma sociedade na qual se busca, incessantemente, iludir e persuadir os sujeitos para enxergarem o mundo num viés positivista e de uma falsa neutralidade, não caberia à educação, e aos educadores, escolher seu lado, ou, ao menos, uma postura que questione essa realidade?

As referências literárias apontadas pelo autor para aludir ao tempo que vivemos atualmente vão justamente nesse direcionamento. É preciso compreender seus desígnios e apontarmos uma visão coerente, contundente, que desmistifique seus conceitos para que possamos nos defender.

Bodart (2014), apoiado no sociólogo polonês, Zygmunt Bauman, argumenta que vivenciamos um período de grande fluidez, marcado por rápidas mutações. Se a identidade é formada pelos contatos sociais que possuímos, e é o que tem acontecido, contatos cada dia mais superficiais e transitórios, conseqüentemente estaremos sujeitos a sermos influenciados em nossa forma de pensar e agir, metamorfoseando nossa identidade.

Acreditamos que somos mesmo uma “metamorfose ambulante” como afirmava Raul Seixas, na década de 1970, quando criou a música com esta alcunha, afinal, somos parte de uma história humana dinâmica, mutável, dialética. O problema é refletirmos a partir do que, e como moldamos nossas convicções.

Ora, que o mundo, os modos de produção material/imaterial se modificam, se renovam, e que os diversos condicionantes se entrelaçam, trazendo à tona a figura do velho e do novo, numa amálgama constante, e que isso propicia transformações, progressos, e retrocessos, é notável. O que nós, e os autores da teoria crítica, idealizamos, é que todas as pessoas possam ter condição de decidir coletivamente, com

embasamento, com propriedade no que se discute, a maneira como essas mudanças devem acontecer.

Neste ínterim, relata Bodart (2014), que nossa identidade é marcada pela subjetividade, pela diferenciação com o que pensam os outros indivíduos, mas, inseridos no mesmo contexto social, somos todos influenciados por ele, direta ou indiretamente, o que nos torna relativamente iguais, atrelados a um “universo social”, o que nos permite adquirirmos uma identidade social, étnica, religiosa, etc.

Contudo, devemos ter a consciência de que há outras maneiras de se interpretar o mundo, que não aquela que está dada, mastigada e consolidada. Afinal, nos constituímos por sermos seres pensantes e políticos e, devemos, por isso, buscar a autonomia.

O problema é que, ao “senso comum”, isto não está claro. O que se busca atualmente, como já discutimos, e que o próprio Cristianismo –, em outros tempos, praticou, foi cercear nosso direito de escolher entre esta ou aquela ideia, ou interpretação do mundo, conforme vimos no capítulo dois.

Mas podemos, conforme afirma Santos (2001; 2007), reagir, criar uma contraposição àquilo que está petrificado. E, embora seja difícil imaginar atualmente essa possibilidade, compreendemos que este é um trabalho constante daqueles que acreditam e aderiram ao ideário revolucionário da teoria marxista de superação desta realidade.

4.2 IMPRENSA BRASILEIRA: UMA HISTÓRIA OLIGÁRQUICA

A imprensa brasileira, não muito diferente da internacional, sobretudo na condução das abordagens em geral que faz dos acontecimentos históricos, possui raízes que remontam a instalação da Coroa Portuguesa no país. Além disso, é constituída (especialmente pelos principais grupos), de uma rede hierarquizada e oligopolizada, na qual persistem heranças familiares e oligárquicas (BAHIA, 1990).

Segundo o site da Associação Nacional de Jornais, ANJ (2018), o desenvolvimento da imprensa nacional foi tardio, tal qual o ensino superior, as manufaturas, a independência política e financeira, a abolição da escravatura, etc. Isso tudo, para o autor, teria contribuído para o legado da enorme concentração de renda e analfabetismos, sentidos ainda atualmente. Ele afirma ainda que os vários regimes de exceção, especialmente o primeiro período Vargas e o Regime Militar iniciado no ano

de 1964, afetaram grandemente o desenvolvimento da atividade jornalística brasileira, sobretudo pela censura.

Bahia (1990) divide a história da imprensa brasileira em quatro fases: 1) Fase Inicial – 1808/1880; 2) Fase de Consolidação – 1880/1930; 3) Fase Moderna – 1930/2000; 4) Jornalismo Contemporâneo - atual. Buscaremos estabelecer rapidamente cada período de acordo com este autor, em diálogo com outros.

01 – FASE INICIAL (1808-1880)

A primeira tipografia do continente é datada de 1533, no México, e a segunda, de 1584, no Peru. O primeiro prelo (máquina rudimentar de impressão gráfica) brasileiro teria surgido em 1746, da propriedade de *Antonio Izidoro da Fonseca*, vindo de Lisboa para o Rio de Janeiro, mas, meses depois, por ordem da Coroa portuguesa ele foi obrigado a retornar ao reino (ANJ, 2018).

Contudo, a imprensa teria início mesmo por aqui, com a chegada da Coroa Portuguesa. Sua primeira fase iniciaria com a Impressão Régia e a Gazeta do Rio de Janeiro, três séculos depois da mexicana, em 1808.

É sob o signo do oficialismo e com o atraso de três séculos que se inaugura a imprensa no Brasil, em 1808. A administração colonial portuguesa impede a tipografia e o jornalismo até a chegada de D. João VI. Em maio, instala as oficinas da Impressão Régia e, em setembro, faz circular a Gazeta do Rio de Janeiro (BAHIA, 1990, p. 09).

Mesmo assim, Hipólito da Costa, brasileiro exilado, criador do *Correio Brasiliense* (editado em Londres), em junho daquele mesmo ano, tornar-se-ia o patrono da imprensa brasileira. A *Gazeta*, apesar de ser nosso primeiro jornal, foi, enquanto existiu, uma instituição ligada ao governo de então.

Ressalta o autor que o Brasil surge de uma sistemática colonização. E, o advento da imprensa, naquele período, marca uma nova etapa ao país. Há uma relevante reestruturação no que tange aos aspectos econômicos a partir de então, com a chegada da Coroa. Em especial, a abertura dos portos e o acirramento da ideia de independência, mas a ação da imprensa por si só já seria fundamental para o desenvolvimento da vida brasileira.

A chegada da corte portuguesa ao Brasil é provavelmente o ato principal da fase final da desintegração do velho sistema colonial, suscetível, por isso mesmo, de desencadear ações renovadoras que vão permitir a autonomia nacional. O que sobra do regime monárquico ainda no século XIX vai cimentar o destino histórico e cultural do país. É quando Portugal importa o

espírito liberal da Revolução Francesa, infiltrado pela maçonaria (BAHIA, 1990, p. 21).

Notadamente, mesmo da maneira que surgira (ligada à corte), a imprensa, tendo se instalado no Brasil, contribuiu para que houvesse um maior diálogo com a sociedade existente, e, indiretamente, para o nascimento da soberania nacional, além da abertura a grandes influenciadores do pensamento e das ideologias modernas, como veremos.

“[...] Em 1824, a primeira constituição brasileira outorgada por Dom Pedro I, estabeleceu a liberdade de imprensa como norma [...]” (ANJ, 2018, p. 03). Isso, contudo, com algumas restrições e represálias.

Mesmo com este apoio, Kieling (2010), argumentando sobre o início das regências no Brasil, e a abdicação de Dom Pedro I, em abril de 1831, afirma que a incipiente imprensa brasileira contribuiu, na verdade, para a derrocada do Imperador, frente aos grandes problemas que se sucederam com a independência do país.

Segundo esta autora, a palavra da imprensa neste período ressaltava as propostas liberais, especialmente a ideia francesa de liberdade, o que mostrava certa ousadia para aquele momento histórico. Dom Pedro I, mais conservador, foi se sentindo cada vez mais isolado nesse contexto. Havia, nesse ínterim, constantes discussões entre o “velho” e o “novo”: absolutismo x liberalismo (KIELING, 2010).

Já com a independência definitiva de Portugal, inicialmente, o jornal oficial (Gazeta) ditava preços para vendas avulsas e assinaturas, mas nada cobrava pela inserção de anúncios. Com o tempo, porém, iria aderir a uma tabela de preços para tal.

Sobre a diferença de visões do Brasil pelo *Correio Brasiliense*, editado em Londres, em relação à *Gazeta do Rio de Janeiro*, o autor enfatiza a fala de um crítico da época que afirmava que, enquanto a segunda via o país como o “paraíso terrestre”, o primeiro era mais lúcido, questionando esta realidade. Por essas questões o jornal, assim como o jornalista, Hipólito Costa, passa a sofrer perseguições.

Chamamos atenção para o fato de haver perseguição, desde aquela época, a quem ousar contestar a ordem vigente (BAHIA, 1990). Claro que são contextos diferentes, mas percebemos, nos autores, que essa tendência quase sempre esteve presente, aos críticos, especialmente do regime político e da ordem estabelecida, sobretudo ao *status quo*. Ainda hoje percebemos essa visão de discriminação a quem possui esta característica.

Aqui ressaltamos a fala do historiador Nelson Werneck de Sodré, que afirma que a época regencial era uma época de caos. Muitos homens que sustentaram opiniões

fortes na imprensa pagaram isso com suas vidas. E essa teria sido a tônica no primeiro reinado (ANJ, 2018).

Destacando Bahia (1990) a característica de ligação com a corte da *Gazeta do Rio de Janeiro*, ele explica que somente anos mais tarde surgiriam, na Bahia, os primeiros jornais e revistas não oficiais, a exemplo d'*O Idade D'ouro do Brazil*, impresso por Manuel Antônio da Silva Serva, a partir de 1811.

O Farol Paulistano foi o primeiro jornal impresso na então Província de São Paulo. Tinha como seu editor, *José da Costa Carvalho*, com linha editorial liberal. Foi fundado em 7 de fevereiro de 1827.

A primeira revista impressa brasileira data de 1812 (*As variedades ou Ensaios de Literatura*). Seu redator é Diogo Soares da Silva de Bivar, português.

Em duas décadas, desde 1808, a imprensa é a mais eloquente testemunha das mudanças políticas, sociais e econômicas que a energia popular gera no país. O papel do jornalismo em tão pouco tempo de existência é o de intérprete do sentimento da emancipação que se projeta desde a tradição revolucionária dos séculos XVII e XVIII (BAHIA, 1990, p. 52).

Como exemplo disso o autor relata que já os primeiros jornais, da Regência, e do Primeiro Reinado, expunham a divisão da sociedade em relação as propostas dos variados regimes políticos a que tentavam nos submeter. O país, por muitas vezes, se partia num antagonismo entre portugueses e brasileiros. Assim, aos poucos se via sendo conspirado por maçons, por libertários e não libertários nos diversos partidos políticos, e na própria imprensa.

Do ponto de vista ideológico, desde os primeiros anos monárquicos, a segmentação dos jornais da época se dava em torno de duas clivagens: monarquistas e republicanos. Mas também entre abolicionistas e escravocratas (ANJ, 2018).

Conforme viemos afirmando, desde o início, a imprensa nacional (e também a internacional), assim como as igrejas, as escolas e quaisquer outras instituições que formam a opinião pública, como parte desse mundo real, preconiza sempre a sociedade da qual faz parte, agindo, dessa forma, como reprodutora da *Infraestrutura capitalista*. No entanto, como elemento da *Superestrutura*, possuem movimento de retorno a primeira, e, por vezes, interferem nas ações políticas e econômicas também.

Assim, a imprensa nacional nasce, predominantemente tendendo apoio ao governo monárquico da época, até porque, estava condicionada à Coroa este seu nascimento. Por sua vez, a pequena imprensa opositora, nos primeiros séculos da nação não se consolidaria. Mesmo assim, “[...] até a proclamação da República manterá o seu

caráter contestador e revolucionário, atuando em quase todas as províncias” (BAHIA, 1990, p. 61).

Já a objetividade jornalística no mundo existe desde que o jornalismo adquira autonomia social, processo que teria acontecido com as revoluções burguesas na Europa e nos Estados Unidos. “[...] A ideia de que todos os homens pudessem ter acesso às informações e também tornarem-se seus divulgadores foi um importante passo para as noções de liberdade individual e de democracia” (KIELING, 2010, p. 06).

A comunicação social massiva estava se associando também ao processo de urbanização acelerado durante o século XIX na Europa. Na França predominava um jornal opinativo, já na Inglaterra, a objetividade. Com o passar do tempo, ambas sofreriam mudanças e causariam influência mundial. No Brasil, não seria diferente.

Por aqui o jornalismo “pasquineiro”, repleto de adjetivos e com linguagem virulenta foi a tônica dos primeiros jornais. Mas a matriz objetiva acabou por influenciar mais diretamente no desenvolvimento e aprimoramento do setor, segundo Kieling (2010), apesar da influência mais opinativa ter também seus aceitantes.

Outra imprensa, porém, menos participante, mais identificada com um espírito industrial liberal, daria sinais de vitalidade, prosperando, já na primeira metade do século XIX. O modelo de um jornal independente inspiraria o surgimento de jornais como o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Comércio*, o *Diário do Rio de Janeiro*, entre outros, nesse período (BAHIA, 1990).

Havia apoio do Correio para a dissuasão, e, este, a partir de 1844, passa a entregar correspondências a domicílio. Em 1875, a *Província de São Paulo* inovaria vendendo jornais nas ruas. Com o sucesso cada vez maior, aumenta-se o interesse dos empresários em anunciar (BAHIA, 1990).

Cabe estabelecer que com a chegada das ferrovias na década de 1850, por iniciativa de *Irineu Evangelista de Souza* (Barão de Mauá), até o final do Império, em 1889, com a construção de 9000 km de estrada de ferro, este sistema teria facilitado a circulação de jornais em locais com maiores populações (ANJ, 2018).

Os movimentos de opinião tenderão a vocalizar os interesses políticos sempre em jogo na constituição de uma nação forte. “[...] Até que o Império comece a fazer água, de 1875 em diante, a poderosa classe latifundiária e as instituições – como os comerciantes e a maçonaria [...]” (BAHIA, 1990, p. 63).

No entanto, “são as condições econômicas que vão determinar as oportunidades do jornalismo, da indústria cultural que lentamente se delineará” (BAHIA, 1990, p. 63).

Isso vem comprovar a proeminência da base infraestrutural em todos os segmentos, também no Brasil.

De um modo geral, nesse primeiro período:

A imprensa de 1808 a 1880 compreende uma etapa de pelo menos quarenta anos de ininterrupta, marcante atividade panfletária, talvez a de maiores consequências em toda a nossa história. E que reflete, com precisão, as ações políticas revolucionárias que viabilizam a Independência, pacificam o país e preparam a República (BAHIA, 1990, p. 84).

Esta atividade panfletária, e a ligação direta com a base governante iriam demarcar, portanto, essa primeira fase da imprensa nacional. Mas essas características apareceriam também mais a frente, em outros momentos.

02 – FASE DA CONSOLIDAÇÃO (1880/1930)

Terminada essa fase da imprensa nacional e, com o país possuindo outra configuração, já nas últimas décadas do século XIX, ela iria se consolidar como um segmento que veio tarde, mas para ficar.

A segunda fase da imprensa brasileira começa em 1880, setenta e dois anos passados da instalação do pesado material de impressão da *Gazeta do Rio de Janeiro*. É um tempo de aventura industrial – mais investimentos, renovação do parque gráfico, maior consumo de papel – que abre ao jornal a dimensão de empresa (BAHIA, 1990, p. 105).

Desse período em diante a tipografia perderia seu caráter artesanal para se situar numa linha de produção, exigindo aparelhamento técnico e manipulação condizentes, apesar do notável atraso técnico que o jornalismo brasileiro possuía, em relação ao resto do mundo. Mas, o processo de desenvolvimento do jornalismo brasileiro, segundo o autor, corresponde a nosso próprio processo de desenvolvimento econômico.

Os anos de 1890 a 1910 marcariam mais do que a passagem de um século a outro, pois é aí que se daria a ampliação do parque gráfico brasileiro, sobretudo no Rio e em São Paulo. Nesse período o jornal se divide, se setoriza. O jornal e a tipografia, como indústrias, precedem a República.

Bahia (1990) enfatiza que a imprensa brasileira se altera, altera seus valores e convicções conforme o Brasil avança e diz que ela é uma quando do momento da independência e outra no momento da consolidação da mesma, por volta de 1870. “[...] Não é só o tempo que as separa. É a sociedade. A emancipação, em 1822, consolida o sentimento de nacionalidade, em 1870. A partir daí tudo se transforma” (BAHIA, 1990, p. 111).

Nesse período, destaca o autor, o mais marcante da história nacional é o fato de estarmos nos consolidando como uma economia de monarquia hereditária combinando com características agrárias apoiadas na escravidão. Apesar de o tráfico de escravos ter sido extinto em 1850, as produções de açúcar (Nordeste) e café (Sul) ainda dependiam basicamente dessa mão de obra.

Mas, com o mundo todo passando por um período de intensas mudanças, “[...] a sociedade hierárquica, aparentemente estável, não resiste às contradições de uma conciliação que não quer abrir mão da escravatura” (BAHIA, 1990, p. 112). Nesse momento, as elites brasileiras, os aristocratas rurais, comerciantes, intelectuais, políticos, etc., repensam a nação constantemente, e, aos poucos, se desenha a constituição da República, em 1889.

“Toda a imprensa, com exceção daquela comprometida com o escravagismo, tem atuação decisiva nos movimentos abolicionista e republicano” (BAHIA, 1990, p. 113). Estabelecida a abolição, os principais jornais convergiram seu apoio a propagandear a República.

Na entrada do século XX, jornais e revistas, em boa parte tendiam a se organizarem como empresas, diversificando suas atividades. A partir desse momento, tem-se certa padronização nos jornais, uma espécie de percepção de que a notícia, ao invés de entretenimento, deveria se tornar prioridade, até mesmo pelo fato de novos elementos de mídia surgirem naquele momento. “Nesses anos, o cinema, o rádio e o disco, assim como o livro e a TV, criarão novas necessidades no país e imporão à mídia impressa alternativas limitadas” (BAHIA, 1990, p. 128).

Mas é no período da Primeira Guerra Mundial que os jornais e revistas irão mesmo se consolidarem como ferramentas de notícias. Destaca Bahia (1990) que são mais visíveis os sinais de evolução dessas mídias, nessa época. Apesar de um índice alto de analfabetismo, a imprensa conquista novos leitores com a industrialização e a metropolização das principais cidades.

Entretanto, em linhas gerais, após a guerra, o país acaba beneficiado, especialmente pelas tecnologias que surgiram naquele contexto, inclusive a imprensa. Houve um notável desenvolvimento da indústria gráfica. “[...] O país vive nos anos 20 uma euforia industrial que resulta do crescimento do mercado interno e de bons negócios” (BAHIA, 1990, p. 137).

A imprensa se desenvolve rapidamente, passando do amadorismo ao profissionalismo em alguns poucos anos. Possui um padrão europeu, no entanto, em fins

do século 20 adquirirá um perfil mais dinâmico e objetivo, aos moldes norte-americanos, assim como os aspectos econômicos como um todo, acabam migrando. É a lenta e gradual transição para o capitalismo tardio brasileiro.

Todo esse processo aparece na luta brasileira contra as antigas oligarquias e na intenção de criar um novo regime, que culminará com as revoluções dos anos 1930, após as crises políticas, econômicas e sociais pelas quais passava o país. Nesse período turbulento apareceriam alguns movimentos importantes, como o tenentista, a coluna Prestes, o nascimento do Partido Comunista, entre outros.

Bahia (1990) comenta que nesse contexto já não há mais espaço para aventuras no campo jornalista. Nesse ínterim, também destaca o surgimento de alguns jornais populares, desde o fim dos anos Oitocentos, com ideias socialistas e anarquistas, propondo ser oposição na sociedade brasileira. Segundo ele, é a essa imprensa que podemos creditar o aparecimento, e êxito, das primeiras greves operárias do século XX.

Ainda, é nesse período que nasce o jornalismo esportivo, para valorização do esporte, mas, sobretudo, na tentativa de se adquirir novos leitores. O futebol, a partir desse momento, começa a se tornar o esporte de preferência nacional.

Também é marcante desse período o fato de a imprensa deixar para trás características publicistas – de militâncias opinativas, herdada dos períodos da Monarquia e da Primeira República. As dificuldades de um país que ainda se encontra em vias de fortalecimento da nação, não impossibilitam, porém, o desenvolvimento de um jornalismo com um padrão ético.

De uma só tipografia, em 1808, aproximadamente 25, na metade daquele século, uma centena, em 1889, e mais de 150 em 1910, a indústria gráfica, com muito mais dinamismo e tecnologia, tem considerável progresso, nesse período da história nacional.

Esse avanço dos jornais se apoia nas receitas da publicidade em alguns casos, sobretudo dos pequenos anúncios [...]. Desde 1921, o *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, e o *Estado de S. Paulo* alcançam com os seus classificados índices de até 85% do espaço ocupado (BAHIA, 1990, p. 172).

03 – FASE MODERNA (1930-2000)

É desse período que podemos afirmar que passamos a ter uma imprensa nacional moderna, dinâmica e com outro olhar para a realidade. Segundo Bahia (1990), além de outros autores, nesse momento a imprensa começa a possuir outra linguagem, assumindo interesses políticos e econômicos, pois a própria população assim os exigia.

Os anos 20 devem ser examinados também pela importância que tem no jornalismo moderno. Dos quatro grandes jornais diários em circulação, dois são desse período: *O Globo*, do Rio de Janeiro, e a *Folha de S. Paulo* (então *Folha da Manhã*). A revista *O Cruzeiro* se afirmaria por meio século na liderança do mercado de *mass magazine* (revista semanal ilustrada, tipo *Life*) (BAHIA, 1990, p. 197).

Esse revolucionário momento histórico é importante para o desenvolvimento das principais empresas jornalísticas, mas há, também, um fato novo, o rádio. Em 1923 entraria no ar a primeira emissora do país, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*.

Ressalta Bahia (1990) que a inserção do rádio no Brasil se deu de uma maneira um tanto peculiar, pois, as primeiras programações primavam por transmitir conferências e músicas eruditas, numa tentativa de se interiorizar a cultura. Na verdade, durante os primeiros cinquenta anos, “situados entre 1920 e 1970, os anos dourados do rádio brasileiro assinalam, pelo menos, quatro etapas importantes: a dos locutores e apresentadores; a dos cantores; a da radionovela; e a da informação” (BAHIA, 1990, p. 199-200).

No período Vargas, porém, algumas rádios passaram a sofrer censura, assim como outros meios de informação. *Geraldo Rocha*, por exemplo, que comandava a rádio *Nacional* e a revista *A Noite*, criadas por *Irineu Marinho*, em 1911, e por um grupo que compunha outras revistas e rádios, de grande influência política, foi obrigado a fugir para o exterior nesse período (BAHIA, 1990).

Na economia, o processo de industrialização, iniciado em meio a Primeira Guerra Mundial, reativa-se nos anos 1930. A economia de guerra no eixo Rio-São Paulo acelera o reequipamento industrial de alguns itens prioritários à produção nacional, mas os efeitos da crise de 1929 e da República de 1930 geram algumas transformações (BAHIA, 1990).

As rádios e jornais, inicialmente, não apoiavam o movimento revolucionário que começara no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba, até porque, como em poucas vezes na história, foram pegas, no geral, de surpresa. Posteriormente, porém, estes instrumentos passam a apoiar o movimento por possuírem identidade comum: o avanço da sociedade por meio da modernização das instituições e a renovação de um processo visando “ordem e progresso” (BAHIA, 1990).

A revolução, no entanto, não assegura, como se imaginava, tão logo, a democracia formal de inspiração liberal, especialmente por não conseguir se livrar de grupos antigos, oligárquicos, bem como, das contradições ideológicas. Contudo, muda o país, modernizando as instituições. O jornal, o rádio, e toda a indústria cultural seguem

estas alterações. O problema seria, num segundo momento, o período de censura (BAHIA, 1990).

Na verdade, destaca o autor, que de 1937 a 1945, com uma nova constituição, criada por Vargas e seus apoiadores, acabaria por sinalizar o surgimento de um governo autoritário, antidemocrático e deixaria o país em turbulência política e econômica por todo esse período.

Apesar da fragilidade das bases políticas e da falta de perspectivas de uma democracia, situação que se exprime internamente pela ditadura e externamente pelo totalitarismo nazi-fascista o mercado nacional absorve os impulsos de uma classe operária mais participante, mais bem organizada, assim como de uma classe média que, embora mais próxima da direita, contribui para gerar novas relações sociais. Uma contradição causada pela própria tentativa de Vargas de privilegiar a burguesia à sombra do proletariado (BAHIA, 1990, p. 213).

Destaca ainda o autor que no Império e na República (1827-1930) convergiam capitais e interesses de comerciantes para a imprensa, além de profissionais liberais e aristocratas associados a latifundiários, fazendeiros de café, do açúcar e exportadores. Assim, as famílias que detêm o controle das empresas jornalísticas trazem, também, essas origens.

“A ideologia predominante é conservadora até a queda da monarquia, e liberal-conservadora, com a federação republicana” (BAHIA, 1990, p. 227). Depois de 1930 se delinearía a estrutura industrial do jornalismo, com uma produção em massa de bens e consumo gerando veiculação de publicidade, contribuindo para acelerar o desenvolvimento econômico deste setor. O jornalismo se amplia e se consolida como empresa independente.

Assim como todos os gastos com publicidade têm relação com a atividade econômica em geral, também os meios de comunicação acabam por adquirir essa relação (com o poder econômico nas democracias ocidentais), e com o poder político (nos países de sistema socialista). Dessa forma, o papel social/político dos meios de comunicação abrange os principais grupos de poder, com aproximação ao Estado, geralmente nos países socialistas, ou, aproximando-se a partidos políticos, empresas organizadas e demais interesses das sociedades, geralmente em economias liberais, como a nossa (BAHIA, 1990).

“No Brasil, nos anos 40, o Estado é seduzido para controlar a opinião a partir dos instrumentos de ação totalitária obtidos em 1937 por meio da ditadura” (BAHIA, 1990, p. 229). Algo parecido só aconteceria nos anos do regime militar (1964-1985).

Parte do poder econômico, o jornalismo nem por isso é unilateral no jogo do poder. Não se sente obrigado, portanto, a ser só agradável. Num regime democrático, no exercício da sua liberdade, o jornal, o rádio, a televisão etc. podem exercitar as faculdades da ideologia para se assegurarem o direito e até a obrigação de ser desagradáveis (BAHIA, 1990, p. 230).

Ainda destaca o autor que, num sistema livre, o jornalismo goza do direito de manter um olhar investigativo, vigilante. E, em sendo oposição, os partidos políticos estão procurando seduzir o jornalismo como líderes de opinião que são. Com todas essas forças políticas por detrás é quase impossível, mesmo que numa democracia, os jornais não tomarem algum partido.

Mas o que Bahia (1990) mais destaca daí, e com o fim da Segunda Guerra, é que esse período significaria, para a imprensa, um novo ciclo de modernização tecnológica. Jornais brasileiros investiriam pesadamente em novos equipamentos e houve grande processo de profissionalização do setor jornalístico. Três nomes importantes afloram nesse momento: *Assis Chateaubriand* (Diários Associados), *Samuel Wainer* (Última Hora) e *Carlos Lacerda* (Tribuna da Imprensa) (ANJ, 2018).

Contudo, desde que a imprensa brasileira passou a ter liberdade democrática, alerta-nos o autor que o corte ideológico predominante no jornalismo é de preferência ao liberalismo. A tendência de direita permanece, ainda, majoritária, estendendo-se, sobretudo, pela grande imprensa, o que não impede de haver alguns com tendência ao pensamento de ideologias de centro, ou de esquerda.

Sobre isso, Kieling (2010) enfatiza que a imprensa, como fonte de conhecimento, historicamente vem sendo abordada de diferentes formas pelo campo científico. Já foi designada como matriz da verdade, assim como falsificadora da mesma. Estudos críticos, no entanto, enxergaram sempre neles a questão ideológica e suas imbricações socioeconômicas como reflexos da infraestrutura.

Corroborando, Guimarães (2008) afirma que o fim da primeira guerra marcaria uma inovação técnica na imprensa brasileira, mas que marcaria também a passagem do estilo francês ao americano, mais pragmático. De acordo com ela, sobremaneira a partir do século XX, os jornais destacavam mais noticiários relacionados a crimes, sendo um tanto sensacionalistas, com pouca discussão sobre questões políticas e econômicas, o que iria mudar dos anos 1930 em diante. Uma tendência mundial.

Também Scherer (2014) busca contribuir nessa discussão, compreendendo o papel da mídia convencional e sua passagem de um caráter opinativo para o informativo

na virada de século XIX para o XX no Brasil. Nesse período, segundo a autora, é que há uma maior procura, pelos leitores, para saber o que acontecia no mundo.

Para ela, a imprensa do século XX, modernizada, se distancia muito da dos séculos anteriores. Enquanto antes se “doutrinava”, apenas se transmitiam opiniões sobre os fatos e atingia-se uma pequena parte da população, hoje, os jornais “vendem” informação a uma grande quantia de pessoas, mas esse “vender” não necessariamente significa passar as mensagens de uma maneira neutra, imparcial (SCHERER, 2014).

Ademais, “a avaliação do vínculo dos meios de comunicação com um poder econômico ou um poder político que os tutela, facilita a destruição de alguns mitos do jornalismo, como por exemplo, o da neutralidade” (BAHIA, 1990, p. 233).

A grande imprensa brasileira, destaca o autor, lançaria suas raízes no Império, mas se afirmaria na Primeira República. Tem uma história que acaba por se romper em determinado momento, mas quando se renova, estabelece-se definitivamente. No começo do século XX, ampliaria seu domínio político e econômico.

Como mensuração do tamanho da influência midiática no país, o texto da ANJ (2018) cita o caso de 1992 que, com os corriqueiros noticiários sobre desvios de dinheiro público e corrupção generalizada chega ao então presidente *Fernando Collor de Mello*, o que acarretou, com ajuda da mobilização da imprensa, na sua derrocada.

Atualmente,

O que resume a grande imprensa diária no Brasil está expresso nos quatro maiores jornais, dois de São Paulo (*O Estado* e a *Folha*) e dois do Rio de Janeiro (*O jornal do Brasil* e *O Globo*). Numa dimensão mais larga, a grande imprensa inclui a revista semanal *Veja* e alguns jornais de porte médio de outros Estados que têm forte influência regional (BAHIA, 1990, p. 241).

Estes jornais, que compõem atualmente, os principais do país, são, desde há muito tempo, governados por apenas quatro famílias. Dois deles se acham nas mãos da mesma árvore genealógica, desde sua origem – *O Estado de São Paulo* (da família Mesquita) e *O Globo* (da família Marinho). Já o *Jornal do Brasil* (família Nascimento Brito) e *Folha de São Paulo* (dos Frias), são pertencentes a essa mesma estrutura doméstica, há duas gerações. Os Civita são os donos da revista *Veja*.

Ressalta Bahia (1990) que a imprensa, assim como o rádio e a televisão no Brasil, de um modo geral, guarda estas características desde sempre. Em sua maioria costumam ser propriedades que se transmitem hereditariamente. Isso configura uma tradição, visando manter o domínio acionário à margem de influências que não condizem com o grupo de parentes.

Ademais, a grande imprensa, configurando a indústria da comunicação brasileira, é dependente totalmente do poder, e, sua estabilidade, dependente da saúde econômica do país. Mas este poder não pode a contrariar, tampouco ameaçar lhe calar. “Para a indústria jornalística, anos bons da economia são os do crescimento regular do bolo publicitário, que provê custos e estimula investimentos” (BAHIA, 1990, p. 244).

Bahia (1990), no entanto, afirma que, justamente por essa tentativa de apostar na estabilidade econômica do país, indefere para a grande imprensa brasileira qual regime político está em vigência. Como exemplo, cita o fato desta grande imprensa se calar, se autocensurar quando, em fins do regime ditatorial, mais precisamente em 1984, omitiam o fato de milhares de pessoas irem às ruas, em todas as grandes cidades, exigindo as famosas “diretas já”, querendo a volta da democracia.

Esse quadro só mudaria quando percebem que a desinformação se tornava cada dia mais constrangedora e abalava suas credibilidades. Todas, com exceção da *Folha de São Paulo*, entram atrasadas nas coberturas do movimento. O maior silêncio, contudo, foi o da *Rede Globo* (BAHIA, 1990).

Para se ter a medida da negligência noticiosa da TV Globo basta anotar que o seu *Jornal Nacional* do dia 25-1-84, emitido para todo o país às 19h55min, resume assim a realização do comício que nesse dia mobilizou acima de 500 mil pessoas na cidade de São Paulo: “Foi uma festa em comemoração ao aniversário da cidade” (BAHIA, 1990, p. 245).

Atenta-nos, também o autor para o fato de o surgimento da televisão não ter tirado a credibilidade e a cultura de nos informarmos pelos jornais e revistas, ao contrário do que previa, segundo ele, Marshal McLuhan. Mas, percebe-se, desde antes dos anos 2000, que estes meios teriam que se reinventar, e convergir com os demais.

Nos alerta ainda que a partir do advento do século XX houveram tentativas de se constituir, no país, uma cadeia de jornais, no intuito de abarcar este mercado como um todo. O primeiro, de *Geraldo Rocha* e sua tentativa de criar uma rede de jornais e rádios, com o grupo *A Noite*, falhou. Mas, após a Segunda Guerra Mundial, *Assis Chateaubriand* e *Bandeira de Melo*, conseguiria tal feito, oligopolizando o setor (BAHIA, 1990).

Nos moldes da cadeia *Hearst*, norte-americana, este paraibano constituiria, nas décadas de 1930 a 1970, um império jornalístico sem nenhum paralelo no país e na própria América Latina. Naquele cenário, anos 1930, houve novas oportunidades para este segmento. *Assis*, que já fora redator-chefe do *Jornal do Brasil*, funda os Associados

a partir de *O jornal*, no Rio de Janeiro, que seria o que ele mesmo chamava de “órgão líder” da cadeia (BAHIA, 1990).

Nesse período, a cadeia de *Chateaubriand* obteve, nos anos de apogeu, 31 jornais de circulação diária, três revistas, 23 emissoras de rádio, 13 estações de televisão e 1 agência noticiosa. Após sua morte, em 1970, pela falta de capacidade gerencial, este império foi entrando em colapso (BAHIA, 1990).

No entanto,

A marca de Chateaubriand nos seus veículos abala o convencionalismo tradicional da imprensa. Mais que qualquer outro empresário de comunicação da sua geração, Chateaubriand convive e partilha com o poder os frutos da influência política. Em quase quarenta anos de atuação como jornalista, político, diplomata e empresário, o chefe da cadeia associada se beneficiaria das relações de confiança com presidentes, ministros, generais e magnatas (BAHIA, 1990, p. 260).

Conservador, “combatente ao comunismo”, de ideologia liberal, Chateaubriand impõe ao grupo como um todo um estilo de *padrão associado*, um jornalismo que procuraria atender ao gosto comum dos consumidores. Numa fidelidade ao pioneirismo do seu precursor, também seria seu grupo associado que inauguraria o primeiro canal de televisão do país, e da América do Sul, a *TV Tupi* (BAHIA, 1990).

Seu grupo foi o primeiro da América Latina, e, com seu poder, impôs aos agentes desta cadeia a ideologia do lucro e do êxito, algo que sempre o projetou ao poder. Foi adepto a ditadura de Vargas, e aderiu ao regime militar de 1964 (BAHIA, 1990).

Com sua morte, e, a debacle de seu grupo, há o estímulo ao surgimento de novas cadeias de associação. “O controle acionário desses grupos, contudo, se mantém com as famílias que por tradição têm a propriedade dos grandes jornais” (BAHIA, 1990, p. 267). Nos anos 80 alguns desses sistemas de comunicação estariam entre os mais modernos do Ocidente, exportando seus produtos mundo afora.

Como exemplos, temos a *Organização Globo*, a *Rede Bandeirantes*, a *Editora Abril* e as *Organizações Bloch*. A primeira possui a quarta maior rede de televisão do mundo, e produz em seus próprios estúdios, um recorde mundial, algo em torno de 80% de sua programação.

As famílias Marinho (*O Globo*), Civita (*Abril*), Bloch (*Manchete*), Mesquita (*O Estado de São Paulo*), Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*), Frias (*Folha de São Paulo*) Saad (*Bandeirantes*), detêm o controle acionário dos sistemas nacionais de comunicação e seus centros de decisão localizam-se no Rio e em São Paulo (BAHIA, 1990, p. 260).

Hoje, no entanto, diferentemente, não apenas um grupo comanda as notícias veiculadas diariamente. “Porém a sociedade não está livre do perigo de uma concentração de opiniões por parte dos meios de comunicação de massa” (BAHIA, 1990, p. 268). O autor argumenta que Cruzadas cívicas, ou de outras naturezas, em períodos de crises institucionais, políticas, podem reunir os principais veículos de comunicação em uma só visão e explicação de nossa natureza, tão complexa e plural, pela sua natureza liberal conservadora.

Ademais, ele nos dá o exemplo de 1954, em que opiniões concentradas a respeito do ex-presidente Getúlio Vargas, nos meios de comunicação, desempenharam um papel avassalador sobre sua reputação, que acabou culminando em seu suicídio. Fato parecido, de conspirações militares e civis, apoiadas por Washington, desfecharia o golpe militar de 1964.

Havia, aí, o pretexto de combater a subversão, a corrupção, e restaurar as liberdades públicas. Durante 90 dias, os meios de comunicação em massa atuaram em bloco, omitindo opiniões e noticiários no sentido de enfraquecer e combater o “inimigo comum”, personificado na figura de Goulart. Contra Vargas, havia papel preponderante dos jornais e das rádios. Contra Goulart, acrescentar-se-ia a TV (BAHIA, 1990).

Falando novamente da atualidade, Bahia (1990) ressalta que o mundo, em dias de hoje, tornou-se, ao mesmo tempo pequeno (para os indivíduos) e extremamente grande aos jornalistas. Por isso as agências de notícias, que criam notícias “por atacado” têm ganhado cada vez mais respaldo. Elas abastecem, diariamente, com inúmeras reportagens, a monumental catedral conhecida por *mass media*.

“As agências são tão vulneráveis ao culto da objetividade como os veículos e, por servirem a jornais, revistas, rádio e televisão de opiniões políticas diferentes, são menos vulneráveis à notícia tendenciosa” (BAHIA, 1990, p. 276).

A publicidade também ganhou muita força nessa fase mais moderna da imprensa brasileira. O que representava por ações isoladas e improvisadas, especialmente após a Segunda Guerra, passaria a representar uma organização de criações coletivas, especializada. “[...] Torna-se cada vez mais claro que o ato de anunciar não decorre de uma generosidade, e sim de um emprego útil de capital” (BAHIA, 1990, p. 283).

04 – FASE CONTEMPORÂNEA

Bahia (1990) inicia esta descrição argumentando que a terceira fase da imprensa brasileira teria trazido um fato relativamente novo: o da censura, especialmente a partir

do Estado Novo, do governo Vargas. Coisa parecida acontecera na chegada da família Real para o Brasil, no início do século XIX, mas tão logo chega a independência, isso se ameniza.

A Constituição de 1937, sob os preceitos de instaurar “a paz, a ordem e a segurança pública”, teria estabelecido censura aos jornais e rádios. O Departamento de Imprensa, de 1939 teve por estratégia o domínio da opinião no âmbito geral das ideias pelo governo.

Já no regime militar iniciado em 1964 também houve essa prática, sobretudo quando da criação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que fecha o Congresso Nacional e determina a censura a toda e qualquer manifestação do pensamento. Esse ato impõe total controle dos meios de comunicação em geral à censura prévia. Tudo o que não se podia escrever ou falar naquele período se registrara num livro que ficaria conhecido por “livro negro da censura”.

Mesmo assim, a imprensa brasileira, passado tal período, e, após a redemocratização do país, ocuparia um lugar relevante no moderno jornalismo mundial. Ressalta Bahia (1990) que nos últimos anos do século XX ela acaba por refletir a própria situação do país como oitava potência industrial ocidental.

“Quatro dos dez principais jornais da América Latina circulam em São Paulo e no Rio de Janeiro – *O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e Folha de S. Paulo.*” (BAHIA, 1990, p. 369). Além disso, a revista de maior qualidade brasileira, *Veja*, se equipara as melhores revistas internacionais.

Em meados dos anos 1980 o Brasil dispara num crescimento médio de 7% ao ano, com um PIB de 259 bilhões de dólares, mas o PIB per capita é baixo. Mais de 50 milhões de brasileiros têm rendimentos inferiores a dois pisos salariais. Apesar disso, os jornais, e a imprensa em geral, mais modernos e próximos da realidade, adquirem um padrão de qualidade em nível das melhores democracias mundiais.

Via de regra, na sociedade contemporânea:

Nem o jornal, como veículo isolado, nem o jornalismo, como a soma dos veículos, abdicam de sua vocação liberal-democrática, expressa quase sempre numa maior proximidade com a classe média. E muito embora ainda se notem influências de um *status quo* ideológico que remonta ao século XIX – no que exprime o domínio do proprietário sobre o domínio da informação –, o fato é que o jornal contemporâneo tende a refletir melhor o sentimento do leitor, a observação isenta do acontecimento, a opinião independente, a fim de reproduzir a visão mais realista possível da vida em comunidade (BAHIA, 1990, p. 371).

Tudo isso, no entanto, adentra os anos modernos brasileiros sem que haja uma quantidade de leitores significativa. Assim, dos finais dos anos 1980, há a preocupação por parte da imprensa em aumentar gradativamente a quantidade de assinantes. Destarte, investe-se mais em estratégias de difusão da cultura da informação no país. A esta altura, a televisão já atrapalhava mais a imprensa escrita.

O Plano Cruzado, de Sarney, em 1986, no intuito de conter a inflação por meio do congelamento de preços faz com que os brasileiros corram às bancas de jornais na busca de informações atualizadas diariamente sobre os preços dos produtos antes que a TV ou o rádio os informasse. Isso, segundo o autor, foi decisivo para que se criasse uma nova cultura de valorização de jornais e revistas.

Ressalta também Bahia (1990) que os jornais nacionais têm a incumbência de informar, mas, igualmente, de formar as consciências dos cidadãos, uma vez que nossa cultura, mesmo em fins do século XX, continua atrasada em relação a outros países democráticos. As empresas jornalísticas sabem e investem nisso.

A ideologia da imprensa é a da classe dominante. Tanto faz que seja porta-voz do Estado ou propriedade da livre iniciativa. Não é gratuito o esforço para associá-la, principalmente no Ocidente, à imagem de um quarto poder. Nesse horizonte, a melhor perspectiva para compreender o papel do jornalismo talvez seja a do progresso cultural (BAHIA, 1990, p. 397).

Ainda afirma o autor que no Brasil, desde 1808, a face visível do jornalismo reflete uma coerente participação das elites na transformação do país, em todos os aspectos. E há uma grande distância dessa elite com o restante da nação. A imprensa está, na maioria das vezes, próxima a ela.

Entre os principais preconceitos que tanto a elite quanto a imprensa cultivam, está o fato da desvalorização do trabalho e da discriminação política que elege todo tipo de cidadão. Há ainda, o estereótipo racista, difundido historicamente por ela.

É rica também a tradição brasileira de revistas. No ranking internacional, *Veja*, por exemplo, está entre as cinco de maiores tiragens (800 mil exemplares em circulação). Criada em 1968, essa revista se beneficiou, segundo o autor, de alguns momentos políticos importantes, entre eles, quando da criação do Plano Cruzado, de Sarney, que elevou o seu consumo.

Por fim, Bahia (1990) afirma que desde a primeira cadeia nacional de comunicação (*Diários e Emissoras Associados*) há um consistente esforço empresarial no sentido de criar estruturas ou sistemas de monopólio no país. Após o fim do império de Assis Chateaubriand, ele enfatiza que as *Organizações Globo* assumiram essa pecha.

No Brasil e na América Latina, por sinal, é antigo esse fenômeno e também o fato de as engrenagens dos meios de comunicação em massa interferirem no sistema social e econômico. E, a monopolização, segundo ele, do setor, dá-se também pela ausência de esforço de contrapropaganda, e até certo conformismo.

Mas há, ainda por aqui, uma espécie de competição e a diversidade de opiniões na imprensa, explicados pelo seu início de origem familiar, a despeito de a ideologia liberal-democrática ser, notoriamente, a visão que predomina. A *Rede Globo de Televisão*, contudo, exprime, no país, o caráter de monopólio de informação.

Destaca também Bahia (1990) que, em meados dos anos 1960, com a abertura política governamental para o capital estrangeiro, grandes empresas de comunicação nacional, como *O Estado de S. Paulo* rejeitam ofertas de associação. No entanto, as *Organizações Globo*, não. A associação com o grupo *Time-Life* (que seriam considerados inconstitucionais mais tarde) e a presença de exacerbados interesses norte-americanos e europeus (Editora Abril, grupo Abril, grupo Visão, entre outros) ajudam a formar o monopólio.

Assim, convém também salientar, de acordo com artigo publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, por Bandeira e Pasti (2018), negócios desenvolvidos pelos principais grupos de mídia no país, como a campanha “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo”, do Grupo Globo, revelam seus potenciais interesses por trás das agendas destes meios.

Revelam ainda estes autores que os veículos de grande circulação, a despeito de costumarem declarar que buscam informar de modo isento, apolidário, plural, boa parte desses tem ligações com grupos econômicos, políticos, religiosos, com interesses específicos. Seus principais acionistas possuem atividades em outros setores econômicos, como educacional, financeiro, imobiliário, agropecuário, energético, de transportes, infraestrutura e saúde.

Referindo-se ao Projeto MOM-Brasil (Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil) publicada pelo *Grupo Interozes* e pelo *Repórteres Sem Fronteiras*, recentemente, os autores enfatizam que o projeto mapeou os cinquenta veículos de comunicação existentes no país em quatro segmentos: mídia impressa, on-line, TV e rádio. Desse mapeamento, observou-se que os cinquenta veículos são pertencentes a apenas 26 grupos de comunicação, sendo que a metade é controlada por apenas 5 grupos (Globo, Bandeirantes, Record, Folha, e o grupo com escala regional, RBS).

Destarte, é dessa maneira que a imprensa nacional está configurada. De geração em geração percebemos que ela teve, inicialmente, uma ligação direta com o regime monárquico que concebeu o país. Depois disso, pela prevalência da ideologia liberalista no país, e com a constituição da indústria nacional, a imprensa se beneficiaria da publicidade e do crescimento do interesse da população por questões políticas e econômicas.

Atualmente, como é consenso entre os principais autores, ela se notabiliza pelo caráter ideológico de viés liberal, com forte ligação com o setor produtivo, mas possui raízes estruturais que remontam as oligarquias e seu pensamento elitista, de caráter antissocial, preconceituoso, sobretudo com as classes menos abastadas e até mesmo possuindo características racistas.

Ressaltamos que é com esse olhar que temos que nos posicionar diante dos principais grupos econômicos por trás da comunicação no país. Todavia, e como todas as coisas se apresentam dialeticamente nesta sociedade, devemos compreender que este segmento tem melhorado sua condição de análise da realidade social como um todo e tem contribuído também, em certa medida, para o progresso civilizacional brasileiro. Ainda assim, não podemos nos abster de enxergarmos suas raízes e principais defeitos.

Capítulo cinco

A INFORMAÇÃO MIDIÁTICA E AS VISÕES DICOTÔMICAS DE MUNDO: UM DIÁLOGO COM AS REVISTAS *VEJA* E *CARTA CAPITAL*

INTRODUÇÃO

Até aqui discutimos, no primeiro capítulo, sobre a organização do sistema capitalista como um todo. Discutimos também, rapidamente, sobre os condicionantes (modos de produção anteriores, formações sociais e revoluções) que ocasionaram este modo peculiar de produção da vida material e imaterial humana, com o qual convivemos atualmente.

Assim, pudemos estabelecer, no segundo capítulo, como esses vários condicionantes históricos foram capazes de transformar o mundo no que conhecemos na atualidade. Pudemos perceber que a *Infraestrutura* condiciona a *Superestrutura* nessa estrutura social, embora a segunda possua também influência na primeira. Destarte, discutimos sobre ideologia, especialmente a burguesa (predominante), que busca nos amoldar de maneira a valorizá-la, e reproduzi-la.

No terceiro capítulo buscamos desenhar o desenvolvimento histórico das mídias, e também um pouco sobre o quanto elas interferem na formação humana, enquanto parte da *Superestrutura*, agindo como ferramenta de dissuasão da visão/ideologia dominante. Além disso, discutimos sua importância e seus principais intérpretes.

No quarto capítulo, discorreremos sobre a imbricação existente entre capitalismo, ideologia e mídia, num interesse de demonstrar que elas estão intimamente relacionadas com a *Infra* e a *Superestrutura* que nos formam. Por fim, buscamos demonstrar as características oligárquicas da imprensa nacional.

Temos como intenção, neste quinto capítulo, ao utilizar como balizadoras algumas temáticas do conhecimento geográfico, travar um diálogo tentando perceber a maneira como estes assuntos são abordados pela mídia nacional, sobretudo por *Veja* e *Carta Capital*.

Realizamos corte temporal no ano de 2016, pelo fato de o considerarmos um ano de grande dinamismo social em nosso país (manifestações nas ruas, processo de impeachment, discussões amplificadas pela polarização política existente, etc.), para

buscamos compreender, dentro deste cenário, o papel de duas das principais revistas que circulam em território nacional.

Após investigação inicial nas duas revistas, percebemos algumas características que as aproximam, mas também algumas que as diferenciam, principalmente na abordagem dos assuntos que discutem. Podemos destacar que, por se postularem no campo político-ideológico de maneira visível, as duas revistas demonstram grande preocupação com o desenrolar histórico, político e social do país, tendo como principais manchetes as ações dos governos, órgãos públicos e agentes políticos.

Cabe ressaltar que são variadas as temáticas que poderíamos abordar neste trabalho com o intuito de verificar o conteúdo ideológico explícito e implícito nas revistas, devido a abrangência de temas por elas discutidos. No entanto, temos por intenção abordar assuntos que dizem respeito, de maneira direta, ou indireta, com nossa pesquisa, numa tentativa de corroborar com as questões até aqui levantadas: desvelamento social, compreensão acerca da ideologia dominante, justaposta, que nos faz perceber a importância das discussões no campo da política, e da economia, em detrimento de uma abordagem, talvez, mais universal.

Todavia, procuramos estabelecer algumas temáticas para investigação pormenorizada que tenham também alguma relação com a ciência geográfica. Primeiramente elegemos, deste ano de recorte, os assuntos que mais se relacionam ao tipo da abordagem de *Veja* e *Carta Capital* sobre a temática *neoliberalismo*.

Destacamos que apesar deste ser um termo que soa negativamente, até, pejorativamente, ao campo das esquerdas, e ser pouco utilizado pelos próprios liberais, acaba se constituindo como um assunto em voga já há algum tempo no cenário internacional, e tem produzido, no Brasil e no mundo, muitas reflexões e mudanças nas formas de governar.

Além desse primeiro tema, elegemos outro assunto que diz respeito a principal matriz energética brasileira, e mundial, a questão do *petróleo*. A escolha dessa questão, deve-se à sua importância e aos recentes debates em torno da estatal brasileira, *Petrobras*, que passou por um momento de grandes investigações pelas suspeitas de desvios de dinheiro e a aparente intenção dos meios de comunicação, e da elite por trás deles, de privatizar este que compreendemos como setor estratégico nacional.

Buscaremos desenvolver uma análise dessas abordagens à luz do *Materialismo Histórico-Dialético*, tal como fomos construindo ao longo de todo o trabalho, com viés de criticidade, considerando a historicidade e, sobretudo, seus principais meandros para

que percebamos que por detrás das abordagens das revistas há sempre, implícita, uma formação discursivo-ideológica, portanto, condicionando-as.

Inicialmente, no entanto, trataremos de discorrer brevemente sobre a constituição das duas revistas analisadas, para compreendermos sua formação histórico-social, e quais suas formas de tratamento, de acordo com a formação discursivo-ideológica de cada uma delas.

5.1 VEJA – BREVE RELATO HISTÓRICO

A revista *Veja*, tal como conhecemos, a exemplo da Rede Globo de Comunicação, “nasce” em um cenário político-econômico brasileiro antidemocrático:

Roberto Civita, filho de Victor Civita - o dono do grupo Abril -, era estagiário da revista *Time* quando foi convocado pelo pai a retornar para o Brasil e, conseqüentemente, a colaborar com a empresa da família. O filho, então, com 22 anos, aceitou a proposta, com uma condição: produzir uma revista semanal de informação. Surgia, então, a revista *Veja*. Seguindo o padrão estilístico da *Time*, o novo semanário tinha por finalidade retratar os acontecimentos da semana (VOIGT, 2011, p. 30).

Como primeira edição da revista, de acordo com esse autor, em 09 de setembro de 1968, após a seleção, entre 100 candidatos, de um número de 50 jornalistas, nascia em pleno regime militar, de grande repressão à imprensa, aquela que se tornaria, mais tarde, a revista de maior tiragem do país, e uma das maiores do mundo. Estima-se, atualmente, de acordo com Fernandes (2016) *apud* Ferraz (2016), que as tiragens de *Veja* ultrapassam a casa de 995 mil exemplares semanais.

Importante destacar uma reportagem da revista GGN, de agosto de 2018, a qual discute a veracidade das informações, que, segundo eles, são repassadas pela revista *Veja* que dizem respeito a quantidade de seus assinantes, que passariam de um milhão. Segundo a GGN, após anunciar o fechamento de várias de suas revistas, a Editora Abril, mantenedora de *Veja*, teria anunciado que ficaria apenas com aquelas de maior audiência, entre elas a *Veja* (FAERMANN, 2018).

Nesse anúncio teriam dito que a marca mantinha o patamar semanal de mais de 1 milhão de exemplares. Mas, pelos levantamentos da GGN a revista teria pouco menos da metade disso, em torno de 435 mil tiragens da revista (o que já seria uma quantidade respeitável) (FAERMANN, 2018).

Voltando a frisar seu histórico, de início, a revista sofrera repressão, justamente por se posicionar contrariamente à ditadura militar. O fim desta censura, no entanto, aconteceria em 1976, com a saída do então jornalista da *Veja*, Mino Carta, grandemente perseguido pela ditadura. Vale ressaltar que Mino Carta seria, mais tarde, um dos idealizadores da revista *Carta Capital*, que iria surgir justamente com a intencionalidade de realizar um contraponto às revistas de maior circulação no país, sobretudo, *Veja* (VOIGT, 2011).

Voigt (2011) destaca numa entrevista da revista *Plug*, em comemoração aos 40 anos de *Veja*, a fala de *Roberto Civita*, que afirmou que durante seis anos os prejuízos da revista foram da ordem de mais 10 milhões de reais, anualmente. Apenas o primeiro exemplar teria sido bem-sucedido.

Contudo, após 10 insistentes anos, a situação começaria a mudar. Com certo “abrandamento” das temáticas adotadas pela revista, com notícias mais “leves” e pautas “frias”, na década de 90 ela estouraria atingindo a classe média, mais preocupada com questões de como educar os filhos, como arranjar bom emprego, etc., em detrimento de um semanário preocupado com questões eminentemente políticas. Assim, a revista renasceria, privilegiando essa determinada classe, característica que percebemos ter sido mantida, ainda atualmente.

“Seguindo essa linha editorial, *Veja* alavancou suas vendas e, é hoje, a quarta revista mais vendida no mundo, ficando atrás somente das norte-americanas: *Time*, *Newsweek* e *US News & World Report*” (VOIGT, 2011, p. 31).

Com expressiva vendagem, a autora argumenta que a revista passa a ser referência em vários acontecimentos de âmbito nacional, como exemplo, numa grande reportagem em maio de 1992, seguidas de outras 14 capas sobre o esquema de corrupção no governo Collor de Melo com várias críticas e denúncias a este que, aliadas ao mesmo empenho das principais emissoras de TV e rádio, culminaram no impeachment do então presidente. A partir daí o semanário passaria a ser designado como “jornalismo investigativo”, ganhando bastante repercussão nessa linha de trabalho.

Ferraz (2016) salienta que *Veja* é considerada por muitos uma espécie de “escudo” neoliberal no Brasil. Assim, a revista usaria uma linguagem muito dura quando o assunto é economia e política. “O periódico busca através de suas reportagens dissuadir a favor do livre mercado, a individualidade, a não intervenção do Estado

(Estado Mínimo) e o conservadorismo cultural e religioso como um dos preceitos de sociedade” (FERRAZ, 2016, p. 12).

Relata Voigt (2011) que a revista se notabilizou por interferir diretamente em situações políticas diversas nos seus 40 anos de história. Praticamente 100% das ações políticas desde então, no país, têm sido protagonizadas pela *Veja*.

“Deve-se destacar, todavia, que a revista sempre tendeu para a exposição ou omissão de determinados fatos, pois, se sabe que, em relação à política, a revista *Veja* sempre defendeu ações de direita” (VOIGT, 2011, p. 32).

Ainda:

Publicações contra personas de esquerda podem comprovar a afirmação anterior. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – que pertence ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi, durante dois mandatos, alvo de críticas constantes na revista, incluindo aí muitas matérias de capa. Che Guevara e Fidel Castro também são exemplos de sujeitos sempre significados negativamente na revista. Matérias sobre Che, com o seguinte título e linha fina. “Che, a farsa do herói. Verdades inconvenientes sobre o mito do guerrilheiro altruísta, 40 anos depois de sua morte” (VEJA, ed. 2028), dão pistas sobre a FI na qual a revista está inserida. Ao tratar de Fidel Castro, a posição ideológica da revista fica ainda mais explícita. Para informar sobre o fim do governo do ditador, *Veja* publicou “Já vai tarde. O fim melancólico do ditador que isolou Cuba e hipnotizou a esquerda durante 50 anos” (VOIGT, 2011, p. 32).

Dessa forma, fica claramente visível a visão ideológica da revista *Veja*. Não entendamos que ela não possa tê-la, mas, a despeito de se dizer imparcial, ela deveria, a nosso ver, deixar suas convicções filosófico-políticas mais explícitas. “Portanto, ela não é apenas um meio de comunicação com objetivo de informar e ser ‘indispensável para o país que queremos ser’, como afirma seu *slogan*” (VOIGT, 2011, p. 33). Para nós é mais do que isso, ela busca moldar o pensamento daqueles que a leem.

Sabendo do poder que adquiriu, historicamente no país, a revista sabe que produz sentidos na sociedade brasileira. E, para nós, não os faz sem esta intenção. Por conta disso, devemos interpretar qual é o modelo de país que ela defende, quais suas intencionalidades, quais caminhos o país deveria percorrer, analisando suas reportagens.

A “missão” de *Veja*, segundo investigação de Benetti e Hagen (2010, p. 129) é, entre outras coisas, ser a maior e mais respeitada revista do Brasil, não apenas em circulação e faturamento publicitário, “[...] mas também na sua insistência na necessidade de consertar, repensar e reformular o Brasil”. Quer dizer, desde o início há o desejo de se tornar grande e, mais do que isso, interferir diretamente nos caminhos

que toma o país. Em outro momento a autora argumenta que eles buscam “defender a democracia”.

5.2 CARTA CAPITAL – BREVE RELATO HISTÓRICO

A revista *Carta Capital* foi criada mais recentemente e nasce como uma alternativa às revistas tradicionais conservadoras, entre estas, a *Veja*. Possuindo um viés ideológico perceptivelmente contrário ao dessa segunda, a revista *Carta Capital*, até mesmo pelo seu menor tempo no mercado, possui bem menos assinaturas (ALMEIDA; RODRIGUES; FELZ, 2015).

Reiteram os autores que a própria revista se auto intitula uma “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira”. Em seu sítio eletrônico, na internet, podemos verificar também que ela “nasce” num cenário diferente do momento em que aparece a *Veja*. Já com a redemocratização nacional bem estabelecida, ela data de 1994 e é publicada pela Editora Confiança (ALMEIDA; RODRIGUES; FELZ, 2015; CARTA CAPITAL, 2018).

A *Carta Capital* foi criada pelo jornalista Mino Carta, também desenvolvedor das revistas *Quatro Rodas*, *Veja*, *IstoÉ*, e do extinto *Jornal da República*. Inicialmente possuía distribuição mensal, depois quinzenal, e, a partir de 2001, passou a ser semanal, assim como a *Veja* (ALMEIDA; RODRIGUES; FELZ, 2015).

Ressaltam Almeida, Rodrigues e Felz (2015) que em 2015 a revista possuía uma tiragem em torno de 65 mil exemplares semanais, auditados pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação) no mercado brasileiro, com uma audiência de mais de 230 mil eleitores.

Mais recentemente, de acordo com Fernandes (2016), apud Ferraz (2016), traçando um comparativo entre as assinaturas de *Veja* e *Carta Capital*, estabelece que enquanto a primeira possui uma circulação média de mais de 995 mil exemplares, com 887 mil assinaturas e mais de 8 milhões de leitores, possuindo maior aceitação na região Sudeste do país, *Carta Capital* tem circulação média de 25 mil exemplares, mais de 12 mil assinaturas e 231 mil eleitores, sendo a maioria, também no Sudeste.

Mas, Fernandes (2016) lembra-nos que a *Veja* está há muito mais tempo no mercado e é produzida com maior investimento, conseguindo com isso, contemplar um número maior de vendas e abocanhar a maior parte do mercado. Todavia, frisamos a tendência das mudanças nos perfis dos leitores, e a necessidade atual de as revistas se

modernizarem, partindo para uma convergência com a internet, conforme já discutimos no capítulo anterior.

Esse mesmo autor argumenta que o periódico, ao contrário da *Veja*, busca dialogar com a ideologia de centro-esquerda, usando, nos seus discursos e no seu viés jornalístico, argumentos em prol de um maior controle do Estado na área econômica, a interferência governamental em praticamente todos os setores sociais e a igualdade como pilar ideológico.

A revista foi criada como uma alternativa às revistas dominantes do mercado à época, Isto é e *Veja*. Em termos de vendas a *Carta Capital* não superou suas concorrentes. Hoje, assume uma postura de maior análise crítica. Possui uma equipe pequena, de 11 jornalistas e procura dar sempre uma visão diferente da apresentada pela grande mídia. Por isso, muitas vezes é acusada de realizar jornalismo partidário pró governo petista. A linha editorial da revista é assumidamente esquerdista (ALMEIDA; RODRIGUES; FELZ, 2015, p. 05).

Nesse sentido, faz clara oposição ao posicionamento político dos editores de *Veja*, embora não admita explicitamente seu posicionamento, o que buscaremos verificar na análise prática das suas abordagens.

Destacam Almeida, Rodrigues e Felz (2015) que alguns prêmios recentes recebidos pela revista, tal como o Prêmio Brasil de Mídia do Ano pela ABERJE (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), recebido em 2001 e 2003 e o prêmio, em 2006, recebido por Mino Carta de “Jornalista Brasileiro de Maior Destaque no Ano” da ACIE (Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Brasil).

Assim como sua antagonista, a revista *Carta Capital* tende a priorizar assuntos de relevância política, especialmente casos de escândalos de corrupção e envolvimento desse tipo. Reiteram Almeida, Rodrigues e Felz (2015) que essa revista não faz tanto menção a países de elite econômica, nem social, apenas quando necessário para o entendimento de situações brasileiras.

Em relação ao *gatekeeper* (teoria que define os assuntos de maior relevância) os mesmos autores afirmam que duas considerações são importantes. A primeira se refere ao fato de que a *Carta Capital* é, assumidamente, uma revista alinhada à esquerda política e os assuntos de notoriedade são pautados pelo peso da política editorial. A segunda se refere ao fato de que ela se aprofundaria mais nos assuntos do que suas concorrentes, possuindo também uma maior análise crítica, segundo eles.

Benetti e Hagen (2010) corroboram afirmando que em seu site, *Carta Capital* se apresenta ancorada em três fundamentos básicos daquilo que consideram por “bom

jornalismo”: “fidelidade à verdade”, “espírito de criticidade” e “fiscalização do poder” onde quer que se manifeste.

Gonçalves (2013), em um estudo das abordagens das Revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre as manifestações populares brasileiras, estabelece que faça parte de um governo democrático garantir o direito de manifestação a sua população, que deve mesmo participar ativamente na construção da cidadania e na constituição de um país de fato, democrático.

Esse autor, ao realizar este estudo sobre as democracias representativas no mundo argumenta que o Brasil, diferente de outros países, especialmente em épocas recentes, tem demonstrado características de uma “poliarquia”, um regime que possui, ao mesmo tempo, elevada competição pela disputa dos cargos eletivos, e uma grande participação popular.

Nesse sentido, estabelece que a governabilidade sempre permaneça sendo disputada entre governo e oposição. Já o campo da comunicação não tem a finalidade de governar o país, embora possua inúmeros mecanismos interferindo e influenciando neste ato. “A governabilidade, então, não se pode concretizar sem visibilidade pública dos atos de governo” (GONÇALVES, 2013, p. 03). Também por esse motivo, pode-se afirmar que a mídia cresceu grandemente dentro de nosso país.

Assim tanto *Veja*, quanto *Carta Capital*, por suas preferências ideológicas, já tiveram momentos de maior apoio ao governo, e momentos de maior criticidade a outros, embora a segunda tenha tido, em sua breve história, somente os governos petistas de Lula (2003/2006 - 2007/2010) e Dilma (2011/2014 – 2015/2016), respectivamente, como sendo adeptos de seu posicionamento político.

Após levantarmos algumas das características das duas revistas que iremos analisar mais a frente, discutiremos, em sequência, as duas principais temáticas pelas quais investigaremos as abordagens de *Veja* e de *Carta Capital*, como assuntos de ligação com tudo o que já apresentamos neste trabalho, relação com a ciência geográfica, e que explicitam, para nós, mais claramente os posicionamentos políticos dos editores das revistas.

5.3 ABORDAGENS DOS PRINCIPAIS CONTEÚDOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS EM *VEJA*

Conforme afirmamos acima, para analisarmos os conteúdos propriamente ditos das revistas, realizamos corte temporal de um ano, que por sinal, foi um período turbulento, no qual o país encontrava-se afundando cada vez mais em uma crise, que a nosso ver, possui intensa relação com a crise econômica estrutural internacional do sistema capitalista existente há mais ou menos uma década.

No entanto, admitimos que o governo brasileiro pode ter tido contribuição importante para piorar ainda mais o cenário, especialmente no que acusava frequentemente a própria revista *Veja*, por exemplo, naquele momento, de que Dilma, às vésperas de sua reeleição, no pleito de 2014, teria buscado “maquiar a imagem” do país, dando a entender que a crise econômica não nos afetaria de maneira tão severa.

Contexto à parte, podemos estabelecer, após análises aprofundadas da revista *Veja* que suas reportagens seguem, conforme já afirmamos, a cartilha (neo) liberalista que preconiza o Estado mínimo, a não intervenção na economia e certa “perseguição” aos partidos políticos de esquerda, mais especificamente ao Partido dos Trabalhadores, o qual presidia o país ainda no início de 2016.

Várias são as reportagens com essa característica de críticas severas aos principais líderes do partido, sobretudo à figura de Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o Brasil de 2003 a 2010. No entanto, buscamos nos ater as reportagens em que os autores não faziam uso dessa prática recorrente na revista. Pelo menos não explicitamente, para que pudéssemos avaliar de uma maneira mais global suas abordagens.

De maneira direta ou indireta, tratamos da temática neoliberalista nos capítulos anteriores, mas cabe estabelecer alguns pontos importantes. O primeiro é de que o “neo” liberalismo econômico é uma temática em voga, já há algum tempo, especialmente por aqueles que se consideram dentro do ideário de esquerda. Dessa forma, a terminologia soa pejorativamente, nesses casos, por se tratar de uma referência a uma “nova” teoria liberalista, com algumas características da antiga, mas ainda mais incisiva.

Destacamos que, como o nome sugere, ele supõe especificidades gerais do liberalismo clássico, apresentando-se, no entanto, com uma nova roupagem. Segundo Moraes (1997, p. 01), “a expressão ‘neoliberalismo’ reúne duas coisas diferentes. Uma

apela a novidade (o prefixo neo). Outra sugere a retomada da tradição mais antiga, o liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX”.

Destarte, ela pode ser encarada como algo novo devido a algumas particularidades, e, ao mesmo tempo, como velho, devido a outras. Fato é que ela é uma ideia liberal modernizada, adaptada para os fins do século XX, totalmente diferente daquela do século XVIII, em que o liberalismo de Adam Smith surge como novidade.

Ora, a ideia inicial do liberalismo clássico passa pela teoria smithiana, e o livro *A riqueza das nações*, de 1776. Neste, o autor defende, enfaticamente, que o mundo se tornaria melhor, mais justo e racional, caso deixasse o livre mercado se autorregular e o monopólio estatal deixasse de existir (MORAES, 1997).

Já o neoliberalismo, de acordo com o mesmo autor, iria “beber na fonte” do liberalismo clássico, mas iria ser adaptado para uma versão mais moderna. Assim, “se a plataforma de lançamento do liberalismo clássico pode ser vista no Smith da Riqueza das Nações, o neoliberalismo tem seu manifesto fundador publicado em 1944: O caminho da servidão, de Friedrich von Hayek” (MORAES, 1997, p. 10).

Segundo o autor, Hayek nitidamente escreve com endereçamento aos socialistas do mundo todo, de todos os partidos. E, se os Estados mercantilistas e as corporações eram alvo dos liberalistas clássicos, agora os inimigos vestiam outros trajes, embora tivessem traços ancestrais, especialmente o que ficou conhecido naquele período em todo o Ocidente, ou, o Estado-de-Bem-Estar (teoria de John Maynard Keynes), além da planificação, a intervenção estatal na economia.

Embora os “inimigos” dessas duas teorias complementares sejam, contextualmente diferentes, na prática ambas estimulariam a dedicação ao trabalho, que por sua vez recompensaria as grandes engenhosidades, e atribuindo-se características meritocráticas ao perfeito equilíbrio do sistema. Como resultado, nos limites da liberdade, teríamos a paz e o equilíbrio internacional.

O mercado, e as relações comerciais e de produção entre os países são encarados como os que melhor possibilitarão Eficiência, Justiça e Riqueza a estes. Quer dizer, num sistema comercial perfeito, livre, cada país dedicaria seus esforços e capital ao trabalho que lhe seja mais benéfico.

Acreditamos que *Veja*, por suas características explícitas, e também implícitas, suger aceitação desta vertente e por isso mesmo corrobora com tal ideologia, tentando contribuir para a criação de uma sociedade pautada nesses ideais.

Assim, realizamos análise de algumas reportagens de *Veja* e de *Carta Capital* que poderão ser verificadas em sua totalidade em apêndice. Por ora, para que não nos estendamos muito, realizamos algumas seleções da seleção que fizemos do ano de 2016, nas duas revistas.

Podemos afirmar que optamos pelas reportagens que consideramos mais relevantes, possuindo relação com as temáticas que julgamos de extrema importância para que percebamos as principais características das abordagens das revistas. Iremos apresentar algumas dessas análises, tecendo alguns comentários a respeito.

Separamos as reportagens do ano de 2016, por proximidade dos assuntos. E realizamos, em ambas as revistas, 05 subgrupos, dentro da temática *neoliberalismo*, que discutiremos em sequência. Por fim, elencamos algumas reportagens também a respeito da temática *petróleo*.

Para melhor elucidação, a tabela 01 apresenta a organização dos subgrupos que escolhemos, da revista *Veja*, após a leitura integral das reportagens por nós levantadas, no intuito de padronizar os assuntos para percebermos as divergências em relação as abordagens das duas revistas, bem como, algumas possíveis similitudes.

Quadro 01: Reportagens analisadas *Veja*

Temática: Neoliberalismo – <i>Veja</i>		
<p><u>Subgrupo 1:</u></p> <p>Visão da revista em relação a situação político/econômica do país com Dilma Rousseff no poder</p>	<p><u>05 reportagens no total (em apêndice)</u></p>	<p><u>02 reportagens destacadas:</u></p> <p>- Edição 2463, de 03 de fevereiro de 2016, página 60: “Governo apela ao FGTS para salvar a economia” - Bianca Alvarenga e Marcelo Sakate.</p> <p>- Edição 2462, de 10 de fevereiro de 2016, página 52: “Porque a improvável volta da CPMF não resolveria o rombo das contas públicas” - Marcelo Sakate.</p>
<p><u>Subgrupo 2:</u></p> <p>Abordagem da revista no</p>	<p><u>01 reportagem no total (em</u></p>	<p><u>01 reportagem destacada:</u></p> <p>- Ed. 2476, 04 de maio de 2016, p.</p>

momento do processo de <i>impeachment</i> de Dilma	<u>apêndice)</u>	64: “As bombas nas contas públicas que serão deixadas por Dilma” – Bianca Alvarenga.
<u>Subgrupo 3:</u> Visão sobre as medidas de “restabelecimento” da economia	<u>12 reportagens no total (em apêndice)</u>	<u>O3 reportagens destacadas:</u> - Ed. 2478 (especial do impeachment), 18 de maio de 2016, p. 68: “As prioridades de Henrique Meirelles para recuperar a economia” – Giuliano Guandalini. - Ed. 2480, 01 de junho de 2016, p. 54: “A medida radical para desvincular e congelar os gastos públicos” – Marcelo Sakate. - Ed. 2494, 07 de setembro de 2016, p. 58: “As prioridades de Michel Temer para reerguer a economia” – Marcelo Sakate e Daniel Pereira.
<u>Subgrupo 4:</u> Visão em relação a situação político-econômica nacional no pós-Dilma.	<u>06 reportagens no total (em apêndice)</u>	<u>O2 reportagens destacadas:</u> - Ed. 2481, 08 de junho de 2016, p.70: “Os primeiros indícios de recuperação do PIB brasileiro” – Bianca Alvarenga. - Ed. 2487, 20 de julho de 2016, p. 74: “O voto de confiança do mercado ao novo governo” – Bianca Alvarenga.
<u>Subgrupo 5:</u> Visão contextual do Brasil e do mundo no capitalismo atualmente.	<u>01 reportagem no total (em apêndice)</u>	<u>O1 reportagem destacada:</u> - Ed. 2465, 17 de fevereiro de 2016, p. 46: “O sistema bancário ameaça mais uma vez o crescimento mundial” – Bianca Alvarenga.

Temática: Petróleo – Veja		
<u>Subgrupo 6:</u> Visão contextual sobre a temática do petróleo naquele ano.	<u>07 reportagens no total (em apêndice)</u>	<u>O2 reportagens destacadas:</u> - Ed. 2461, 20 de janeiro de 2016, p. 59: “O estouro da bolha do petróleo” – Larissa Baltazar. - Ed. 2463, 03 de fevereiro de 2016, p. 63: “A Petrobras tenta reagir a queda do preço do petróleo” – Larissa Baltazar.

Org. Sousa, 2019

Conforme a tabela, identificamos, relacionadas à temática *neoliberalismo*, 05 reportagens que abordavam a visão/situação político/econômica do país, ainda sob a administração de Dilma Roussef, do PT (Partido dos Trabalhadores), das quais destacaremos 2.

Em 03 de fevereiro de 2016, edição 2463, página 60, por exemplo, Bianca Alvarenga e Marcelo Sakate, colunistas de *Veja*, escrevem que o “governo apela ao FGTS para salvar a economia”. Aqui fica clara a opção de *Veja* em atacar o então governo Dilma Roussef, afirmando com veemência que ela estaria “de olho” na poupança dos trabalhadores, o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Fazendo referência a uma fala da ex-primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, na qual ela teria afirmado que “o problema do socialismo é que uma hora ele acaba com o dinheiro dos outros”, afirmam que por essas questões o PT (Partido dos Trabalhadores) é rejeitado até pelos “poucos socialistas que ainda restam no país”. A reportagem se mantém basicamente nesse desdém em relação à governante e a sua tentativa de reanimar a economia naquele momento.

Já em 10 de fevereiro de 2016, edição 2462, na página 52, Marcelo Sakate discorre sobre “Porque a improvável volta da CPMF não resolveria o rombo das contas públicas”. Nesta reportagem a revista busca traçar um comparativo entre o governo e as famílias, o que vemos ser costumeiro em análises liberais (transformando a abordagem de uma maneira simplória). Eles afirmam que quando a crise aperta, normalmente as famílias diminuem gastos, fazem sacrifícios pessoais, etc. Mas, e o governo de Dilma?

Esse não, segundo *Veja*. Para eles, mesmo na situação “caótica” que vivia o país naquele momento, o governo só pensava em gastar.

Todavia, justificam afirmando que o governo não tem a preocupação de cortar gastos porque é alimentado pelo povo, a despeito de outras democracias que agem diferentemente. Segundo os colunistas, “O governo, que deveria satisfazer os contribuintes, serve-se dos contribuintes” (SAKATE, 2016, p. 53).

De acordo com a reportagem, o governo tinha acabado de subir algumas tributações, sobretudo de importações de tecnologia, além de viagens ao exterior e aumento no imposto de alguns produtos nacionais, mas, afirmam que isso não seria o suficiente. Teriam que ser cortados gastos maiores.

Nesse sentido, a reportagem enfatiza que “como não sabem ou não querem cortar gastos, os governos em todos os níveis avançam sobre o bolso das pessoas que trabalham” (SAKATE, 2016, p. 54). Assim, questionam o fato de alguns governadores terem aumentado, recentemente, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de alguns produtos, e a cogitação, segundo eles, da volta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), pelo Governo Federal.

Realizamos análise também de 01 reportagem, no momento em que se dava o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma (que foi aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em 02 de dezembro de 2015 – Em 12 de maio, quando se dá a abertura oficial do processo, pelo Senado, Dilma é afastada). Nessa ocasião, 04 de maio de 2016, edição 2476, página 64, Bianca Alvarenga escreve sobre “As bombas nas contas públicas que serão deixadas por Dilma”.

A reportagem estabelece que a equipe econômica de Dilma deixaria, ao ser afastada do cargo, um rombo orçamentário sem precedentes, que poderia levar a paralisação de alguns serviços públicos, além da indefinição sobre a dívida dos estados. Entre as supostas “bombas” orçamentárias, e as primeiras medidas que deveriam, segundo Alvarenga (2016), ser tomadas pelo seu sucessor, o então vice-presidente, Michel Temer, estaria a aprovação de uma nova lei orçamentária até 22 de maio daquele ano.

[...] A lei em vigor, aprovado no início do ano, prevê um superávit de 24 bilhões de reais nas contas públicas. O número foi otimista demais. A equipe econômica estima agora um déficit de pelo menos 97 bilhões de reais. O resultado poderá ser ainda pior. Nos últimos doze meses, o rombo acumulado ficou em 142 bilhões de reais, um recorde. Anteriormente, o pessoal de Dilma tiraria essa de letra. Bastaria dar uma pedalada fiscal [...] (SAKATE, 2016, p. 64).

Entre as justificativas dadas pela autora para a situação estaria a flexibilização das dívidas dos estados para com a união, pela chefia do governo, além é claro, da má gestão e do aumento dos gastos por conta do mesmo. Assim, para ela, seria improvável que a União conseguisse negociar a nova meta fiscal e as dívidas dos estados.

Outras 12 reportagens dizem respeito a visão da revista *Veja*, e de seus colunistas, sobre as medidas de “restabelecimento da economia”. Destacamos 03 destas. A primeira, de 18 de maio de 2016, edição 2478, página 68, de Giuliano Guandalini, diz respeito “As prioridades de Henrique Meirelles para recuperar a economia”.

A reportagem trata das novas estratégias do novo ministro da fazenda, Henrique Meirelles, com Michel Temer no comando do governo federal. Na tentativa de recuperar investimentos ele defende a solidez nas finanças públicas e reformas que incentivem a produtividade.

Para isso ele teria apresentado, de cara, ao então novo presidente, duas medidas emergenciais: a primeira, envolvendo a recuperação da previsibilidade (tentando dar equilíbrio às finanças com controle da inflação), e a segunda, diz respeito a produtividade (dar mais racionalidade ao sistema tributário com regras confiáveis aos investimentos privados, além de uma maior abertura do país a concorrentes internacionais).

O jornalista deixou clara sua defesa pelo ministro Meirelles, ao lembrar que em 2008, enquanto ministro do ex-presidente Lula, ele teria sido o responsável pela conquista, naquele ano, pelo país, da classificação de *investment grade* (grau de investimento), cuja avaliação é somente concedida aos países de melhor confiabilidade para os investimentos.

A segunda, de 01 de junho de 2016, edição 2480, página 54 aborda sobre “A medida radical para desvincular e congelar os gastos públicos”. A reportagem trata da polêmica proposta para impedir o aumento das despesas acima da inflação, numa maior alteração orçamentária desde a Constituição de 1988. Afirma ainda que proposta parecida havia sido apresentada ainda em 2005, pelo então ministro da fazenda de Lula, Antonio Palocci, mas havia sido classificada como “rudimentar” pela ministra da Casa Civil, na época, Dilma Roussef.

A proposta, basicamente, é fazer o governo investir em áreas sociais, somente aquilo que condiz com a inflação do ano anterior. Quer dizer, cortes gerais em áreas fundamentais, com o intuito de zerar, num longo prazo, o déficit orçamentário anual.

Sabe-se, entretanto, que a proposta exigirá uma reforma previdenciária, além de desvincular os gastos hoje obrigatórios nas áreas de saúde e educação. Algumas dessas regras estão em vigor desde a Constituição de 1988, formulada sob o espírito de ampliar os gastos sociais e reparar as injustiças legadas pela ditadura militar. A união é obrigada, por exemplo, a aplicar o equivalente a 18% da receita obtida com impostos em educação. Na saúde, neste ano são 13,2% da receita, excluídas as transferências a estados e municípios [...] (GUANDALINI, 2016, p. 54).

O resultado dessa equação, segundo o ministro da Fazenda, é que os gastos acabam subindo sempre, mesmo quando a economia vai mal. É onde se geram os rombos. Os gastos obrigatórios estariam abocanhando cerca de 90% do orçamento. Além disso, os anos de “ingerência” do governo Dilma teriam corroborado para uma piora significativa.

Talvez esta seja, de todas as reportagens, o maior exemplo de como um governo adepto ao neoliberalismo pode transformar um país, em tão pouco tempo, para pôr em prática um plano de retirar dinheiro e subsídios das classes menos favorecidas para entregar ao capital privado, transformando o Estado naquilo que Althusser (1970) julga como uma “máquina de repressão” que permite às classes dominantes assegurarem sua opressão sobre as classes operárias.

Já na edição 2494, de 07 de setembro de 2016, na página 58, Marcelo Sakate e Daniel Pereira discorrem sobre “As prioridades de Michel Temer para reerguer a economia”.

Aqui os autores discutem que para conquistar a confiança dos investidores, Temer teria que aprovar alguns difíceis ajustes e “tourear” aliados, após Dilma Rouseff, agora destituída, ter promovido o caos econômico. Entre os projetos que circulam no Congresso nacional estariam o que limita os gastos públicos e a reforma da Previdência, “prioritários”, além da retomada das privatizações.

Além disso, Temer assume a presidência nos dias do encontro, na China, com as maiores economias mundiais. Segundo a reportagem, o presidente estava partindo com a intenção de demonstrar a estes países a mudança de paradigmas do novo governo: menos intervencionismo, menos protecionismo, ganhando espaço a ortodoxia nas questões econômicas para atrair o capital privado. Tinha-se também a intencionalidade de demonstrar que o Brasil acredita no livre mercado, ainda que bem regulado.

Sobre isso, podemos afirmar que investimentos são realmente precisos numa economia para que ela não pereça, em dado momento. Todavia, deve-se levar em consideração também o salário e o emprego aos operários, que são os que, em última instância, movimentam a economia interna de um país. Isso causa estabilidade e

promove o estado de bem-estar social, de acordo com a teoria de Keynes (1996), praticada, em grande parte, nos governos petistas de Lula, e depois Dilma.

Além do mais, como vimos no capítulo um, apenas na Idade Média se admitia capital estático, o não reinvestimento, até porque, capital gera capital. E o desinvestimento teria sido um dos principais motivos da derrocada do Feudalismo, de acordo com Huberman (2008).

Convém afirmar, de modo geral, desse período (processo de *impeachment* em andamento), que as abordagens dos colunistas, na maioria dos casos, tornam-se mais animadas, dando a entender que o principal problema do país - a “ingerência” do governo Dilma - provavelmente estava prestes a se resolver. Na verdade, a todo o momento os autores deixam explícita sua oposição pela governante.

Também separamos algumas reportagens, do período pós-Dilma, já decretado, e a visão dos colunistas sobre a situação político/econômica nacional para verificarmos esses aspectos. Das 06 reportagens que tratam disso, destacamos 02. A primeira, da edição 2481, de 08 de junho de 2016, página 70 intitulada “Os primeiros indícios de recuperação do PIB brasileiro”, de Bianca Alvarenga.

Segundo a reportagem, a economia continua em recessão, existindo, naquele momento, mais 11 milhões de desempregados, além do recuo do PIB (Produto Interno Bruto), da indústria e do comércio, mas surgiam, finalmente, segundo ela, os primeiros sinais de recuperação. Os números do PIB do primeiro trimestre de 2016 mostravam algum alento.

Os números sugeridos, no entanto, ainda são de recuo na economia, mas, segundo a autora, teriam demonstrado melhoras. Os estoques encalhados nas empresas estariam diminuindo, elevando a produtividade, e boa parte das indústrias se adequando as demandas.

“[...] A previsão do Banco Itaú BBA é que, caso os estoques continuem a cair e a demanda não se retraia ainda mais, a produção industrial voltará a crescer já neste ano [...]” (ALVARENGA, 2016, p. 71). Houve um aumento nas exportações, sinal bom, além do fato de que, para economistas, a indústria, por ter sentido primeiro os impactos da recessão, seja o primeiro setor a se recuperar.

Para os analistas, contudo, o nó parecia estar ainda na área política, que poderia retardar as aprovações das reformas pretendidas pela nova equipe econômica. Um relatório da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

temia que a situação política do país atrasasse a recuperação econômica brasileira, segundo a autora.

A outra reportagem destacada, desse período pós-Dilma, data de 20 de julho de 2016, edição 2487, página 74. Aqui, a mesma Bianca Alvarenga fala sobre “O voto de confiança do mercado ao novo governo”.

Nesta reportagem, Alvarenga (2016) busca demonstrar a confiança conseguida do mercado, pela nova equipe econômica, mesmo que esta estaria devendo medidas de reequilíbrio das contas públicas. Mas ela avisa que na etiqueta política há uma média de uns 100 dias em que novos governos possuem a tranquilidade para trabalhar. Neste período de transição é costumeiro não haver muitas cobranças nem críticas.

Dessa forma, “[...] o mercado recebeu o governo e sua equipe econômica com um tapete vermelho de confiança e sabe que, antes do impeachment [ainda estava em processo], será difícil o governo arrancar de fato [...]” (ALVARENGA, 2016, p. 74).

Na verdade, desde que percebeu que o governo Dilma estava prestes a acabar, o mercado, segundo a autora, já havia mostrado sinais de recuperação. A escolha da nova equipe econômica, por Michel Temer, sobretudo quando escolheu os nomes de Henrique Meirelles para assumir o Ministério da Fazenda, e de Ilan Gofajn para o Banco Central, além de outros profissionais “de competência atestada” já causaram um fervor.

Ressaltamos que essa reportagem explicita o quanto o “deus-mercado” importa aos liberais. Para eles, o que vale no capitalismo é a especulação, tanto comercial, quanto política. Dessa forma, se esta “entidade” perceber que acabará ganhando mais com outro tipo de governo, sua “mão invisível” já começa a agir, demonstrando sinais de contentamento com este tipo de gerenciamento, que está muito mais preocupado com o mercado do que com o restante da população.

Aqui ressaltamos novamente Marx e Engels (1993) que afirmam que o ser humano, na sociedade capitalista, está voltado a ser reconhecido como mera mercadoria. Ou seja, tal como as mercadorias, os seres humanos servem para compor estatísticas. Não interessa se vão bem ou mal, o que importa é se o mercado está bem, se está lucrando.

Separamos também uma reportagem do ano 2016, da revista *Veja*, que trata especificamente da visão dos colunistas sobre o contexto do Brasil, e do mundo, atualmente, dentro do sistema capitalista. Trata-se da edição 2465, de 17 de fevereiro,

página 46, na qual Bianca Alvarenga afirma que “O sistema bancário ameaça mais uma vez o crescimento global”.

A autora começa afirmando que em anos recentes, em que os ventos da economia mundial “teriam soprado a favor”, Dilma Roussef tratou de desperdiçá-los com políticas que teriam lançado o país na sua pior recessão. Ou seja, afirmando ser apenas culpa do governo o Brasil ter entrado na crise mundial que se iniciou com a bolha imobiliária norte-americana em 2008, de acordo com Gomes (2017), entre outros.

Todavia, ela afirma que havia, naquela ocasião, um grande movimento de aversão a risco por parte dos maiores investidores globais, e que isso prejudicaria países emergentes, caso do Brasil. Assim, elenca quatro grandes problemas que teriam deixado os investidores tão temerosos, são eles: 1) A crise bancária (que gera uma bola de neve); 2) A desaceleração global (praticamente todos os países); 3) O pouso forçado da China (com 6,9% de crescimento em 2015 – a menor taxa em 25 anos); 4) A queda do preço do petróleo (que inviabiliza a expansão do setor).

Com essa análise a autora termina argumentando que o governo Dilma, a despeito de perceber a recessão, tarda a tomar atitudes concretas, como corte de gastos, e a reforma da Previdência. Ao concluir ela afirma que “não há senso de urgência. Depois a culpa é do exterior” (ALVARENGA, 2016, p. 49).

Podemos destacar, desta reportagem, que a autora acaba por admitir, algo raro de se ver entre os liberais, que a crise econômica teria se iniciado lá fora, algo importante. No entanto, não deixa de frisar que a culpa por ela ter se tornado tão drástica no Brasil foram os erros da então presidente Dilma. Não que ela estivesse totalmente errada, mas apontar como solução unicamente o corte de gastos dá a entender que ela não compreende a complexidade dos fatos, ou, desconsidera outros fatores de elevada importância, como a queda de investimentos em setores estratégicos, tal qual apontamos ainda acima, como uma saída à la *Keynes*, para a retomada do crescimento econômico.

Como últimas observações da revista *Veja*, analisamos também suas abordagens em relação à temática *Petróleo*, por considerarmos um assunto extremamente importante, e um setor estratégico nacional por conta da relevância deste produto no cenário internacional, afinal, este líquido se tornou imprescindível no mundo todo, quando foram descobertas suas funcionalidades.

Ora, é de conhecimento de todos, em dias de hoje, a importância do petróleo como matriz energética para todos os países do globo, sejam eles, de viés capitalista, socialista, de regimes democráticos, ou não. Na sociedade moderna talvez não exista

outro recurso natural com tamanha importância como ele por este ser responsável, entre outras coisas, pela mobilidade dos automóveis, pelo funcionamento das diversas indústrias, e pela fabricação de inúmeros objetos que utilizamos, diariamente.

Na verdade, “o petróleo, principalmente a partir da guerra de 1914-18, é, de todos os recursos naturais, o mais cobiçado” (CARNEIRO, 1948, p. 06). Somente o petróleo tornou possível o motor autônomo de pequeno peso, que é base do sistema moderno de transportes, no mundo. Só ele tornou possível, também, segundo o autor, a aviação.

Além disso, os óleos minerais lubrificantes são indispensáveis às máquinas nas indústrias. A agricultura também só pôde ser maquinizada e modernizada a partir do incremento dos tratores e demais máquinas pesadas, por conta da utilização dos combustíveis gerados pelo petróleo. Até as guerras tiveram-no como fator de diferenciação militar (CARNEIRO, 1948).

Enfim, a sociedade humana atingiu outro patamar desde a descoberta deste recurso. O mesmo autor destaca que o mundo moderno se tornou escravo do petróleo. Afirma ainda que se ele faltasse subitamente, o mundo simplesmente ficaria na inércia.

Por todas essas questões é evidente que esse produto faz parte de uma estratégia governamental de soberania nacional, não somente ao nosso, mas a todos os países que prezam por isto. Assim, é necessário, minimamente, aos países que possuem reservas naturais importantes desse recurso, caso do Brasil, saber regê-las.

Convém destacar que por aqui, especialmente após o governo Vargas, e o *Estado Novo*, sobretudo a partir da criação do CNP (Conselho Nacional do Petróleo), em 1938, sempre se optou por uma legislação de viés nacionalista (DIAS e QUAGLINO, 1993).

Segundo os mesmos, graças às iniciativas governamentais, especialmente do governo varguista, como na campanha “O petróleo é nosso”, aliada, por vezes, aos apelos populares, esse recurso colocou o país em outro patamar comercial em relação ao resto do mundo, pois, desde o início da exploração, adquiriram-se características de preservação dessa riqueza como bem nacional.

Assim, sobre essa questão, em 2016 a *Veja* produziu 07 reportagens, das quais daremos destaque a duas. A primeira, da edição 2461, de 20 de janeiro, página 59, Larissa Baltazar fala sobre “O estouro da bolha do petróleo”.

Nesta reportagem, a autora afirma que há pouco tempo o barril do petróleo (decidido por uma tabela internacional) que estava sendo comercializado a pouco mais

de 100 dólares agora valia menos que um terço desse valor. A queda refletia um aumento da oferta mundial, dando impulso à economia internacional, mas acabou representando um obstáculo para a recuperação da estatal brasileira, a Petrobras.

Logo de início, Baltazar (2016) cita o Oriente Médio, como a maior reserva de petróleo do mundo atualmente, e com custos operacionais muito baixos. Isso faz com que a região acabe por ser a principal reguladora do preço internacional do produto. No entanto, quando estes “fecham as torneiras”, as cotações tendem a subir.

Em outros lugares do mundo também se produz petróleo com bastante intensidade, além das tecnologias recentes que propiciam a extração em lugares de difícil acesso, caso do Brasil, e do pré-sal. Por isso, tem-se abundância de oferta neste momento.

Não há, porém, estimativas de que o Oriente Médio, sobretudo, Arábia Saudita, diminua o ritmo de sua produção. Isso acabou fazendo o preço degingolar em todas as áreas do mundo, fazendo com que algumas empresas, com maiores custos de extração, entrassem em colapso. Outro fator que colabora para a queda dos preços diz respeito ao fortalecimento do dólar.

Boa notícia para a produção internacional, especialmente para os importadores de petróleo. Mau negócio, porém, para grandes exportadoras, caso da Petrobras, que viram sua principal mercadoria desabar em mais de 70% na última década. Péssimo para a Venezuela e para o Irã, principais competidores dos sauditas.

O pior, para nós brasileiros é que “[...] cálculos da consultoria norueguesa Rystad indicam que praticamente nenhuma reserva brasileira é rentável com o preço do barril abaixo de 40 dólares” (BALTAZAR, 2016, p. 61). A Arábia Saudita, por sua vez, necessita que o valor esteja na casa dos 5 dólares por barril para faturar, tamanha a diferença dos custos de produção. A reportagem afirma que o fato de a Petrobras ser monopolista no setor, faz com que as disparidades e o prejuízo sejam maiores.

Finalizando de modo a desmerecer ações do governo petista, a autora argumenta:

A estatal, para compensar perdas de até 80 bilhões de reais com reajustes defasados no primeiro mandato de Dilma Rouseff, mantém os preços elevados e não repassa para o consumidor a queda na cotação internacional. A estratégia faz parte da luta desesperada da Petrobras para recuperar o seu caixa. Os brasileiros pagam esse preço adicional. É o custo Dilma, somado ao já pesado custo Brasil (BALTAZAR, 2016, p. 61).

Outra reportagem que destacamos, já no momento em que Dilma tinha assumido outra postura no comando do país, entrando num jogo político para tentar se manter no cargo, observa-se outra conotação nos argumentos da mesma autora, Larissa Baltazar. Na edição 2463, de 03 de fevereiro, página 63 ela escreve que “A Petrobras tenta reagir a queda do preço do petróleo”.

Aqui a autora afirma que mesmo anunciando corte de custos, a Petrobras teme a queda do preço do petróleo e os investidores ainda desconfiam de sua recuperação. Na verdade, segundo ela, desde que tinha assumido o novo presidente, Aldemir Bendine, havia uma tentativa de agendas “positivas” nesse sentido.

Entre as agendas, houve uma reorganização administrativa estabelecendo critérios técnicos para a contratação de pessoal e extinguindo em torno de 1600 cargos, reduzindo o espaço, por exemplo, para novas indicações políticas. Sinalização positiva ao mercado.

Mas, segundo a autora, apesar de ser um bom começo, as medidas ainda são poucas para uma empresa com uma dívida estimada em 500 bilhões de reais e que não consegue ser competitiva dada a queda do preço do barril de petróleo. Isso tudo explica as ações comedidas de investidores.

É a realidade da empresa brasileira que em outras épocas foi responsável pelo crescimento econômico do país. No entanto, como afirmamos em outra reportagem, é costumeiro da *Veja* apenas perceber os pontos negativos, e desconsiderar que a empresa é peça chave na questão de soberania nacional e compõe um dos setores estratégicos.

Na realidade, como já afirmamos anteriormente, nota-se um padrão de comportamento e de abordagens nas reportagens dos diversos colunistas de *Veja*. Percebe-se facilmente sua tendência à valorização da teoria neoliberalista, desconsiderando fatores sociais, idealizando e venerando o “deus-mercado”.

Percebemos nisso também, uma aceitação tácita da teoria Idealista, cuja teoria buscamos debater no capítulo primeiro, quando afirmamos que para Hegel (seu fundador) tudo seria racional, por ser formulado, antes, em nossa consciência. Ou seja, com a premissa de que a essência precede a materialidade (SANTOS, 2006).

Com isso queremos afirmar que os Idealistas, apoiados na teoria do *Espírito Absoluto*, costumam acreditar em soluções que se imaginam boas, mas que na prática, apresentam-se incongruentes com a vida material. Não se aplicam justamente porque os problemas sociais possuem variados condicionantes, e, por isso mesmo, o “deus-mercado”, ou sua “mão invisível” talvez não sejam capazes de detectá-los.

À vista disso, nota-se em *Veja* certo despreparo dos autores, e/ou uma “mão invisível” que não os deixa perceber, ou os faça omitir, ou ainda, desconsiderar algumas questões ou caminhos que se possam seguir para sanar nossos problemas. Imaginamos que uma revista que preza pela imparcialidade, deveria mostrar também que as soluções possam estar também em outro campo ideológico, que não o seu, ou que, talvez, que elas possam perpassar por isso.

Todavia, também é verdade que *Carta Capital* pouco, ou nada adere de soluções alinhadas ao lado direito do espectro. Avaliamos, no entanto, que a sociedade, sobretudo os leitores das duas revistas acabam por perder muito ao serem privadas da convivência com o contraditório, até porque esse é o movimento da dialética, especificidade metodológica que consideramos de extrema relevância para o entendimento da realidade social, e do mundo que nos cerca.

Percebe-se também em *Veja* uma crença convicta de que o capitalismo, e sua autorregulação podem transformar nosso país, e o mundo, se deixarmos de intervir nele, afinal, praticamente em todas as reportagens há a valorização ao capital, o pensamento de atrair investimentos a qualquer custo, e de facilitar a vida do empresariado. Poucas vezes observamos preocupação com questões de desigualdade e do estado de bem-estar a toda população.

Lembremos que, a despeito disso, Marx e Engels (1993), no capítulo um, nos alertam que o sistema capitalista foi cunhado para ser um sistema criador de liberdades individuais e coletivas, mas visando “igualdade de condições” para todos. Todavia, percebemos que a revista *Veja*, assim como a maioria dos liberais, desconsidera os fatores históricos e sociais que nos fazem diferentes, e que precisam ser superados.

Vejam, em sequência, as abordagens de *Carta Capital*.

5.4 ABORDAGENS DOS PRINCIPAIS CONTEÚDOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS EM *CARTA CAPITAL*

Assim como fizemos com a revista *Veja*, analisamos também algumas reportagens de *Carta Capital*, usando o mesmo recorte temporal, o ano de 2016. Cabe destacar, de início, que as abordagens dessa segunda revista, apesar de debaterem quase sempre os mesmos assuntos, trarão outro tipo de interpretação, especialmente por possuírem uma visão contrária a primeira, ou, um posicionamento de centro-esquerda, mais voltado a um Estado intervencionista, pró-ativo e planejador.

Assim, realizamos o mesmo trabalho, separando as reportagens em destaque por sub-grupos dentro da temática do *neoliberalismo* (Visão político/econômica com Dilma no poder; Abordagens no momento do processo de *impeachment*; A visão sobre as medidas de “restabelecimento” da economia; Visão político/econômica pós-Dilma e a Visão sobre o contexto geral do Brasil e do mundo no capitalismo atual) e depois evidenciamos como esta revista aborda a questão do *petróleo*, destacados na tabela 02.

Quadro 02: Reportagens analisadas *Carta Capital*

Temática: Neoliberalismo – <i>Carta Capital</i>		
<p><u>Subgrupo 1:</u></p> <p>Visão da revista em relação a situação político/econômica do país com Dilma Rouseff no poder</p>	<p><u>08 reportagens no total (em apêndice)</u></p>	<p><u>03 reportagens destacadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Edição 887, de 10 de fevereiro de 2016, página 36: “[Contas públicas] exagero no debate” – Carlos Drummond. - Edição 895, de 06 de abril de 2016, página 56: “A tentativa de reanimar a economia com o aumento do gasto público” – Carlos Drummond. - Edição 900, de 11 de maio de 2016, página 40: “O superávit comercial em meio à instabilidade política e cambial” – Carlos Drummond.
<p><u>Subgrupo 2:</u></p> <p>Abordagem da revista no momento do processo de <i>impeachment</i> de Dilma</p>	<p><u>02 reportagem no total (em apêndice)</u></p>	<p><u>02 reportagens destacadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Edição 895, de 06 de abril de 2016, página 16: “De volta ao passado: a crise política, o processo de impeachment e suas semelhanças com outros golpes” – Mino Carta. - Edição 895, de 06 de abril de 2016, página 33: “A sina latina: Brasil 1964,

		Honduras, 2009, Paraguai 2012” – Miguel Matins.
<u>Subgrupo 3:</u> Visão sobre as medidas de “restabelecimento” da economia	<u>02 reportagens no total (em apêndice)</u>	<u>O2 reportagens destacadas:</u> - Edição 903, de 01 de junho de 2016, página 42: “As medidas de Meirelles encaminham o desmonte na economia” – Carlos Drummond. - Edição 904, de 08 de junho de 2016, página 34: “[Previdência] O diagnóstico sobre o déficit está longe do consenso” – Carlos Drummond.
<u>Subgrupo 4:</u> Visão em relação a situação político-econômica nacional no pós-Dilma.	<u>09 reportagens no total (em apêndice)</u>	<u>O3 reportagens destacadas:</u> - Edição 902, de 25 de maio de 2016, página 32: “O retorno à plutocracia” – Jonathan Watts. - Edição 902, de 25 de maio de 2016, página 46: “A sociedade não cabe no orçamento de Michel Temer” – Luís Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo. - Edição 914, de 17 de agosto de 2016, página 48: “O paralelo entre Macri e Temer” – Eric Nepomuceno.
<u>Subgrupo 5:</u> Visão contextual do Brasil e do mundo no capitalismo atualmente.	<u>16 reportagens no total (em apêndice)</u>	<u>O3 reportagens destacadas:</u> - Edição 885, de 27 de janeiro de 2016, na página 52: “Os sinais de agravamento da crise mundial” – Carlos Drummond. - Edição 903, de 01 de junho de 2016, página 50: “O avanço das direitas está atrelado às perspectivas de crise” – Antonio Luiz Costa.

		- Edição 904, de 08 de junho de 2016, página 38: “O fim do neoliberalismo pode estar próximo” – Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo.
Temática: Petróleo – Veja		
<u>Subgrupo 6:</u> Visão contextual sobre a temática do petróleo naquele ano.	<u>02 reportagens no total (em apêndice)</u>	<u>02 reportagens destacadas:</u> - Edição 914, de 17 de agosto de 2016, página 20: “A liquidação do futuro: a venda de patrimônios como a Petrobras e o pré-sal aceleraria o naufrágio do país” – Carlos Drummond. - Edição 931, de 14 de dezembro de 2016, página 40: “[Petróleo] Após dois anos de inundação, a Opep (Organização dos países produtores de petróleo) decide cortar a produção” – Phillip Inman.

Org.: Sousa, 2019

Relacionado a primeira temática: *neoliberalismo*, e a visão político/econômica de *Carta Capital* com Dilma ainda no poder, realizamos análise de 08 reportagens, das quais elencaremos 03 que mais demonstram o posicionamento da revista. A primeira, intitulada “[Contas públicas] exagero no debate” foi o tema destacado por nós da edição 887, de 10 de fevereiro de 2016, página 36.

Nesta reportagem, Carlos Drummond argumenta que “o monstro não é tão feio”. Há exageros nos debates a respeito das contas públicas. Para ele o aumento recorde da dívida pública em 2015 para 66,2% do PIB, além do déficit primário estar na casa dos 111,2 bilhões de reais não são tão alarmantes quanto apontam alguns analistas, mas, óbvio, requer cuidados.

Uma das causas do exagero, segundo ele é a desvinculação do assunto aos sete anos de estagnação mundial pelo qual temos passado, além do fato de afirmarem, alguns, que a questão recai principalmente no governo populista do PT. Também não

seria culpa dos gastos de proteção social definidos pela Constituição de 1988, em lugar dos juros (estes sim com peso determinante).

Desde a grande recessão, conforme denomina a Mcinsey Global Institute em um estudo do ano passado, a dívida real total (famílias, empresas, governo e instituições financeiras incluídas) de 47 países examinados, 22 deles avançados e 25 em desenvolvimento, aumentou em 57 trilhões de dólares (DRUMMOND, 2016, p. 36).

Quer dizer, o apuro é geral, em grande parte das nações (desenvolvidas ou não). Na verdade, esta seria a pior situação desde a grande depressão dos primeiros anos do século passado. Segundo a reportagem, todas as principais economias têm hoje altos níveis de empréstimos em relação a seu PIB. Apenas sete, das 47 economias analisadas pela consultoria, reduziram suas dívidas entre 2007 e 2014.

Também temos que levar em consideração que os gastos do governo, especialmente os sociais, automaticamente tendem a subir em situação de recessão. Ou seja, apenas se gasta o que se necessita. Além disso, os juros altos pioram os problemas das contas públicas, mas, em períodos recessivos são devastadores.

Outra coisa que merece destaque é o fato de que, numa comparação com as famílias (coisa que os liberais tendem a fazer frequentemente), se uma família gastar mais hoje, ela apenas desembolsará mais dinheiro. O Estado, porém, ao investir em obras, estradas, rodovias, etc., aumenta a economia, aumenta a produção privada, serviços, emprego, e eleva a arrecadação.

“A tentativa de reanimar a economia com o aumento do gasto público”, da edição 895, de 06 de abril de 2016, página 56, também de Carlos Drummond, comenta sobre a proposta do governo de aumentar a dívida e os investimentos para enfrentar a queda da arrecadação. “Os recursos vão para a saúde, defesa e exportações e incluem 9 bilhões em investimentos. A meta de superávit primário será reduzida de 24 bilhões de reais para 2,8 bilhões” (DRUMMOND, 2016, p. 56).

Os investimentos públicos seriam destinados às obras em estágio final, como a Ferrovia Norte-Sul e a transposição do rio São Francisco. Todas as iniciativas nesse momento, segundo a reportagem, se dariam na tentativa de “tirar o país do coma”, num momento em que a presidente parecia entrar nele, com o processo de impeachment em andamento.

Aqui o autor deixa explícito seu posicionamento ao defender o aumento dos investimentos pelo governo. Outrossim, ele demonstra certa desconfiança de que os

planos do então governo Dilma tendiam a dar errado, no entanto, devido ao momento mais turbulento pelo qual passava.

“O superávit comercial em meio à instabilidade política e cambial” é a reportagem escolhida da edição 900, de 11 de maio de 2016, página 40, de Carlos Drummond. Segundo ele, o superávit comercial, naquele momento (de 4,86 bilhões de dólares), era recorde, mas a incerteza política, aliada à volatilidade cambial dificultavam as projeções.

Esse valor teria elevado o saldo positivo acumulado de janeiro a abril para 13,25 bilhões, o maior desde 1989. A indústria tinha crescido 1,4% em março depois de uma queda de 2,7% em fevereiro. Além disso, outros indicadores positivos tinham melhorado as expectativas dos empresários, mas a volatilidade do câmbio e as incertezas políticas com a conjuntura nacional e internacional preocupavam.

Tudo isso nos faz lembrar o que a teoria marxista sempre apontou, ou, o fato de que a política e a economia andam sempre juntas, e precisam, por isso, estar alinhadas, especialmente num sistema em que as especulações tomam conta, e os investimentos devem ser certos.

Com a queda da presidente encaminhada, as perguntas eram muitas sobre o que poderia se tornar o governo Temer, sobretudo em relação ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Havia o medo dele buscar valorizar a moeda nacional e, com isso, derrubar as exportações. E, naquele momento, manter o câmbio competitivo era, segundo especialistas, o maior desafio brasileiro.

Num segundo momento elencamos reportagens abordadas por *Carta Capital*, no momento do *impeachment* de Dilma. Foram duas as reportagens por nós selecionadas, que demonstraremos em sequência.

A primeira, “De volta ao passado: a crise política, o processo de impeachment e suas semelhanças com outros golpes”, da edição 895, de 06 de abril de 2016, página 16, foi editada pelo diretor-chefe, Mino Carta. Segundo ele, “é golpe, sim”. Vivemos novamente esta tragédia, e o autor se questiona quantos se dão conta disso.

No entanto, ele concorda que a presidenta Dilma tenha errado muito nos últimos tempos, mas afirma que ela não possui nada de desonestidade. Também salienta que “pedaladas fiscais são comuns nos governos brasileiros”. Desta forma cita alguns casos em outros grandes países, como Estados Unidos e França, de governos com baixíssimas popularidades e pouco apoio dos respectivos congressos, mas que conseguem terminar seus mandatos democraticamente.

“A verdade factual oferece largo espaço à raiva que hoje medra na chamada classe média, ódio desvairado insuflado pela ofensiva midiática. Vale acrescentar um adjetivo: irracional” (CARTA, 2016, p. 16).

Entre outras similitudes com o golpe militar de 1964, destacamos o autor comparar o fato de Cuba ameaçar, naquele momento, o imperialismo estadunidense, com sua recém, e bem-sucedida revolução com o fato atual de Lula ter tido excelente eficiência frente ao país, quando esteve no governo. Carta (2016) enfatiza ainda que “sabem” que ele daria continuidade a sua política, caso voltasse ao poder. “Resultaria no fortalecimento da aliança dos BRICS [Bloco econômico envolvendo Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul], que tende cada vez mais a tomar caminhos conflitantes em relação aos interesses norte-americanos” (CARTA, 2016, p. 17).

Ainda fala o autor que a revista *Carta Capital* se retém ao direito de se posicionar dessa forma, e defendendo o retorno do Estado de Direito, “destroçado pelo complô antidemocrático”.

Na mesma edição, página 33, temos “A sina latina: Brasil 1964, Honduras, 2009, Paraguai 2012”. Aqui, Miguel Martins argumenta que a história do golpe de 1964 contém importantes lições para o conturbado momento político atual.

A reportagem traz importantes acontecimentos históricos nacionais para demonstrar o quanto perdemos enquanto democracia nos períodos em que fomos governados por militares, e problematiza com os golpes nos outros países do continente, demonstrando haver certo padrão em todos, influenciados por outras nações, principalmente os Estados Unidos.

Sobre as medidas de “restabelecimento da economia”, são apenas duas reportagens, que serão elencadas aqui. A primeira, “As medidas de Meirelles encaminham o desmonte na economia”, da edição 903, de 01 de junho de 2016, página 42, na qual Carlos Drummond discute que tais iniciativas do novo ministro golpeiam a população vulnerável sem uma garantia da retomada do crescimento.

Segundo ele, o maior ímpeto se dá nos setores voltados ao desenvolvimento do País e à proteção da parcela mais frágil da população. O outro lado seria uma reconstituição de parte das condições oferecidas na década de 1990, após o Consenso de Washington, de exigências do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional). Ou seja, medidas neoliberais que provaram seu valor ao levar à crise internacional de 2008, até hoje não superada.

Ademais, segundo o analista Mário Bernardini, diretor de Competitividade da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, as medidas não trarão melhorias nem no longo, nem no médio prazo. Para ele elas só trariam algum benefício caso fossem acompanhadas de imediato de uma redução de 3 pontos percentuais da Selic - taxa básica de juros brasileira -, na data, em 14% ao ano. Poderiam também liberar um pouco de depósito compulsório para os bancos, dando capital de giro às empresas.

Para Bernardini, o problema é a preocupação única do governo com o caixa. Outra coisa séria diz respeito à limitação dos gastos, o que desmontará a proteção social. Este ato afetará todos os setores dependentes dos serviços públicos, mas, sobretudo, a parcela mais pobre da população.

Finalizando, o autor ressalta que há um projeto ultraliberal em questão desde os anos 1990 nas mãos destas pessoas, tentando se implantar, mas que agora com a destituição do governo Dilma, seria a grande oportunidade histórica, pois conseguiram chegar ao poder sem o voto popular, e eles sabem que um programa desses, certamente não teria aprovação nas urnas.

Ora, isto tem ficado evidente ultimamente. Na realidade, desde que a onda neoliberal tem se espalhado pelo mundo, em finais do século passado, sobretudo com o polêmico Consenso de Washington, que se busca, especialmente na América Latina, implantar o modelo que usou o Chile como primeira cobaia, de acordo com Cerqueira (2008).

O Brasil, no entanto, teve um processo de aproximação maior com a vertente neoliberalista no início deste século, com Fernando Collor de Mello, presidente, mas ainda mais precisamente com Fernando Henrique Cardoso, com uma série de privatizações e abertura do país ao capital externo. Todavia, quando Lula, líder sindical e um dos maiores representantes da esquerda no país assumiu a presidência, tivemos, nitidamente, uma guinada mais ao centro, não sendo tão radicalmente social-democrata, mas fugindo da teia neoliberal que nos assombrava naquele momento (BATISTA, 1995).

Esta guinada, no entanto, permaneceu enquanto o Partido dos Trabalhadores conseguiu se manter no poder nos dois mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) e no primeiro mandato de Dilma. Seu segundo mandato, que foi abreviado, já começara com uma enorme pressão para que ela deixasse de lado os princípios mais sociais (BATISTA, 1995).

“[Previdência] O diagnóstico sobre o déficit está longe do consenso” é a segunda reportagem desta temática, extraída da edição 904, de 08 de junho de 2016, página 34. Carlos Drummond afirma aqui que o déficit é apenas uma miragem, pois manipulações nas receitas e desrespeito à Constituição transformam saldos positivos em números negativos.

O sistema previdenciário mais abrangente da América Latina estaria com os dias contados após o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ter enviado proposta à Câmara Federal, de uma Emenda Constitucional, reformando-a. Segundo a reportagem, “há no país 24,5 milhões de aposentados e pensionistas, 8,6 milhões no meio rural, e dois terços recebem um salário mínimo por mês” (p. 34).

Segundo o governo, o principal problema das contas públicas seria um déficit previdenciário crônico. Mas este diagnóstico estaria longe de um consenso, pois, se considerarmos todas as receitas que estão previstas na Constituição Federal os saldos passam a ser positivos, e suficientes para financiar todos os gastos governamentais com Previdência, saúde e assistência social, de acordo com Denise Gentil, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para ela, o resultado do total de receitas e despesas é amplamente superavitário, e demonstra isso com números na reportagem. Ainda argumenta que a discrepância entre os números decorre de uma manipulação, pois o governo não apresenta os três orçamentos que nossa lei maior determina (Fiscal; da Seguridade Social; e o de investimentos das estatais), dos quais o primeiro estaria sendo omitido.

E ela não está sozinha nessa análise. O diagnóstico do economista Milko Matijascic, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) seguiria nesse mesmo direcionamento. Eles afirmam que a deturpação de informações é chave para incutir-nos uma ideia depreciativa do sistema. E o que é pior é que “um dos principais abusos do dinheiro desviado das receitas é o pagamento de juros da dívida pública” (DRUMMOND, 2016, p. 36). Esse é o problema das finanças do governo nos últimos anos, verdadeiramente.

E, “as visões opostas sobre as contas correspondem a interesses de classes antagônicas, conclui um trabalho do economista Eduardo Fagnani, da Unicamp” (DRUMMOND, 2016, p. 36). As conquistas da classe trabalhadora, nas décadas de 1970 e 1980 estariam contrariando os interesses dos detentores da riqueza. E, entre os recursos da Previdência, desviados de suas originais finalidades, constam também as desonerações concedidas às empresas.

Aqui devemos lembrar que o capitalismo, embora possua características de renovação, persiste em alguns pontos que são fundamentais para sua existência. Como dissemos no capítulo um, a *mais-valia*, ou, a exploração exacerbada dos trabalhadores é sua essência fundante.

Nesse sentido, busca-se, constantemente, desvalorizar o trabalho e os trabalhadores em geral e preservar o exército de reservas para que os que possuem ocupação permaneçam sempre preocupados em perder sua vaga para um daqueles que aguardam sua vez. Desta forma as empresas e seus investidores acabam tendo mais lucro, e a prevalência na criação de políticas adequadas a essa ideia.

Ademais, os estudos recentes dão indícios do quanto as empresas sonham com contribuições previdenciárias no país, o que também tem demonstrado, mais uma vez, para quem o governo que tínhamos na época, assim como o atual, busca governar.

Sobre a visão político/econômica no pós-Dilma, são 09 reportagens extraídas, das quais elencaremos três. A primeira, “O retorno à plutocracia”, da edição 902, de 25 de maio de 2016, página 32, de Jonathan Watts, afirma que este será o governo de Michel Temer. Para ele “[...] o patricio de 75 anos rapidamente mostrou seus instintos conservadores com uma seleção principalmente branca de ministros” e nenhuma mulher no comando de frente. É a antiga elite brasileira, “mais uma vez no leme” (WATTS, 2016, p. 32).

Ademais, “[...] ele declarou que o mote de seu governo seria ‘Ordem e Progresso’, o slogan positivista que adorna o símbolo do País” (WATTS, 2016, p. 32). O autor argumenta sobre reportagem recente da revista *Veja* (o que ele chamou de porta-voz da direita conservadora nacional), a qual exalta a figura da ex-miss, e agora Primeira Dama, Marcela Temer, na reportagem “Bela, recatada e do lar”. Já Rousseff, segundo o autor, era a antítese da visão direitista de feminilidade.

Também nos lembra Watts (2016), a despeito do “injusto” julgamento à ex-presidente, o fato de muitos dos seus acusadores terem em seu histórico crimes muito mais sérios. Entre eles, o próprio Temer que já enfrentara um pedido de *impeachment* e foi vetado de disputar cargos políticos por oito anos, devido a violações eleitorais, além de outros.

No entanto, o que ele realmente quer trazer à tona é que voltamos no tempo, retrocedemos ao entregar o poder novamente a velhos figurões, de pouca reputação, após a destituição de Dilma por uma desculpa esfarrapada de “pedaladas fiscais”, praticada também por governos anteriores e não encarados dessa forma.

Por fim, ele afirma que muitos duvidam que um governo formado predominantemente por brancos e homens possa unir (primeira fala do novo presidente) um dos países de maior diversidade étnica do mundo, especialmente pelo foco principal em cortar gastos no intuito de atrair investimentos estrangeiros.

Como segunda reportagem, destacamos “A sociedade não cabe no orçamento de Michel Temer”. Edição 902, de 25 de maio de 2016, página 46. Esta, de Luiz Gonzaga Belluzo e Gabriel Galípolo, que afirmam que no pós-impeachment, a sociedade não cabe mais no orçamento. Os autores lembram uma afirmação de FHC (Fernando Henrique Cardoso), de 1998, pouco antes de assumir seu segundo mandato, quando ele se refere ao que havia afirmado a respeito do déficit fiscal, de que isso tudo seriam “meias verdades”. Não que ele não tenha sua importância, mas a questão verdadeiramente necessária a ser combatida seria o déficit cambial.

Para o senso comum, no entanto, a questão da estabilização monetária repousaria sobre a cabeça de FHC. Eventuais lacunas teriam sido sobrepujadas pelo retorno do financiamento externo, e o conseqüente crescimento das reservas cambiais. A deflação dos mercados globalizados por volta dos anos 1990 permitiu a volta dos fluxos de capitais.

O que teria feito FHC alcançar, na verdade, a presidência da república na década de 1990, e a reeleição, foi, justamente, seu plano de estabilização monetária, mas, ao longo de seus mandatos os receios da supervalorização da moeda se materializaram no país. Durante seus dois mandatos, e ainda atualmente, o discurso predominante denunciava a fragilidade fiscal brasileira, decorrente dos gastos em excesso do governo com a seguridade social.

De lá para cá, argumentam os autores, o superávit primário nunca mais alcançou o déficit da dívida, maior quase 5 vezes. E há uma ostentação, pelo Brasil, das taxas reais dos juros mais elevados do mundo, num período em que nossa economia está sendo inserida internacionalmente.

“[...] Agora, na posteridade do *impeachment* do sufrágio universal, as meias verdades afirmam que a sociedade não cabe no orçamento. Isso enquanto os *socialites* repousam sua riqueza nos paraísos fiscais e os “juristas” fazem a festa” (BELLUZO; GALÍPOLO, 2016, p. 47).

Numa outra reportagem desse período, Eric Nepomuceno discorre sobre “O paralelo entre Macri e Temer”. Edição 914, de 17 de agosto de 2016, página 48. Aqui, o autor argumenta que, tirando a parte de ter sido eleito de forma legítima, enfrentando

maior resistência, Macri seria um paralelo perfeito para nosso presidente, à época, Michel Temer.

Para o autor, o Brasil de Temer é a Argentina falada em português e vice-versa. Além da diferença notória relativa à chegada no poder, Macri, na Argentina, enfrenta maior resistência por parte da população, muito mais politizada, segundo o autor, e ainda com bom poderio por parte dos sindicatos.

Por lá, algumas das medidas mais austeras foram suspensas por parte da justiça argentina, como o aumento de até 700% nos serviços públicos (luz, gás, transporte). Com desemprego crescente e inflação acima dos 40% anuais, o autor argumenta que não se sabe hoje dizer qual o preço que vai ser pago no final pela volta do neoliberalismo exacerbado.

Ademais, desde a chegada de Macri ao poder, medidas que beneficiam o capital internacional apareceram entre as primeiras do governante. Acordos realizados entre a Argentina e credores externos foram atropelados. Voltaram as febres das privatizações. Outro aspecto argentino semelhante ao brasileiro seria o fato de o presidente ter acabado coalhando seu governo, no qual, as principais empresas estatais ficaram nas mãos de líderes empresariais do setor privado, além de outras atitudes como a mudança na política externa, aliada à Washington, e o corte de gastos sociais.

“Para completar o quadro, lá – como cá, ou vice-versa – há uma intensa politização da Justiça, sempre com a cumplicidade unânime dos meios hegemônicos de comunicação” (NEPOMUCENO, 2016, p. 50). Por fim, o autor afirma que os dois países nunca estiveram tão alinhados e alienados. Quando acordarem, porém, podem perceber que o sonho de integração poderá ter virado pesadelo.

Sobre a visão do contexto geral do Brasil e do mundo em relação ao momento atual do capitalismo internacional, percebemos bastante preocupação da revista em relação a este aspecto. Foram 16 reportagens relacionadas a esta temática, entre as quais destacaremos três.

“Os sinais de agravamento da crise mundial” é tema da edição 885, de 27 de janeiro de 2016, na página 52. Aqui, Carlos Drummond argumenta que o mundo vive novamente o temor de uma hecatombe. Os sinais todos inspiram cautela, segundo o colunista, pois os países, em boa parte, ainda tentam se recuperar da crise de 2008.

Cita o autor que na quarta-feira passada, dia 20 (de janeiro de 2016), as principais bolsas do mundo sofreram perdas. A de São Paulo, por exemplo, caiu 1,08%. Na Alemanha, os mercados de ações refluíram 2,81%; 3,45% na França; 4,83% no

Reino Unido, 3,71% no Japão e 3,82% na China. Entre outros motivos, a baixa teria sido provocada pela nova queda do preço do barril do petróleo para 30 dólares no dia 11 de janeiro, algo que não acontecia há 12 anos. Até mesmo o menor crescimento da China nos últimos 25 anos, de 6,9% ao ano, aumentou as incertezas.

A queda do petróleo se dá por vários fatores, que vão desde a recessão econômica global, baixando o consumo, até a maior eficiência no uso dos combustíveis, atualmente. O comércio global e os empréstimos também têm se contraído, além de os principais bancos europeus estarem anunciando aos seus clientes que está por vir um grande “cataclismo econômico”. Algumas irregularidades do sistema financeiro de 2008 parecem persistir.

Entretanto, ressalta o autor que a situação é pior para países emergentes como o Brasil, África do Sul e Índia, por exemplo, que contraíram muitas dívidas com prazos muito curtos. Por isso, em nosso país, as autoridades mantêm os juros altos e não querem ouvir falar em outra coisa que não o corte de gastos e o equilíbrio nas contas públicas. É esperar para ver quais serão as ações e as consequências que elas trarão num futuro muito próximo.

“O avanço das direitas está atrelado à perspectiva de crise”. Edição 903, de 01 de junho de 2016, página 50. Esta reportagem diz respeito ao crescente reaparecimento de grupos e militantes desta ideologia política pelo mundo que, quase sempre, aparece junto às recessões. O autor, Antonio Luiz Costa, cita o caso austríaco em que, recentemente, um partido com características liberais desbancou, nas eleições presidenciais, em primeiro turno, os dois principais partidos do país (um de centro-esquerda e outro de direita), deixando-os em quarto e quinto lugares.

O FPÖ (Partido da Liberdade), que saiu vencedor do primeiro turno (mas perdeu para outro mais moderado no segundo), com Norbert Hofer, por sinal, só tem liberdade no nome, segundo o autor. Isso até porque a imagem ilustrada na sua bandeira, desde sua fundação, em 1956, possui a flor de centáurea, usadas pelos nazistas austríacos do século passado. Assim como acontece na França, onde os políticos negam sua identidade neonazista.

“Que o alívio não faça esquecer a seriedade da advertência. O FPÖ segue favorito para as eleições parlamentares que devem acontecer até 2018 [...]” (COSTA, 2016, p. 51).

Na verdade, a extrema-direita faz avanços em toda a Europa, segundo o autor, até mesmo na Alemanha, onde até pouco tempo eram tidos como marginais. “Na

Hungria e Polônia, governam partidos de ultradireita com uma mensagem autoritária [...]” (COSTA, 2016, p. 51).

Entretanto, ressalta o autor que este não é um fenômeno exclusivamente europeu. Em Israel, o general Yair Golan advertiu que vê essas mesmas tendências acontecendo em seu país, sendo em seguida duramente criticado após sua fala pelo chefe do governo, Benjamin Netanyahu, e obrigado a se desdizer. “Nos Estados Unidos, Donald Trump acaba de se tornar o candidato republicano com um discurso xenófobo e nacionalista” (COSTA, 2016, p. 52).

Ainda há os casos de Turquia, das Filipinas, Peru, e o caso do Brasil com o candidato Jair Bolsonaro, em ascensão (que viria a eleger-se em 2018). “É difícil ver em tudo isso meras coincidências. Há exceções, mas uma onda de radicalismo direitista se afirma em grande parte do mundo” (COSTA, 2016, p. 52).

Finalizando, o autor compara os fatos ao momento econômico delicado pelo qual temos passado na última década, em que, mesmo as grandes nações, caso dos Estados Unidos, têm crescimento insignificante. E afirma que mesmo a chamada “terceira revolução industrial” não foi capaz de possibilitar grandes avanços econômicos ao mundo, mas sim, o momento é daqueles que, assustados com o medo das incertezas, acabam por eleger os que, supostamente, oferecem um suporte mais rápido e lhes garantam alguma segurança.

A terceira reportagem que destacamos trata de uma afirmação corajosa: “O fim do neoliberalismo pode estar próximo”, ao menos segundo a edição 904, de 08 de junho de 2016, página 38. É o que afirmam Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo, na reportagem. Para eles, o nacionalismo xenófobo de Donald Trump, o referendo sobre a permanência ou não do Reino Unido na União Europeia, entre outros fatores, poderiam ser sintomas de uma nova política internacional.

Desde os anos 1970, segundo os autores, a reestruturação do capitalismo passou por mudanças de cunho neoliberal no modo de operação das empresas, na integração dos mercados e, sobretudo, nas relações entre o poder do capital e o Estado. “O verdadeiro sentido da globalização é o acirramento da concorrência entre empresas, trabalhadores e nações, inserida em uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada, comandada pelo poder do dólar” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 38).

Entretanto, em um cenário de um sistema monetário internacional capenga, ocorreu, com o tempo, uma brutal centralização do poder de decisões de produção. Até

a década de 1990, na verdade, o plano teria dado certo. Naquele tempo, os acionistas não ficavam com uma parte significativa da produção das empresas, mas, de lá para cá, isto teria se modificado. Além disso, as flexibilizações das legislações trabalhistas não foram suficientes para dar emprego a todas as pessoas, num mundo cada vez mais automatizado e no qual o consumo vem baixando.

Assim, a grande empresa contemporânea move a economia capitalista na direção de concentração da riqueza e da renda. Enredada nas armadilhas da acumulação financeira e enfiada no pântano da liquidez curto-prazista, empurra a economia global para a estagnação secular, falhando com grande escândalo em sua capacidade de gerar empregos. Um curto-circuito nas cadeias de geração e de apropriação do valor (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 39).

Isso tudo tem feito o próprio FMI (Fundo Monetário Internacional - nascido deste contexto) “ranger os dentes” se perguntando sobre os efeitos do neoliberalismo. No entanto, os autores argumentam que, aguardando dias melhores, a despeito de estar prestes a ser banido de praticamente todas as economias globais, o neoliberalismo neste momento “procura exílio em um país tropical com vista para o Atlântico” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 39).

Por último, e não menos importante, destacamos duas reportagens da revista no ano de 2016 abordando a questão do petróleo. Na realidade, assim como a *Veja*, indiretamente esse assunto vem à tona, por conta de sua relevância, em outras reportagens, mas, especificamente falando do petróleo, destacamos em sequência os dois momentos.

“A liquidação do futuro: a venda de patrimônios como a Petrobras e o pré-sal aceleraria o naufrágio do país”. Edição 914, de 17 de agosto de 2016, página 20. Reportagem de Carlos Drummond, que afirma que dilapidações como essas, além do estímulo ao rentismo são o núcleo da política econômica do governo interino, que governava naquele momento. Plano perfeito para “afundar” o país.

O autor argumenta que em três meses deste governo interino, algumas de suas decisões poderiam devolver o país à condição colonial de outrora. Isto nos colocaria numa posição de perda de autonomia num contexto internacional, e nas mãos do rentismo. Faz tal afirmação no momento em que o governo já tinha conseguido vender o primeiro campo de extração do petróleo no pré-sal, o de Carcará, na baía de Santos, e já havia oferecido no mercado a BR Distribuidora (sociedade anônima, hoje de capital aberto - maior distribuidora de combustíveis do país). Outros reservatórios provavelmente iriam ser vendidos.

“Outros congressistas participam da grande liquidação com projetos para facilitar a venda de terras a estrangeiros e à ação das mineradoras globais, entre outros” (DRUMMOND, 2016, p. 20). Cita também alguns casos de governadores, como o de São Paulo (Geraldo Alckmin – Partido da Social Democracia Brasileiro), com a intenção de privatizar até mesmo o metrô paulistano, sem se preocupar em dar satisfação à indícios de corrupção sua, que geraram milhões de prejuízo no setor.

Devemos estabelecer que tais características são sempre presentes nos (neo) liberais: a de privatizar, de “diminuir” o Estado, de deixar o mercado regular a economia, etc. Todavia, também cabe estabelecer, como fizemos em outro momento, que não fosse o Estado norte-americano (berço do capitalismo moderno) ter aplicado bilhões na economia em 2008, talvez este sistema econômico pudesse ter sofrido sua última derrota naquele ano. Tamanha sua interferência, aliás, que ainda sentimos suas consequências.

Destarte, concordamos com o autor quando ele afirma que “[...] a economia gravita cada vez mais em torno do rentismo, o jogo lucrativo e sem risco para instituições financeiras, empresas e famílias aplicadoras de recursos em títulos da dívida pública e ativos correlatos” (DRUMMOND p. 22). Dessa forma, ressalta ainda que os rentistas internacionais encontram aqui o “último paraíso de juros extremamente elevados”, entre os mais altos do mundo, quase sempre, bancados pelo Estado.

Para nós, isso é mais um dos vários exemplos de que este é o país que se encontra numa democracia ainda incipiente, mas que na verdade, ainda não aprendeu a se valorizar enquanto nação soberana e que, justamente por isso, não se habituou a criar políticas para beneficiar a maioria. Persiste na lógica de “aumentar o bolo” dos magnatas, pois ainda não teríamos chegado no momento de redistribuir. Ao menos, não para o governo interino de Michel Temer.

Por fim, o autor salienta que Temer se preocupa em afirmar que seu programa de privatização é indispensável para o equilíbrio fiscal, mas que, na verdade, ele se aproveitou do momento para vender ativos públicos que agradam o mercado. Ainda, para ele, dizer que é por problema fiscal é uma fraude, um ilusionismo, ou até, uma “pedalada fiscal”, concordando com a economista Laura Carvalho, da USP (Universidade de São Paulo).

A outra reportagem intitula-se de “[Petróleo] Após dois anos de inundação, a Opep (Organização dos países produtores de petróleo) decide cortar a produção”. Edição 931, de 14 de dezembro de 2016, página 40, de Phillip Inman, que afirma que

após dois anos de inundação pela Arábia Saudita, o cartel decide cortar a produção após reunião na Áustria, no fim de novembro daquele ano. Até mesmo a Rússia, não filiada a Opep, teria concordado em cortar sua produção.

“O corte é um esforço para definir um piso de 50 dólares o barril e forçá-lo na direção de 60 dólares dentro de alguns meses” (INMAN, 2016, p. 40). Porém, o impacto de longo prazo dessa ação sobre o preço do petróleo dependerá da implementação do acordo e da disciplina por mantê-lo, segundo o autor. Só que ele ressalta que dependerá das ações dos Estados Unidos, que tem influenciado na oferta pelo bombardeamento de uma série de produtos químicos para a extração do produto em terrenos rochosos e tem impedido, por isso, do controle da oferta e da demanda pela OPEP.

Na verdade, o preço do petróleo baixo foi uma estratégia da Arábia Saudita, e da própria Opep, de levar os produtores americanos de petróleo de xisto para fora do mercado, mas não deu certo. Agora com os preços aumentando, os produtores norte-americanos deverão aumentar ainda mais sua produção.

“A Oxford Economics diz que, tramoias à parte, a fraca demanda causada pela situação econômica global é um dos principais obstáculos ao aumento dos preços” (INMANM, 2016, p. 43).

De modo geral, na verdade, percebemos que ultimamente a oferta de petróleo tem crescido desproporcionalmente à demanda. Por esse motivo os países que dependem quase exclusivamente da exportação deste produto, caso da Venezuela, têm sofrido por conta do preço baixo do barril. E a tendência mundial por encontrar outras fontes energéticas contribui para a desvalorização do mesmo em escala internacional.

Assim, finalizando esse capítulo, procuramos demonstrar, com um mesmo número de reportagens extraídas e analisadas de *Veja* e de *Carta Capital*, suas formas de abordarem os mesmos temas.

Após esse amplo levantamento, podemos tecer alguns comentários finais, no próximo capítulo, em relação a tudo o que discutimos no trabalho como um todo, na intenção de demonstrar as principais divergências entre as duas revistas, além da relação com o que discutimos nos capítulos anteriores, para que possamos averiguar de que maneira essas visões de mundo nos afetam.

Capítulo seis

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS SOBRE AS ABORDAGENS DAS REVISTAS

INTRODUÇÃO

Vimos discorrendo, ao longo dos cinco primeiros capítulos, sobre a organização do *Sistema Capitalista de Produção*. Compreendemos essa discussão como fundamental porque entendemos que não é possível desvelarmos a lógica por detrás dos variados processos que moldam nossa existência em sociedade, sem que esclareçamos alguns pontos essenciais desse complexo modo de viver.

Destarte, compreendermos a mídia como parte integrante deste sistema, tendo sido criada, além de outras finalidades, para justificar sua existência, se não de uma maneira direta, ou proposital, mas, pelo menos, de maneira indireta, pois, conforme viemos discutindo, ela reproduz, historicamente, de maneira preponderante, a visão e os princípios liberais.

Entendemos que isto esteja claro ao leitor, e, por isso mesmo, apontamos que a existência de uma mídia, ou imprensa que não se limite a defender o capital e seus interesses, que possa, além de apresentar os fatos, questioná-los, e/ou tentar contribuir para a mudança da realidade, está condicionada a estes fatores. *Carta Capital*, a nosso ver, possui alguns desses vieses.

É fato também para nós que a *Infraestrutura* nos condiciona de modo contínuo, nos faz conviver com questões diversas, relacionadas ao capital, ou, minimamente, a fatores de sobrevivência, nossa primeira necessidade. Portanto, estamos fadados a conviver com meios de comunicação, em sua maioria, que necessitam conviver com esta realidade e que, por isso mesmo, não podem simplesmente começar a questionar algumas contradições sem que isso as prejudique de alguma forma.

Ora, é óbvio que antes de algum veículo comunicativo questionar, por exemplo, em determinado local, a forma de determinada empresa, ou mesmo do governo de determinado município atuar, em algumas de suas ações, de maneira desmedida ou equivocada, terá esse veículo de informação, de analisar em seu rol de patrocinadores e/ou parceiros financeiros se aquela empresa fictícia, ou órgão, não faz parte. Caso faça,

é claro que fica bastante difícil agir de uma maneira isenta, ou, simplesmente, dela agir de alguma maneira.

Todavia, percebemos que existem alguns meios que buscam, em certa medida, contrastar com a mídia convencional, de caráter (neo)liberal, tentando demonstrar que nossa realidade é mais complexa do que demonstram alguns adeptos a essa vertente epistemológica.

Neste último capítulo iremos tecer alguns comentários a respeito das constatações que pudemos realizar após a investigação das revistas *Veja* e *Carta Capital*, no capítulo anterior.

Mais do que isso, buscaremos tentar realizar um empenho dialético de perceber o quanto nosso arcabouço teórico, dos primeiros capítulos, pode contribuir para que possamos minimamente desvelar de que maneira a mídia convencional age tentando nos interpelar e querendo nos inculcar a visão ainda predominante no mundo: a burguesa.

6.1 ALGUMAS CONSTATAÇÕES

Primeiramente queremos relembra novamente nossos principais interesses neste trabalho. Como afirmamos no início do primeiro capítulo, o tema de nossa dissertação é algo que nos tem instigado há algum tempo, especialmente por percebermos grande influência da mídia, e sua visão preponderante na sociedade em geral. Por conta disso, queríamos compreender de que maneira atuam esses elementos em nossa formação.

A partir disso discorreremos, nos primeiros capítulos, desde o surgimento desta sociedade, calcada em interesses capitalistas, os quais nos tem concebido a vida atualmente, de “comodidade e altamente tecnológica”.

Contudo, a despeito do que se imaginava há séculos atrás, esta característica do capitalismo recente não tem trazido a comodidade a todos de maneira igual. Vemos, em praticamente todo o mundo, milhares de pessoas vivendo em condições de miserabilidade, com pouca ou nenhuma condição de consumo e, até mesmo, pessoas morrendo de fome, frio e por doenças diversas mesmo quando possuímos mercados e afins repletos de alimento, milhares de casas “sem donos” e temos descoberto a cura para a maioria das doenças.

Tudo isso é produto de um capitalismo que tornou as pessoas mercadoria, e que não conseguiu encontrar soluções para as principais mazelas, como as recém apontadas.

Também como já afirmamos, não se pode negar que este mesmo modo de produção tem sido o que mais nos propiciou progressões desde que o homem aprendeu a viver em sociedade, sobretudo no modo de produzir e cultivar nossas principais necessidades (ENGELS, 1875).

No entanto, esse mesmo modo de produção, que foi ensejado para nos trazer “liberdades” e nos tornais “iguais”, tem criado, historicamente, desde a *Antiguidade*, uma sociedade estratificada, e tem gerado uma luta de classes que, mesmo não sendo admitida, ou percebida por parte dela, é, segundo Marx e Engels (1993), o problema principal que a fará, em determinado momento, sucumbir.

Neste cenário, procuramos identificar a construção dessa sociedade, historicamente, para percebermos, mais a frente, a importância da comunicação dentro dela, mas, ao mesmo tempo, identificar também que essa comunicação tem se desenvolvido de maneira a inculcar nas pessoas que vivemos em um mundo “pronto e acabado”, ou que teríamos atingido o ápice dos sistemas produtivos, necessitando, talvez, unicamente, aperfeiçoá-lo, o que naturaliza a história humana.

Destarte, pudemos perceber que a mídia, ou, os elementos responsáveis por nos informar, têm se constituído como elementos de uma *Superestrutura*, arquitetada a partir da *Infraestrutura capitalista*, base que sustenta esse modelo produtivo e que, portanto, tem mais do que a simples incumbência de nos informar, mas sim, de nos formar para que a contemplemos, sem questionar as relações sociais por detrás desse paradoxal sistema, que nos oblitera de quaisquer outros.

Assim, numa visão mais abrangente das mídias em geral, viemos construindo um trabalho de entendimento dos elementos midiáticos dentro deste contexto. Claro que possuímos, assim como boa parte da população em geral, em todo o mundo, alguns desses elementos que não seguem a cartilha predominante no globo, que é a visão liberal, cuja visão apoia sobremaneira a forma com que temos “progredido” como espécie humana.

Como exemplo de mídia alternativa, isto é, que não segue o padrão comportamental social, temos a revista *Carta Capital*, utilizada justamente por se colocar explicitamente contrária a visão predominante, representada neste trabalho pela revista *Veja*.

Assim, pudemos esclarecer, no decorrer do trabalho, o que pudemos compreender em relação à maneira como atuam os principais segmentos midiáticos (de

maior influência), como elementos da *Superestrutura capitalista* (MARX, 2008) e como *Aparelhos Ideológicos do Estado* (ALTHUSSER, 1970).

Cabe ressaltar que nossa árdua tarefa se trata apenas de uma problematização, não podendo ser considerada obviamente como um trabalho completo sobre o que nos propomos a investigar. Contudo, podemos afirmar que ela traz subsídios importantes para a compreensão do principal objetivo a que nos propomos, o de compreender a funcionalidade das mídias e como elas nos interpelam, sobretudo *Veja* e *Carta Capital*.

Dito isto, queremos salientar que *Veja*, como principal revista de investigação política e econômica do país (por quantidade de tiragens e assinaturas) demonstra claramente essas especificidades em seu âmago. Na verdade, ela possui como peculiaridade especial, a mesma característica dos mais requisitados jornais nacionais e internacionais, e demais elementos da imprensa mundial: a visão liberal-conservadora, que como destacamos no capítulo dois, tem sido a tônica universal, ideologizada pela elite que controla o poder e a opinião pública geral.

Desta maneira, acaba por influenciar mais grandemente, em nossa visão, a maioria das pessoas, pois ela simplesmente retrata a opinião dos principais telejornais do rádio, da televisão, dos jornais e por que não, dos donos do poder no país, que como demonstrado, no capítulo quatro, são os mesmos. Isto nos prova o que discutimos no capítulo um, no qual Marx e Engels (1993) afirmam que a *Superestrutura* busca constantemente, pelos seus meios, nos apreender.

Destarte, queremos salientar que sua visão ideológica vai ao encontro dos principais liberais que governaram o país até recentemente. Uma visão usurária, empáfia, voltada a defender os argumentos da elite financeira, que como bem demonstram as reportagens de *Carta Capital*, preocupa-se apenas em “aumentar o bolo”, a despeito de redistribuí-lo.

É o rentismo e a plutocracia brasileira, alinhados mais a interesses internacionais e em saquear o país, do que transformá-lo na grande potência, posto que imaginamos que se poderia atingir dadas as imensas riquezas que possuímos.

Gomes (2007), por sinal, em discurso enquanto deputado federal na Câmara nacional questionava como um país que tem a maior fronteira agrícola por explorar do planeta, um país onde se podem produzir culturas de latitude temperada, culturas tropicais, ou de cerrado, pela sua extensão territorial, pode estar ainda apenas tentando pleitear seu lugar entre as maiores economias do mundo.

Também questionava como se explica que um país autossuficiente em petróleo, que tem a matriz energética mais limpa e barata do planeta, ainda não exaurindo nem sequer metade do seu potencial hidráulico, ou ainda, um dos países que tem uma das maiores diversidades minerais, inclusive de minerais raros, como é o nosso caso, ainda não teria despontado entre as maiores potências mundiais.

Entre tantas outras possibilidades e potencialidades, fizemos nós as mesmas perguntas em relação ao que poderíamos alcançar caso tivéssemos todos o mesmo pensamento progressista, mas de um progresso processualmente igualitário. No entanto, cremos que a elite aburguesada brasileira, da qual os editores de *Veja* são parte inexorável, não tem como lema o progresso a todos.

Assim, podemos afirmar que essa revista possui inclinação a defender os interesses que viemos levantando, desde o início de nosso trabalho, interesses dos abastados, aprofundando a luta de classes existente. As reportagens, em geral nos fazem perceber que ela defende a ideia meritocrática e liberal e que deve haver progresso primeiro aos detentores do capital, e, mais tarde, se sobrar, aos pobres.

Um exemplo disso, quando a revista defende, implicitamente a ideia de que nos basta o arbítrio para que possamos ascender socialmente, afinal, as condições estão dadas a todos, e o Estado não pode interferir nesse processo. Dessa maneira, posicionam-se contra políticas de cotas públicas para que filhos das classes inferiores, ou mesmo os negros (com os quais temos uma dívida histórica) consigam postular vaga nos estudos em nível superior.

Além disso, é também característica de *Veja* postular pela manutenção da hierarquização social, ao defenderem abertamente as leis da terceirização e a reforma trabalhista, por exemplo, criadas no governo de Michel Temer, no ano de 2016, as quais propõem, entre outras coisas, desonerar a folha de pagamento, asfixiar os sindicatos, fazendo o empregado “negociar diretamente com o patrão”, flexibilizar férias e a jornada semanal do trabalho.

Ou seja, buscam valorizar e ensejam dar cabo ao plano neoliberal que novamente tem ganhado forças internacionalmente, como vimos também em reportagem de *Carta Capital* (ver capítulo 5), edição 903, de 01 de junho de 2016, na qual, Antonio Luiz Costa debate sobre o avanço das direitas atualmente, atrelado às perspectivas de crise.

Aqui cabe retornarmos ao que afirmamos, no capítulo um, sobre a *mais-valia*, das principais contribuições de desvelamento do capitalismo por Karl Marx, de que ela

continua, mesmo em dias atuais, sendo a principal forma de acumulação pelos capitalistas. Visão que vai totalmente de encontro à Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, de John Maynard Keynes (KEYNES, 1996), e especialmente às teorias socialistas que veem na valorização do trabalho, e do trabalhador, a saída para a equalização social.

Teorias que por sinal tiveram grande influência após um dos principais momentos de crise do capital, no início do século XX, e que trouxeram a praticamente todos os países, inclusive o Brasil, grandes avanços sociais. Contudo, atualmente, o Comunismo talvez não ofereça os mesmos riscos que já ofereceu no passado e, por isso mesmo, teorias como a de John Keynes (que não estão no campo das socialistas, embora possam ser consideradas “mais sociais”) não tenham a mesma significância como em passado recente.

Conforme enfatizam ainda os teóricos marxistas, toda essa situação pode levar, em dado momento, à queda do sistema capitalista, pela sua insustentabilidade, apesar de os *Aparelhos ideológicos*, como a revista *Veja*, não nos deixar perceber. Afinal, de acordo com Marx e Engels (1993), as formas de intercâmbio de uma sociedade se apresentam inicialmente como condições da vida material, podendo, mais tarde, porém, tornar-se travas dela.

No entanto, mesmo crendo nessa possibilidade, que a própria revista *Carta Capital*, por Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo, sugerem em uma de suas reportagens citadas por nós - edição 904, de 08 de junho de 2016, “O fim do neoliberalismo pode estar próximo” (ver capítulo 5) – discutindo sobre uma possível debacle do neoliberalismo econômico, entendemos que isto não ocorra de maneira tão visível, tampouco em um momento próximo, e em todo o mundo.

Isso porque, embora possamos interpretar, em dado momento, que as teorias marxistas apontem, não cremos num caminho teleológico, mas sim, num movimento social espiralado, com continuidades e descontinuidades.

Aliás, conforme citamos no primeiro capítulo, o próprio Marx (2008) afirma que o sistema capitalista só poderá ser superado por completo após terem sido esgarçada todas as suas possibilidades.

Ainda, cabe lembrarmos mais uma vez Marx (1996), que compreende que umas das maiores especificidades do capitalismo é sua característica de se reinventar, como já acontecera por diversas vezes, especialmente após momentos de grande crise, que geraram grandes conflitos mundiais, a exemplo das duas Grandes Guerras.

Konder (2000), por sinal, aproximando-se da teoria keynesiana, lembra-nos que as sociedades só existem porque consomem. Logo, necessitamos, hoje ainda mais, de produção, do trabalho, das indústrias, mas também de trabalho digno a todos, bem remunerado, e de condições sociais de existência.

Todavia, necessitamos do trabalho, mas não do trabalho fetichizado, estranhado, que transforma o homem em mercadoria, que o faça trabalhar por obrigação, mas para que vejamos sentido nele, que nos façamos mais humanos e nos propicie uma vida mais digna (CHAUÍ, 1993).

Por isso mesmo, assim como pode sugerir por vezes, *Carta Capital*⁶, idealizamos outra sociedade, porque essa em que convivemos, de viés capitalista, portanto, desigual e injusta, necessita da estratificação, da exploração dos homens para poder se sustentar (MARX, 1996).

Entretanto, temos que compreender a sociedade em geral, a partir da necessidade que temos de produzir, pois, como sabemos, não há produção sem que consigamos assegurar os meios para que ela se estabeleça. Ora, a *Infraestrutura* política e econômica é quem condiciona as relações sociais (MARX, 1996; ALTHUSSER, 1970).

A esfera econômica é nosso concreto visível, nossa base (GOMES, 2005), tendo, contudo, criado toda uma *Superestrutura* dentro desse processo, de consolidação do capitalismo. Logo, seus agentes agem de acordo com os ideais liberais, em sua maioria (ALTHUSSER, 1970).

Dessa forma, percebemos que assim como a revista *Veja* e outros dos seus representantes, como os citados no capítulo quatro, os principais grupos da comunicação brasileira (Grupo Globo (inclusive seu canal de televisão – maior da América Latina), O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, entre outros) possuem uma maneira padronizada de informar.

O Estado, as ciências físicas e naturais, as formas políticas, jurídicas, religiosas, filosóficas, todas foram constituídas de acordo com os princípios liberais, e servem, igualmente a estes princípios (MARX, 1993; 1997). No Brasil, no entanto, assim como em outros países, especialmente da América Latina, conforme aponta reportagem de *Carta Capital*, historicamente, quando se elegem governantes dispostos a seguirem essa

⁶ Como exemplo podemos citar a reportagem de Jonathan Watts, que questiona, entre outras coisas, na reportagem “O retorno à plutocracia”, o fato de o novo governo não propiciar muita diversidade entre seus ministros – repleto de homens, todos brancos, dando prioridade à manutenção de uma elite conservadora no poder. Ou, então, na mesma reportagem, a crítica em relação ao slogan Positivista de Temer: Ordem e Progresso. Além de outros momentos.

lógica, acabam depostos por “forças estranhas”, como aconteceu recentemente com o governo de Dilma, fazendo essa lógica se perpetuar.

Governo este com erros e acertos, como os anteriores, mas que visivelmente elevou o país à condição de potência internacional, entre as maiores economias do mundo (especialmente Lula, seu antecessor), e que teve seu legado abortado por essas mesmas “forças estranhas”, quando o rentismo e a plutocracia perceberam que estava diminuindo o fosso existencial entre as classes sociais nacionais.

Ainda, quando as classes menos abastadas estavam tendo a oportunidade de se qualificarem, ou, até mesmo, de acordo com Carta (2016), na reportagem “De volta ao passado: a crise política, o processo de impeachment e suas semelhanças com outros golpes”, da edição 895, de 06 de abril de 2016, quando o imperialismo estadunidense percebeu o quanto foi bem sucedido o governo petista/lulista, com excelente eficácia frente ao país, sabendo que, caso ele voltasse ao poder, deveria repetir o sucesso.

Contudo, sabemos que não é interesse da elite (e de seus representantes – inclusive as mídias convencionais), a formação de um sujeito preparado, que consiga perceber os meandros existentes, que configuram essa sociedade. Não é do interesse dessa elite a formação de sujeitos capazes de agirem por si, com emancipação política e econômica, portanto, omnilaterais.

Aliás, Gramsci (2002) apontava que a supremacia da classe dominante, em relação aos dominados se dá pelo domínio da direção intelectual, e da moral. Mas, se preciso, esses fazem uso também da força armada, como temos visto recentemente em nosso país, quando os governantes mandam a polícia, seu meio repressivo mais exemplificador, receber com violência os manifestantes (inclusive professores), em vários estados brasileiros unicamente por estes questionarem suas ações.

À vista disso, vemos que o AIE (Aparelho Ideológico Escolar), que Althusser (1970), e até mesmo Gramsci (1999) apontava, teve, por muitos anos, apenas características de reprodução do sistema vigente. Atualmente, porém, ele tem demonstrado, por vezes, algumas características de questionamentos querendo compreender o funcionamento da sociedade como um todo.

Por isso mesmo, acreditamos que as recentes alterações nas leis de educação tentam colocar a escola, principalmente a do pobre, “em seu devido lugar”. Também a PEC (Proposta de Emenda Complementar) 241 daquele momento, e a visível defesa dela pela revista *Veja* (reportagem da edição 2500, de 19 de outubro de 2016: “O efeito

prático da PEC que limita os gastos públicos” – Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga) demonstram o posicionamento contrário da revista em investimentos públicos.

Nesta reportagem, nota-se visivelmente manifestação da revista no sentido de apoiar incondicionalmente a proposta de corte de gastos pela União, sem se preocupar a qual custo essa medida será aplicada. Assim, demonstram mais uma vez que o que interessa é garantir o montante que deve ser destinado a dívida pública que já abarca grande parte das receitas do governo. Neoliberalismo puro.

Em outros momentos, não extraídos por nós, para que não fugíssemos do essencial, mas que entendemos ser importante citar, a revista *Veja* havia demonstrado também ser favorável às alterações que retiraram do Ensino Médio algumas das ciências sociais, e diminuíram outras, que, entre outras coisas, buscam demonstrar as múltiplas facetas da sociedade capitalista.

Entendemos fundamental apontarmos essa questão, pois, o “sistema de crueldade” (COULDRY, 2008), neoliberal, procura atuar em todos os campos impondo sua filosofia/modo de conceber o mundo. E a escola é lugar de conhecimento, de debate, de se dialogar com as várias vertentes epistemológicas, mas é também lugar onde as revistas e, outros meios de informação, estão presentes, seja na biblioteca, através dos docentes, discentes, ou por qualquer outro sujeito da comunidade escolar.

A propósito, e conforme apontamos no capítulo dois, Frigotto (2009), por sinal, compreende haver a necessidade de criação de outra escola, que não essa, pautada nos interesses capitalistas. Ele busca o surgimento de uma escola que nos ensine a pensar, antes da formação para o trabalho.

Aqui reiteramos a fala de Brandão (1988) que afirma que não somente a escola tem a incumbência de nos educar, pois nas ruas, nos bares, nos lugares mais inimagináveis possíveis estamos sendo diuturnamente “educados”, formados/formatados pelas ideologias e pelas interpretações do mundo que elas nos passam.

Destarte, queremos ressaltar que as mídias, presentes em nosso contexto diário, nos jornais, revistas, televisão, rádio, etc., hoje estão ainda mais presentes em nossas vidas, sobretudo pelo fato de comumente estarmos carregando conosco todos esses itens convergidos num único lugar: o celular.

Ora, a mídia e seus interlocutores nunca estiveram tão presentes em nossas vidas, e nunca fomos tão facilmente informados, em um lapso de tempo tão curto como

somos atualmente. Por isso mesmo ressaltamos a importância de uma escola que esteja preparada para esta realidade, que nos forme para compreender todos esses processos.

A importância de uma escola mais humanizadora, que nos ensine a interpretar o mundo dialeticamente, propõe justamente que não deixemos para as mídias, e demais interlocutores da ideologia dominante, nossa formação social. Nesse sentido, Williams (2005) argumenta que nossa visão de mundo é tão somente resultado de manipulação específica. Essa manipulação, como vimos, é oriunda de todo um aparato montado pela *superestrutura capitalista* que nos tem dominado.

Assim, sendo a revista *Carta Capital* uma alternativa que demonstra alguns sinais de abordagem diferenciada da lógica liberal prevalecente, nos questionamos se, em certa medida, ela estaria desenvolvendo o trabalho do intelectual orgânico que Gramsci (1999) considera fundamental para que “os de baixo” percebam sua condição de explorado.

Todavia, podemos aqui reiterar que ela, a despeito de questionar o modelo atual vigente, propondo uma visão diferente, faz parte deste contexto social e, por isso, somente sobrevive se conseguir se manter competitiva, pois depende do capital privado e, até por isso, não pode oferecer uma visão totalmente oposta à *Veja*. Mas, ao menos para nós, ela traz características de contestação e discute com outra vertente ideológica.

Destarte, estaria *Carta Capital* na contramão da *Superestrutura capitalista*, criada para nos passar apenas a visão liberal clássica? Mesmo não possuindo especificamente uma visão socialista por completo, por assim dizer, mas, talvez, um posicionamento centro-esquerdista (mais keynesiano) e, portanto, menos desigual? É possível, pois, que isso não seja o suficiente.

Veja, pelo contrário, demonstra por vezes, para nós, aquela mística da visão Idealista, de crer na teoria liberalista, ao apontar, em suas reportagens, que basta baixar os juros, ou, o Estado saber poupar, para que a economia volte a crescer, além de outras recorrentes colocações dos seus colunistas nesse mesmo paradigma. Praticamente todas as reportagens do subgrupo 3 (visão sobre as medidas de “restabelecimento” da economia) do capítulo anterior demonstram essa pecha da revista.

Se não por despreparo intelectual, tais colunistas provavelmente se encaixam na colocação de Althusser (1970), a de que, historicamente, sempre houve um grupo de “homens cínicos” que, assentando sua dominação e exploração do povo, querem nos apresentar uma visão falseada da realidade.

Desta forma, em não nos posicionarmos, ou, buscarmos desvelar a realidade por meio de uma visão mais assertiva e coerente, representada por nós, pela visão marxista, estaremos dando vida a esta a ideologia simplista, incongruente, conforme nos aponta Althusser (1970), ou, à ideologia que naturaliza os problemas sociais, que não surge do nada, surgindo, portanto, das relações econômicas, da luta de classes e das contradições existentes no bojo da sociedade capitalista (MARX; ENGELS, 1993).

Ademais, ao contrário das reportagens mais abrangentes de *Carta Capital*, com linguagem mais rebuscada e até mesmo extremamente técnicas, por vezes, que podem dificultar a interpretação pelos mais humildes, percebemos que *Veja* apresenta uma linguagem simples, de fácil entendimento, para poder, talvez, nos interpelar melhor, para poder alcançar um número maior de leitores e adeptos.

Precisamos, pois, conforme nos aponta Chauí (2000), de uma atitude filosófica, tomando distância daquilo que lemos, desejar entender porque cremos no que cremos, para que saíamos do pensamento simplista, comum, ou, porque não, para que saíamos da caverna platônica e comecemos a ver o mundo por nós mesmos, questionando e problematizando, inclusive o que apresentam as mídias alternativas como *Carta Capital*.

Destacamos, então, como o apontamento mais importante deste trabalho, que a elite mundial, especialmente a nacional, acredita piamente na teoria liberalista, inclusive por ela ter garantido seus privilégios até então, e conforme nos aponta Souza (2015) ela não está preocupada para os problemas que envolvem o restante da população.

Percebemos isso nas reportagens de *Veja*, sobretudo nas que ela tenta apontar a euforia do “deus-mercado”, quando se percebe que o Estado está buscando garantir seus privilégios e lucros. Como exemplo disso, temos a reportagem da edição 2487, de 20 de julho de 2016, na qual, Bianca Alvarenga relata “O voto de confiança do mercado ao novo governo”.

Por sinal, a reportagem da *Veja* que trata da diminuição dos gastos públicos, deixando o governo com a flexibilidade de investir em áreas sociais somente um montante proporcional à inflação do ano anterior retrata isto de uma maneira esclarecedora.

Como afirmamos no capítulo anterior, este é, talvez, o exemplo mais esclarecedor do quanto a agenda neoliberal pode interferir radicalmente numa mudança paradigmática, deixando de favorecer às classes “inferiores”, para que sobre capital aos mais abastados: para os juros da dívida, saciando o rentismo e a plutocracia.

A revista *Veja* claramente posiciona-se favorável a este tipo de política. Isto se faz notável em todas as suas reportagens, haja vista às inúmeras críticas aos governos de Lula e Dilma, sobre a posição destes em relação aos investimentos em áreas sociais, mas, sobretudo, na reportagem da edição 2494, de 07 de setembro de 2016, em que Marcelo Sakate e Daniel Pereira escrevem sobre “As prioridades de Michel Temer para reerguer a economia”.

Por isso Souza (2015) aponta que os privilegiados no Brasil são os donos dos jornais, das editoras, das universidades, do que se discute nos tribunais, etc. É por isso mesmo que eles querem inculcar em nós alguns argumentos e terminologias modernas para nos fazer crer que o progresso é logo ali.

Os termos “globalização”, “inserção internacional”, entre outros sinônimos são exemplos de como o capitalismo, e seus aparelhos ideológicos, buscam nos impregnar por sua ideologia, demonstrando apenas um lado, o suposto lado positivo: da quebra de fronteiras entre os países, da livre circulação, da harmonia, etc. Mas, ao mesmo tempo, esconde seu lado sombrio, de exploração imperialista, de subserviência dos menores ao capital, da perda de soberania nacional, entre outros.

É justamente para justificar essa ideia que eles têm tratado de temas tão importantes, como é a questão do petróleo, de maneira tão parcial como percebemos o tratamento da revista *Veja*, nas reportagens selecionadas, defendendo a venda dos principais ativos financeiros da Petrobras, ou até mesmo, sua total privatização.

Cabe aqui lembrarmos o que nos apontou Chomsky (2013), no capítulo três, e o caso da Comissão Creel, nos Estados Unidos, quando o presidente Woodrow Wilson, eleito em 1916, acabara vencendo o pleito com a plataforma pacifista: “Paz sem Vitória”. Preocupado, no entanto, com a reação do povo americano quanto à possível participação do país na guerra, decidiu por utilizar técnicas da publicidade para mudar a opinião do seu povo, à época, pacífico, mas que acabou se tornando beligerante. Vale a pena retroceder temporalmente, para que saibamos como os governos e/ou influentes dessa sociedade agem para nos envolver.

Aliás, numa analogia com essa situação questionamos o quanto a revista de maior tiragem no país não teria contribuído, se pudéssemos mencionar, para a aprovação por parte da população, ao *impeachment* de Dilma, por exemplo, além de outras medidas político/econômicas? No mínimo devemos nos preocupar com essa grande possibilidade.

Dessa forma, questionamo-nos também, assim como sugere o renomado geógrafo Yves Lacoste, que a geografia, serve, em primeiro lugar, para se fazer guerra, se a (des)informação, com poder parecido, não teria servido, desde o advento do capitalismo, para controlar a população? O “rebanho desorientado”.

Destarte, lembramos também Borges (2016), ao afirmar que, ao nos depararmos com o noticiário, pela televisão, pelo rádio, ou pela mídia impressa, aquilo teria poder, inclusive de nos propiciar alterações psicológicas, e até mesmo, fisiológicas.

A própria democracia (aquela em que há participação popular), aliás, para Chomsky (2013), assim como a “globalização”, é algo que somente existe em nossas mentes. É idealizada, pois, na prática é outro tipo de ideologia que prevalece, aquela que inventaram para subjugar os espíritos, para controlar nossa opinião.

Coutinho *et al* (2008) também afirma que os valores, todos, repassados como universais, na verdade, sevem apenas ao interesse da burguesia, no entanto, tomamos esses valores como se fossem valores comuns a todos, sem que percebamos que eles têm nos transformado em mera mercadoria, ou em meros consumidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, fruto de um pensamento inquieto, de uma observação singular de nossa realidade social, propôs-se a apresentar a conjuntura social existente atualmente através de uma perspectiva crítica, dialética e histórica.

Desta forma, para que pudéssemos compreender a ideologia que nos tem dominado, justaposta na sociedade contemporânea, buscamos demonstrar alguns dos movimentos históricos da humanidade que nos trouxeram à realidade que vivemos atualmente.

Assim, buscamos demonstrar quais são os instrumentos utilizados para nos moldar de uma maneira a aceitar essa realidade. Dentre estes instrumentos, elencamos aquele que consideramos primordial à essa configuração: a mídia, como elemento da *superestrutura capitalista*.

Realizamos essa teorização no intuito de demonstrar que não existe naturalidade no movimento das relações humanas, ou, que as coisas não estão assim configuradas por mero acaso. Entendemos, pelo contrário, que a sociedade atual é fruto de construções políticas e sociais articuladas, pensadas de modo a nos impregnar com a ideologia que justifica e consolida a burguesia como classe que domina e os trabalhadores como classe dominada.

Desta maneira apresentamos a constituição da mídia como um dos fatores preponderantes dessa estruturação social. Afinal, ela tem demonstrado estar alicerçada nos princípios basilares do capitalismo, sendo dependente, como os demais, da base produtiva para poder existir.

Destarte, como mostramos nos capítulos iniciais, elas foram usadas historicamente por aqueles que nos dominam, pela “classe especializada” buscando orientar o “rebanho desorientado”. Como vimos, os principais líderes da história (de Bonaparte a Hitler) reconheceram sua importância como alienadora das massas e como um “quarto poder” dentro do capitalismo.

Avaliamos que embora os séculos tenham passado, essa característica tem se perpetuado, sendo a mídia parte integrante, parte da síntese que permite às variadas teses burguesas se sustentarem e serem dissuadidas.

Neste sentido, esse “quarto poder”, como ferramenta da elite dominante, não tem sido utilizado para a criação de uma sociedade melhor informada, assim como não tem sido utilizada para que sejam debatidos os principais problemas sociais existentes, não

tem sido utilizada como instrumento democrático de debate polissêmico, imparcial e progressista.

Tentamos demonstrar isso neste trabalho, mas também tentamos problematizar as questões nacionais, a constituição da mídia local, que demonstra as mesmas especificidades mundiais, e, quiçá, possuindo ainda as piores facetas.

A imprensa nacional, como vimos no capítulo quatro, foi estabelecida, primeiramente como um poder aliado ao governo imperial existente, servindo muito mais de propaganda deste do que uma ferramenta de debate de ideias.

Nessa toada, os tempos foram passando e a mídia se diversificando, mas, , via de regra, esta característica pouco se alterou, até porque o próprio governo brasileiro, que passou por vários regimes, pouco mudou em relação a maneira de comandar o país.

Além disto, vimos, também no capítulo quatro, que nossos governantes sempre estiveram alinhados ao poder da imprensa, ou vice-versa, numa imbricação singular, o que possibilitou que mantivéssemos pouca diversidade de opiniões, devido à enorme concentração da comunicação no país.

É neste contexto que nasce a revista *Veja*, em pleno regime militar, possuindo inicialmente um posicionamento contrário a esse regime. Motivo pelo qual acabou sofrendo perseguições, obrigando a revista a afastar Mino Carta, um de seus principais jornalistas, no ano de 1976.

Daí por diante, a revista reestruturou-se, passou por uma espécie de “abrandamento” de suas edições, para que pudesse se estabelecer como a revista de maior circulação nacional, adquirindo especificidade liberal e ganhando mais espaço para debater a política e a economia, desde então.

Já *Carta Capital*, que nasceu do mesmo idealizador, Mino Carta, conseguiu se estabelecer desde o início como problematizadora da economia e da política por surgir num momento de maior liberdade à imprensa nacional.

Todavia, e até mesmo por ser mais recente, possui menos assinaturas e talvez, menos adeptos, por se colocar no campo progressista, questionando ações políticas incongruentes a essa característica. Aliado a isso está o motivo da revista possuir uma linguagem um tanto rebuscada, técnica, em alguns momentos, o que pode a afastar daqueles mais humildes, ou, simplesmente, daqueles que não possuem o conhecimento técnico, a linguagem economicista.

Ambas as revistas, porém, trazem explicações da nossa realidade social. A primeira, seguindo a tendência histórica de alinhamento à teoria liberal. A segunda, por

sua vez, indo na contramão, apostando em teorias mais amenas, mas as duas possuindo uma carga de conteúdo ideológico que nos atingem de uma maneira ou de outra.

O que importa é estabelecer que buscamos evidenciar esta carga ideológica no sentido de desmistificar tais convicções e demonstrar o modo como elas nos atingem. Dito isto, devemos salientar que pudemos, a partir disso, alcançar os objetivos principais de nosso trabalho, entendendo a lógica intrínseca às mídias e percebendo que se faz necessário, ao interpretarmos as abordagens das revistas, usarmos o filtro ideológico para abstrair o que mais seja relevante.

Assim, está claro que os conteúdos midiáticos buscam algo além de meramente nos informar. Todavia, desde que consigamos entendê-las dentro de um contexto maior, de uma lógica universal, histórica, dialética, poderemos fazer uso deste conteúdo de maneira mais lúcida e eficaz.

Desta forma, cremos que não chegamos, obviamente, a apontar soluções para a configuração social que apresentamos, possuindo, talvez, algumas características de reprodução dessa configuração. Mas, acreditamos que compreender a lógica por detrás das cortinas, e propor um debate mais profundo e consistente possa ser a chave para a emancipação de todos.

Assim, ressaltamos que queremos justamente promover maiores e melhores debates, para que, alhures, quem sabe, possamos sair da caverna, e evidenciar, todos, o surgimento de outra sociedade, ou, como nos aponta a teoria marxiana, para que possamos deixar para trás a pré-história humana.

Afinal, acreditamos que mais importante do que compreender, desvelar o mundo, seja propor transformá-lo, como sugerem Marx e Engels n' *A Ideologia Alemã*. E isso passa pelo crivo da comunicação como um todo, mas muito mais por aquela que tenha a coragem de apontar os problemas, questioná-los, compreendê-los por completo, não aceitando apenas que sejam produtos do acaso, naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua nova Revista, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. – Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa, Portugal: Editorial Presença / Martins Fontes, 1970.

ALMEIDA, Vitor Pereira; RODRIGUES, Cecília; FELZ, Jorge Carlos. **Análise do conteúdo jornalístico da revista Carta Capital**. – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

BACHUR, João Paulo. **Individualismo, Liberalismo e Filosofia da História**. – In. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, 66: 167-203, 2006.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. – Editora Ática S.A. End. Telegráfico “Bomlivro” – São Paulo, 1990.

BATISTA, Paulo Nogueira. Et all. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. - In. Em Defesa do Interesse Nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1995. P. 7-30.

BENETTI, Marcia. HAGEN, Sean. **O jornalismo e imagem de si: O discurso institucional das revistas semanais**. – Estudos em Jornalismo e Mídia – Ano VII, nº 1 – Janeiro a Junho, 2010.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o Intempestivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERTONCELI, Mariane. **Trabalho docente na educação infantil: entre a precarização e a valorização profissional**. / Dissertação – Francisco Beltrão, 2016.

BORGES, Michelson. **Nos bastidores da mídia: como os meios de comunicação afetam a mente**. – 2. Ed. Atual. – Tatuá, SP – Casa Publicadora Brasileira, 2016.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. / Tradução Waltensir Dutra. Zahar Editora. - Edição digital, abril, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 21. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet** / Asa Briggs e Peter Burke; trad. Maria Carmelita Pádua Dias; 2. ed. rev. E ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CERQUEIRA, Jackson B. A. **Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas**. / Revista Sitientibus, Feira de Santana, n. 39, p. 169-189, jul. – dez, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo, Editora Ática, 2000.

- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COELHO, André Felipe Canuto. **O Estado liberal: entre o liberalismo econômico e a necessidade de regulação jurídica**. – In Revista Jurídica. – Unigran, Dourados, MS/ v.08/ n. 15/ jan./junho, 2006.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. / Tradução Fernando Santos. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- COULDRY, Nicky. **Reality TV, ou o teatro secreto do neoliberalismo**. / in COUTINHO, Eduardo Granja. **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade** / Eduardo Granja Coutinho, João Freire Filho e Raquel Paiva (orgs.). – Rio de Janeiro: Maud X, 2008
- COUTINHO, Eduardo Granja. **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade** / Eduardo Granja Coutinho, João Freire Filho e Raquel Paiva (orgs.). – Rio de Janeiro: Maud X, 2008
- DIAS, Edmundo F. **Gramsci em Turim**. A construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1. ed. Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 1997.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring**. – Edição Ridendo Castigat Mores. / Versão para ebook. Versão Digital – www. Jahr.org. Friedrich Engels, 1875.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira** / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- FRIGOTTO. Gaudêncio. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas**. – Revista Trabalho, Educação e Saúde. / Rio de Janeiro, vol. 7. Suplemento, p. 67-82, 2009.
- GALASTRI, Leandro. **Gramsci, luta de classes e a questão estrutura versus superestrutura**. / Seminário Nacional de Teoria Marxista, Uberlândia, MG. 2014.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. – Tradução de Galeano de Freitas./ estudos latino-americano, v. 12. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- GOMES, Ciro. Palestra – **Política Econômica Brasileira e seus reflexos na sociedade**, proferida à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (campus de Francisco Beltrão) na data 30 de junho de 2017.
- GOMES, Vicente. **O vínculo entre infraestrutura e superestrutura na perspectiva contemporânea**. – In Cadernos Cemarx, nº 2 – 2005, p. 127-134.

GONÇALVES, Rafaela Albuquerque. **O Papel das Revistas Veja e Carta Capital na Formação da Opinião Pública Brasileira acerca das Manifestações Populares.** – Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação./ Ano 7. Edição 2 / Dezembro de 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 1. **Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce.** Edição Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1999.

GUIMARÃES, Valéria. **O mundo dos mistérios: história da imprensa e história cultural – o sensacionalismo como objeto de uma abordagem multidisciplinar.** – 6º Encontro Nacional sobre comunicação – Universidade Federal Rio Grandense, 2008.

HARVEY, David. **Os limites do capital** [recurso eletrônico]. Tradução Magda Lopes. – [1. Ed.] – São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSAWM, E. J. (1995). **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem.** 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** - In Economistas – Editora Nova Cultural Ltda, São Paulo – SP, 1996.

KIELING, Camila Garcia. **Imprensa na História e História na Imprensa: Jornalismo e opinião no Brasil Regência.** – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação / XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul/RS, 02 a 06 de setembro de 2010.

KONDER, Leandro. **A construção da proposta pedagógica do SESC-Rio.** Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para o estudo do conceito marxista de alienação.** / 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em fevereiro de 2018.

LESSA, Sergio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** – 2. ed. Editora Expressão Popular: São Paulo - SP, 2011.

LIMA, Rômulo André. **A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas.** Revista Leituras de economia política – Campinas, SP (16): 87-110, jun. 2010.

CARNEIRO, Fernando Luiz Lobo. **A luta pelo petróleo brasileiro** – in “Fundamentos” - Revista de cultura moderna. / nº 01. Vol. 1. Diretor responsável: Ruy Barbosa Cardoso. Redator chefe: Monteiro Lobato. São Paulo. Junho de 1948.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** / Tradução e introdução de Florestán Fernandes. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª ed. Colectivo das edições “Avante!” – Lisboa, Portugal, Editora Avante!, 1997.
- MARX, Karl. **O capital** (v. 1, t. 2). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de valorização**. In Antunes, Ricardo (ORG.) A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. SP: Expressão Popular, 2004.
- MAZZARELLA, Sharon R. **Os jovens e a mídia: 20 questões**. / Sharon R. Mazzarella (org.) Alison Alexander ...[et al]. Trad. Sandra Maria Malmann da Rosa. – Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MCLUHAN, Herbert Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. Editora Cultrix, 1969, 407 páginas.
- MELLO, Vico Denis S. DONATO, Manuella Riane A. **O Pensamento Iluminista e o Desencantamento do Mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático**. / Revista Crítica Histórica. Ano II, n. 4, 2011.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. – 2. ed. São Paulo, SP: Editora Ática S.A, 2014.
- MORAES, Reginal C. Côrrea. **Liberalismo e neoliberalismo. Uma introdução comparativa**.- Texto elaborado para palestra proferida na Semana de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André – setembro de 1997.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NUNES, Antonio José Avelãs. **“Mercantilismo/mercantilismos”**. – In Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos, Coimbra, Almedina, 2005, 393-422.
- PARRY, Roger. **A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google**. / Tradução de Cristiana Serra. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRONI, Marcelo. **História do capitalismo: uma visão panorâmica**. – CESIT (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho). – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2013. Disponível em <http://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/25CadernosdoCESIT.pdf> Acesso em 04/09/2017.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. – São Paulo, Paulinas, 1999.

SANTOS, Milton. **Globalização, território e política em debate**; organização Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, José Roberto Provesi. – [Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007].

SANTOS, Milton, **Por uma outra globalização - do pensamento único a consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro. Ed Record: 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. – 5. ed., 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Toyah Alexandro Thêos Baptista. **A Noção de Sistema na Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio de Hegel**. – Dissertação Mestrado Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte – Fortaleza, Ceará, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São paulo, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. – 10. ed./ Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHERER, Marta E. G. **“O jornal foi inventado para informar” – o papel da notícia em 1900**. – 5º Encontro regional sul da história da mídia - GT de história da Mídia impressa, Alcar Sul, 2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. – vol. 1; Editora Nova Cultural, 1988. – (Coleção Os Economistas).

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. – São Paulo: LeYa, 2015.

SWEEZY, P *et al.* **A transição do feudalismo para o capitalismo**: um debate. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TEIXEIRA, Déa Lucia Pimentel. SOUZA, Maria Carolina. **Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo**. Revista Adm. Emp. Rio de Janeiro, 25 (4): 65-72, out-dez, 1985.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução da primeira edição inglesa. – Capa de Eliane Stephan./ Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Base e Superestrutura na teoria cultural marxista**. Tradução de Bianca Ribeiro Manfrini. – Revista USP, São Paulo, n. 65, p. 210-224, março/maio 2005.

REFERENCIAIS ELETRÔNICOS

ANJ – **Imprensa brasileira: dois séculos de história**. – Associação Nacional de Jornais. – Disponível em: <<http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia-2/>>. Acesso em: 27/08/2018.

BANDEIRA, Olívia. PASTI, André. **Mídia e relações empresariais: quem controla a notícia no Brasil?** – janeiro, 09, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/quem-controla-noticia-no-brasil/>>. Acesso em: 08/11/2018.

BARBOSA, Bia. **Novo alvo do MPF: Os políticos donos da mídia.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/novo-alvo-do-mpf-os-politicos-donos-da-midia-3650.html>>. Acesso em: 07/02/2017.

BERGAMINI, Guilherme. **Mídia brasileira é controlada por apenas 11 famílias.** Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/midia-brasileira-e-controlada-por-11-familias-924625/>>. Acesso em: 07/05/2018.

BODART, Cristiano das Neves. **O risco da desinformação e deformação da sociedade.** – “Jornal O povo” – O povo on line. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/jornaldoleitor/noticiassecundarias/artigos/2015/02/24/noticiajornaldoleitorartigos,3397556/o-risco-da-desinformacao-e-deformacao-da-sociedade.shtml>>. Acesso em: 24/02/2015.

BODART, Cristiano das Neves. **Uma metamorfose ambulante: A identidade em tempos líquidos.** – Blog Café com Sociologia. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/uma-metamorfose-ambulante-identidade-e/>>. Acesso em: 21/02/2014.

BRASIL, **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12/02/2018.

CARTA CAPITAL, Revista eletrônica. **Manifesto.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em: 07/08/2018.

CHAGAS, Catarina, ENCARNAÇÃO Bianca. **McLuhan: o profeta da internet.** Filósofo canadense via os meios tecnológicos como extensão do homem. Em revista online globo ciência. – editada e revisada em 20/08/2011. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2011/08/mcluhan-o-profeta-da-internet.html>>. Acesso em: 25/06/2018.

DATAPODER 360. **Bolsonaro é líder; Dória decepciona e empata com Alckmin, diz DataPoder 360.** Editor Fernando Rodrigues. 05 de junho de 2018; atualizado em 09 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/datapoder360/bolsonaro-e-lider-doria-decepciona-e-empata-com-alckmin-diz-datapoder360/>>. Acesso em 26/06/2018.

ÉPOCA, Redação. **6 ideias memoráveis do escritor Umberto Eco sobre redes sociais e tecnologia.** 19/02/2016 Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/02/5-frases-memoraveis-do-escritor-umberto-eco-sobre-redes-sociais-e-tecnologia.html>>. Acesso em: 30/10/2018.

ÉPOCA, Redação. **Jair Bolsonaro.** Discurso de ódio levou o deputado a se tornar réu no Supremo e ser processado no Conselho de Ética na Câmara. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/07/jair-bolsonaro.html>>. / 04/07/2016. Atualizado 20/07/2017. Acesso em: 27/04/2018.

ESCOLA SEM PARTIDO, Ong. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/apresentacao>>. Acesso em: 09/02/2018.

ESTADÃO Conteúdo. **No dia do aposentado, Temer defende a Reforma da previdência**. In Revista Veja Eletrônica. Publicado em 24/01/2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/no-dia-do-aposentado-temer-defende-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 06/02/2018.

FERRAZ, Vinicius Suzigan. Teorizando ideologias nas revistas Veja e Carta Capital. – Portal Intercom. Pensacom 2016 – Anais. / Com. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/pensacom2016/textos/vinicius-suzigan.pdf>>. Acesso em: 08/08/2018.

GOMES, Ciro. **Atuação parlamentar do orador em defesa dos interesses da população cearense. Conjuntura político-econômica brasileira. Desempenho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Discurso na Câmara dos Deputados – Sessão 145.1.53.0. - 14/06/2007.

HAUBERT, Mariana. **“É o próprio governo que provoca o déficit da Previdência”, alerta economista**. Publicado em 27/01/2017 às 17h14, última modificação 27/01/2017 21h40. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/e-o-proprio-governo-que-provoca-o-deficit-da-previdencia-alerta-economista>>. Acesso em:

APÊNDICES

VEJA, 2016 – ANÁLISE DAS ABORDAGENS DA REVISTA

NEOLIBERALISMO

VISÃO SITUAÇÃO POLÍTICO/ECONÔMICA NACIONAL COM DILMA - 05 REPORTAGENS

Ed. 2463 – 03 de fevereiro de 2016, p. 60: **“O governo apela ao FGTS para estimular a economia”** – Bianca Alvarenga e Marcelo Sakate

Aqui fica clara a opção de *Veja* em atacar o então governo Dilma Roussef, afirmando com veemência que ela estaria “de olho” na poupança dos trabalhadores no FGTS (Fundo de Garantia do Trabalhador Social). Fazendo referência a uma fala da ex-primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, na qual ela teria afirmado que “o problema do socialismo é que uma hora ele acaba com o dinheiro dos outros”, afirmam que por essas questões o PT (Partido dos Trabalhadores) é rejeitado até pelos “poucos socialistas que ainda restam no país”.

A reportagem se mantém basicamente nesse desdém em relação à governante e a sua tentativa de reanimar a economia naquele momento:

[...] Depois de dilapidar a riqueza produzida pela Petrobras, mergulhar o setor elétrico na crise, fazendo disparar a conta de luz, e endividar o Brasil em velocidade recorde para se perpetuar no poder, o PT agora avança literalmente sobre o dinheiro dos trabalhadores. A presidente Dilma Roussef anunciou um plano para emprestar até 83 bilhões de reais essencialmente por meio de bancos públicos. se tudo ocorrer conforme o planejado, o que nem sempre acontece em sua administração, quase 60% dos recursos serão bancados direta ou indiretamente pelo Fundo de Garantia do Tempo de serviço (FGTS) (ALVARENGA; SAKATE, 2016, p. 60).

Apesar deste trecho demonstrar um posicionamento ideológico, e um afronte integral ao governo petista, e seu modo de governar, cabe destacar outro em que eles persistem no ataque às “ideias socialistas”, no final da reportagem, quando eles afirmam

que este “é o socialismo do PT com o dinheiro dos brasileiros. Enquanto ele durar” (ALVARENGA; SAKATE, 2016, p. 62).

Ed. 2462, 10 de fevereiro de 2016, p. 52: **“Porque a improvável volta da CPMF não resolveria o rombo das contas públicas”** - Marcelo Sakate

Nesta reportagem a revista busca traçar um comparativo entre o governo e as famílias, o que vemos ser costumeiro em análises liberais. Eles afirmam que quando a crise aperta, normalmente as famílias diminuem gastos, fazem sacrifícios pessoais, etc. Mas, e o governo de Dilma? Esse não, segundo eles. Para *Veja*, mesmo na situação caótica que vivia o país naquele momento, o governo só pensava em gastar.

Todavia, justificam afirmando que o governo não tem a preocupação de cortar gastos porque é alimentado pelo povo, a despeito de outras democracias fazerem diferente, segundo eles. “O governo, que deveria satisfazer os contribuintes, serve-se dos contribuintes” (SAKATE, 2016, p. 53).

Segundo a reportagem, o governo tinha acabado de subir algumas tributações, sobretudo de importações de tecnologia, além de viagens ao exterior e aumento no imposto de alguns produtos nacionais, mas, afirmam, que isso não seria o suficiente. Teriam que ser cortados gastos maiores.

Nesse sentido, a reportagem enfatiza que “como não sabem ou não querem cortar gastos, os governos em todos os níveis avançam sobre o bolso das pessoas que trabalham” (SAKATE, 2016, p. 54). Assim, questionam o fato de alguns governadores terem aumentado, recentemente, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de alguns produtos, e a cogitação, segundo eles, da volta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), pelo Governo Federal.

O posicionamento da revista a esta cogitação é evidente, pois eles consideram o imposto injusto, e, mais do que isso, extremamente insuficiente para regularizar o fisco. A volta da CPMF traria, segundo a reportagem, uma arrecadação de pouco mais de 10 bilhões de reais em 2016. No entanto, isso equivaleria a apenas 0,7% da receita do governo no Orçamento, ou, 3% do pagamento dos juros da dívida pública, 8% do déficit da Previdência, entre outras comparações, seguindo esta ordem de importância.

Outro ponto importante desta reportagem diz respeito ao fato de que Sakate considera que o governo petista tenha contribuído sobremaneira para a

desindustrialização naquele período, ao demonstrar números de retração deste setor. Ele afirma que “[...] é irônico que o governo do PT, que sempre se autoproclamou desenvolvimentista, seja aquele que criou as condições para que a indústria brasileira mergulhasse em sua maior crise” (SAKATE, 2016, p. 55).

Ed. 2466, 24 de fevereiro de 2016, p. 58: **“A receita das empresas que crescem na crise”** – Bianca Alvarenga

Nesta reportagem, Alvarenga argumenta que mesmo com a recessão se aprofundando no Brasil, assim como o comércio amarga seus piores dias, algumas empresas souberam se preparar e conseguiram manter suas vendas. Cita a japonesa Honda, presente no Brasil, há mais de 40 anos, sendo a sétima maior vendedora de automóveis no país.

Dando destaque aos números da empresa de automóveis japonesa, Alvarenga cita que em 2015, a Honda foi a única das dez maiores montadoras a registrar aumento no número de emplacamento de carros. Afirma, ainda, que enquanto as vendas como um todo teriam diminuído em torno de 24%, Honda teria crescido 11% no segmento, com as vendas sendo puxadas especialmente pelo SUV HR-V, que teria caído no gosto dos brasileiros.

Para explicar o sucesso da empresa, a autora afirma que, além da marca possuir confiabilidade, seus serviços de revisão e manutenção são mais em conta. Requisitos que, segundo ela, o consumidor busca em tempos de crise.

Outra empresa destacada é do ramo farmacêutico, a Raia Drogasil (maior rede de farmácias do país, fundida de outras duas grandes marcas). Como vetor de crescimento, a autora destaca o envelhecimento da população brasileira, faixa etária que mais demanda produtos desse segmento, mas, sobretudo, no caso específico da Raia Drogasil, essa empresa soube investir na hora certa, antes mesmo dos primeiros sintomas da depressão econômica.

Assim, termina salientando que todas as companhias com finanças saudáveis, planejamento estratégico, e que se antecipam em relação às novas realidades do mercado, acabam progredindo, mesmo em momentos ruins.

Isso denota uma contradição que vale a penas refletir, em relação ao tipo de regime de governo normalmente defendido pela revista *Veja*. Quer dizer, para os governos não vale o planejamento a longo prazo, como acontecem nas economias

socialistas? O questionamento vai no sentido de percebermos que essa é uma característica que normalmente vemos a revista criticar.

Continuando a reportagem, a autora ainda cita outras empresas que teriam acertado seus novos investimentos e ações, como a indústria de laticínios Piracanjuba, a CVC – Agência de Viagens e Turismo, Indbrads (dona da Ellus, Richards, VR, além de outras marcas), entre outras.

Por fim, ela afirma que essas empresas revelam bons exemplos de como o planejamento e a boa administração financeira elevam sua produtividade e competitividade, o que não se vê em empresas dependentes de contratos com o governo e estatais, que naquele momento eram as mais atingidas pela crise.

Ed. 2468, 09 de março de 2016, p. 60: **“A riqueza perdida na recessão dos anos Dilma”** – Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga

Os autores, nesta reportagem, afirmam que a retração na economia, entre 2014 e 2016, iria empobrecer os brasileiros em mais de um trilhão de reais, algo inédito, segundo eles, na história do Brasil. Isso seria puramente culpa da incompetência de Dilma Rouseff e de sua miopia ideológica.

Ainda segundo eles:

Seria natural que ocorresse uma desaceleração da economia brasileira, em linha com a freada no resto do mundo. A excepcionalidade está no tamanho da depressão atual. Apenas a Venezuela, na crise terminal de seu populismo, e a Ucrânia, em guerra civil, tiveram resultados mais negativos no ano passado (SAKATE; ALVARENGA, 2016, p. 61).

Dessa forma, demonstrando números de outros países, que vêm numa crescente superior aos 3% ao ano e, casos de crescimento, inclusive, de países latino-americanos, os autores enfatizam que o fato de o Brasil não crescer só pode ser explicado por questões internas, decorrentes dos sucessivos erros do governo federal.

Afirmam ainda que quando Dilma assumiu o comando do país, em 2011, o país pleiteava estar entre as cinco maiores economias do mundo, mas conseguimos despencar para o nono lugar. Como uma das justificativas para isso demonstram os números da produção econômica brasileira, que conseguiu encolher 3,8% em 2015, pior resultado desde o confisco do governo Collor, em 1990.

Além disso, a reportagem demonstra os sinais de importantes fábricas na ociosidade. Além disso, elencam como justificativa também, a falta de iniciativas no

sentido que simplificar as leis trabalhistas (medida extremamente neoliberal), deixando as empresas sem incentivos à investir, o câmbio, mesmo favorecendo as exportações, não estão tornando os produtos nacionais competitivos, e outras medidas do governo têm se mostrado insuficientes, segundo eles.

Com a indústria em queda, os empregos estariam cada vez mais escassos. O setor automotivo, um dos mais rentáveis outrora, demitindo em massa seus empregados “[...] O ramo do petróleo, atingido diretamente pela Lava-Jato, e pela má gestão da Petrobras, está com 20% da produção paralisada” (SAKATE; ALVARENGA, 2016, p. 63).

A reportagem também sugere outros requisitos para essa situação, mas, via de regra, esses seriam os principais. O que podemos destacar é aquilo que é praxe nas reportagens de *Veja*: ataque a todas as iniciativas do governo federal, e saídas ao prisma ideológico de direita para a crise, sobretudo nas questões envolvendo sugestões neoliberais, como a flexibilização das leis trabalhistas e o aporte financeiro ao grande capital.

A retomada do crescimento, segundo os autores, é muito dificultada pelo passivo bilionário deixado pelo governo, e há estimativas de isso só começar a acontecer após 2021. Além disso, a dívida interna crescente, juntamente com a elevação da taxa de juros, tem resultado numa combinação que consome uma expressiva parcela dos recursos públicos.

Por fim, fazendo alusão ao termo Schumpeteriano (de Joseph Schumpeter – 1883-1950) de “destruição criativa”, quando novos produtos acabam por tornar os antigos obsoletos (movendo o capitalismo), afirmam que os governos Lula e Dilma teriam criado a “destruição destrutiva”, afirmando que estes fizeram grandes investimentos que jamais poderão ser recuperados.

Já as empresas privadas, sabendo das altas taxas de juros, e do menor retorno em seus investimentos, não realizam esforços nesse sentido. Por isso o país teria parado. Uma nova onda de crescimento, por esse motivo, não seria visualizada tão cedo.

Ed. 2478, 13 de abril de 2016, p. 84: **“A crise leva empreendedores milionários a deixar o Brasil em busca de oportunidades no Vale do Silício”** – Filipe Vilicic

A reportagem de Vilicic afirma que uma crescente leva de empreendedores e investidores nacionais têm deixado o país para ir ao Vale do Silício, nos Estados Unidos, onde, supostamente, teriam nascido as gigantes *Apple* e *Google*, além de outras, em busca de melhores oportunidades para os negócios. Ainda afirma que este é um efeito danoso da crise que nos assola.

Falando especificamente de uma reunião que aconteceu em São Francisco, nos Estados Unidos, na qual participaram mais de 40 investidores nacionais e empresários, todos do Brasil, para discutirem possibilidades de investimento no Vale do Silício.

Entre tantas falas dos empreendedores, o autor destaca a fala de Marcelo do Rio, de 50 anos, fundador da cerveja Devassa, que afirma que deixou o Brasil pela falta de oportunidades, pela alta burocracia, e após seu sogro ser assassinado em sua cidade. “Na economia brasileira, tudo, em especial a burocracia, joga contra os empreendedores. Na Califórnia, leva-se só uma semana para pôr de pé uma startup” (VILICIC, 2016, p. 84).

Vilicic (2016) ainda afirma que a ida de milionários brasileiros teria se intensificado nos últimos três anos (2014-2016), e isso se comprova pela elevação do número de vistos concedidos a brasileiros no país norte-americano. Todavia, “[...] é preciso, contudo, garantir investimento de 500 000 dólares em território americano” (VILICIC, 2016, p. 86).

O autor também cita outros investidores, como o fundador da XP investimentos, uma das maiores corretoras nacionais, além de outros, que seguiram o mesmo caminho. Mas, afirma também, que entre os anos de 2008 a 2010, em que o Brasil estava oferecendo melhores oportunidades, o inverso também acontecia. Isto é, investidores norte-americanos migrando para o Brasil.

Hoje, contudo, a realidade é essa, de fuga de capital para o exterior, especialmente aos Estados Unidos. O que acontece é que as empresas podem ser criadas no Brasil, ou em outros países quando “a maré está para peixe”, mas o problema é justamente a questão da migração, quando a fase não é assim tão boa. Em nossa visão, esse é justamente o problema de “deixar o mercado se autorregular”.

Podemos destacar que essa é uma característica marcante no sistema capitalista de produção, a migração de capitais para onde é mais rentável. Sobretudo, em tempos de neoliberalismo, em que se percebe uma lógica internacional no sentido de fusão de

grandes empresas e o surgimento de novos empreendedores, medidas por meio das quais se possibilita uma maior margem de lucro.

Isso, contudo, nem sempre acaba sendo positivo para o país, num longo prazo, pois, se o Estado não está ali, presente, dando aporte, mas também fiscalizando, esse movimento sempre irá acontecer.

ABORDAGEM MOMENTO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT - 01 REPORTAGEM

Ed. 2476, 04 de maio de 2016, p. 64: **“As bombas nas contas públicas que serão deixadas por Dilma”** – Bianca Alvarenga

A reportagem estabelece que a equipe econômica de Dilma iria deixar, ao ser afastada do cargo, um rombo orçamentário sem precedentes, que poderia levar a paralisação de alguns serviços públicos, além da indefinição sobre a dívida dos estados. Entre as supostas “bombas” orçamentárias, e as primeiras medidas que deveriam, segundo Alvarenga, ser tomadas por Michel Temer, estaria a aprovação de uma nova lei orçamentária até 22 de maio daquele ano.

[...] A lei em vigor, aprovado no início do ano, prevê um superávit de 24 bilhões de reais nas contas públicas. O número foi otimista demais. A equipe econômica estima agora um déficit de pelo menos 97 bilhões de reais. O resultado poderá ser ainda pior. Nos últimos doze meses, o rombo acumulado ficou em 142 bilhões de reais, um recorde. Anteriormente, o pessoal de Dilma tiraria essa de letra. Bastaria dar uma pedalada fiscal [...] (ALVARENGA, 2016, p. 64).

Entre as justificativas dadas pela autora para a situação, está a flexibilização das dívidas dos estados para com a união, pela chefia do governo, além é claro, da má gestão e do aumento dos gastos por conta do mesmo. Assim, para ela, seria improvável que o governo conseguisse negociar a nova meta fiscal e as dívidas dos estados.

VISÃO SOBRE AS MEDIDAS DE “RESTABELECIMENTO” DA ECONOMIA - 12 REPORTAGENS

Ed. 2478 (especial do impeachment), 18 de maio de 2016, p. 68: **“As prioridades de Henrique Meirelles para recuperar a economia”** – Giuliano Guandalini

A reportagem trata das novas estratégias do novo ministro da fazenda, Henrique Meirelles, com Michel Temer no comando do governo federal. Na tentativa de recuperar investimentos ele defende a solidez nas finanças públicas e reformas que incentivem a produtividade. Para isso ele teria apresentado, de cara, ao então novo presidente, duas medidas emergenciais: a primeira, envolvendo a recuperação da previsibilidade (tentando dar equilíbrio às finanças com controle da inflação), e a segunda, diz respeito a produtividade (dar mais racionalidade ao sistema tributário com regras confiáveis aos investimentos privados, além de uma maior abertura do país a concorrentes internacionais).

O jornalista deixou clara sua defesa pelo ministro Meirelles, ao lembrar que em 2008, enquanto ministro do ex-presidente Lula, ele teria sido o responsável pela conquista, naquele ano, pelo país, da classificação de *investment grade* (grau de investimento), cuja avaliação é somente concedida aos países de melhor confiabilidade para os investimentos.

Assim, apresenta alguns números, relacionados a inflação, ao déficit fiscal, a variação do PIB, e ao desemprego, que o ministro espera alcançar. Mas, afirmou que a primeira meta é estabilizar a dívida pública brasileira, extremamente alta. Para isso, afirma o ministro que caso percebam a necessidade de um imposto temporário ser criado, para cobrir os rombos fiscais, o fariam.

Meirelles também gostaria de ver aprovada, o quanto antes, uma reforma da Previdência, pois, apenas naquele ano, o déficit esperado estaria acima da casa dos 200 bilhões de reais. Para a equipe de Temer, investimentos na infraestrutura, além do comércio externo, também deveriam ganhar força como motores do crescimento econômico.

Aqui vemos representadas duas das mais características facetas do neoliberalismo econômico, ou seja, o corte de gastos em áreas sociais fundamentais, como a Previdência, e a prevalência por pagar os juros da dívida pública, isto é, arrecadar mais dinheiro para os bancos e facilitar a vida dos empresários, mas à população, e as áreas sociais, pouco se planeja.

E, o colunista, assim como a própria revista, como sempre, deixa claro sua opção por tal modelo, ao final da reportagem: “[...] O crescimento da economia poderá ser de 2% em 2018, ou até 3%, caso as reformas avancem. Não são taxas chinesas, mas, depois de anos de recessão, representam um salto tremendo” (GUANDALINI, 2016, p. 70).

Ed. 2480, 01 de junho de 2016, p. 54: **“A medida radical para desvincular e congelar os gastos públicos”** – Marcelo Sakate

A reportagem trata da polêmica proposta para impedir o aumento das despesas acima da inflação, numa maior mexida orçamentária desde a Constituição de 1988. Afirma a reportagem que proposta parecida havia sido apresentada ainda em 2005, pelo então ministro da fazenda de Lula, Antonio Palocci, mas havia sido classificada como “rudimentar” pela ministra da Casa Civil, na época, Dilma Roussef.

A proposta, basicamente, é fazer o governo investir em áreas sociais, somente aquilo que condiz com a inflação do ano anterior. Quer dizer, cortes gerais em áreas fundamentais, com o intuito de zerar, num longo prazo, o déficit orçamentário anual.

Sabe-se, entretanto, que a proposta exigirá uma reforma previdenciária, além de desvincular os gastos hoje obrigatórios nas áreas de saúde e educação. Algumas dessas regras estão em vigor desde a Constituição de 1988, formulada sob o espírito de ampliar os gastos sociais e reparar as injustiças legadas pela ditadura militar. A união é obrigada, por exemplo, a aplicar o equivalente a 18% da receita obtida com impostos em educação. Na saúde, neste ano são 13,2% da receita, excluídas as transferências a estados e municípios [...] (SAKATE, 2016, p. 54).

O resultado dessa equação, segundo o ministro da fazenda, é que os gastos acabam subindo sempre, mesmo quando a economia vai mal. É onde se geram os rombos. Os gastos obrigatórios estariam abocanhando cerca de 90% do orçamento. Além disso, os anos de ingerência do governo Dilma teriam corroborado para uma piora significativa.

Segundo a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), caso essa medida tivesse sido tomada quando sugerida por Palocci, há mais de dez anos, a dívida pública, hoje na casa dos 4 trilhões de reais, estaria há mais ou menos em 600 bilhões. “[...] Com esse indicador sob controle, o governo conseguiria vender títulos da dívida com juros de nível internacional: teria sido possível economizar 480 bilhões de reais com o pagamento dos juros no ano passado” (SAKATE, 2016, p. 55).

Novamente, e dessa vez, com ainda mais exacerbação, vemos algumas medidas sendo tomadas de acordo com a cartilha neoliberal: para o povo, para as áreas sociais, corte, para a dívida pública (bancos e empreendedores), proposta de aumento. É claro que quando há um desequilíbrio dessa proporção pelo governo, das contas públicas, faz-se necessário tomar medidas um tanto drásticas, mas não se discutem saídas menos onerosas às classes populares.

Mais uma vez, no entanto, *Veja* se posiciona a favor dessa medida, ao afirmar, no final da reportagem, que a proposta possa ser ainda insuficiente, faltando ajustes, mas, colocar limites ao avanço de despesas e ampliar a margem de manobra do Orçamento pode permitir ao Estado não sacrificar tanto os possíveis investimentos, fazendo a economia crescer, e “[...] preservando os avanços sociais dos últimos anos” (SAKATE, 2016, p. 56).

Ed. 2480, 01 de junho de 2016, p. 62: **“Ideias e propostas para o Brasil pós-crise”**

A reportagem é sobre o primeiro Fórum *Veja*, realizado em São Paulo em maio de 2016, sob o mote “O Brasil que temos e o Brasil que queremos”, em que autoridades e especialistas debatem propostas destinadas à recuperação da credibilidade na economia, ao combate a corrupção, e ao fim do caos político no país.

O autor inicia argumentando que o tumulto na política, além da recessão profunda expuseram a luz algumas engrenagens deficientes da República. O momento, no entanto, segundo o autor, estaria abrindo oportunidades para o enfrentamento das mazelas, fazendo ajustes sem penalizar os mais pobres, ao mesmo tempo em que se vê um extremo combate a corrupção e vislumbra uma reforma política.

O debate teve como prioridades as temáticas economia, política e justiça:

[...] Na economia, a ideia central girou em torno de um plano de equilíbrio de longo prazo para as finanças públicas. Na Justiça, a ênfase foi a extinção do foro privilegiado dos políticos, de modo a combater a impunidade. Na política, a redução do número dos partidos e o desestímulo às chapas de aluguel (VEJA, 2016, p. 62).

Entre os assuntos e palestrantes, destacamos as falas do ministro da fazenda Henrique Meirelles, que disse, entre outras coisas, querer controlar os gastos do governo, com foco na eficiência. Paulo Leme, presidente do Banco Goldman Sachs, no Brasil, afirmou que é preciso planejar a política econômica no longo prazo, dando previsibilidade. Já Ricardo Paes de Barros, economista do Instituto Ayrton Senna e do

Inspere, afirmou que é preciso controlar os gastos do governo, sem penalizar os mais pobres.

Também falaram, na temática Justiça, Luis Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal, Sérgio Moro, juiz federal, que defenderam, entre outros, o fim do foro privilegiado aos políticos e endurecer as penas à corrupção.

Por fim, sobre a temática política, Fernando Gabeira, ex-deputado Federal, Bolívar Lamounier, Cientista político e Artur Avila, Matemático. Estes defenderam a redução do número de partidos políticos, adoção do parlamentarismo e voto distrital e a redução do tamanho e da interferência do governo na economia.

No geral, sobre o Fórum, podemos estabelecer que foi uma reunião de apenas uma visão ideológica, a liberal. Afinal, as posições dos palestrantes deixaram isso evidente. Em nossa visão, num Fórum em que se debate apenas uma visão de mundo pouco se pode progredir em relação a perspectivas de mudanças. No entanto, em se tratando de uma organização da revista *Veja*, uma discussão mais ampla não poderia se esperar.

Ed. 2485, 06 de julho de 2016, p.54: **“A nova equipe promete derrubar inflação e o dólar desaba”** – Bianca Alvarenga

Esta reportagem traz o trabalho da nova equipe econômica, pós Dilma, que, segundo Alvarenga, vem extremamente disposta a mudar a situação econômica do país. Dessa forma, o próprio Banco Central vem puxando as mudanças, se distanciando dos anos do governo petista e derrubando a inflação para os 4,5%. Como resultado imediato, o dólar desaba.

Alvarenga destaca que o novo grupo defende que no combate a inflação não há espaço para ambiguidades. Por isso, Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central, afirmou que a prioridade da política monetária seria trazer a inflação novamente para o centro da meta: 4,5%.

A reportagem ainda afirma que nos anos anteriores o que elevava a inflação a um nível de descontrole eram os altos gastos do governo, além da elevação contínua dos preços em geral. As declarações recentes de Goldfajn, no entanto, surtiram efeito no mercado financeiro. O impacto das suas declarações sobre a cotação do real também foi imediato, e o dólar baixou para 3,21 reais, logo após.

De modo geral podemos destacar, dessa reportagem, as primeiras medidas dos órgãos governamentais após a saída da ex-presidente Dilma, dando condição do

mercado reagir, sobretudo pelo pulso firme do presidente do Banco Central, claramente apoiado pelo novo governo, que lhe possibilita mais liberdade.

Ponto importante a se destacar é a busca pela inflação no centro da meta, que não chegava a esse patamar desde 2009. A maior vantagem é a questão da estabilidade dos preços favorecendo o consumo e dando previsibilidade aos investimentos das empresas.

O problema que vemos aqui é o mesmo de sempre, pois, quando se abre espaço para que o mercado e os investidores se animem, ao menos no Brasil, há indícios de que as áreas sociais serão deixadas de lado. Outra coisa é a questão da valorização da moeda que, embora possa ajudar na regulação financeira por um lado, encarece os produtos brasileiros no exterior, dificultando a vida das empresas nacionais, o que demonstra maior complexidade nas questões econômicas.

Ed. 2494, 07 de setembro de 2016, p. 58: **“As prioridades de Michel Temer para reerguer a economia”** – Marcelo Sakate e Daniel Pereira

Aqui os autores discutem que para conquistar a confiança dos investidores Temer terá que aprovar alguns difíceis ajustes e “tourear” aliados, após Dilma Rouseff, agora destituída, ter promovido o caos econômico. Entre os projetos que circulam no Congresso Nacional estão os que limitam os gastos públicos e a reforma da Previdência, prioritários, além da retomada das privatizações.

E Temer assume a presidência nos dias do encontro, na China, com as maiores economias mundiais. Segundo a reportagem, o presidente parte com a intenção de demonstrar a estes países a mudança de paradigmas do novo governo: menos intervencionismo, menos protecionismo, ganhando espaço a ortodoxia nas questões econômicas para atrair o capital privado. Tem-se também a intencionalidade de demonstrar que o Brasil acredita no livre mercado, ainda que bem regulado.

No entanto, segundo a reportagem, “a lua de mel” que Temer vivia com seus aliados acaba neste momento em que ele se torna definitivamente o presidente da República. Assim, aqueles que o apoiaram para a derrubada do governo petista, nesse momento já não o defendem com a mesma convicção.

[...] A realidade é mais espinhosa. A bancada governista está longe de ser homogênea. Uniu-se por interesses diversos que convergiam para a derrubada de Dilma. A partir de agora, a tendência é que cada grupo negocie ponto a ponto seu apoio a Temer [...] (SAKATE; PEREIRA, 2016, p. 60).

Apesar disso, a revista mostra sua preferência pelo novo governo e sua forma de governar, numa maneira de demonstrar que o Partido dos Trabalhadores morreu junto com o impeachment de Dilma (ilustração sugerida na capa) e também de dizer que a partir dessas novas ações o Brasil poderá retomar seu crescimento econômico e desenvolvimento, a partir da guinada ao neoliberalismo.

Ed. 2496, 21 de setembro, p. 67: **“O novo plano de privatizações do governo federal”**
– Giuliano Guandalini

Aqui, Guandalini discute o pacote de Temer para destravar investimentos. Ele debate que existem bilhões de dólares parados em mercados internacionais em aplicações de remuneração baixíssima. Esses capitais estariam prontos para serem redirecionados para lugares onde existem bastante necessidade, mas recursos escassos, caso do nosso país.

No governo Dilma houve resistência por parte do governo ao abrir as obras de infraestrutura ao setor privado. Quando os fazia, privilegiava algumas empresas metidas na “propinocracia”, segundo a reportagem. Já o presidente Temer estaria disposto dar novos rumos a essas questões e já teria apresentado uma lista de setores que deveriam ser entregues à iniciativa privada a partir de 2017.

Vemos esta questão, em parte sendo positiva por acreditarmos que, especialmente as questões de infraestrutura devem ser mistas, ou seja, em parte dada às iniciativas privadas e em parte não. O que acontece é que geralmente as coisas não se dão dessa maneira, pois, se o governo petista pouco propunha a iniciativa privada, o novo governo, pelo que se mostra, confia piamente as obras a ela.

Assim, mudam-se integralmente os rumos do país, pois acreditamos que somente o mercado não pode ser responsável por obras importantes e principalmente não trarão grandes benefícios num longo prazo ao país, na medida em que os lucros do setor privado não necessariamente ficam por aqui.

Ed. 2498, 05 de outubro, p. 54: **“O recuo na inflação abre espaço para a queda dos juros”** – Marcelo Sakate

Nesta reportagem, Sakate comenta sobre a queda da inflação que abre espaço para a redução da taxa básica de juros (Selic), num possível estímulo à volta do crescimento. Contudo, o Banco Central segue alertando que é preciso aprovar as reformas.

Argumenta o autor que o BC tem adotado uma alta significativa na taxa Selic há algum tempo mesmo o país necessitando estímulos para compra pela recessão e também pelo fato de vários países no mundo, a exemplo dos Estados Unidos, estarem operando há bastante tempo com taxas próximas a zero. E se pergunta o porquê.

Alerta Sakate (2016) que a retomada do crescimento requer a queda dos juros, mas este não baixa devido a alta inflação causada pelos gastos excessivos do governo passado e a tolerância com os reajustes.

No entanto, ele mostra que o BC tem mostrado tendência a baixar os juros devido a queda relativa de preços e a possibilidade da aprovação do teto de gastos públicos. Isso só nos faz perceber que o capital caminha sempre na direção do fortalecimento do mercado.

Quer dizer, se as coisas vão bem para o acúmulo de riquezas, é possível facilitar mais facilmente o crédito. Caso contrário, isso não ocorre tão facilmente. Vemos que essas questões poderiam ser encaradas com outros aportes, mas, para o grande capital, que comanda o país, requer ações neoliberais que o favoreçam. Como o novo governo acena positivamente nesse sentido, as coisas começam a se equilibrar novamente.

Ed. 2499, 12 de outubro de 2016, p. 64: **“Reformas de Temer começam a andar no Congresso”** – Marcelo Sakate

Sakate, nesta reportagem, busca demonstrar o esforço do governo, pós eleições de 2016 (prefeitos e deputados), no sentido de aprovar as medidas prioritárias para salvar as finanças federais. Passados três meses também, de sua interinidade, e a normal baixa pressão por conta disso, o autor afirma que é hora dele se lançar às medidas.

A prioridade máxima, naquele momento era a de aprovar a Proposta de Emenda Complementar que vincula o aumento das despesas do governo à inflação do ano anterior, ou, a “PEC do teto”, por impor um limite, por vinte anos, aos aumentos dos gastos públicos.

Confiante na maioria no Congresso, para aprovar a proposta, o governo conta os dias para isso acontecer. Para a reportagem:

[...] Seria um sinal de que o compromisso do novo governo com o reequilíbrio fiscal é para valer, o que abriria a chance de uma queda mais rápida dos juros. Uma boa notícia para as empresas e os consumidores afogados em dívidas e pouco propensos, neste momento, a aumentar os investimentos e os gastos (SAKATE, 2016, p. 65).

Nota-se, mais uma vez, a tendência da revista em apoiar medidas onerosas a população em detrimento de maior apoio ao mercado e sua regulação.

Ed. 2500, 19 de outubro de 2016, p. 46: **“O efeito prático da PEC que limita os gastos públicos”** – Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga

Os autores argumentam, nesta reportagem que a lei que congela os gastos do governo poderá ser um dos primeiros passos de uma revolução nas finanças federais. O risco seria permitir o surgimento de algumas brechas que a desvirtuem.

No entanto, as perspectivas se dão no sentido de que alterem a ordem vigente, segundo a reportagem, das últimas duas décadas no país, de gastos desenfreados. Assim, “[...] em vez de simplesmente criarem gastos adicionais e passarem a conta para a população – por meio dos impostos –, o governo e os congressistas terão de viver dentro de parâmetros previamente determinados” (SAKATE; ALVARENGA, 2016, p. 47).

Afirmam ainda os autores que “se o plano der certo, a contenção de despesas levará a um saldo positivo no Orçamento federal e, como consequência, à redução da dívida pública” (SAKATE; ALVARENGA, 2016, p. 47).

É a manifestação da revista no sentido de apoiar incondicionalmente a proposta de corte de gastos pela União, sem se preocupar a qual custo essa medida será aplicada. Mais uma vez demonstram que o que interessa é garantir o montante que deve ser destinado a dívida pública que já abarca grande parte das receitas do governo. Neoliberalismo puro.

Para os que se dizem contrários a emenda, a reportagem afirma que, mesmo sabendo do corte em áreas essenciais não existe outra alternativa para o governo neste momento, e afirmam que aumentar impostos aos mais ricos (sugestões de parte da esquerda) não seria o suficiente.

A reportagem ainda elenca sete questões polêmicas sobre a PEC, as quais são extremamente questionadas pelos opositores do governo, em geral, partidos de esquerda. 1) O prazo do corte (segundo a reportagem pode ser alterado pelo novo

governo, ou, após dez anos de vigência da lei); 2) Saúde e educação (que não teriam reduções drásticas como alguns sugerem); 3) Reforma da Previdência (a conta não fecha mais – o país, ano após ano aumenta desproporcionalmente o número de aposentados em relação ao número de cidadãos em idade ativa); 4) Programas Sociais (assim como na saúde e educação, nada impediria o governo de criar políticas assistencialistas, segundo a reportagem, desde que os gastos estejam dentro do teto); 5) Salário mínimo (Até 2019 o programa de valorização do salário mínimo continua igual – e após isso, com uma possível melhora no cenário econômico, nada impediria do salário crescer ainda mais); 6) Gasto com juros (Segundo a reportagem o montante despendido pelo governo no ano anterior teria sido menor que o gasto com benefícios previdenciários – e ainda são insuficiente para saldar a dívida); 7) Exceções ao teto (Algumas despesas seriam excluídas dessa conta – caso das transferências de capital para estados e municípios).

Ed. 2501, 26 de outubro de 2016, p. 70: **“O crescimento deverá reagir com a queda dos juros”** – Bianca Alvarenga

Aqui, Alvarenga argumenta que alguns indicadores recentes, naquela data, acabaram por frustrar a expectativa de uma rápida recuperação na economia, mas afirma que a queda dos juros e as reformas devem incentivar o crescimento.

Dos indicadores pesquisados a autora destaca que “[...] a produção industrial, que ensaiou uma melhora, caiu quase 4% em agosto, em relação ao mês anterior. As vendas do comércio continuam declinando, como resultado do desemprego e do alto custo do crédito” (ALVARENGA, 2016, p. 70).

Como positivo a autora destaca a mudança paradigmática do governo, que reanimou a Bolsa de Valores, dando otimismo também ao mercado. Segundo ela, a Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) estaria no maior nível desde 2012, e a inflação, após quase atingir a casa dos 10% ao ano, começou a ceder, além da Selic ter sido baixada pelo Banco Central.

No entanto, segundo a reportagem, de uma forma atípica, a economia ainda não decolou, pois, historicamente a economia dá um salto a partir da reanimação dos empresários. Segundo Alvarenga (2016) é preciso esperar os próximos acontecimentos na esfera política e também em relação à Justiça, sobretudo da operação Lava-Jato, que ainda poderia derrubar alguns figurões importantes da política.

A reportagem acaba evidenciando um aspecto importante do neoliberalismo, mas, sobretudo, do capitalismo em si, ao demonstrar que a especulação financeira, o mercado, ou, a classe empresarial, caminha lado a lado com os acontecimentos políticos do país. Na realidade, acaba, para nós, desmistificando a ideia de que o mercado, tendo mais espaço, o que se percebe com a troca do governo, seria o suficiente para uma retomada da economia como um todo. Existem questões mais profundas e complexas.

Ed. 2508, 14 de dezembro de 2016, p. 84: “**As novas regras da previdência**” – Marcelo Sakate

A reportagem demonstra que até 2050 o número de aposentados no Brasil deverá triplicar (de 24,1 milhões para 93,4). Por isso é um grande desafio sustentar a viabilidade da Previdência, especialmente por se tratar de um país repleto de privilégios. “[...] Sustentar essa população idosa adicional exigiria uma elevação cavalgar da carga tributária ou um aumento da dívida pública [...]” (SAKATE, 2016, p. 84).

Por esse motivo, segundo Sakate (2016), dez entre dez especialistas têm a questão como requisito essencial para equilíbrio do país. Mas, alerta o autor que a proposta apresentada pelo então governo Michel Temer não tem nada de suave (com sugestão de idade mínima de 65 anos para requisição da aposentadoria para homens e mulheres e, pelo menos, 25 anos de contribuição, além de outros dificultadores).

Entretanto, a reportagem afirma que o Brasil, a despeito de ser um país jovem, com maioria da população em idade ativa, já possui balança deficitária na Previdência, e por isso a pressa na reformulação da lei. Assim, de um modo geral, a reportagem se mostra a favor das alterações, mas compreende que seria preciso também incluir nas alterações as previdências de militares, servidores federais, policiais e bombeiros, que também estão deficitárias, mas que, segundo o governo, ficarão para outra hora.

Ora, é claro que há unanimidade, tanto da base do governo quanto dos demais liberais existentes no país, a exemplo da maior parte da mídia, apoiando tal reforma. É evidente que os números apontam a necessidade de alteração das leis.

Contudo, seria necessário mexer de uma maneira mais branda na classe trabalhadora, flexibilizando alguns casos, como dos trabalhadores rurais, professores, entre outros casos, em que, convenhamos, exercer tais profissões com 65 anos de idade seria um sacrilégio. Ademais, quais as justificativas para deixar de fora algumas classes, como a dos servidores e militares, que seria privilegiada, se todas as balanças se

demonstram deficitárias? É a velha política brasileira, tirando de quem mais precisa, para privilegiar as classes mais abastadas.

Ed. 2509, 21 de dezembro de 2016, p. 90: **“Pacote de medidas tenta dar impulso a retomada”** – Bianca Alvarenga

Aqui a autora comenta a medida de Temer que, pressionada pelo “marasmo” da economia, é apresentada na tentativa de aliviar os custos do setor privado. “Tudo sem atalho, ou mágica”, numa alusão às famosas “pedaladas fiscais” que derrubaram o governo Dilma.

Segundo a autora, o governo já tinha tomado algumas medidas iniciais no governo que, em tese, teria que ter dado uma reanimada na economia, mas, admite que isso não aconteceu. Como desculpa, o Ministério da Fazenda acredita que o estrago causado em anos anteriores teria sido mais profundo do que se imaginara.

Por isso, o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, acaba de criar um novo pacote de medidas. “[...] Lançado na quinta-feira 15, o plano procura aliviar o custo que recai sobre as empresas, reduzir o peso das dívidas e ampliar a oferta de crédito, tudo sem recorrer a pedaladas nem artificialismos comuns nos tempos de Dilma Rousseff” (ALVARENGA, 2016, p. 91).

Entre as medidas, está o perdão de algumas dívidas antigas de empresas (que poderão usar parte dos prejuízos para abater dívidas com a Receita Federal) e a facilidade de crédito junto ao BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento).

Essas práticas, na verdade, são recorrentes nos governos (de esquerda ou de direita) para tentar reativar a economia. Contudo, aparentemente a revista tenta dar uma maquiada no sentido de dizer que o governo anterior tentava inventar, ou até agir com artimanhas, como fez no caso das pedaladas fiscais. Mas a maneira como ela coloca o texto procura evidenciar que essas iniciativas não acontecem em governos liberais, como o atual.

**VISÃO SITUAÇÃO POLÍTICO/ECONÔMICA NACIONAL PÓS DILMA - 06
REPORTAGENS**

Ed. 2481, 08 de junho de 2016, p.70: **“Os primeiros indícios de recuperação do PIB brasileiro”** – Bianca Alvarenga

Segundo a reportagem, a economia continua em recessão, existindo, naquele momento, mais 11 milhões de desempregados, além do recuo do PIB, da indústria e do comércio, mas surgiam, finalmente, segundo Alvarenga, os primeiros sinais de recuperação. Os números do PIB do primeiro trimestre de 2016 mostravam algum alento.

Os números sugeridos, no entanto, ainda são de recuo na economia, mas, segundo a autora, têm tido melhoras. Os estoques encalhados nas empresas estão diminuindo, elevando a produtividade, e boa parte das indústrias se adequou as demandas.

“[...] A previsão do Banco Itaú BBA é que, caso os estoques continuem a cair e a demanda não se retraia ainda mais, a produção industrial voltará a crescer já neste ano [...]” (ALVARENGA, 2016, p. 71). Houve um aumento nas exportações, sinal bom, além do fato de que, para economistas, a indústria, por ter sentido primeiro os impactos da recessão, seja o primeiro setor a se recuperar.

Para os analistas, contudo, o nó pode estar ainda na área política, que poderá retardar as aprovações das reformas pretendidas pela nova equipe econômica. Um relatório da OCDE (organização econômica das maiores economias do mundo) teme que a situação política do país atrase a recuperação econômica brasileira, segundo a autora.

Várias são as questões que poderíamos levantar dessa reportagem. No entanto, tratamos apenas de salientar que é visível na revista *Veja*, uma tendência, logo após a mudança de governo, de demonstrar que as coisas começaram a funcionar. Antes mesmo do que se imaginava. Esse é mais um ponto em que fica visível a escolha da revista por determinado prisma ideológico, e que suas ações e análises são diferentes de acordo com o governo que se encontra no poder.

Ed. 2487, 20 de julho de 2016, p. 74: **“O voto de confiança do mercado ao novo governo”** – Bianca Alvarenga

Nesta reportagem Alvarenga busca demonstrar a confiança conseguida do mercado, pela nova equipe econômica, mesmo que esta esteja devendo medidas de reequilíbrio das contas públicas. Mas ela avisa que na etiqueta política há uma média de

uns 100 dias em que novos governos possuem a tranquilidade para trabalhar. Neste período de transição é costumeiro não haver muitas cobranças nem críticas.

Dessa forma, “[...] o mercado recebeu o governo e sua equipe econômica com um tapete vermelho de confiança e sabe que, antes do impeachment [ainda estava em processo], será difícil o governo arrancar de fato [...]” (ALVARENGA, 2016, p. 74).

Na verdade, desde que percebeu que o governo Dilma estava prestes a acabar, o mercado, segundo Alvarenga, já havia mostrado sinais de recuperação. A escolha da nova equipe econômica, por Michel Temer, sobretudo quando escolheu os nomes de Henrique Meirelles para assumir o Ministério da Fazenda, e de Ilan Gofajn para o Banco Central, além de outros profissionais “de competência atestada”, já causaram um fervor.

Mas há quem diga que na prática pouco havia ainda sido feito, mas a expectativa em cima da nova equipe ajuda a sustentar o mercado. Mudanças e decisões importantes, como a reforma da Previdência (sempre lembrada), para economistas pesquisados, precisarão ser tomadas, assim que possível.

Veja, também, claramente, não esconde sua animação e expectativa quanto a mudança de paradigmas e da forma de governar da nova equipe econômica.

Ed. 2491, 17 de agosto de 2016, p. 54: **“Recuos do governo no ajuste fiscal preocupam empresários”** – Giuliano Guandalini e Bianca Alvarenga

Aqui os autores afirmam que enquanto esperam o impeachment, os empresários ficam receosos pelos recentes sinais do governo Temer ceder nas medidas de contenção de despesas. Assim, eles se reuniram com o então presidente para lhe passar algumas sugestões e cobrar os ajustes.

O medo estaria na acenada do governo aos estados do Norte e do Nordeste, com cifras bilionárias, ao mesmo tempo que este teria desidratado as exigências de austeridade dos governos estaduais. O maior receio diz respeito ao fato de o governo não economizar para poder bolar um plano para começar a saldar a dívida pública. Mas ainda há certa confiança pela classe empresarial e de investidores entenderem que Michel ainda governa interinamente.

Alguns participantes do encontro com o governo diziam ter o receio de que o novo governo estivesse “fraquejando” em relação aos sinais iniciais de corte de gastos. Além disso, “[...] na conversa os empresários questionaram se o compromisso com as

reformas é para valer. Voltaram convencidos de que sim [...]” (GUANDALINI; ALVARENGA, 2016, p. 55).

Quer dizer, diante das novas políticas e evidências de um novo paradigma (de contenção de gastos públicos para fazer crescer o bolo para a dívida pública e a perspectiva de corte do orçamento para outras políticas públicas, em especial a Previdência) alguns dos principais empresários do país foram até o governo interino pressioná-lo a fazer aquilo que, para alguns, foi o que lhe colocou no poder, num grande acordo nacional no sentido de algumas rupturas importantes na questão da governabilidade. Mais uma vez o mercado dando as cartas no jogo do poder.

Ed. 2492, 24 de agosto de 2016, p. 62: **“A recessão está perto do fim, mas ainda há riscos”** – Bianca Alvarenga

Alvarenga afirma aqui que a recuperação obviamente enfrentará alguns obstáculos, entre eles a disputa política. Mas, o aumento da confiança e a alta da indústria indicam que a recessão econômica pode estar ficando para trás.

Já no início da reportagem ela cita o caso da Mercedes-Benz em São Paulo que deu férias coletivas a dez mil funcionários para controle de estoque e diz acreditar que no fim dessas férias é bem possível que em torno de 2 mil funcionários percam seus empregos. E este caso se repete em outras empresas do setor.

Mesmo assim, há indícios de retomada de crescimento no segmento. Em sequência ela mostra que o nível de otimismo do setor empresarial vem crescendo após a troca do governo. Pelo menos é o que aponta a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Aqui a reportagem trata apenas do nível de confiança do empresariado em relação ao governo. Na realidade é comum vermos esse tipo de discussão quando se está no poder um governo que se adegue mais as questões do mercado do que demonstre preocupação mais geral, sobretudo, com áreas sociais. Na realidade, para o mercado, o que deve sempre ser prioridade é ele mesmo. E, o governo federal deve sempre estar disposto a colaborar mais com suas iniciativas, nem que para isso sejam necessários ajustes onerosos ao restante da população.

Ed. 2503, 09 de novembro de 2016, p. 62: **“Porque as poucas empresas abrem o capital na bolsa brasileira”** – Bianca Alvarenga

Segundo a reportagem, a retomada do crescimento econômico brasileiro instiga a estreia de empresas no mercado de ações. Contudo, no Brasil essa ainda não é uma prática tão recorrente quanto em países mais “dinâmicos”. É importante, segundo a autora, a decisão no sentido de garantir às empresas, mais investimentos.

A razão do marasmo se deve, segundo Alvarenga (2016), à crise econômica: devido a atividade produtiva estar em recessão, além de um consumo reprimido. Ela afirma que cerca de 70 empresas cogitaram lançar ações nos últimos anos, mas desistiram justamente pelas incertezas políticas e econômicas.

No entanto, a autora alega que as empresas de capital aberto que investem em ações, estão tendo lucratividade, o que indica o “efeito positivo” propiciado pela “volta da normalidade na economia”. Nesta reportagem fica evidente que o liberalismo econômico já não aceita conviver com práticas antigas, deixando claro que se a empresa não abrir seu capital, pouco poderá evoluir, dinamizar seus ganhos, e expandir seus negócios.

Ed. 2505, 23 de novembro de 2016, p. 74: **“A farra dos subsídios e isenções tributárias”** – Marcelo Sakate

Nesta reportagem Sakate (2016) argumenta que a crise nas contas públicas, além da condenação internacional do programa de proteção à indústria brasileira, evidencia a necessidade de revermos o custo das isenções tributárias. Como exemplo, cita o Inovar-Auto – programa de incentivo à indústria, lançado no governo Dilma, ainda em 2012, que, segundo ele, oferece vantagens tributárias a apenas algumas empresas que importavam ao governo.

Tal programa teria sido condenado pela OMC (Organização Mundial do Comércio) por violar regras internacionais. Outros sete programas teriam sido rejeitados. Segundo Sakate (2016), mesmo com todo o incentivo do governo, as estratégias foram um fracasso, apesar da queda de 60% na importação de veículos. Ainda admite que existem dezenas de outros programas como este, tanto que viraram farra, com cifras tão altas (280 bilhões de reais) que superariam o gasto público (139 bilhões) e até mesmo o valor previsto para a área da saúde em 2017 (110 bilhões), o que quer dizer que, caso fossem retirados, tirariam o país do vermelho.

Esta iniciativa de rejeição ao intervencionismo do governo na economia é uma das mais típicas características neoliberais. Quer dizer, o governo não tem nada que

intervir nesse processo. Se facilita a vida das pessoas (com mais empregos), o consumo (de empresas nacionais) não importa. O que importa é que o governo deixe o mercado se autorregular, independente das consequências que isso possa vir a causar.

VISÃO DO CONTEXTO DO BRASIL E DO MUNDO NO CAPITALISMO - 01 REPORTAGEM

Ed. 2465, 17 de fevereiro de 2016, p. 46: **“O sistema bancário ameaça mais uma vez o crescimento mundial”** – Bianca Alvarenga

Alvarenga (2016) começa afirmando que em anos recentes, em que os ventos da economia mundial teriam soprado a favor, Dilma Roussef tratou de desperdiçá-los com políticas que teriam lançado o país na sua pior recessão. Ou seja, afirmando ser apenas culpa do governo o Brasil ter entrado na crise mundial que se iniciou com a bolha imobiliária norte-americana.

Todavia, ela afirma que havia, naquela ocasião, um grande movimento de aversão a risco por parte dos maiores investidores globais, e que isso prejudicaria países emergentes, caso do Brasil. Assim, elenca quatro grandes problemas que teriam deixado os investidores tão temerosos, são eles: 1) A crise bancária (que gera uma bola de neve); 2) A desaceleração global (em praticamente todos os países); 3) O pouso forçado da China (com 6,9% de crescimento em 2015 – a menor taxa em 25 anos); 4) A queda do preço do petróleo (que inviabiliza a expansão do setor).

Com essa análise a autora termina argumentando que o governo Dilma, a despeito de perceber a recessão, demora a tomar atitudes concretas, como corte de gastos, e a reforma da Previdência. Ao concluir ela afirma que “não há senso de urgência. Depois a culpa é do exterior” (ALVARENGA, 2016, p. 49).

PETRÓLEO - 07 REPORTAGENS

Ed. 2459, 06 de janeiro de 2016, p. 32: **“Petrolão: promotoria investiga lavagem de dinheiro em reforma de apartamento de Lula”** – Robson Bonin e Pieter Zalis

Nesta reportagem, os autores argumentam que as explicações do ex-presidente Lula, sobre suas relações com a empreiteiras do “petrolão” vão ruindo, uma a uma. Afirmam ainda que testemunhas dão detalhes de sua ligação com o tríplice reformado pela OAS, apartamento que ele sempre negou ter propriedade.

Afirmam ainda na reportagem que virou hábito, para Lula, o modo de “dar de ombros” a cada nova revelação de seus atos no governo, e que ele teria passado o ano de 2015 inteiro negando ser o proprietário do imóvel do Guarujá. Mas, recentemente, numa apuração do Ministério Público, segundo a reportagem, apareceram várias testemunhas afirmando ser de Lula o apartamento.

Essa é uma das diversas reportagens de acusação, pela revista, ao ex-presidente Lula que mais tarde seria preso por conta dessas e de outras acusações. Na verdade, muito pouco do que se discute nessa revista, nesse período, não tem relação com a questão da Operação Lava-Jato e, especialmente, acusando o líder petista.

Ed. 2461, 20 de janeiro de 2016, p. 59: **“O estouro da bolha do petróleo”** – Larissa Baltazar

Nesta reportagem a autora afirma que há pouco tempo o barril do petróleo, que estava sendo comercializado a pouco mais de 100 dólares agora vale menos que um terço desse valor. A queda reflete um aumento da oferta mundial, dando impulso à economia internacional, mas acaba representando um obstáculo para a recuperação da estatal brasileira, a Petrobras.

Logo de início, Baltazar (2016) cita o Oriente Médio como a maior reserva de petróleo do mundo atualmente, e com custos operacionais muito baixos. Isso faz com que a região acabe por ser a principal reguladora do preço internacional do produto. No entanto, quando eles “fecham as torneiras”, as cotações tendem a subir.

Em outros lugares do mundo também se produz petróleo com bastante intensidade, além das tecnologias recentes que propiciam a extração em lugares de difícil acesso, caso do Brasil e do pré-sal. Por isso, tem-se abundância de oferta neste momento.

Não há, porém, estimativas de que o Oriente Médio, sobretudo, Arábia Saudita, diminua o ritmo de sua produção. Isso acabou fazendo o preço degringolar em todas as áreas do mundo, fazendo com que algumas empresas, com maiores custos de extração,

entrem em colapso. Outro fator que colabora para a queda dos preços diz respeito ao fortalecimento do dólar.

Boa notícia para a produção internacional, especialmente para os importadores de petróleo. Mau negócio, porém, para grandes exportadoras, caso da Petrobras, que viram sua principal mercadoria desabar em mais de 70% na última década. Péssimo para a Venezuela e para o Irã, principais competidores dos sauditas.

O pior, para nós brasileiros é que “[...] cálculos da consultoria norueguesa Rystad indicam que praticamente nenhuma reserva brasileira é rentável com o preço do barril abaixo de 40 dólares” (BALTAZAR, 2016, p. 61). A Arábia Saudita, por sua vez, necessita que o valor esteja na casa dos 5 dólares por barril para faturar, tamanha a diferença dos custos de produção. A reportagem afirma que o fato de a Petrobras ser monopolista no setor, faz com que as disparidades e o prejuízo sejam maiores.

Afirmam ainda que:

A estatal, para compensar perdas de até 80 bilhões de reais com reajustes defasados no primeiro mandato de Dilma Rousseff, mantém os preços elevados e não repassa para o consumidor a queda na cotação internacional. A estratégia faz parte da luta desesperada da Petrobras para recuperar o seu caixa. Os brasileiros pagam esse preço adicional. É o custo Dilma, somado ao já pesado custo Brasil (BALTAZAR, 2016, p. 61).

Nesta reportagem, como de praxe na revista, ficam evidenciado apenas os fatores negativos da empresa brasileira, desconsiderando, sobretudo no final da reportagem, aquilo que foi demonstrado no começo, a sobra de ofertas do produto internacionalmente. Na verdade, isso faz parte da tentativa da revista de não reconhecer as empresas estatais como responsáveis pela soberania nacional e esquecem da volatilidade presente historicamente no preço do petróleo internacional, que mais dia menos dia pode novamente subir o valor dos barris.

Ed. 2463, 03 de fevereiro de 2016, p. 63: **“A Petrobras tenta reagir a queda do preço do petróleo”** – Larissa Baltazar

Nesta reportagem a autora afirma que mesmo anunciando corte de custos, a Petrobras teme a queda do preço do petróleo e os investidores ainda desconfiam de sua

recuperação. Na verdade, desde que assumiu o novo presidente, Aldemir Bendine, há uma tentativa de agendas “positivas” nesse sentido.

Entre as agendas, houve uma reorganização administrativa estabelecendo critérios técnicos para a contratação de pessoal e extinguindo em torno de 1600 cargos, reduzindo o espaço, por exemplo, para novas indicações políticas. Sinalização positiva ao mercado.

Mas, segundo a autora, apesar de ser um bom começo as medidas ainda são poucas para uma empresa com uma dívida estimada em 500 bilhões de reais e que não consegue ser competitiva dada a queda do preço do barril de petróleo. Isso tudo explica as ações comedidas de investidores.

É a realidade da empresa brasileira que em outras épocas foi responsável pelo crescimento econômico brasileiro. No entanto, como afirmamos em outra reportagem, é costumeiro da *Veja* apenas perceber os pontos negativos, e desconsiderar que a empresa é peça chave na questão de soberania nacional.

Ed. 2467, 02 de março de 2016, p. 56: **“Projeto livra a Petrobras de operar em todos os campos do pré-sal”** – Bianca Alvarenga

Aqui Alvarenga afirma que o novo governo “passa a perna no PT” e, unindo-se aos tucanos, aprova o projeto que desobriga a estatal a participar de todos os campos do pré-sal, dando possibilidade de haver destravamento nos investimentos da exploração petrolífera.

A autora elenca ainda alguns investimentos que deixaram de ser realizados pela empresa nos últimos anos e diz que “o fiasco era previsto”. Na verdade, “[...] desde 2014 as empresas de petróleo reduziram ou congelaram seus investimentos em exploração. O motivo é a queda de quase 70% nos preços da commodity nos últimos dois anos” (ALVARENGA, 2016, p. 57).

No mercado brasileiro há ainda outro dificultador, pois todos os interessados em explorar o petróleo em terras nacionais precisam, por lei, associarem-se a Petrobras, sendo a estatal, obrigatoriamente a operadora dos campos. “[...] Essa legislação, aprovada sob os auspícios do nacional-populismo anacrônico do governo, trouxe dois problemas previsíveis” (ALVARENGA, 2016, p. 57). Um deles é a questão de se aliar a empresa brasileira (nem todas empresas gostam da ideia) e a outra diz respeito a questão de a Petrobras estar exaurida de recursos (pela corrupção e pelos preços subsidiados).

Mas, segundo a reportagem essa é uma questão que poderia estar com os dias contados, devido a um projeto de lei do senador tucano José Serra, tramitando no senado que desobrigaria a empresa a ter que arcar com pelo menos 30% dos contratos. A proposta, duramente criticada pelo PT, teria, no entanto, sido apoiada pelo governo Dilma (criando conflito dentro do partido) e ao que tudo indicaria, poderia passar e, em passando, a empresa estaria atestando sua incapacidade financeira para comandar os projetos.

Mais uma vez, a revista acaba por ver a questão apenas por um ângulo, desconsiderando importantes observações e a discussão com maior amplitude, apesar de citar a fala do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), na qual ele questiona a mudança na legislação afirmando que hoje, pelo atual preço do barril de petróleo, seria viável abrir para o capital estrangeiro, mas, num futuro distante, em que o cenário poderia melhorar, o Brasil estaria entregando de bandeja a exploração para empresas de fora.

Ed. 2471, 30 de março de 2016, p. 65: **“O prejuízo recorde de Petrobras”** – Bianca Alvarenga

Nesta reportagem, Alvarenga discute o inédito prejuízo da estatal brasileira (em 2015 teria fechado na casa dos 35 bilhões por conta da baixa do preço internacional e das ingerências) que expõe suas grandes dificuldades de se reerguer e discute também a questão da possibilidade de privatizar boa parte de suas iniciativas. Afirma a autora que outras petrolíferas no mundo também tiveram quedas em suas rendas, mas nenhuma comparada a nossa.

Contudo, ela também apresenta alguns índices (sem considerar os efeitos de variação no patrimônio nem os gastos com os juros da dívida) que demonstram que ela ainda pode ser uma empresa rentável, desde que seja gestada de maneira diferente, sobretudo pela maneira “transparente” com que vem cultivando o novo governo, o que, em tese, lhe dá mais “previsibilidade”.

No entanto, a autora lembra que se todos os lucros fossem, daqui pra frente, direcionados ao bolso de seus credores, a empresa levaria 4 anos para liquidar sua dívida de 100 bilhões de dólares. Assim, a única saída, segundo Alvarenga, seria propor a venda de algumas subsidiárias, aliviando parte desta dívida.

Aqui, nota-se mais do mesmo: uma intencionalidade forte de privatização da maior empresa da União, e uma tentativa de demonstrar que, nas mãos do Estado, logo

ela vira sucata, pela ingerência e pela corrupção que a assola. Típica estratégia neoliberal para que o capital privado leve de bandeja um bem nacional comum.

Ed. 2473, 13 de abril de 2016, 72: **“O potencial superestimado dos projetos da estatal”** – Bianca Alvarenga

Nesta reportagem a autora levanta a questão de que a empresa sabia que alguns dos seus investimentos não dariam a rentabilidade que se esperava. Ela argumenta que o “baú de desmandos” do governo anterior representa ser mais fundo do que se imaginava.

Alvarenga cita reportagem da revista *Valor Econômico* para afirmar que alguns investimentos realizados nos últimos anos por Dilma demonstram que a empresa sabia que jamais recuperaria alguns investimentos. Além disso:

“Há outras denúncias. Premissas otimistas demais, sem relação com o valor do barril do petróleo, inflaram em 45 bilhões de dólares a rentabilidade esperada para 59 dos principais projetos [...]” (ALVARENGA, 2016, p. 72). Segundo a autora, a administração afirma que a diretoria da empresa teria sido alertada que os gastos estavam superestimados, mas esta não tomou nenhuma atitude.

Todas essas questões mostram efetivamente que a Petrobras passou por um momento de gestão duvidosa, de fato. O problema é que normalmente os defensores do capital aproveitam esses momentos oportunamente, em setores estratégicos, para justificarem que essas ingerências só acontecem pelo fato da empresa ser gerida pelo Estado, como se a corrupção, e a má gestão, não pudessem existir também em iniciativas privadas.

O que pensamos é que essas questões são graves, obviamente, mas, assim como aconteceram com grandes empresas, em outros países, dever-se-ia, simplesmente, punir aqueles que agiram de má fé, ou com dolo, e blindar a empresa, num intuito de não deixar que seja desvalorizada. Todavia, como já afirmamos, são nesses momentos que os defensores do capital se aproveitam para imporem suas ideias, quase sempre culminando na entrega de bens públicos ao setor privado

Ed. 2488, 27 de julho de 2016, p. 48: **“Com a ajuda do mercado a Petrobras começa a se reerguer”** – Bianca Alvarenga e Marcelo Sakate

Aqui os autores afirmam que com a ajuda do câmbio e a cotação do petróleo, a Petrobras estaria voltando a ser atrativa aos investidores, mesmo que o peso de sua dívida ainda seja uma ameaça.

Dando um ar de modernidade, e de trabalho, a reportagem fala que Pedro Parente, novo presidente da empresa, acompanha pelo seu smartphone, em tempo real, os acontecimentos relacionados a empresa. E, afirmam que nos últimos dias ele tem visto somente boas notícias na tela do celular:

A desvalorização do dólar e a recuperação no preço do barril de petróleo funcionam como um alívio, ainda que temporário, para a delicada situação financeira da estatal. Bancos começaram a revisar para cima as projeções para a petrolífera e a recomendar a compra de ações aos investidores (ALVARENGA; SAKATE, 2016, p. 48-49).

Notório, quando se trocam governos, especialmente daqueles mais intervencionistas para os mais liberais, que a mídia convencional começa a demonstrar apenas aspectos positivos desse novo governo. Em todos os segmentos há essa mudança de vislumbramento. Essa reportagem é apenas mais uma que segue essa tendência.

A edição 2497, de 28 de setembro deste mesmo ano, com reportagem da página 68, de Marcelo Sakate, intitulada “A melhora nos resultados da Petrobras” vai nessa mesma perspectiva. Nesta reportagem se discute que a empresa cortou substancialmente os investimentos (redução de 25% para os próximos 5 anos), além de programar um aumento agressivo na venda dos ativos como um esforço para “estancar a sangria da dívida e superar os anos de má gestão”.

Entretanto, embora esse momento proporcionasse, para a revista *Veja* e para seus adeptos, a retomada do crescimento da empresa, já na edição 2504, de 16 de novembro, na página 63, com outra reportagem de Marcelo Sakate, discutia-se “Mais um rombo milionário na Petrobras”.

Aqui Sakate (2016) afirma que a empresa volta a perder bilhões de reais com revisão de projetos, preocupando quem apostava numa retomada rápida. Os prejuízos se deram, segundo a reportagem, por conta das baixas contábeis de alguns ativos, reavaliados, que não renderam o esperado, especialmente por conta da mudança de premissas como a taxa de câmbio, somado ao risco de investir no país.

No entanto, afirma Sakate (2016) que a semana não trouxe apenas más notícias. Assim, falando sobre a proposta de lei que acaba com a obrigação da Petrobras de explorar exclusivamente o pré-sal pode permitir que a empresa priorize “projetos mais

rentáveis”. Além disso, teria sido baixado, pela segunda vez no mês, o preço da gasolina e do óleo diesel, numa tentativa de recuperar vendas no mercado interno.

Por fim, neste ano de 2016, a revista ainda iria discutir, na edição 2507, de 07 de dezembro, na página 99 que “A inovação dos elétricos reduz a demanda por combustíveis fósseis”.

Esta reportagem de Bianca Alvarenga opta pela discussão da possibilidade de um novo fator energético, pelo menos para os transportes, estar saindo da ficção e virando realidade. Assim, ela afirma que a inovação dos carros elétricos, ao lado da maior eficiência dos motores convencionais, pode arrefecer o vício no consumo de combustíveis.

A autora ainda salienta que segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o pico do consumo de combustíveis para carros leves já teria sido atingido, ficando estável, pelo menos pelos próximos 25 anos, embora exista a projeção do aumento da frota mundial em mais ou menos um bilhão de carros. O motivo? A eficiência energética.

Segundo a reportagem, além dos motores a combustão estarem mais econômicos e eficientes, os carros elétricos já são realidade. Em 2015 eram em torno de 1,3 milhão de unidades rodando no mundo. Uma alta de 100% em relação ao ano anterior. A popularidade dos elétricos estaria ganhando força por conta dos subsídios governamentais em quase todos os países e a chegada de carros mais populares, especialmente da empresa *Tesla*.

Entretanto, lembra-nos a autora que, apesar dos avanços, ainda hoje, em torno de 70% da energia elétrica é gerada dos combustíveis fósseis. “[...] Quer dizer, o carro elétrico não polui, mas a energia que o alimenta sim [...]” (ALVARENGA, 2016, p. 100). Mas a boa notícia é que fontes alternativas não poluentes (painéis solares e turbinas eólicas, p. ex.) também progridem.

Por último, a autora argumenta que os elétricos, e até mesmo os híbridos, no Brasil, são excentricidades. Poucas unidades transitam por aqui principalmente pelo preço. Enquanto nos Estados Unidos já se encontram carros na casa dos 36.000 dólares, o mais barato aqui está custando em torno de 160.000 reais.

CARTA CAPITAL, 2016 – ANÁLISES DAS ABORDAGENS DA REVISTA

NEOLIBERALISMO

VISÃO POLÍTICO ECONÔMICA COM DILMA - 08 REPORTAGENS

“A medida provisória 703 poderá reanimar o setor de construção” é a primeira reportagem do ano de 2016 que damos destaque. Na edição 88, de 13 de janeiro, página 32, Carlos Drummond escreve que a medida se faz necessária, até porque é inspirada em países de primeiro mundo, e reativará os contratos com o governo.

Segundo a reportagem tal medida altera as leis anticorrupção e anti-improbidade, permitindo às construtoras envolvidas na Operação Lava-Jato a retomar os contratos com o poder público. Assim, o dispositivo permitiria reanimar o setor de construção, as fabricações de plataformas de exploração de petróleo e a construção naval, paralisados há praticamente dois anos.

O autor cita iniciativas parecidas no Reino Unido e nos Estados Unidos, e cita também os casos deste país e as empresas General Eletric, IBM e Boeing, que, voltaram a operar com o governo depois de cumprirem as exigências da lei.

Ainda cita o procurador regional da República, Carlos Fernando dos Santos Lima, que se diz contra a MP por entender que ela seria um retrocesso em relação às questões ligadas à corrupção. Mas, mostra também a opinião Emerson Gabardo, professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade Federal do Paraná, que discorda, afirmando que a MP veio para consertar alguns problemas da lei anterior, inútil, e demonstra que com isso o Brasil estaria acompanhando uma tendência mundial.

Ao que parece o governo de Dilma, em seus últimos momentos, buscava uma saída para que as empresas, e o próprio governo, pudessem manter seus contratos, e também tentando manter em pé algumas das principais empresas de construção do país, além dos inúmeros empregos que elas geravam.

“[Contas públicas] Exagero no debate” foi o tema destacado por nós da edição 887, de 10 de fevereiro de 2016, página 36 de *Carta Capital*. Nesta reportagem, Carlos

Drummond argumenta que “o monstro não é tão feio”. Há exageros nos debates a respeito das contas públicas. Para ele o aumento recorde da dívida pública em 2015 para 66,2% do PIB, além do déficit primário estar na casa dos 111,2 bilhões de reais não são tão alarmantes quanto apontam alguns analistas, mas, óbvio, requer cuidados.

Uma das causas do exagero, segundo ele é a desvinculação do assunto aos sete anos de estagnação mundial pelo qual temos passado, além do fato de afirmarem, alguns, que a questão recai principalmente no governo populista do PT. Também não seria culpa dos gastos de proteção social definidos pela Constituição de 1988, em lugar dos juros (estes sim com peso determinante).

Desde a grande recessão, conforme denomina a Mcinsey Global Institute em um estudo do ano passado, a dívida real total (famílias, empresas, governo e instituições financeiras incluídas) de 47 países examinados, 22 deles avançados e 25 em desenvolvimento, aumentou em 57 trilhões de dólares (DRUMMOND, 2016, p. 36).

Quer dizer, o apuro é geral, em grande parte das nações (desenvolvidas ou não). Na verdade, esta seria a pior situação desde a grande depressão dos primeiros anos do século passado. Segundo a reportagem, todas as principais economias têm hoje altos níveis de empréstimos em relação a seu PIB. Apenas sete, das 47 economias analisadas pela consultoria, reduziram suas dívidas entre 2007 e 2014.

Também temos que levar em consideração que os gastos do governo, especialmente os sociais, automaticamente tendem a subir em situação de recessão. Ou seja, apenas se gasta o que se necessita. Além disso, os juros altos pioram os problemas das contas públicas, mas, em períodos recessivos são devastadores.

Outra coisa que merece destaque é o fato de que, numa comparação com as famílias (coisa que os liberais tendem a fazer frequentemente), se uma família gastar mais hoje, ela apenas desembolsará mais dinheiro. O Estado, porém, ao investir em obras, estradas, rodovias, etc., aumenta a economia, aumenta a produção privada, serviços, emprego, e eleva a arrecadação.

O autor também argumenta que é “estratégia-padrão” atacar o populismo e defender as supostas científicidades das despesas quando as coisas apertam, e salienta que “[...] em 2015 as despesas com juros totalizaram o equivalente a quatro vezes o orçamento da educação e da saúde, cinco vezes o déficit da Previdência, 18 vezes o Bolsa Família e 25 vezes o orçamento de transporte” (DRUMMOND, 2016, p. 38).

“A dinâmica da dívida pública e seus efeitos” é o que trás a reportagem da edição 888, de 17 de fevereiro de 2016, na página 34. Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel

Galípolo discutem as armadilhas do dinheiro e buscam entender a dinâmica da dívida pública e seus efeitos aos cidadãos.

Os autores argumentam que a economia que vivemos é uma economia monetária e capitalista, por isso mesmo não é de simples compreensão. “[...] Nela as decisões de produção envolvem inexoravelmente a antecipação de dinheiro agora para depois receber mais [...]” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 34).

Para os autores, a crise de 2008 teria escancarado as relações entre o dinheiro, as finanças públicas e o mercado. “[...] O ‘independente’ Federal Reserve utilizou 700 bilhões de dólares públicos para a compra de títulos podres privados” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 34). Isso não gerou inflação, muito menos engendrou expansão do crédito para a produção.

Assim, para que haja controle das necessidades pessoais e coletivas, é preciso que os detentores do crédito e do investimento sigam “pedalando” com a antecipação de recursos financiando projetos capazes de engendrar efeitos multiplicadores na renda, nos lucros e poupanças. Quer dizer, o governo forte, injetando dinheiro, quando necessário, fortalece a economia e não deixa a coisa desandar quando o sistema financeiro debandar.

“Previdência: contra os sindicatos, Dilma Roussef insiste na reforma”. A reportagem de André Barrocal, da edição 889, de 24 de fevereiro de 2016, página 16, afirma que a presidente oferece a reforma, mesmo com os protestos dos sindicatos, em troca do sim à CPMF.

Desde a guinada programática após a reeleição em 2014, há quem diga, segundo o autor, que a presidente Dilma Roussef poderia ter sofrido uma espécie de síndrome de Estocolmo depois de ser vaiada, ofendida frequentemente e ameaçada por processos de impeachment. Dessa maneira ela está parecendo afeiçoada pela agenda econômica dos que a agridem. Assim, ela acaba por apoiar uma medida defendida especialmente, pelo setor financeiro: a reforma previdenciária.

No entanto, mudanças demográficas recentes, baseiam as teses favoráveis à reforma. Os brasileiros estão vivendo mais e, por isso mesmo, haverá menos pessoas no futuro trabalhando, enquanto haverá muitas pessoas dependendo de benefícios previdenciários. Mas, ressalta o autor que apesar do aumento de 61% no contingente de segurados pelo INSS nos últimos anos sua despesa como fatia do Produto Interno Bruto ainda está sob controle.

Movimentos sociais, que historicamente apoiam o Partido dos Trabalhadores, tem se mobilizado contra a campanha da presidente em relação à reforma, além de aliados no próprio governo. “[...] De modo geral, os empresários são simpáticos às mudanças na Previdência. Vislumbram pagar menos impostos e enxergam possibilidades de incremento da produtividade da economia, com mais gente na lida por mais tempo” (BARROCAL, 2016, p. 19).

Mesmo assim, há quem diga que Dilma topa essa medida impopular para poder cobrar o retorno da CPMF para poder melhorar o caixa federal. O Partido dos Trabalhadores, no entanto, esfacelado pela Operação Lava-Jato, tem demonstrado pouco apoio. É esperar para ver o que acontece.

“Embarque para enfrentar a crise: melhoram as condições para escoar a produção nos portos” é a reportagem da edição 891 de 09 de março de 2016, página 33, escrita por Roberto Rockmann. Nela o autor comenta que estão sendo feitos investimentos públicos e privados, além de novos terminais marítimos com maior intermodalidade, melhorando as condições de escoamento da produção.

Complementando, o autor cita que os investimentos estão na faixa dos 51 (maior porte da iniciativa privada) bilhões de reais, com novas áreas e terminais de renovação de contratos que poderão ajudar o país a se tornar o líder mundial do agronegócio (setor responsável por 95% do comércio exterior do país). “Entre 2003 e 2015, a movimentação de cargas cresceu 70%, para 1,03 bilhão de toneladas no ano passado” (ROCKMANN, 2016, p. 37).

O autor ainda cita o argumento do ministro da Secretaria Especial de Portos, na época, Helder Barbalho, de que “crise é uma palavra proibida no setor” (ROCKMANN, 2016, p. 37), que poderá se tornar líder no segmento até 2022. Mas nem tudo é mar de rosas, comenta o autor, especialmente pelo fato de que nossos portos ainda precisam ter agilidade, característica que perdemos para qualquer outra nação. Isso afeta grandemente a indústria e entrava o comércio.

“Os juros e a saída pela política fiscal”. Esta reportagem, também da edição 891, de 09 de março de 2016, página 50, traz a tona, novamente a problemática dos juros e da política fiscal. Aqui, Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo afirmam que no Brasil dos juros aberrantes o que chama atenção é o desprezo pelo óbvio.

Para eles:

[...] A expansão da liquidez financia a aquisição de ativos já existentes, reais ou financeiros, como a recompra das próprias ações ou o aumento de

recursos líquidos a fim de acumular ativos financeiros e reforçar balanços, em vez de financiar a aquisição de bens e serviços. Novas bolhas de ativos (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 50).

Fazendo interpretação do que a revista, “quase bicentenária e conservadora”, *The Economist* diz: que os brasileiros não estão conseguindo ver o que está na frente de seus olhos, os autores criticam a constante alta dos juros no país. Segundo eles, a revista estaria desancando governos que abraçam a austeridade, trabalhando contra os estímulos fiscais.

Ainda afirmam que a revista surpreende ao afirmar que mercados ativos (acima de tudo na área de infraestrutura) e agências de classificação iriam olhar mais atentamente, e gentilmente o aumento da dívida pública se perceberem ativos frescos e produtivos do outro lado da balança.

Assim, Belluzzo e Galípolo (2016) afirmam que “qualquer semelhança com as ideias apresentadas na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes [...] não é mera coincidência” (p. 50). Além disso, os juros altos do Brasil contrastam com os extremamente baixos dos outros países neste momento de maior aperto. Para eles, a fetiche da liquidez transformou o mercado financeiro em uma pirâmide de apostas na valorização e desvalorização da riqueza “fictícia”.

Para completar, os autores argumentam que situações como essas que a revista inglesa apresenta, assim como a salvação da crise financeira norte-americana de 2008, não acontecem apenas em países desenvolvidos, defendendo que a saída, para momentos de recessão deve passar mesmo pelas ações de governo que saiba intervir da maneira correta, e no momento correto.

Por fim, afirmam também que “no Brasil dos juros mais altos do mundo, chama atenção o desprezo pelo óbvio. Burrice demais é esperteza” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 52).

“Como a recessão tem atingido os trabalhadores” é a reportagem da página 34 da edição 894 de 30 de março de 2016. Nela, Juliana Elias afirma que os trabalhadores são vítimas da irresponsável guerra política existente, e da mais grave recessão desde o fim da ditadura.

A autora cita o caso de uma brasileira, mãe de dois filhos, moradora da periferia de São Paulo que, assim como o marido, perdeu o emprego recentemente, tendo que se virar cortando gastos da família. Ainda afirma que nesses casos o “roteiro de sobrevivência”, segundo pesquisas, inclui, inicialmente, o corte de despesas supérfluas,

depois, os produtos de consumo básico terão que ser substituídos por marcas mais baratas, o plano de saúde, e, por último a faculdade e o plano de saúde. Como última etapa vem a venda do automóvel e a troca da casa, por exemplo, desfazendo-se de bens valiosos. Esta é a rotina dos brasileiros que ficam desempregados.

“A concorrência simultânea de perda de emprego, redução do número de trabalho para os autônomos e aumento de preços obrigam o corte de gastos” (ELIAS, 2016, p. 36). Ainda salienta que a inflação começa a dar indícios de retração, mas certamente irá eliminar mais empregos.

Isso tudo demonstra que os trabalhadores são os primeiros a sentir as mazelas dos momentos de recessão, e, com certeza, são os que possuem os impactos mais profundos em suas vidas, por possuir, em sua maioria, apenas a força de trabalho para comercializar. Mas argumenta a autora que o governo tem apresentado propostas no intuito de superar o grave momento econômico.

“A cobertura do ‘IV Fórum Brasil: Como retomar o crescimento’”. Essa temática, também da edição 894, de 30 de março de 2017, página 42, discute, por Roberto Rockmann, que o Brasil, recheado de bons projetos econômicos, tem pago um preço muito alto pelo prolongamento da crise política, e que a retomada do crescimento requer superar isso.

Também requer uma reforma fiscal, a racionalização da estrutura tributária, redução da burocracia, além de alguma flexibilidade nos gastos do Estado. Mas a maior dificuldade, na visão do então ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, seria construir um consenso político em torno de uma estratégia de solução, pois nenhum problema se resolveria num passe de mágica, ou numa ação política extremada.

Visando a retomada o governo estaria atuando em duas frentes: na externa, o câmbio desvalorizado permitindo o aumento das exportações e retração nas importações, baixando o déficit. Nesse aspecto, com o grande volume de reservas internacionais (370 bilhões de dólares) está mais tranquilo. Internamente a agenda de mudanças envolveria consolidação fiscal e controle da inflação, e a visão, naquele momento, era de que a inflação iria ter uma queda em breve.

Além disso, a medida recente, renegociando as dívidas dos estados para com a união, aliviaria para que estes pudessem voltar a investir. Outro desafio estava em controlar um pouco os gastos públicos, principalmente a parte de despesas obrigatórias, enquanto for necessário. A Previdência, hoje respondendo por 54% das despesas da união, deve ter atenção especial.

Para Delfim Neto, ex-ministro da educação, e colunista da *Carta Capital*, o país deve cuidar da questão externa, e continuar investindo em infraestrutura, pois, passados dois ou três anos da crise, o equilíbrio fiscal voltaria a normalidade.

Como podemos perceber, várias são as possibilidades, mas o problema não se resolve da noite para o dia. As crises são constantes e normais dentro do regime capitalista que vivemos. É saber administrá-las.

“A tentativa de reanimar a economia com o aumento do gasto público”. Edição 895, de 06 de abril de 2016, página 56. Carlos Drummond comenta aqui sobre a proposta do governo de aumentar a dívida e os investimentos para enfrentar a queda da arrecadação. “Os recursos vão para a saúde, defesa e exportações e incluem 9 bilhões em investimentos. A meta de superávit primário será reduzida de 24 bilhões de reais para 2,8 bilhões” (DRUMMOND, 2016, p. 56).

Os investimentos públicos seriam destinados às obras em estágio final, como a Ferrovia Norte-Sul e a transposição do rio São Francisco. Todas as iniciativas nesse momento, segundo a reportagem, se dariam na tentativa de “tirar o país do coma”, num momento em que a presidente parecia entrar nele, com o processo de impeachment em andamento.

“O superávit comercial em meio à instabilidade política e cambial” é a reportagem escolhida da edição 900, de 11 de maio de 2016, página 40, de Carlos Drummond. Segundo ele, o superávit comercial, naquele momento (de 4,86 bilhões de dólares), era recorde, mas a incerteza política, aliada à volatilidade cambial dificultavam as projeções.

Esse valor teria elevado o saldo positivo acumulado de janeiro a abril para 13,25 bilhões, o maior desde 1989. A indústria tinha crescido 1,4% em março de pois de uma queda de 2,7% em fevereiro. Além disso, outros indicadores positivos tinham melhorado as expectativas dos empresários, mas a volatilidade do câmbio e as incertezas políticas com a conjuntura nacional e internacional preocupavam.

Tudo isso nos faz lembrar o que a teoria marxista sempre apontou, ou, o fato de que a política e a economia andam sempre juntas, e precisam, por isso, estar alinhadas, especialmente num sistema em que as especulações tomam conta, e os investimentos devem ser certos.

Com a queda da presidente encaminhada, as perguntas eram muitas sobre o que iria virar o governo Temer, sobretudo em relação ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Havia o medo dele buscar valorizar a moeda nacional e, com isso, derrubar as

exportações. E, naquele momento, manter o câmbio competitivo era, segundo especialistas, o maior desafio brasileiro.

ABORDAGENS MOMENTO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT - 02 REPORTAGENS

“De volta ao passado: a crise política, o processo de impeachment e suas semelhanças com outros golpes” é a temática escolhida da edição 895, de 06 de abril de 2016, página 16, escrita por Mino Carta. Segundo ele, “é golpe, sim”. Vivemos novamente esta tragédia, e o autor se questiona quantos se dão conta disso.

No entanto ele concorda que a presidenta Dilma tenha errado muito nos últimos tempos, mas, não tem nada de desonestidade. Também salienta que “pedaladas fiscais são comuns nos governos brasileiros”. Desta forma cita alguns casos em outros grandes países, como Estados Unidos e França, de governos com baixíssimas popularidades e pouco apoio dos respectivos congressos, mas que conseguem terminar seus mandatos democraticamente.

“A verdade factual oferece largo espaço à raiva que hoje medra na chamada classe média, ódio desvairado insuflado pela ofensiva midiática. Vale acrescentar um adjetivo: irracional” (CARTA, 2016, p. 16).

Entre outras similitudes com o golpe militar de 1964, destacamos o autor comparar o fato de Cuba ameaçar, naquele momento, o imperialismo estadunidense, com sua recém, e bem-sucedida revolução com o fato atual de Lula ter tido excelente eficiência frente ao país, quando esteve no governo e sabem que ele daria continuidade a sua política, caso voltasse ao poder. “Resultaria no fortalecimento da aliança dos BRICS, que tende cada vez mais a tomar caminhos conflitantes em relação aos interesses norte-americanos” (CARTA, 2016, p. 17).

Ainda fala o autor que a revista *Carta Capital* se retém ao direito de se posicionar dessa forma, e defendendo o retorno no Estado de Direito, “destroçado pelo complô antidemocrático”.

“A sina latina: Brasil 1964, Honduras, 2009, Paraguai 2012” é escrita na mesma edição, 895, de 06 de abril de 2016, página 33. Aqui, Miguel Martins argumenta que a

história do golpe de 1964 contém importantes lições para o conturbado momento político atual.

A reportagem traz importantes acontecimentos históricos nacionais para demonstrar o quanto perdemos enquanto democracia nos períodos em que fomos governados por militares, e problematiza com os golpes nos outros países do continente.

VISÃO SOBRE AS MEDIDAS DE “RESTABELECIMENTO” DA ECONOMIA - 02 REPORTAGENS

“As medidas de Meirelles encaminham o desmonte na economia” é a reportagem da edição 903, de 01 de junho de 2016, página 42, na qual Carlos Drummond discute que as medidas do novo ministro golpeiam a população vulnerável sem uma garantia da retomada do crescimento.

Segundo ele, o maior ímpeto se dá nos setores voltados ao desenvolvimento do País e à proteção da parcela mais frágil da população. O outro lado seria uma reconstituição de parte das condições oferecidas na década de 1990, após o Consenso de Washington, de exigências do Banco Mundial e do FMI. Ou seja, medidas neoliberais que provaram seu valor ao levar à crise internacional de 2008, até hoje não superada.

As medidas, segundo o analista Mário Bernardini, diretor de Competitividade da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, as medidas não trarão melhorias nem no longo, nem no médio prazo. Para ele elas só trariam algum benefício caso fossem acompanhadas de imediato de uma redução de 3 pontos percentuais da Selic, na data, em 14% ao ano. Poderiam também liberar um pouco de depósito compulsório para os bancos, dando capital de giro às empresas.

Para Bernardini, o problema é a preocupação única do governo com o caixa. Outra coisa séria diz respeito à limitação dos gastos, o que desmontará a proteção social. Este ato afetará todos os setores dependentes dos serviços públicos, mas, sobretudo, a parcela mais pobre da população.

Finalizando, o autor ressalta que há um projeto ultraliberal em questão desde os anos 1990 nas mãos destas pessoas, tentando se implantar, mas que agora com a destituição do governo Dilma, é a grande oportunidade histórica, pois conseguiram

chegar ao poder sem o voto popular, e eles sabem que um programa desses, certamente não teria aprovação nas urnas. Veremos no que vai dar.

“[Previdência] O diagnóstico sobre o déficit está longe do consenso”. Reportagem extraída da edição 904, de 08 de junho de 2016, página 34. Carlos Drummond afirma aqui que o déficit é apenas uma miragem, pois manipulações nas receitas e desrespeito à Constituição transformam saldos positivos em números negativos.

O sistema previdenciário mais abrangente da América Latina estaria com os dias contados após o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ter enviado proposta à Câmara Federal, de uma Emenda Constitucional, reformando-a. Segundo a reportagem, “há no país 24,5 milhões de aposentados e pensionistas, 8,6 milhões no meio rural, e dois terços recebem um salário mínimo por mês” (DRUMMOND, 2016, p. 34).

Segundo o governo, o principal problema das contas públicas seria um déficit previdenciário crônico. Mas este diagnóstico estaria longe de um consenso, pois, se considerarmos todas as receitas que estão previstas na Constituição Federal os saldos passam a ser positivos e suficientes para financiar todos os gastos governamentais com previdência, saúde e assistência social, segundo Denise Gentil, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para ela, o resultado do total de receitas e despesas é amplamente superavitário, e demonstra isso com números na reportagem. Ainda argumenta que a discrepância entre os números decorre de uma manipulação, pois o governo não apresenta os três orçamentos que nossa lei maior determina (Fiscal, da Seguridade Social e o de investimentos das estatais), deixando de lado o fiscal.

E ela não está sozinha nessa análise. O diagnóstico do economista Milko Matijascic, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) segue nesse mesmo direcionamento. Eles afirmam que a deturpação de informações é chave para incutir-nos uma ideia depreciativa do sistema. E o que é pior é que “um dos principais abusos do dinheiro desviado das receitas é o pagamento de juros da dívida pública” (DRUMMOND, 2016, p. 36). Esse é o problema das finanças do governo nos últimos anos, verdadeiramente.

E, “as visões opostas sobre as contas correspondem a interesses de classes antagônicas, conclui um trabalho do economista Eduardo Fagnani, da Unicamp” (DRUMMOND, 2016, p. 36). As conquistas da classe trabalhadora, nas décadas de 1970 e 1980 estariam contrariando os interesses dos detentores da riqueza. E, entre os

recursos da Previdência, desviados de suas originais finalidades, constam também as desonerações concedidas às empresas. Ademais, os estudos recentes dão indícios do quanto as empresas sonham contribuições previdenciárias no país. Isso tudo demonstra, mais uma vez, para quem o governo que tínhamos na época, e ainda mais o atual, buscam governar.

VISÃO POLÍTICO ECONÔMICA PÓS DILMA - 09 REPORTAGENS

“O retorno à plutocracia”. Edição 902, de 25 de maio de 2016, página 32. Nesta reportagem, de Jonathan Watts, afirma que o governo de Michel Temer espelha o retorno à plutocracia. Para ele “[...] o patrício de 75 anos rapidamente mostrou seus instintos conservadores com uma seleção principalmente branca de ministros” e nenhuma mulher no comando de frente. É a antiga elite brasileira, “mais uma vez no leme” (WATTS, 2016, p. 32).

Ademais, “[...] ele declarou que o mote de seu governo seria ‘Ordem e Progresso’, o slogan positivista que adorna o símbolo do País” (WATTS, 2016, p. 32). O autor argumenta sobre reportagem recente da revista *Veja* (o que ele chamou de porta-voz da direita conservadora nacional), a qual exalta a figura da ex-miss, e agora Primeira Dama, Marcela Temer, na reportagem “Bela, recatada e do lar”. Já Rousseff, segundo o autor, era a antítese da visão direitista de feminilidade.

Também nos lembra Watts (2016), a despeito de julgarem a ex-presidente, o fato de muitos dos seus acusadores ter em seu histórico, crimes muito mais sérios. O próprio Temer que já enfrentara um pedido de impeachment e foi vetado de disputar cargos políticos por oito anos, devido a violações eleitorais, além de outros.

No entanto o que ele realmente quer trazer à tona é que voltamos no tempo, retrocedemos ao entregar o poder novamente a velhos figurões, de pouca reputação, após a destituição de Dilma por uma desculpa esfarrapada de “pedaladas fiscais”, praticada também por governos anteriores e não encarados dessa forma.

Por fim ele afirma que muitos duvidam que um governo formado predominantemente por brancos e homens possa unir (primeira fala do novo presidente)

um dos países de maior diversidade étnica do mundo, especialmente pelo foco principal em cortar gastos no intuito de atrair investimentos estrangeiros.

“A sociedade não cabe no orçamento de Michel Temer”. Edição 902, de 25 de maio de 2016, página 46. Esta reportagem, de Luiz Gonzaga Belluzo e Gabriel Galípolo os autores afirmam que no pós-impeachment, a sociedade não caba mais no orçamento. Os autores lembram uma afirmação de Fernando Henrique Cardoso, de 1998, pouco antes de assumir seu segundo mandato, quando ele diz que tudo o que ele mesmo dizia sobre déficit fiscal seria tudo “meias verdades”, não que ele não tenha sua importância, mas a questão verdadeiramente necessária a ser combatida seria o déficit cambial.

Para o senso comum, no entanto, a questão da estabilização monetária repousaria sobre a cabeça de FHC. Eventuais lacunas teriam sido sobrepujadas pelo retorno do financiamento externo, e o conseqüente crescimento das reservas cambiais. A deflação dos mercados globalizados por volta dos anos 1990 permitiu a volta dos fluxos de capitais.

O que teria feito FHC alcançar, na verdade, a presidência da república na década de 1990, e a reeleição, foi, justamente, seu plano de estabilização monetária, mas, ao longo de seus mandatos os receios da supervalorização da moeda se materializaram no país. Durante seus dois mandatos, e ainda atualmente, o discurso predominante denunciava a fragilidade fiscal brasileira, decorrente dos gastos em excesso do governo com a seguridade social.

De lá para cá, argumentam os autores, o superávit primário nunca mais alcançou o déficit da dívida, maior quase 5 vezes. E há uma ostentação, pelo Brasil, das taxas reais dos juros mais elevados do mundo, num período em que nossa economia está sendo inserida internacionalmente.

“[...] Agora, na posteridade do *impeachment* do sufrágio universal, as meias verdades afirmam que a sociedade não cabe no orçamento. Isso enquanto os *socialites* repousam sua riqueza nos paraísos fiscais e os “juristas” fazem a festa” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 47).

“O Brasil põe em risco o pré-sal e o futuro”. Reportagem da edição 910, de 20 de julho de 2016, página 32. Na reportagem de Carlos Drummond ele afirma que possuíamos, naquele momento a mina, mas perdemos o mapa, se referindo ao fato de o Brasil ter se perdido no jogo geopolítico pondo em risco o pré-sal e o futuro do país.

O autor diz isso ao ver o Brasil na iminência de entregar um de seus maiores patrimônios ao capital externo: a Petrobras, empresa detentora, entre outras coisas, da

melhor tecnologia do mundo para exploração do petróleo em águas profundas. Diz isso por conta do projeto do senador licenciado, e no momento, ministro das Relações Exteriores, José Serra, de eliminar a obrigação da Petrobras na exploração do pré-sal.

E o problema não se resumiria a isso apenas, pois, concordando com o professor de Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ronaldo Fiani, ele entende que precisamos de uma estratégia nesse setor diante de um confronto geopolítico global, à vista do que conseguiu no passado o estrategista Getúlio Vargas, que teria se aproveitado do confronto da Segunda Guerra, se aliando aos Estados Unidos, mas recebendo em troca condições de investir em infraestrutura.

Numa entrevista com Ronaldo Fiani, ele alerta que “energia, geopolítica e guerras sempre tiveram ligadas [...]” (DRUMMOND, 2016, p. 32). A expressão mais direta de poder dos Estados, na verdade, seria sua capacidade de fazer guerras, e, a partir do século XIX começou-se a fazer guerra em escala industrial, aí a capacidade de o Estado projetar passou a depender da produção de armas, navios, munições, etc. A questão do petróleo, então, de poder gestar o principal combustível na atualidade faz parte de uma gestão de soberania nacional.

O problema é que, quando o petróleo passa a substituir o carvão, pela sua melhor eficácia, descobriu-se que suas maiores reservas estavam em lugares onde o capital não reinava, e, de lá para cá as grandes potências sempre estiveram sob ataque, pelo *soft*, ou pelo *hard-power*, buscando tomá-los dos países produtores.

Outra coisa é a disputa atual entre Estados Unidos e China, pela integração comercial e econômica, especialmente na Eurásia (Ásia + Europa), mas também na tentativa da China de “tomar” o continente sulamericano do primeiro. A China tem bilhões investidos em empresas petrolíferas brasileiras, e o Brasil se encontra no meio do jogo político. Deveria saber lutar e tirar proveito para nosso país, mas não é o que fazem os representantes, neste momento.

Por aqui, desde sempre, reinaram as políticas protecionistas, mas, agora, de uma hora pra outra, resolve-se entregar de mão beijada um de nossos maiores bens, que garante parte de nossa soberania. “É por isso que pensar hoje a questão energética do País como um problema única e exclusivamente econômico [...] é pensar de uma forma totalmente errada” (DRUMMOND, 2016, p. 35).

“A CNI e o aumento da jornada de trabalho”. Reportagem da edição 910, de 20 de julho de 2016, página 36, que aborda a temática relacionada ao aumento da duração do trabalho e a redução dos salários, o que prejudicará a demanda. No entanto, essa

questão não parece preocupar a CNI (Confederação Nacional da Indústria) argumentam os autores Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo.

No Brasil das soluções rápidas, há n proposições de melhoria na economia, até mesmo a possibilidade de aumentar a jornada de trabalho semanal para 80 horas. O autor salienta que há o argumento de que essa mesma reformulação se deu na França, mas foi o que justamente criou caos ao presidente francês, François Hollande.

Os autores ainda fazem uma explanação do livro de Karl Marx, *Grundrisse*, para explicar que o trabalhador, e sua prestação de serviço, embora seja também consumidor das mercadorias criadas no capitalismo, é visto apenas como despesa, pela classe empresarial. Assim, o capital seria a “contradição viva”. Também que o primeiro que percebeu que a melhoria na qualidade do serviço e do próprio salário aos trabalhadores traria retorno também ao capitalista foi Henri Ford. Por isso mesmo que até meados dos anos 1970, quando se adotou o fordismo pelas principais empresas as economias desenvolvidas prosperaram.

A partir dos anos 1980, porém, a liberalização das contas de capital e a desregulamentação financeira e comercial fez com que as empresas passassem a buscar se consolidar em países que oferecessem melhores condições de produção (com baixos salários, câmbio desvalorizado e perspectivas de crescimento acelerado). Isso estimulou a flexibilização das relações trabalhistas subordinando a renda das famílias ao número de horas trabalhadas, principalmente nas economias desenvolvidas. Isso baixou, da década de 1970 para cá, o número de 58% de famílias de classe média nos Estados Unidos, para algo aproximado a 35% em 2014.

Agora essa tendência acaba chegando, mesmo que mais tarde, aos demais países, em desenvolvimento. Assim, enquanto os detentores da riqueza financeira apropriam-se cada vez mais do “tempo livre”, aos operários, cada vez mais se propõe o aumento das horas trabalhadas, em condições precárias, ameaçados sempre pelo risco de perder o emprego e o pouco que ganham, “[...] obrigados a competir desesperadamente pela sobrevivência” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 37).

“Brasizilionários: A fortuna que uns tentam ocultar e outros querem exibir”. Edição 913, de 10 de agosto de 2016, página 63. Nesta reportagem, de Marsílea Gombata. Aqui a autora apresenta-nos casos como o de Eike Batista, que sempre se orgulhou de sua imagem de *self-made man* (auto-sucesso), mas que, na verdade, acumulou fortuna regada a figuras influentes e à ligação íntima com o governo.

Pessoas como Eike, relata a autora, sempre tentam vender essa imagem, de enriquecimento por conta de seu esforço particular. Dessa forma, sua fama sempre instigou aqueles que não conhecem as artimanhas das elites, acreditando que exista uma “receita mágica” para o sucesso.

Entretanto, Alex Cuadros, jornalista que tinha amplo conhecimento das pessoas desse meio, acabou adquirindo subsídios o suficiente para escrever a respeito, demonstrando que no Brasil, muitas fortunas acabam surgindo da promiscuidade com o governo e a corrupção. E, ressalta que, apesar da diferenciação com países como Noruega, ou Estados Unidos, o Brasil também se mostra terreno fértil para o surgimento de bilionários. Entre os nomes que Cuadros apresenta em sua obra, *Brazilionaires*, com enorme concentração de capital, estão Paulo Maluf, Edir Macedo, Sebastião Camargo, Jorge Paulo Lemann, Marcelo Odebrecht, Roberto Marinho, Abilio Diniz e Blairo Maggi, todos com situações parecidas.

Alguns destes tentam esconder suas fortunas, outros fazem questão de exibi-las. O que é fato é que todas elas muito pouco tem a ver com a ideia falsa do *self-made man*. Eike Batista, e seu caso, servem de inspiração para o autor, demonstrando no livro sua carreira de sucesso, até atingir o ápice (com reservas na casa dos 20 bilhões de dólares) e sua decadência (chegando ao saldo devedor de 1 bilhão).

Para finalizar, Cuadros deixa claro em sua obra que para ele esse é o ponto: “[...] a relação entre o dinheiro privado e o poder público no Brasil é mais intensa do que em quase todos os demais países” (p. 66).

“O paralelo entre Macri e Temer”. Reportagem da edição 914, de 17 de agosto de 2016, página 48, de Eric Nepomuceno. Aqui o autor argumenta que tirando a parte de ter sido eleito de forma legítima, enfrentando maior resistência, Macri seria um paralelo perfeito para nosso presidente, à época, Michel Temer.

Para o autor o Brasil de Temer é a Argentina falada em português e vice-versa. Além da diferença notória a chegada do poder, Macri, na Argentina, porém, enfrenta muito maior resistência por parte da população, muito mais politizada, segundo o autor, e ainda com bom poderio por parte dos sindicatos.

Por lá, algumas das medidas mais austeras foram suspensas por parte da justiça argentina, como o aumento de até 700% nos serviços públicos (luz, gás, transporte). Com desemprego crescente, e inflação acima dos 40% anuais e o autor argumenta que não se sabe hoje dizer qual o preço que vai ser pago no final pela volta do neoliberalismo exacerbado.

Ademais, desde a chegada de Macri ao poder, medidas que beneficiam o capital internacional apareceram entre as primeiras do governante. Acordos realizados entre a Argentina e credores externos foram atropelados. Voltaram as febres das privatizações. Outra coisa parecida com aqui, o presidente acabou coalhando seu governo, no qual, as principais empresas estatais ficaram nas mãos de líderes empresariais do setor privado, além de outras atitudes como a mudança na política externa, aliada à Washington, e o corte de gastos sociais.

“Para completar o quadro, lá – como cá, ou vice-versa – há uma intensa politização da Justiça, sempre com a cumplicidade unanime dos meios hegemônicos de comunicação” (NEPOMUCENO, 2016, p. 50). Por fim, o autor afirma que os dois países nunca estiveram tão alinhados e alienados. Quando acordarem, podem perceber que o sonho de integração poderá ter virado pesadelo.

“A quem interessa a terceirização: a medida traz riscos para a democracia e o próprio sistema capitalista”. Edição 919, de 21 de setembro de 2016, página 35. Nesta reportagem, de Carlos Drummond, ele afirma que a terceirização é lucrativa para as empresas, mas fragiliza o trabalhador e traz riscos para a democracia e o próprio sistema capitalista. Salienta que a proposta já passou pela Câmara Federal e deve passar também no Senado e também que isso seria um retrocesso à mais de 190 anos, pois somente as Constituições de 1824, e a de 1891 possuíam tal flexibilidade.

A lei irá alterar o fato de que as empresas poderão contratar terceirizados para realizarem atividades-fim (o produto da mesma) em sua empresa. Naquele momento vigorava a lei que permitia apenas terceirizados para realizar atividades-meio (aquelas que não têm relação com o produto final – como limpeza, por exemplo). Ou seja, precarizando ainda mais as condições de trabalho, retirando responsabilidades trabalhistas das empresas.

Entre as peripécias da terceirização a reportagem elenca os fatos de que “empresas terceirizadas com frequência pagam mal, descumprem legislação, forçam atividades insalubres e arriscadas, têm alta rotatividade, fraudam contratos e sonegam informações” (DRUMMOND, 2016, p. 39).

Maximiliano Garcez, advogado de entidades sindicais e diretos para assuntos legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas e integrante do Fórum da Terceirização, adverte que “trata-se da regulamentação do trabalho escravo contemporâneo” (DRUMMOND, 2016, p. 39).

Ainda, para o autor, “as vantagens da terceirização para as empresas são tão evidentes quanto os prejuízos aos trabalhadores, mostram o noticiário e milhares das ações na Justiça” (DRUMMOND, p. 39).

“O governador do Piauí defende o uso de investimento público para tirar o país da crise”. Edição 920, de 28 de setembro de 2016, página 30, reportagem de Sergio Liro. O autor argumenta que Wellington Dias (Partido dos Trabalhadores), governador do Piauí, defende o uso de parte das reservas cambiais no estímulo à economia. Isso evitaria outros decretos de calamidade, como aconteceu no Rio de Janeiro (o que desabaria a nota de risco Brasil), recentemente, além de evitar uma piora no cenário econômico geral.

O governador ainda argumenta que a dívida pública dos estados é muito concentrada: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul respondem sozinhos por 87% dela. Piauí e Tocantins não devem nada à União. “Mas temos contas a pagar. E não me parece natural, justo, que o governo federal negue um repasse de 14 bilhões de reais. É um dinheiro nosso, gerado pela Lei Kandir” (LIRO, 2016, p. 30).

O governador estava convicto de que o Brasil precisa de crescimento, mas mais ainda de que este crescimento só poderia vir do investimento público, pois o setor privado não consegue fazer isso sozinho. No mundo todo, segundo ele, o Estado é quem sempre dá o primeiro passo. E cita o fato de que há cerca de 30 mil obras espalhadas pelo país, paradas. Imagina se o governo decidisse reativá-las? Geraríamos, no mínimo, 1 milhão de empregos, e poderíamos usar parte das reservas cambiais, cujo custo de manutenção é muito alto.

Para ele, o Brasil já possui mais do que o suficiente de reservas cambiais em dólares (em torno de 380 bilhões). 350 bilhões é o suficiente para uma eventual necessidade, acima disso, poderiam ser reinvestidos, segundo Wellington. Em resumo, ele afirma, por fim, que é mentira que não tem de onde tirar dinheiro, e que há, sim, falta de vontade política.

“O economista Pedro Rossi desconstrói as falácias do mercado sobre as variações do Real”. Edição 928, de 23 de novembro de 2016. Reportagem de Carlos Drummond. Nesta reportagem, que é uma entrevista com o economista da Unicamp, Pedro Rossi, o autor afirma que com a vitória de Trump nos Estados Unidos, com um possível protecionismo por parte deste, haverá uma tendência para a manutenção das taxas de juros muito altas, e, com a abertura excessiva de nossa economia poderá se fragilizar a posição brasileira cambial.

“Entre a quarta-feira 9, quando o resultado eleitoral foi divulgado, e a segunda-feira 14, o dólar subiu 8,65% e atingiu 3,45 reais” (DRUMMOND, 2016, p. 40). Com isso o autor prevê o ressurgimento das falácias em relação a moeda e sobre seus supostos horrores com sua desvalorização.

O autor então argumenta que o dólar mais caro afeta a vida de todas as pessoas, mesmo as que não viajam para o exterior, tampouco compram em dólar, porque, as empresas compram e seus produtos, nas prateleiras de mercado, aumentam. Porém, ninguém vive só de comprar, as pessoas também trabalham, e o emprego dependerá da competitividade das empresas de cada país, afetada pela taxa de câmbio.

Todavia, como o país inteiro não vive apenas do consumo, mas também da produção, por isso, tornar os importados mais baratos pode levar à falta de renda para comprá-los, pois estes substituem empregos e produção doméstica. Isso deve afetar a todos. Ao mesmo tempo, tornando os produtos importados mais caros, o câmbio pode incentivar o investimento dos empresários locais, aumentando sua capacidade produtiva e gerando empregos.

No entanto, a dinâmica cambial pouco tem a ver com a situação econômica do país, ou com o descontrole fiscal. O governo sempre teve déficit nominal, na verdade. Assim, “a desvalorização não é necessariamente um mal, pois a contrapartida da piora no poder de compra pode ser uma melhora na capacidade produtiva” (DRUMMOND, 2016, p. 42).

Como sempre, assuntos complexos, como todos são na área da política e da economia, e por isso mesmo carecem de bastante diálogo e compreensão, não sendo possível analisá-las de maneira simplória. Assim, o autor argumenta que alguns economistas sustentam uma posição ideológica de que todos os males são decorrentes do déficit fiscal, mas não é tão simples assim.

O que acontece é que ao longo dos últimos tempos nossa indústria nacional vem se deteriorando com longos períodos de câmbio apreciado e nossa rede doméstica foi sendo gradualmente substituída por produtos estrangeiros. Isso transfere renda e emprego para fora. Vários brasileiros, nesses períodos, viajavam e consumiam no exterior, mas a indústria local foi amplamente prejudicada.

O que importa salientar, dessa forma, é que a estabilidade comercial e econômica é sempre a melhor saída, para que se possa ter previsibilidade e o câmbio é uma ferramenta de política econômica, sendo assim, não deve ser deixado a mercê das expectativas volúveis do mercado financeiro. É preciso ter controle.

“A aposentadoria cada vez mais distante”. Edição 931, de 14 de dezembro de 2016, página 34. Reportagem de Carlos Drummond, que afirma que as propostas do governo, como a da Reforma Previdenciária e a do Teto de Gastos, fustigam os pobres, mas deixam rentistas a salvo. Opções menos danosas à sociedade são descartadas.

Ainda argumenta o autor que a proposta de alteração da Previdência apenas completa a de Teto de gastos, sendo elaborada para pouquíssimos acessarem o benefício e defende que estender de 10 para 25 anos o tempo de contribuição para que se possa aposentar e condicionar a aposentadoria integral a 49 anos contribuindo é abusiva, concordando com Denise Gentil, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A mesma imagina uma redução de 76% da aposentadoria em geral, caso a proposta seja aprovada.

Além disso, “terão pior saúde e maior deterioração nas suas capacidades de trabalho, por permanecerem em atividade durante um período mais longo. Contribuirão por mais tempo e usufruirão por um intervalo mais curto” (DRUMMOND, 2016, p. 34).

O autor ainda salienta que a baixa dos juros poderia ser mais eficaz para estimular a produção, criar empregos e aumentar as contribuições à Previdência, mas, diminuir os lucros dos rentistas parece não ser prioridade. Por isso a austeridade no país é sempre seletiva, fazendo com que os trabalhadores, funcionários e aposentados paguem a conta.

Além de poupar os rentistas há a opção também por poupar a classe empresarial, dispensados de devolver as isenções tributárias recebidas. Os rentistas, com medo de que o Estado não consiga arcar com a dívida pública, pressiona o governo para que esse crie medidas nesse sentido.

Ademais, a austeridade tem demonstrado ser o fracasso, desde 2008, em vários países no mundo, bastaria o governo constatar a Grã-Bretanha, mais ferrenha adepta da austeridade nos últimos anos e verificar sua situação atual, mas Michel Temer também não estaria preocupado com isso. Assim, os trabalhadores irão pagar as contas sozinhos. O pior é que economistas renomados afirmam que desculpa de que isso fará a economia crescer não se sustenta também por aqui.

VISÃO CONTEXTO GERAL DO BRASIL E DO MUNDO NO CAPITALISMO - 16 REPORTAGENS

“Os sinais de agravamento da crise mundial” é tema da edição 885, de 27 de janeiro de 2016, na página 52. Aqui Carlos Drummond argumenta que o mundo vive novamente o temor de uma hecatombe. Os sinais todos inspiram cautela, segundo o colunista, pois os países, em boa parte, ainda tentam se recuperar da crise de 2008.

Cita o autor que na quarta-feira passada, dia 20, as principais bolsas do mundo sofreram perdas. A de São Paulo, por exemplo, caiu 1,08%. Na Alemanha, os mercados de ações refluíram 2,81%; 3,45% na França; 4,83 no Reino Unido, 3,71% no Japão e 3,82% na China. Entre outros motivos, a queda teria sido provocada pela nova queda do preço do barril do petróleo para 30 dólares no dia 11 de janeiro, algo que não acontecia há 12 anos. Até mesmo o menor crescimento da China nos últimos 25 anos, de 6,9% ao ano, aumentaram as incertezas.

A queda do petróleo se dá por vários fatores, que vão desde a recessão econômica global, baixando o consumo, até a maior eficiência no uso dos combustíveis, atualmente. O comércio global e os empréstimos também têm se contraído, além de os principais bancos europeus estarem anunciando aos seus clientes que está por vir um grande “cataclismo econômico”. Algumas irregularidades do sistema financeiro de 2008 parecem persistir.

Entretanto, ressalta o autor que a situação é pior para países emergentes como o Brasil, África do Sul e Índia, por exemplo, que contraíram muitas dívidas com prazos muito curto. Por isso, em nosso país, as autoridades mantêm os juros altos e não querem ouvir falar em outra coisa que não o corte de gastos e o equilíbrio nas contas públicas.

“A Índia na dianteira do crescimento econômico mundial”, reportagem de Carlos Drummond, da edição 896, de 13 de abril de 2016, página 38, que discute que as políticas deste “elefante em aceleração”, avessas ao consenso da austeridade, vem conquistando a dianteira da expansão econômica mundial.

Afirma Drummond que Brasil e Índia, no ano de 2014, possuíam indicadores econômicos bem próximos (PIB Brasil de 2,5 trilhões de dólares – sétimo no ranking mundial) e o indiano (2,05 trilhões – nono lugar). Dentro de dois anos o cenário mudou. “A Índia, economia de maior crescimento no mundo em 2015, com uma expansão de 7,5% e previsão de alcançar a mesma taxa neste ano, ultrapassará o Brasil, com variação

negativa de 3,8% em 2015 e projeção de um novo recuo neste ano, de 3,73%” (DRUMMOND, 2016, p. 38).

No Brasil, o preço baixo do petróleo ajudou para isso acontecer. Na Índia, a manutenção dos preços baixos, ajudando nas contas do governo e queda da inflação. Ademais, e mais importante, a Índia tem ignorado a maior parte das recomendações dos organismos internacionais nas últimas décadas. Sua economia é regida por planos quinquenais, e em vez de privatizar, praticou políticas de desinvestimento, com vendas de parte das ações das empresas públicas, mantendo o controle estatal, e os bancos estatais respondem por 80% da oferta do crédito.

Além disso, a política cambial vem protegendo a produção nacional, favorecendo as exportações. A política fiscal é expansionista. No Brasil, como vemos o quadro é outro, sobretudo porque, segundo o autor, há um histórico de obediência aos ditames do FMI e do Banco Mundial e falta de planejamento de longo prazo. Resultado: a crise econômica atual.

“Triste história de um paiseço que poderia ser o paraíso terrestre” é a reportagem destacada por nós da edição 898, de 27 de abril de 2016, página 16. Nela, Mino Carta afirma que o “golpe em andamento”, naquele momento, tinha inspiração paraguaia e hondurenha e conferia ao Brasil a condição de republiqueta nos empurrando a uma rota imprevisível.

O autor compara a situação do Brasil com um filme intitulado *Sem Evidências*, cujo filme se condenava, sem provas, três adolescentes, indefesos, pelo ato de terem, supostamente, praticado crime de abuso sexual com outra menor. Somente 18 anos mais tarde a Suprema Corte, ao reanalisar os fatos, coloca os jovens em liberdade.

Para Mino, os autores do golpe imitam os casos de Honduras (2006) e Paraguai (2012), e, “[...] alegam motivações que confiam cegamente na ignorância e na parvoíce da nação. Pasmem: e acertam, e levam, como *Carta Capital* temiam na sua edição passada” (CARTA, 2016, p. 17).

Por fim ele afirma que somos o que somos e isso é inegável. Um paiseço que, pelo desenho e potencialidades que possui, foi destinado pela natureza a ser um paraíso terrestre, mas que, na prática, entregue a sua própria desgraça, consegue se tornar nisto mesmo, com contribuição dum evangelismo galopante e boçalidade demente enterrando nossa democracia.

“O avanço das direitas está atrelado à perspectiva de crise”. Edição 903, de 01 de junho de 2016, página 50. Esta reportagem diz respeito ao crescente reaparecimento

de grupos e militantes desta ideologia política pelo mundo que, quase sempre, aparece junto às recessões. O autor, Antonio Luiz Costa, cita o caso austríaco onde, recentemente, um partido com características liberais desbancou, nas eleições presidenciais, em primeiro turno, os dois principais partidos do país (um de centro-esquerda e outro de direita), deixando-os em quarto e quinto lugares.

O Partido da Liberdade (FPÖ), que saiu vencedor do primeiro turno (mas perdeu para outro mais moderado no segundo), com Norbert Hofer, por sinal, só tem liberdade no nome mesmo, segundo o autor, até porque a imagem ilustrada na sua bandeira, desde sua fundação, em 1956, possui a flor de centáurea, usadas pelos nazistas austríacos do século passado. Assim como acontece na França, onde os políticos negam sua identidade neonazista.

“Que o alívio não faça esquecer a seriedade da advertência. O FPÖ segue favorito para as eleições parlamentares que devem acontecer até 2018 [...]” (COSTA, 2016, p. 51). Na verdade, a extrema-direita faz avanços em toda a Europa, segundo o autor, até mesmo na Alemanha, onde até pouco tempo eram tidos como marginais. “Na Hungria e Polônia, governam partidos de ultradireita com uma mensagem autoritária[...]” (COSTA, 2016, p. 51).

Entretanto, ressalta Costa (2016) que este não é um fenômeno exclusivamente europeu. Em Israel, o general Yair Golan advertiu que vê essas mesmas tendências acontecendo em seu país, sendo em seguida duramente criticado após isso pelo chefe do governo, Benjamin Netanyahu, e obrigado a se desdizer. “Nos Estados Unidos, Donald Trump acaba de se tornar o candidato republicano com um discurso xenófobo e nacionalista” (COSTA, 2016, p. 52).

Ainda há os casos de Turquia, das Filipinas, Peru, e o caso do Brasil com o candidato Jair Bolsonaro, em ascensão. “É difícil ver em tudo isso meras coincidências. Há exceções, mas uma onda de radicalismo direitista se afirma em grande parte do mundo” (COSTA, 2016, p. 52).

Finalizando, o autor compara os fatos ao momento econômico delicado pelo qual temos passado na última década, em que, mesmo as grandes nações, caso dos Estados Unidos, têm crescimento insignificante. E afirma que mesmo a chamada “terceira revolução industrial” não foi capaz de possibilitar grandes avanços econômicos ao mundo, mas sim, o momento é daqueles que, assustados com o medo das incertezas, acabam por eleger aqueles que, supostamente, oferecem um suporte mais rápido e lhes garantam alguma segurança.

“O poder de manipulação que as redes sociais e buscadores têm”, edição 889, de 04 de maio de 2016, página 44 trazia à discussão uma temática que logo iríamos descobrir sua importância, no pleito presidencial de 2018, e, obviamente totalmente condizente com nossa pesquisa, o poder da mídia, mais precisamente, das redes sociais e buscadores. Aqui Antonio Luiz Costa afirma que pesquisas confirmam seus poderes de manipulação da opinião pública, sem que esta se dê conta.

O autor chama a atenção de a internet ter transformado a trama sobre a qual se constroem relações econômicas diversas (produção, comércio e finanças), mas também a cultura, a própria vida cotidiana e o poder do Estado. E afirma que os próprios funcionários da empresa de Marck Zuckerberg (dono do Facebook) perceberam estas questões a ponto de realizarem pesquisas internas do quanto a rede social pode influenciar na chegada ao poder de pessoas como Donald Trump, nos Estados Unidos.

Assim Costa (2016) destaca que desde 2008 o Facebook tem a capacidade de elencar os gostos e preferências dos cidadãos, vendendo a empresas privadas, para que estes possam usar essas informações para lhes transmitir informações específicas.

Para isso, “bastaria a empresa usar os detalhados dos perfis dos usuários à sua disposição para identificar sua inclinação política, encorajar eleitores afinados com seus interesses e direcionar dicas de lazer e jornalismo de entretenimento aos contrários [...]” (COSTA, 2016, p. 44).

Outro dado interessante é de que, “nos Estados Unidos, 64% dos adultos a rede e 30% acessam notícias por meio dela, um público muito maior que o de qualquer jornal ou rede de tevê a cabo [...]” (COSTA, 2016, p. 45). E, no Brasil, oito em cada dez usuários da internet, estão na rede Facebook.

Ainda mais impressionante ainda seria a eficácia do Google. Pesquisas já foram realizadas entre os usuários para saber sua intenção de voto, ou em relação a algum assunto específico antes e depois dessas pessoas analisarem mais a fundo determinada situação no buscador, com impressionantes resultados.

Explica o autor que o Google se tornou a principal “porta de entrada do conhecimento”, e é bom em dar informação procurada nas primeiras posições. “[...] Cerca de 50% dos nossos cliques vão para os dois primeiros itens, e mais de 90% para os dez primeiros” (COSTA, 2016, p. 46).

E mais, por conta destas questões “os pesquisadores estimam que, atualmente, o Google pode virar o resultado de 25% das eleições nacionais no mundo sem ninguém se dar conta[...]” (p. 46). Por conta disso ele argumenta que num futuro não muito distante,

nenhuma democracia estará garantida se buscadores, redes sociais e meios de conexão diversos não estiverem sujeitos a fiscalização, tal qual acontece atualmente.

“É preciso evitar uma falsa inserção internacional do Brasil”. Reportagem da edição 900, de 11 de maio de 2016, página 44. Nela, Celso Amorim afirma que precisamos ficar atentos à falsa inserção brasileira por meio de tratados internacionais injustos.

Amorim (2016) argumenta que frequentou, recentemente, um evento em Nova York sobre “mega-acordos comerciais”. Ressalta que a maioria dos propositores eram norte-americanos e que coube a ele e uma pesquisadora de Genebra avaliar aspectos internacionais e efeitos desses acordos para os países emergentes e afirma que os tais acordos foram duramente criticados devido à falta de transparência e pelos conteúdos que, via de regra, privilegia interesses das empresas transnacionais e desprezo sobre os impactos para os trabalhadores e população em geral.

No entanto, ele argumenta que o assunto tem sido frequente nos debates eleitorais nos Estados Unidos, mas também no Brasil. Alerta-nos que um dos pilares do “novo governo”, Michel Temer, caso o impeachment de Dilma se conclua, deverá reformular estratégias políticas, sobretudo reformular nossa política externa. Em sequência ele elenca algumas características desses acordos comerciais que volta e meia vem à tona, numa tentativa de empurrarmos a aceita-los.

Por fim, Amorim se diz surpreso ao ouvir representantes nacionais, porta-vozes da indústria brasileira, e, por isso, sempre queixosos de nossa desindustrialização, aceitarem prontamente acordos desse gênero. Destarte ele coloca que temos de exercer toda a nossa capacidade de resistência se não quisermos nos consolidar historicamente como um país dependente e subdesenvolvido. “[...] Não haveria pior momento para fragilizar a unidade do Mercosul e partir em busca de uma ilusória inserção internacional por meio de acordos desequilibrados e injustos” (AMORIM, 2016, p. 45).

“O fim do neoliberalismo pode estar próximo”, segundo a edição 904, de 08 de junho de 2016, página 38. Pelo menos é o que afirmam Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo, na reportagem. Para eles, o nacionalismo xenófobo de Donald Trump, o referendo sobre a permanência ou não do Reino Unido na União Europeia, entre outros fatores, poderiam ser sintomas de uma nova política internacional.

Desde os anos 1970, segundo os autores, a reestruturação do capitalismo passou por mudanças de cunho neoliberal no modo de operação das empresas, na integração dos mercados e sobretudo nas relações entre o poder do capital e o Estado. “O

verdadeiro sentido da globalização é o acirramento da concorrência entre empresas, trabalhadores e nações, inserida em uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada, comandada pelo poder do dólar” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 38).

Entretanto, em um cenário de um sistema monetário internacional capenga, ocorreu, com o tempo, uma brutal centralização do poder de decisões de produção. Até a década de 1990, na verdade, o plano teria dado certo. Naquele tempo, os acionistas não ficavam com uma parte significativa da produção das empresas, mas, de lá para cá, isto teria se modificado. Além disso, as flexibilizações das legislações trabalhistas não foram suficientes para dar emprego a todas as pessoas, num mundo cada vez mais automatizado e o consumo vem baixando.

Assim, a grande empresa contemporânea move a economia capitalista na direção de concentração das riquezas e da renda. Enredada nas armadilhas da acumulação financeira e enfiada no pântano da liquidez curto-prazista, empurra a economia global para a estagnação secular, falhando com grande escândalo em sua capacidade de gerar empregos. Um curto-circuito nas cadeias de geração e de apropriação do valor (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 39).

Isso tudo tem feito o próprio FMI (fundo monetário internacional nascido deste contexto) “ranger os dentes” se perguntando sobre os efeitos do neoliberalismo. No entanto, os autores argumentam que aguardando dias melhores, a despeito de estar prestes a ser banido de praticamente todas as economias globais, o neoliberalismo neste momento “procura exílio em um país tropical com vista para o Atlântico” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 39).

“A China aumenta seu peso internacional”. Reportagem da edição 906, de 22 de junho de 2016, página 36. Carlos Drummond, argumenta que o país asiático, entre os que mais crescem no mundo nos últimos anos, mira empresas de tecnologia na Europa e EUA para aumentar seu peso internacional.

A reportagem trata da visita da primeira ministra britânica à China, Angela Merkel. Segundo Drummond, teria soado um alarme no país europeu quando uma empresa chinesa deu a entender que compraria a indústria de robôs Kuka, pela fabricante de utilidades domésticas Midea, da província de Guangdong. Ao contrário de um passado recente, segundo o autor, é o interesse privado chinês, e não as empresas estatais, que está indo atrás de novas oportunidades.

“[...] Só em janeiro, firmas chinesas anunciaram planos para se apoderar de 66 companhias estrangeiras, com valor de mercado total de 68 bilhões de dólares [...]” (DRUMMOND, 2016, p. 36). Até mesmo a distribuidora global de pesticidas e sementes, a Syngenta, teve oferta de compra pela estatal chinesa ChemChina. E, nos próximos 5 anos o investimento direto no exterior, segundo o autor, deveria aumentar em 1 trilhão de dólares.

A reportagem também demonstra que as relações comerciais dos alemães com os chineses, desde o início deste século, seguem numa crescente, e, a primeira ministra britânica é uma das adeptas de a Organização Mundial do Comércio reconhecer a China como uma economia de mercado. A China hoje tem um poder de mercado de causar inveja, pois responde sozinha por 25% do crescimento mundial. Cresce o dobro da média mundial, e três vezes mais que a União Europeia. É o poder do país que muitos têm como “socialismo de mercado”.

“As dívidas dos emergentes e as exigências dos investidores”, também da edição 906, página 40, discute que os neoliberais ignoram que as dívidas desses países estão sempre sujeitas às exigências dos investidores. A reportagem, de Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo afirma que houve erro de interpretação de outra revista, *Valor Econômico*, a uma reportagem anterior da revista que afirma que o próprio FMI tinha passado a questionar o neoliberalismo.

E ressaltam os autores que eles apenas acreditam, tal qual o FMI, que a redução do percentual das dívidas possam ser corrigidas “organicamente pelo crescimento”, do que a tentativa de uma reversão num prazo muito curto elevando a carga tributária ou cortando em gastos produtivos. Observação ainda mais pertinente para economias em recessão. Argumentam também que a reportagem da *Valor* teria se equivocado em alguns cálculos tentando provar a ineficácia da reportagem da *Carta*.

O que se depreende do texto é que a questão está em saber controlar as dívidas, não apenas nos números que são apresentados. Eles, por si só e, reduzir os juros não é apenas questão de voluntarismo. Ademais, o fato de a Grécia, por exemplo, deter uma dívida de 170% o valor do seu PIB, mas despender apenas 5% dele para a dívida (O Brasil deve 70% do PIB e despender 10% dele para sanar a sua dívida) não teria sido discutido pelo artigo do *Valor Econômico*.

Tudo isso quer dizer que aqueles que prezam pelo liberalismo econômico, muitas vezes ficam tão apegados nas leis que o regem, e nos números, que as vezes não conseguem compreender a dinâmica e as soluções propostas por quem esteja de fora

desta sua bolha. Como sempre afirmamos, as soluções são sempre mais complexas do que parecem.

“O mundo que os populistas de direita tentam construir” é a reportagem da edição 909, de 13 de julho de 2016, página 46. Nela, Antonio Luiz Costa afirma que é hora de se perguntar com seriedade qual mundo que os populistas de direita poderão construir. O autor começa demonstrando como a eleição britânica, em que Boris Johnson, líder da campanha pelo Brexit entre os conservadores, teria desistido de concorrer pela chefia do partido e do governo.

Outros deixaram cargos importantes na política deste país. Assim, a ministra do interior, Theresa May, que venceu as primeiras disputas para suceder David Cameron poderá chegar ao poder. “Não é que a vitória tenha sido roubada aos xenófobos e ditos soberanistas: eles lhe deram as costas e correram [...]” (COSTA, 2016, p. 46). Para muitos, suas campanhas foram pretextos para se promoverem.

O que se vê é que poucos eleitores se arrependem de ter dado seu voto aos xenófobos, e a uma ideia de retorno ao passado representado pelos partidos de direita populista na Europa toda e nos Estados Unidos. E eles acreditam que os representantes destes partidos podem sim dar uma resposta a altura, melhorando a economia e a vida de sua população.

Dado a essas questões então, precisamos nos perguntar, segundo o autor, para qual tipo de mundo apontam as políticas desta corrente. Na verdade, ele vê esses votos em todo o mundo, muito mais como protestos por camadas e setores deprimidos devido as políticas austeras e a má qualidade de vida interpelada nos últimos anos. Ao mesmo tempo seriam votos contra o totalitarismo das prioridades econômicas e financeiras de “pensamento único”.

Contudo, reitera o autor, mesmo sem saber, os eleitores estão entregando nas mãos dos mais radicalistas de direita as possibilidades de mudança de paradigma que, muito provavelmente farão uso das políticas neoliberais, talvez ainda com mais veemência. No social, corte de gastos às empresas para evitar fuga de capitais, deixando o trabalhador desprotegido, assim como haverá corte de gastos em áreas como saúde, educação e de seguridade. É o mundo neoliberal sonhado há algum tempo, mas sendo aplicado agora não pelos seus idealizadores, mas por radicalistas em todo o mundo.

“O Brasil leva a medalha de ouro em concentração de renda”. Edição 915, de 24 de agosto de 2016. Reportagem de Carlos Drummond. Aqui o autor argumenta que a convergência de várias políticas garante ao Brasil o primeiro lugar na concentração de

renda. Essas políticas (tributária, fiscal, monetária e cambial) garantem essa situação, segundo seminário organizado pelo site *Plataforma Política Social* e o *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Nessa ocasião estabeleceu-se que o Brasil é o paraíso dos super-ricos por três motivos, segundo o economista Rodrigo Octávio Orair, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Internacional Policy Center For Inclusive Growth. Seriam eles: 1) Taxa de juros – sem paralelo no resto do mundo é o que garante alta rentabilidade para o capital; 2) Isenção tributária de lucros e dividendos (já instituída em 1995 por FHC); 3) Alíquotas de impostos muito baixas às aplicações financeiras (15 a 20%) – os assalariados pagam até 27,5%.

Por isso o economista aponta que a concentração de renda no Brasil não possui rival no mundo, embora haja um movimento mundial para redução da desigualdade econômica no mundo, ressalta Drummond. Há ainda o fato de que existe uma gigantesca sonegação de impostos por parte das grandes empresas que, mesmo com processos transitados em julgado, não são cobrados pelo governo. Bilhões.

“[...] De 2008 para cá, 21 dos 34 países da OCDE tomaram medidas de aumento da tributação dos mais ricos” (DRUMMOND, 2016, p. 38). Parece que o Brasil continuará na contramão disso, pois aqui é um dos poucos lugares que não se toca no tema.

“A influência do rentismo na manutenção dos juros no Brasil”. Edição 918, de 14 de setembro de 2016, página 38, reportagem de Carlos Drummond. Este texto traz a discussão de que trabalho acadêmico mapeia a influência dos rentistas na manutenção dos juros no Brasil.

O autor afirma que a confirmação, pelo Banco Central, recentemente, pela manutenção dos juros nos patamares de 14,25%, a despeito de taxas quase nulas no cenário internacional cristaliza o caso raro brasileiro. Possuímos também o incômodo da maior taxa real média dos últimos 19 anos. Situação identificada em dissertação de mestrado de Thereza Balliester Reis, apresentada em junho na Universidade de Paris.

Entre o período da estabilização da moeda nacional (1996 e 2014) a taxa real média foi de 14,3%, quase o dobro da média mundial (7,7%). “[...] A origem da anomalia, sugere a pesquisadora, é política e consiste no poder crescente dos rentistas, instituições e indivíduos com ganhos gerados pela condição de proprietários de ativos [...]” (DRUMMOND, 2016, p. 38).

Durante o mesmo recorte de tempo, o Brasil foi o único país, dentre os que possuem meta de inflação, a manter as taxas elevadas. Apenas no ano de 2012, quando a taxa real estava em 0,54% (nominal em 7,25%), quando houve, no governo Dilma, uma expansão significativa da massa salarial.

O autor ainda salienta que tanto a ortodoxia quanto a heterodoxia têm explicações para os elevados padrões brasileiros no quesito taxa de juros, mas ambos não conseguem explicar a diferença para os países de economia parecida. Um aspecto importante diz respeito ao fato de os rentistas brasileiros possuírem mais poder de barganha que dos demais países.

O fato é que eles dominam o setor financeiro nacional, exercendo influência para que continuem garantindo seus lucros no topo, em detrimento do restante da população sofrer com a situação.

“As ideias que geraram a crise são as mesmas que a sustentam”. Edição 920, de 28 de setembro de 2016, página 36, reportagem de Carlos Drummond. Aqui o autor argumenta que a quebra do Banco Leman Brothers, que acarretou a última grande crise, completa já oito anos sem sinais claros de recuperação da economia mundial. Mas, o oposto também é verdadeiro.

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) reviu para baixo as projeções do crescimento global em 2016 e 2017. Todos os índices de crescimento dos principais países do mundo decaíram. E, a crise iniciada nos Estados Unidos se arrastou pelos outros países solapando também o princípio da moeda universal, o dólar americano.

O autor salienta que a compra de títulos públicos pelos Bancos Centrais injetou 4 trilhões de dólares na economia mundial, aumentando a dívida dos emergentes e intensificando o fluxo de capitais e as interações financeiras cruzadas, ampliadas com a abertura financeira chinesa, o que levou a uma mudança de comportamento do Federal Reserve (Fed – Banco Central norte-americano).

O momento é de nos questionarmos como contraímos dívidas tão grandes dadas as condições de aquisição baixas dos governos e das famílias e, assim, buscarmos entender como os fluxos de capitais internacionais estão desconectados do comércio internacional pondo a natureza da globalização em xeque.

Para o autor o que houve, na verdade, nos últimos anos, foi uma criação imoderada de dívida que transformou a economia em uma grande polarização entre credores e devedores. “Em resumo, os lucros são usados para pagar os juros, não

reinvestir na formação de novo capital tangível ou contratação de mão de obra” (DRUMMOND, 2016, p. 38). Na contramão das saídas dos principais países do mundo, a exemplo da China, o Brasil vem preparado um plano de austeridade mais longo do mundo.

“O controle de pragas econômicas”. Edição 920, de 28 de setembro de 2016, página 40, reportagem de Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo. Os autores argumentam aqui que a China soube controlar as piores pragas ultimamente, mas que o Brasil foi chamariz.

Na verdade, vários países teriam apostado na globalização sem ter uma estratégia doméstica. Mas, países como Suíça, Japão e China souberam investir em ações de mega-empresas de capital aberto, como a Coca Cola, Exxon Mobil, Microsoft, entre outras. Os mesmos países, realizando políticas anticíclicas souberam se preparar para o momento mais grave da economia.

A China tem impulsionado suas exportações, sabendo administrar também as importações, protegendo empregos e empresas estatais, e fazendo com que investidores estrangeiros transferissem conhecimento para as companhias domésticas. Já o Brasil, apresentando o maior custo de serviço da dívida dos países listados fica em situação extremamente vulnerável numa eventual elevação de taxas de juros internacionais.

Ademais, a valorização de nossa moeda, por meio da saliência da taxa Selic (há mais de vinte anos) por nossas autoridades monetárias para conter inflação vem ceifando a indústria nacional. Por fim, os autores argumentam que enquanto a China conseguiu elevar mais de 700 milhões para fora da linha da pobreza, deixando de fora os mosquitos, o Brasil, com sua abertura financeira, “infestou nossa economia de moscas e mosquitos”.

“Os países que alavancam a indústria com o apoio do Estado e da academia”. Edição 925, de 02 de novembro de 2016, página 42. Reportagem de Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo. Neste texto os autores afirmam que enquanto Alemanha, Coreia, Japão, China e Estados Unidos alavancam a indústria com o apoio do Estado e da academia, o Brasil prepara a asfixia do Orçamento.

A proposta do teto de gastos, com congelamento por 20 anos das despesas primárias vem dominando o debate econômico atual. “O assunto é discutido à sombra do ‘consenso’ nos escombros da super-recessão deflagrada entre o fim de 2014 e o início de 2015” (BELLUZZO E GALÍPOLO, 2016, p. 42). Para justificar a falácia de que a solução seja essa o argumento, para os autores, beiraria o senso comum, ao parte

do governo afirmar que, assim como o orçamento doméstico, o governo precisa cortar gastos quando as coisas não vão bem.

“Essa chorumela ignora que sua casa, caro leitor, não coleta impostos, não paga seguro-desemprego, não controla a taxa básica de juros da economia e não imprime dinheiro (a dívida brasileira é em moeda nacional)” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 42).

Para contextualizar o autor relembra quando nossa economia chegou a crescer em média 7,1%, em meados do século passado. Marca não alcançada sequer pelo Japão, ou pelos Tigres Asiáticos. Nossos últimos 35 anos, porém, têm sido sofríveis. Assim, se nossa indústria perdeu a capacidade de competir, será mesmo que a solução seja abrir nosso mercado para empresas estrangeiras, desativando políticas industriais?

A china tem demonstrado que essa não seria a saída. Ademais, reiteram os autores que no jogo comercial internacional só entra quem possui cacife tecnológico e poder financeiro, aliado ao amparo político dos Estados Nacionais. Citam também que os principais avanços industriais (como a internet, o GPS, entre outros) tiveram apoio do financiamento público.

E terminam afirmando que “neste momento, enquanto o Brasil se prepara para aprovar medidas que asfixiam seu Orçamento, Alemanha, Coreia, Japão, China e EUA se preparam para o salto da indústria 4.0 [...]” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016, p. 43).

“O império hidrófobo: A vitória de Trump consagra o fim do consenso pelo qual se governa os Estados unidos e o Ocidente desde o fim da II Guerra Mundial”. Edição 927, de 16 de novembro de 2016, página 16. Reportagem de Antonio Luiz Costa, que trata da vitória de Trump nos Estados Unidos e o fim do consenso mundial que perdura desde a Segunda Guerra. E afirma que o resultado das urnas contraria as pesquisas, os jornalistas e o bom senso. A estranha decisão do FBI, há 9 dias da eleição, de investigar Hillary Clinton, deve ter contribuído para o resultado.

Ainda, pela primeira vez, desde 1928, o Partido Republicano controlará tanto o Executivo quanto as duas casas legislativas, além da Suprema Corte. “Não é um bom pressagio, considerados os acontecimentos de 1929 e depois” (COSTA, 2016, p. 17).

Costa (2016) relaciona a vitória de Trump ao fato de, depois dos anos 1980, o neoliberalismo econômico ter criado milhares de subempregados e miseráveis, descontentes, com a política econômica de lá para cá, apostando num radicalista desta vez. O populismo de direita de Trump trata de deslegitimar direitos e aspirações de quem não se enquadre em sua concepção de “gente de bem”.

Há quem ignore os fatos, mas o autor argumenta que há uma tecnocracia governando o Ocidente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, de uma forma particularmente rígida e intransigente, com apoio maciço das grandes mídias a partir da implantação da globalização neoliberal nos anos 1980 e 1990. Desde então foi sempre muito raro o voto popular conseguir “pôr algumas pedrinhas nessa engrenagem”, e, nas poucas ocasiões os governos desalinhados foram desautorizados por golpes jurídicos e parlamentares.

“A crise é um fracasso das elites, não dos povos, e o voto ‘populista’, uma resposta a este fiasco, apesar de cega por terem sido as massas deliberadamente vendadas pela mídia e pelas elites” (COSTA, 2016, p. 20).

“O que diria Keynes do mundo atual?”. Edição 932, de 21 de dezembro de 2016, página 44. Reportagem de Larry Elliott, que questiona o que diria o principal economista do século XX a respeito da aplicação de suas teses e do mundo atual.

Imaginando que o economista pudesse ter dormido por 80 anos, hoje ele acordaria e viria que o desemprego crescente, quando da sua morte, 1936, teria sido acabado devido a intensa produção bélica que se sucedeu. A boa notícia seria de que os governos de então teriam aprendido uma de suas lições: a de manter a demanda em um nível alto o suficiente garantindo o pleno emprego. Houve maiores investimentos em infraestrutura pública também, além de terem tomado medidas na tentativa de diminuir o abismo entre ricos e pobres.

A má notícia, porém, seria de que as lições foram esquecidas, com o tempo. Keynes descobriria que os governos conseguiram ludibriar outra ideia sua, administrando superávits orçamentários nos bons tempos e déficits nos maus, lidando com déficits o tempo todo. Não se traça a distinção necessária entre gastos cotidianos e investimentos.

Ademais, os controles de capitais foram suspensos, o pleno emprego abandonado como meta de políticas, o poder sindical acabou contido, impostos para os mais abastados cortados, permitindo-se a expansão da desigualdade. Assim as finanças prosperaram enquanto a manufatura declinou. A partir daí, o próprio Keynes poderia imaginar o que aconteceu, deixando o momento atual muito parecido com o de sua morte.

Isso tudo explica os resultados dos recentes referendos no Reino Unido e Austrália, além da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, também os crescentes

apoios aos partidos de extrema-direita na Alemanha e na França (e mais recentemente no Brasil).

A QUESTÃO DO PETRÓLEO - 02 REPORTAGENS

“A liquidação do futuro: a venda de patrimônios como a Petrobras e o pré-sal aceleraria o naufrágio do país”. Edição 914, de 17 de agosto de 2016, página 20. Reportagem de Carlos Drummond, que afirma que dilapidações como essas, além do estímulo ao rentismo são o núcleo da política econômica do governo interino, plano perfeito para afundar o país.

O autor argumenta que em três meses de um governo interino, algumas de suas decisões poderiam devolver o país à condição colonial de outrora. Isto nos colocaria numa posição de perda de autonomia num contexto internacional, e nas mãos do rentismo. O autor fala isso no momento em que o governo já tinha conseguido vender o primeiro campo de extração do petróleo no pré-sal, o de Carcará, na baía de Santos, e já havia oferecido no mercado a BR distribuidora, maior do país. Outros reservatórios provavelmente iriam ser vendidos.

“Outros congressistas participam da grande liquidação com projetos para facilitar a venda de terras a estrangeiros e à ação das mineradoras globais, entre outros” (DRUMMOND, 2016, p. 20). Cita também alguns casos de governadores, como o de São Paulo, Geraldo Alckmin, com a intenção de privatizar até mesmo o metrô paulistano, sem se preocupar de dar satisfação à indícios de corrupção sua que geraram milhões de prejuízo no setor.

Destarte, “[...] a economia gravita cada vez mais em torno do rentismo, o jogo lucrativo e sem risco para instituições financeiras, empresas e famílias aplicadoras de recursos em títulos da dívida pública e ativos correlatos” (DRUMMOND, 2016, p. 22). Dessa forma, ressalta Drummond, que os rentistas internacionais encontram aqui o “último paraíso de juros extremamente elevados”, entre os mais altos do mundo, quase sempre, bancados pelo Estado.

Para nós, isso é mais um dos vários exemplos de que este é o país que se encontra numa democracia ainda incipiente, mas que na verdade, ainda não aprendeu a valorizar-se enquanto nação soberana e que, justamente por isso, não aprendeu a fazer políticas para beneficiar a maioria. Persiste na lógica de “aumentar o bolo” dos

magnatas, pois ainda não tínhamos chegado no momento de redistribuir. Ao menos, não para o governo interino de Michel Temer.

Por fim o autor salienta que o governo interino preocupa-se em afirmar que seu programa de privatização é indispensável para o equilíbrio fiscal, mas que, na verdade, ele se aproveitou do momento para vender ativos públicos que agradam o mercado. Ainda, para ele, dizer que é por problema fiscal é uma fraude, um ilusionismo, ou até, uma “pedalada fiscal”, concordando com a economista Laura Carvalho, da USP.

“[Petróleo] Após dois anos de inundação, a Opep decide cortar a produção”. Edição 931, de 14 de dezembro de 2016, página 40. Reportagem de Phillip Inman, que afirma que após dois anos de inundação pela Arábia Saudita, o cartel decide cortar a produção após reunião na Áustria, no fim de novembro daquele ano. Até mesmo a Rússia, não filiada a Opep concordou em cortar sua produção.

“O corte é um esforço para definir um piso de 50 dólares o barril e forçá-lo na direção de 60 dólares dentro de alguns meses” (INMAN, 2016, p. 40). Porém, o impacto de longo prazo dessa ação sobre o preço do petróleo dependerá da implementação do acordo e da disciplina por mantê-lo, segundo o autor. Só que ele ressalta que dependerá das ações dos Estados Unidos, que tem influenciado na oferta pelo bombardeamento de uma série de produtos químicos para a extração do produto em terrenos rochosos e tem impedido, por isso, do controle da oferta e da demanda pela Opep.

Na verdade, o preço do petróleo baixo foi uma estratégia da Arábia Saudita, e da própria Opep, de levar os produtores americanos de petróleo de xisto para fora do mercado, mas não deu certo. Agora com os preços aumentando os produtores norte-americanos deverão aumentar ainda mais sua produção.

“A Oxford Economics diz que, tramoias à parte, a fraca demanda causada pela situação econômica global é um dos principais obstáculos ao aumento dos preços” (INMAN, 2016, p. 43). De modo geral, na verdade, percebemos que ultimamente a oferta de petróleo tem crescido desproporcionalmente à demanda. Por esse motivo os países que dependem quase exclusivamente da exportação deste produto, caso da Venezuela, têm sofrido por conta do preço baixo do barril. E a tendência mundial por encontrar outras fontes energéticas contribui para a desvalorização do produto em escala internacional.